

Luiz Antônio Alves Soares

A Sociologia crítica de

GUERREIRO RAMOS

UM ESTUDO SOBRE UM SOCIÓLOGO POLÊMICO



publicações



CRA-RJ

Luiz Antônio Alves Soares é bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1964. Iniciou suas atividades profissionais na Fundação Getúlio Vargas-RJ/Escola Interamericana de Administração Pública–EIAP (1965-67). Emprestou sua colaboração a diversas organizações, como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), Serviço Federal de Habilitação e Urbanismo (SERFHAU), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

A Sociologia Crítica de
Guerreiro Ramos



Um estudo sobre um sociólogo polêmico

LUIZ ANTONIO ALVES SOARES

A Sociologia Crítica de Guerreiro Ramos



Um estudo sobre um sociólogo polêmico



Rio de Janeiro, março de 2006

Direitos desta edição reservados ao
Conselho Regional de Administração-RJ
Rua Professor Gabizo, 197 – Tijuca
20271-064 – Rio de Janeiro – Brasil
Tel: 21 2569-0044
Fax: 21 2568-3046

2ª edição – 2006
1ª reimpressão – 2010

COORDENAÇÃO GERAL
Adm. Adilson de Almeida

COLABORAÇÃO
Adm. Wílson Pizza Júnior

REVISÃO
Miriam Gold

PROJETO GRÁFICO
CV Design

IMPRESSÃO
Flama Ramos Acabamento e Manuseio Gráfico Ltda-EPP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA CÁTIA V. MARQUES (CRA-RJ)

Soares, Luiz Antônio Alves.

A sociologia crítica de Guerreiro Ramos : um estudo sobre um sociólogo polêmico /
Luiz Antônio Alves Soares; coordenação de Adilson de Almeida, Leonardo R. Fuerth;
colaboração de Wílson Pizza Júnior. -- 2.ed 1.reimp. -- Rio de Janeiro :

Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro, 2006.

273 p.

ISBN 85-99386-02-6

1.Guerreiro Ramos. 2.Teoria sociológica. 3. Administração. 4.Política. 5.Re-
lações raciais. I.Almeida, Adilson de. II. Pizza Júnior, Wílson. III.Título.

CDD 301

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1994.

Meu querido Alves Soares,

Estou lendo, com prazer e com proveito, a sua sociologia crítica de Guerreiro Ramos. Você fez um excelente trabalho, revelando o valor de atualidade do pensamento de Guerreiro. Gostei também do modo como você situou a intervenção dele, no esforço comum de autocompreensão da realidade brasileira.

Desejo que seu livro tenha o sucesso que merece nos meios acadêmicos. Nossas ciências sociais, tão definhadas hoje, poderiam revitalizar-se com sua leitura.

Abraços Saudosos,
Darcy Ribeiro

Apresentação

"Ter identidade e caráter é, num certo sentido, ser intolerante."

*Guerreiro Ramos***

O livro do prof. Alves Soares tem o mérito de oferecer ao leitor a oportunidade de conhecer e debater por inteiro a contribuição de Guerreiro Ramos às ciências sociais. Conseguiu o autor concatenar os temas e propostas desenvolvidos por Guerreiro Ramos ao longo de 35 anos de ininterrupta produção intelectual, dividida em artigos publicados em jornais, revistas e livros (quase sempre de apenas uma edição). Não foi um esforço pequeno, nem fácil; além das dificuldades de método – encontrar e manter o fio condutor de uma obra marcada pelo tom exploratório próprio dos pensadores originais –, o acesso ao material de consulta muitas vezes mostrou-se infrutífero. Ainda assim, dificilmente algum trabalho de pesquisa conseguirá revelar-se mais profícuo do que este, não tanto pela quantidade de escritos e artigos encontrados, mas pelo tom crítico e pedagógico.

A divisão dos capítulos demonstra rigores de apresentação conceitual e metodológica suficientes para conduzir o leitor ao entendimento da obra de Guerreiro Ramos: Apresentação, Abreviaturas empregadas; 1 – O homem e a obra, 2 – Teoria e método; 3 – Temática – Anexo – Projetos e pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados (ago.1963/abr.1964). O leitor apressado ou desinformado é socorrido pelas observações finais (4), onde, em apenas 30 páginas, o prof. Alves Soares consegue produzir impressionante síntese da obra de Guerreiro Ramos.

Todos os que compreendiam o alcance das propostas de Guerreiro Ramos acabavam por entusiasmar-se, da mesma forma como se irritavam todos os demais. Não era autor de meios termos. Sua erudição não consistia no tom enciclopédico dos acumuladores de conceitos (que ele chamava "beletristas"), mas fundamentava a preocupação de elaborar uma proposta concreta, real, tangível. Jamais abordou um tema que não fosse polêmico, ou não causasse discussão. Sua crítica azeda ao marxismo (que classificava de pensamento bas-

tardo) e aos liberais, que acusava de ingênuos propagadores de ideologias, tornou-o igualmente antipático a revolucionários e conservadores de todos os matizes. Sua obra é reflexo dessa posição de absoluta independência intelectual, expressa por ele em discurso proferido na 269ª Sessão da Câmara dos Deputados, em 9.12.1963: "Considero-me, portanto, um virtuoso da inabilidade política, porque não estou disposto, Sr.Presidente, a fazer uma carreira política com o ônus da minha desnaturação intelectual".

A divisão temática apresentada é representativa do pensamento de vanguarda de Guerreiro Ramos. Na década de 40 é dos primeiros a conhecer e divulgar Max Weber, uma referência permanente. Nos anos 50 inicia uma cruzada contra a sociologia consular (que mais tarde chamaria de hipercorreta), e reconsidera a obra de brasileiros sensíveis à compreensão das características do país, como Visconde de Uruguai, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Oliveira Viana e Alberto Torres, na tentativa de produção de uma ciência social voltada para as peculiares condições do Brasil. A Redução Sociológica é a culminação desse embate, que aparece exposto nos temas "relações raciais no Brasil" (3.1) e "sociologia da saúde, na infância e na adolescência" (3.2).

Os estudos sobre o poder levam-no, como suplente, à Câmara dos Deputados no começo dos anos 60. À "iminente" revolução das esquerdas no Brasil, oferece um estudo (Mito e verdade da revolução brasileira), em 1963, denominando-a "Jornada de otários". O movimento militar cassa-lhe o mandato e os direitos civis, devolvendo-o ao magistério e aos estudos sobre administração iniciados na década de 40, já sob a ótica do "desenvolvimento e da modernização" (3.5), que iria rever nos anos 70 com a proposta delimitativa dos sistemas sociais.

Contratado pela Universidade do Sul da Califórnia, encontra tempo e apoio logístico para empreender sistemático estudo revisionista das bases conceituais das ciências sociais, pelas quais manifestava profunda insatisfação e desrespeito. Seu último livro, provocativamente intitulado "A Nova Ciência das Organizações: uma Reconceituação da Riqueza das Nações", abrange "organizações" (termo restrito a sistemas sociais planejados para a produção), o ordenamento da vida humana associada, individual e coletiva. Demonstra o prof. Alves Soares que, nessa proliferação de temas aparentemente pouco afins ou mesmo contraditórios, e freqüentemente negligenciados pela ciência social

convencional, reside um notável sentido de harmonia e identidade (3.5 – Administração e teoria das organizações).

Pioneiros exercitam a vocação para a incompreensão. Propostas inovadoras, fora de padrões convencionais e esquemas paroquias, são ignoradas ou postas de lado, características que parecem acompanhar pensadores realmente criativos. Possivelmente nenhum outro autor contemporâneo no Brasil terá produzido obra mais original e polêmica do que Guerreiro Ramos. No entanto, trata-se de marcante e reiterada ausência nos estudos sistemáticos das ciências sociais no Brasil, em todos os níveis. O livro do prof. Alves Soares vem à luz de forma bastante coerente com essa constatação: em edição limitada e financiada por ele próprio. Ainda assim, e talvez por isso mesmo, cumpre o papel de permitir a reavaliação da obra de um pensador que jamais se adequou a conveniências de quaisquer tipos.

Wilson Pizza Júnior

Administrador e ex-conselheiro do CRA/RJ

Reapresentação

A Administração do Conselho do biênio 2005/2006 reedita esta obra [e a mantém] com prefácio feito pelo Professor e Adm. Wilson Pizza Júnior, que retrata de forma resumida e clara o que o leitor encontrará neste magnífico livro.

O compromisso em dar ao administrador e aos cientistas sociais a oportunidade de conhecer o administrador e sociólogo e sua obra começou com a publicação, pelo Conselho, de "Guerreiro Ramos – Considerações críticas a respeito da sociedade centrada no mercado", onde o organizador Luiz Antonio Alves Soares se torna co-autor dos artigos publicados por Guerreiro Ramos em um jornal matutino.

A influência de Guerreiro Ramos sobre autores nacionais de renome, como Paulo Freire, um dos maiores educadores brasileiros, pode ser constatada quando este, em seu livro Conscientização – Teoria e Prática da Libertação, reconhece que o vocábulo “conscientização” central em suas idéias, lhe foi transmitido por Guerreiro Ramos e pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto.

Este pensador polemizador e questionador dos seus pares tinha o compromisso de "pensar Brasil" com a independência dos produtos e conceitos impostos pelos países mais desenvolvidos, razão pela qual sofre um esquecimento proposital imposto às suas idéias.

Agora, em tempo, os administradores têm a oportunidade de travar conhecimento da rica obra deixada para a administração, a sociologia e as ciências sociais, por aquele que foi o pioneiro na apresentação do projeto de lei de reconhecimento da profissão de "técnico de administração", antiga denominação da profissão de administrador.

As pessoas que conviveram com o mestre sabiamente dividem com seus pares e demais leitores esta importante obra, que certamente trará contribuições neste momento em que o País passa por alternativas diferentes em seu processo de desenvolvimento.

Adm. Adilson de Almeida

Presidente CRA/RJ Nº 01-00298-8

Sumário

Prefácio	17
Apresentação da 1ª e da 2ª Edição	23
1. O Homem e a Obra	27
2. Teoria e Método	33
3. Temática	129
3.1. Relações Raciais no Brasil	130
3.2. Sociologia da saúde, na infância, na adolescência, padrão de vida ..	144
3.3. Poder e Revolução Brasileira	179
3.4. Desenvolvimento e Modernização	186
3.5. Administração e Teoria das Organizações	203
4. Observações Finais	235
Anexos	257
Bibliografia	271

Prefácio

Ser ou não ser parte do mundo civilizado. Conseguir ou não alcançar os padrões do Primeiro Mundo. Essa questão tem atormentado os pensadores, os intelectuais brasileiros desde, pelo menos, a metade do século XIX.

A comparação com outras situações históricas revela uma diferença, uma distância que nos separa daquilo que é tomado como modelo positivo. As propostas para vencer as diferenças já assumiram diferentes nomes: europeização, ocidentalização, americanização, dependendo do modelo dominante. Foi a Inglaterra, a França, são os Estados Unidos, pode ser o Japão, a Austrália, os chamados Tigres Asiáticos. A comparação, que deveria produzir um sentido de diferença e de identidade, parece ocasionar uma sensação de ausência, de falta, ou seja, de estarmos sempre diante de uma identidade social incompleta. Esta marca da cultura brasileira tem conseqüências na trajetória dos intelectuais tanto quanto na produção de suas obras.

Esta vivência dos intelectuais produz não necessariamente “idéias fora do lugar”, mas seres que efetivamente não têm lugar definido, estável, na vida social. A falta de espaço profissional leva sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e administradores a se comportarem como intelectuais em sentido mais tradicional, ou seja, a assumirem uma perspectiva missionária, uma postura salvacionista para o Brasil.

Por que este compromisso, esta responsabilidade social acima do que seriam as responsabilidades profissionais? O papel do intelectual enquanto mediador entre aspirações populares ou nacionais e políticas governamentais, tem sido significativo ao longo da história. Ao atuarem na construção de consciências coletivas, os intelectuais consideram-se como imbuídos de uma missão. Um sentido messiânico da verdade e do conhecimento se encontra presente na autoconsciência do intelectual.

Se a consciência nacional e o messianismo podem ser tomados como características marcantes da autodefinição do intelectual, as formas particulares de realização destes traços variam no tempo e se alteram dependendo das conjunturas. A influência e a dimensão da atividade intelectual dependem do

grau de diferenciação dos papéis intelectuais, do grau de pluralismo do sistema político, assim como do grau de estabilidade ou flexibilidade da tradição.

A instabilidade política, a fluidez das instituições no Brasil tem tornado os intelectuais porta-vozes de propostas de salvação nacional.

Essa situação social, geracional e existencial atingiu Guerreiro Ramos e tem nele um de seus melhores exemplos. O dilema da cultura brasileira, enfrentado por Guerreiro de forma particular, não foi resolvido e não sei se será algum dia.

A sociedade brasileira cobrou deste “mulato baiano”, que se formou na primeira turma do curso de ciências sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, soluções para os problemas brasileiros. Ele comprou a cobrança e procurou respondê-la lançando mão de tudo o que acumulou em termos de conhecimento, erudição, vivência.

A trajetória, a palavra, a obra de Guerreiro Ramos devem ser conhecidas como exemplo significativo dos dilemas dos intelectuais no Brasil. Guerreiro foi homem de seu tempo, comprometido com as lutas da época. Inteligência brilhante, capaz de “insights” memoráveis que se mostram cada dia mais atuais. Para reconhecer isto, entretanto, é preciso conhecer sua obra e sua vida.

O trabalho de Luiz Antonio Alves Soares contribui para preencher esta lacuna que só agora começa a ser enfrentada. Acompanhando a trajetória de Guerreiro Ramos, Soares recupera as diferentes temáticas por ele tratadas. Das relações raciais à teoria das organizações, passando pela chamada Revolução Brasileira, tudo recebe neste livro indicações precisas sobre onde ou como aparece na obra de Guerreiro.

Este trabalho de recuperação é fundamental, na medida em que Guerreiro, autor que foi vanguarda e teve um número significativo de alunos e adeptos, encontra-se hoje relativamente esquecido. Guerreiro não entrou no panteão dos autores consagrados. Fazia uso indisciplinado de fontes. Como bom autodidata, leu e fez uso do que lhe parecia pertinente, sem obedecer a escolas e a mestres. Trabalhou e produziu sempre nas bordas dos paradigmas.

Comprometido e sofrendo com os dilemas da cultura brasileira, Guerreiro morreu “asilado” de sua terra. Asilado político e principalmente asilado intelectual, o que marca a interpretação que ofereceu de si próprio: um “outsider”. Mas certamente o “outsider” mais “insider” que já se viu.

Comprometimento e ceticismo são os pontos extremos entre os quais oscila a existência de Guerreiro Ramos e de vários outros brilhantes intelectuais deste país. Com um agudo senso de tragédia, o que o faz sentir-se próximo dos intelectuais russos – Dostoievski como exemplo significativo ou Berdiaeff, seu preferido –, Guerreiro produziu solitariamente dentro das questões morais e sociais postas pela intelectualidade, envolto nos dilemas que ela procurou e ainda hoje procura responder.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1993.

Lucia Lippi Oliveira
*Socióloga do Centro de Pesquisa e Documentação
de História Contemporânea do Brasil – CEPEDOC –
da Fundação Getúlio Vargas*

"... a ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos. O que agora debilita a validade teórica da moderna ciência social é sua falta de compreensão sistemática da natureza específica de sua missão. "

A moderna ciência social deveria (...) ser reconhecida pelo que é: um credo, e não verdadeira ciência. "

Guerreiro Ramos, A., A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981, págs. 22.

Apresentação da 1ª e 2ª Edição

O presente trabalho possui objetivos definidos. Visa a contribuir para a divulgação da obra de Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo brasileiro autor de trabalhos importantes publicados no Brasil e no exterior, principalmente nos Estados Unidos, onde lecionou de 1965 a 1982, quando faleceu. A obra deste autor, caracterizada pela impoção crítica no sentido kantiano do termo, é pouco conhecida pela atual geração de cientistas sociais.

Tem este trabalho algo de afetivo. Conhecemos Guerreiro Ramos em 1955 como professor do Curso de Cultura Social, promovido pelo antigo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, curso que o acaso nos levou a descobrir e cujas aulas assistíamos sem sermos alunos. A matéria despertou nossa curiosidade e o conhecimento de sua existência no ensino universitário nos levou a cursá-la, por coincidência na mesma faculdade onde Guerreiro se havia formado. Estudante, procurávamos o mestre para conversar, e o tivemos informalmente como orientador. Fomos seu aluno no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Alguns de seus trabalhos nos foram ofertados com dedicatória. Uma vez formados, quis o acaso que nos reencontrássemos na extinta Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, após afastamento de alguns anos. Como será possível verificar, não somos, entretanto, "guerreirianos". Temos posição independente em relação ao seu pensamento.

A idéia do trabalho surgiu da sugestão de Fernando Tenório, professor da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e ex-aluno nosso, por ocasião da palestra sobre "A Teoria de Delimitação dos Sistemas Sociais", que realizamos no curso de mestrado em Administração Pública em 1990, a seu convite. Aceitamos a sugestão como um adorável auto-desafio, como oportunidade de aprofundar e sistematizar nosso conhecimento a respeito da obra de Guerreiro. Afinal, não pertencemos à área acadêmica. Nossa experiência concentra-se na prática do assessoramento e da consultoria, com passagens pontuais pela atividade docente. Estudar nos agra-

da. Propomo-nos, simplesmente, a sermos profissionais informados, empenhados no saber do ofício.

Realizado sem nenhum apoio institucional, se este estudo ganhou por um lado em liberdade absoluta, por outro teve limitações. Nem todas as informações de que gostaríamos de dispor foi possível obter. Além dos muitos trabalhos do autor que possuímos, nos apoiamos no valioso levantamento bibliográfico realizado por Frederico Lustosa da Costa para o "Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma Obra", publicado na Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro. 17 (2): 155-62, abr /jun, 1983. Algumas dificuldades tiveram que ser contornadas, como trabalhos que não foram localizados embora figurassem nos catálogos de bibliotecas e publicações em jornais que não puderam ser consultadas por já não possuírem condições de manuseio. Não tivemos a pretensão de esgotar o levantamento da obra, pois Guerreiro – como diz Frederico Lustosa da Costa – colaborou em inúmeros periódicos que não existem mais ou não possuem arquivos organizados ou acessíveis. Uma das peculiaridades da obra do autor é a existência de diversas versões ou edições do mesmo trabalho.

Buscamos estruturar o trabalho de modo a refletir a diversidade dos temas abordados pelo autor. O capítulo 1 aborda traços biográficos em que, além do conhecimento pessoal, nos valem do depoimento que prestou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CEPEDOC), da Fundação Getúlio Vargas, em 1981.

O capítulo 2 trata de teoria e método. Aspecto principal da obra de Guerreiro Ramos. buscamos compreendê-lo examinando aqueles trabalhos que julgamos mais representativos.

No capítulo 3 estudamos os diversos temas sobre os quais o autor debruçou suas atenções: relações raciais, sociologia da saúde, na infância e na adolescência; poder e revolução brasileira; desenvolvimento e modernização; e, por fim, administração e teoria das organizações. Em anexo, reproduzimos "Projetos e Pronunciamentos Feitos na Câmara dos Deputados (ago 1963/abr 1964)", apêndice do número da Revista de Administração Pública dedicado ao "Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma Obra".

Concluimos nosso estudo com o capítulo 4, Observações Finais, estudando as fases evolutivas do pensamento do autor e desenvolvendo considera-

ções a respeito do que julgamos mais relevante. As fases são, em verdade, um artifício que visa a identificar o que de mais característico teve o pensamento de Guerreiro em cada período. Inspiramo-nos em seus próprios estudos. Na realidade, observa-se no pensamento de Guerreiro, uma continuidade, com traços de uma fase subsequente surgindo na anterior.

Por força da estrutura adotada vimo-nos obrigados, com frequência, a repetir em um capítulo observações já feitas em outro. Foram muitas as transcrições com o propósito de apresentar o pensamento do autor com o máximo de fidelidade. Não raro julgamos por bem utilizar no texto seus próprios termos.

Nossos objetivos são modestos. Certamente cometemos falhas que a discussão – se houver – poderá corrigir. Caso consigamos contribuir para alguma reflexão a respeito da obra de Guerreiro Ramos, nos sentiremos gratificados.

Brasil. Rio de Janeiro, junho de 1992.

I. O Homem e a obra

Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) nasceu em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, região do Recôncavo. Aos quatorze anos era requisitado professor de matemática, lecionando a colegas e filhos de algumas famílias. Aos 18 anos, ocupou o cargo de assistente da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, recrutado por Rômulo Almeida. Comprava livros, revistas estrangeiras, possuía biblioteca particular. Participou da organização da Faculdade de Filosofia da Bahia, tornando-se catedrático de Sociologia pela legislação, que concedia tal título a quem criasse faculdade. Católico, aos 19/20 anos estudou tomismo pelo “Curso de Filosofia”, obra de Maritain. Foi influenciado pela revista francesa *L'esprit*, fundada por Emmanuel Mounier, com quem se correspondeu. Fundou o Centro de Cultura Católica, criou uma revista, proferiu palestras. Educado pelo padre dominicano Dom Bedenkaiser, aprendeu alemão. Segundo ele próprio, sua religiosidade interior lhe fazia capaz de viver só. Quando estudante, morou em um convento no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, ocupando amplo quarto. “Ficava ali retirado”, disse em depoimento. Dizia que falava com Deus, que Deus lhe era familiar.

Possuía sólidos conhecimentos filosóficos, tendo na juventude lido Platão, Aristóteles, Heidegger e Jaspers, sendo fortemente influenciado pelo existencialismo durante seu período no Brasil. Os conhecimentos filosóficos são uma marca em seus trabalhos.

Desenvolveu atividade literária até 1951, quando foi trabalhar na Casa Civil da Presidência da República. Ainda na Bahia escrevia regularmente em “O Imparcial”, influenciado pela revista francesa *L'esprit*. Estava a par da revista *L'Ordre Nouveau* nos anos 30, dirigida por Armand Dadier. Em 1937 publicou *O Drama de Ser Dois*, livro de poesias que, segundo ele, conta toda a sua história, onde confessa seu desconforto com o mundo secular. Sentia-se entre dois mundos que não sabia definir (1). Publicou vários poemas na revista *Tentativa*, de Minas Gerais, ainda na época da Faculdade de Filosofia influenciado por Murilo Mendes. Escreveu a respeito de literatura latino-americana-

na na revista *Cultura e Política*. Além da literatura francesa e da alemã, conhecia a literatura russa (Soloviev, Tolstoi, Turquenev, Tchecov, Dostoievski), influenciado por Berdiaeff, teólogo russo que vivia em Paris. Guerreiro não menciona os autores brasileiros que leu. Conhecia profundamente música erudita. Disse Guerreiro a respeito deste período: “... eu era literatão, um literatão.”

Em 1939 Guerreiro Ramos obteve bolsa de estudos do governo da Bahia e veio para o Rio de Janeiro fazer o curso de Ciências Sociais, formando-se em 1942, na primeira turma. Interrompeu o curso de Direito que fazia em Salvador, concluído na Faculdade Nacional de Direito em 1943(2). Ao bacharelar-se, Guerreiro foi indicado para substituir os professores de ciência política e sociologia. A acusação de “colaboracionista” (tinha sido militante integralista aos 17 anos) levaram o diretor da faculdade, San Tiago Dantas (também ex-integralista) a não admiti-lo. Após um ano desempregado, vivendo do auxílio de amigos, San Tiago Dantas o indicou para lecionar em um curso no Departamento Nacional da Criança. Com as referências elogiosas a respeito de seu desempenho nesse curso foi nomeado interinamente para o DASP em 1943. Fazia análise de projetos de organização para o Departamento de Agricultura, para a penitenciária, para a polícia, e chefiou o recrutamento de pessoal; achava “chato”. Em 1944 leu *Economia e Sociedade*, de Max Weber, lendo depois outros trabalhos desse autor. Guerreiro confessa que Max Weber foi a influência mais poderosa que recebeu na vida profissional.

Na Casa Civil da Presidência da República (1951), redigindo discursos com Rômulo Almeida e coordenando a elaboração de mensagens da Presidência, Guerreiro começa a compreender o governo e o Brasil. Foi professor de sociologia da EBAP desde a sua criação em 1952, tendo ministrado a primeira aula da escola; era o decano dos professores. Neste mesmo ano participou da criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP, com Hélio Jaguaribe – de quem era grande amigo –, Rômulo Almeida, Inácio Rangel, Roland Corbisier, ou seja, a equipe de assessoria da Casa Civil. O IBESP era um encontro de estudiosos dos problemas brasileiros. Reuniam-se no Parque Nacional de Itatiaia, cedido pelo Ministério da Agricultura no último fim de semana de cada mês. Devido ao local em que se reuniam, o grupo ficou conhecido como Grupo de Itatiaia. Em 1953 o IBESP editou a revista *Cadernos do Nosso Tempo*.

O IBESP foi o embrião do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, criado em 1955. Iniciativa de Hélio Jaguaribe, o ISEB tinha como idéia inicial ser uma equivalência do Colégio da França; pretendia ser uma instância de processamento do pensamento brasileiro(3). Guerreiro permaneceu no ISEB até dezembro de 1958, afastando-se por discordar da orientação adotada. "...a partir de dezembro de 1958, o ISEB se transformou numa agência eleitoreira, e ultimamente, numa escola de marxismo-leninismo, com honrosa exclusão talvez de algum adissidência, devidamente neutralizada." (MVRB, 1963 : 10 – Prefácio). O ISEB passou a apoiar a candidatura Lott à Presidência da República, com o que não concordava. Passou a ter coluna no jornal "Semanário" para não ser "liquidado", segundo ele próprio. Com Jesus Soares Pereira, Domar Campos e Inácio Rangel, entre 1958 e 1960 assinava na "Última Hora" uma coluna intitulada "Do ponto-de-vista Brasileiro". Em 1955 foi conferencista visitante da Universidade de Paris. Em 1956 foi citado por Pitirim Sorokin como um dos autores que contribuíam para o progresso da sociologia na segunda metade do século.

Como consequência de artigos abordando o marxismo publicados na imprensa, em 1960 esteve por três meses na União Soviética e na China. Na União Soviética foi hóspede da "Nauk Akademia", tendo viajado a convite de Mario Alves, do Partido Comunista, de quem era amigo. À China Continental viajou a convite de Mario Schemberg, também do PC. Achou "chato", "primário", embora tivessem admirado "algumas coisas". Ao voltar escreveu uma série de artigos em "O Jornal" "esculhambando", segundo seus próprios termos. Foi chamado de traidor, oportunista, pelos comunistas. Em 1961 foi Delegado do Brasil na XVI Assembléia Geral da ONU, participando da Comissão de Assuntos Econômicos.

Suas preocupações com as questões nacionais e sua trajetória o levaram a candidatar-se à Câmara Federal pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro, como representante do então Estado da Guanabara, no ano de 1962. Em 1963 assumiu a cadeira de deputado na vaga de Leonel Brizola – eleito governador do Rio Grande do Sul – tendo seu mandato cassado em 1964.

A obra de Guerreiro Ramos é extensa, incluindo, além de livros, artigos publicados em inúmeros periódicos que não mais existem. Frederico Lustosa Costa elaborou levantamento bibliográfico (4) que constitui o primeiro esfor-

ção de reunir a obra do Autor. O levantamento, que conta com 137 itens, inclui trabalhos não editados, tornados públicos pela apresentação em Congressos e Seminários. Em apêndice consta uma relação de pronunciamentos de Guerreiro Ramos na Câmara dos Deputados, com indicação das respectivas datas de publicação no Diário do Congresso. Seu primeiro trabalho de sociologia é "Aspectos sociológicos da puericultura", datado de 1944. O tema segue tratado pelo Autor em 1945 (Implicações sociológicas da Puericultura) sendo retomado em trabalhos de 1951 e 1955.

Guerreiro desenvolveu trabalhos importantíssimos no campo da teoria sociológica como *Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo: Prefácio a Uma Sociologia Nacional* (1954), *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957), *A Redução Sociológica: Introdução ao Estudo da Razão Sociológica* (1958). No campo da política vale mencionar *Codições Sociais do Poder Nacional* (1957), *A Crise do Poder no Brasil – Problema da Revolução Nacional Brasileiro*. (1961), *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963), *Pequeno Tratado Brasileiro da Revolução* (1963).

A administração surge na obra de Guerreiro em 1945 e se torna um dos seus destaques. Após publicar naquele ano *Administração e política à luz da sociologia*, na Revista do Serviço Público, do DASP, publica na mesma revista em 1946 *A sociologia de Max Weber*. Após *Administração e Estratégia do Desenvolvimento – Elementos para Uma Sociologia Especial da Administração* (1966), e residindo nos Estados Unidos publicou, em 1981, pela Universidade de Toronto, *A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconceitualização da Riqueza das Nações*(5).

As relações raciais no Brasil foram estudadas por Guerreiro em 1948 e na década de 50, causando grande impacto por ser ele um sociólogo mulato. Antes de escrever, foi militante do Teatro Experimental do Negro, tendo conhecido Abdias Nascimento, seu fundador, em 1939. Publicou *Patologia Social do "Branco" Brasileiro*, *O Negro Desde Dentro*, *Política de Relações de Raça no Brasil*.

Teoria sociológica, desenvolvimento, industrialização, modernização, ciência e tecnologia foram assuntos estudados na última fase de sua obra. Seu último trabalho foi *Curtição ou reinvenção do Brasil*, artigo póstumo publicado na Revista de Administração Pública em 1986. Morreu de câncer em 6 de abril de 1982, em Los Angeles, Estados Unidos.

Nos Estados Unidos foi *Visiting Fellow* da Yale University, professor visitante da Wesleyan University em 1972/73 e professor visitante e depois *full professor* da Escola de Administração da Universidade do Sul da Califórnia. Foi também professor visitante da Universidade de Santa Catarina. Seus dez livros e numerosos artigos foram publicados em inglês, francês, espanhol e japonês.

Guerreiro Ramos era uma personalidade marcante, admirado e odiado, altamente crítico. Na universidade, quando grande número de professores era de estrangeiros, não reverenciava nenhum professor. Aluno de Arthur Ramos, chamava-o de “o idiota” e deixou de frequentar suas aulas. Deputado federal, desafiou seu partido – o Partido Trabalhista Brasileiro – e a Igreja.

Rômulo Almeida, que o recrutou para a Secretaria de Educação em Salvador e o chefiou na Casa Civil da Presidência da República, em 1967 confessou-me seu arrependimento em tê-lo auxiliado. San Tiago Dantas, que lhe conseguiu o primeiro emprego no Rio de Janeiro após um ano de infrutíferas tentativas, foi mais tarde atacado por Guerreiro no Partido Trabalhista Brasileiro.

“Eu sou oportunista”. “Eu não pertenço a nada”. “Não pertenço a instituições, não tenho fidelidade a coisas sociais”. Estas afirmações constam de seu depoimento ao CEPEDOC. Dizia estar sempre à procura de alguma coisa que não é materializada em instituição, em linha de conduta. “Eu sou eu, tenho um destino pessoal”, disse.

Não era nada modesto. Autointitulava-se “o maior sociólogo brasileiro”. “Eu sei tudo”. Depois de Alberto Torres, cujo pensamento admirava, só ele. Em certa ocasião afirmou-me que fazia questão de demonstrar sua inteligência para que todos soubessem do que era capaz. Julgava-se preceptor das gerações brasileiras. Tinha uma opinião clara a respeito do seu país no final de sua vida: “O Brasil é uma merda”; mas tendo nascido aqui, tinha que salvá-lo. Admitia claramente seu messianismo.

Era consciente de que parte das hostilidades que enfrentou no Brasil tiveram relação com sua cor. Cassado pelo golpe de 1964, sua ficha no Conselho de Segurança Nacional dizia: “Mulato, metido a sociólogo”. Ao saber disso, Guerreiro pediu que lhe mostrassem a ficha de Afonso Arinos e disse que ela não se referia a sua cor. “O Brasil é um país de cretinos”, disse.

Outra parte das hostilidades atribuía aos comunistas. Foram eles – no dizer do próprio Guerreiro – que o acusaram de colaboracionista por haver pertencido ao movimento integralista na juventude, impedindo sua nomeação para professor da Faculdade de Filosofia. Juntamente com uma facção do movimento nacionalista, foram os comunistas que moveram a campanha de que foi vítima após sua saída do ISEB(6).

Sentia-se feliz nos Estados Unidos e dizia que o Brasil não lhe deu o que merecia. Mas julgava-se um homem de sorte. “A vida me tem dado imensos privilégios, mais do que eu mereço.”

Em relação à sua obra, possuía “sentimentos contraditórios”. De um lado não gostava de nada, achava “uma merda” porque nada foi acabado (“fui acuado”); de outro lado via lucidez, coisa de intuição. Pretendia produzir um longo estudo com o título *Reescrevendo a História do Brasil*. Ao morrer estava escrevendo *Teoria e Destino*, sua história intelectual, sem narração de fatos. Declarou sua intenção de deixar alguém para fazer um estudo sobre ele, dizendo que “teria que ser um encontro pessoal, sem meditações.”

NOTAS

1. Luiz Aguiar da Costa Pinto, antigo professor de sociologia da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, também baiano, colega de turma de Guerreiro e seu desafeto, dizia-nos que o “drama de ser dois” era de ser ao mesmo tempo intelectual e mulato. Eram fortes inimigos. Dele disse Guerreiro ao comentar os estudos a respeito das relações raciais no Brasil: “Os estudos sobre o negro no Brasil sob o patrocínio da UNESCO foram realizados dentro do melhor padrão técnico, com exceção do que se refere ao negro no Rio de Janeiro, que foi confiado a Luiz Aguiar da Costa Pinto, cidadão sem qualificações morais e científicas. Este carreirista, *doublé* de sociólogo, anteriormente já havia cometido grosseiro plágio. Compare-se L.A. Costa Pinto, *Lutas de Famílias no Brasil* (Brasília, 1949), com *La Vengeance Privée et Les Fondements du Droit International Public*, de Jacques Lambert (Paris, 1936). In: Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo, Rio de Janeiro, Andes, 1954. Págs. 155 (nota).

2. Tendo Guerreiro feito apenas um ano na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, é possível supor que tenha iniciado o curso na Bahia, em 1935 ou 1936, portanto aos 20 ou 21 anos.
3. Guerreiro negava veementemente que o ISEB tenha pretendido ser uma versão da Escola Superior de Guerra, como entendem alguns.
4. Para uma informação a respeito da obra de Guerreiro Ramos ver COSTA, Frederico Lustosa da. *Rev. Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, 17(2) : 155-76, abr/jun, 1983, levantamento bibliográfico realizado para o “Simpósio Guerreiro Ramos: Resgatando uma Obra”, publicado no mesmo número. Alguns trabalhos do autor não figuram neste valiosíssimo levantamento, o que, aliás, é admitido pelo autor.
5. Conforme informação de Wilson Pizza Jr., ex-aluno e amigo de Guerreiro, pela crítica que fazia ao pensamento vigente nas ciências sociais e na teoria das organizações, a *Nova Ciência* teve sua edição recusada por quatorze universidades norte-americanas.
6. Para conhecimento detalhado dos problemas vividos por Guerreiro no período compreendido entre sua saída do ISEB e as eleições às quais concorreu, ver o prefácio de *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1963. Quando esta obra foi editada o autor ainda não havia assumido a cadeira de deputado federal. Ainda era suplente.

2. Teoria e Método

Em seus primeiros trabalhos, Guerreiro Ramos empenhava -se em difundir o pensamento científico da realidade social.

Concebia a sociologia como instrumento de intervenção na realidade social, ou seja, como tecnologia. Em seu entender, esta intervenção, decorrente da necessidade de solucionar problemas sociais, implicando na manipulação de fatos, é tema não da ciência, mas sim da tecnologia. A função da tecnologia é mobilizar conceitos, noções e princípios das diversas disciplinas com a finalidade de aplicá-los ao tratamento dos fatos. As tecnologias são sociais quando contribuem para o tratamento de fatos sociais. Cada problema social exige tecnologia específica. Por outro lado, os problemas sociais não poderiam ser resolvidos pela aplicação direta dos princípios de uma única ciência. “Qualquer problema social tem várias dimensões.” (ASP, 1944: 14).

O processo de intervenção se daria pela planificação social, que distinguia do planejamento(1). A função da planificação social era a de “achar e instaurar os quadros sociais adequados a uma época, tendo como questões principais: a) descobrir o sistema de forças atuantes em uma sociedade; b) inventar as instituições novas capazes de pôr em funcionamento a estrutura social. Enquanto a planificação é de natureza sociológica, o planejamento é de natureza administrativa. Este é condicionado por aquela.”

A sociedade já era considerada um processo. “O presente modo sociológico de ver a sociedade é o que a considera como um processo, isto é, o que a considera como algo em mudança, em devenir, e não como um conjunto de instituições naturais, estabelecidas de uma vez por todas. A visão quietista da sociedade é característica da mentalidade primitiva e das épocas em que a elaboração da concepção do mundo está monopolizada por uma minoria esclarecida: épocas, portanto, das quais o presente estágio de nossa civilização está muito longe.” (APLS, 1946: 5).

Os problemas sociais eram o alvo da atenção do Autor nesta fase, tendo a respeito deles formulado uma teoria. “Uma determinada condição social

toma, em uma época determinada, o caráter de problema social porque discrepa do que se considera normal. Cada sociedade erige determinadas condições sociais à categoria de problema social em função da filosofia social dominante ou genericamente adotada por seus membros. Não há, portanto, no setor das questões sociais uma normalidade *sub-especiae aeternitatis*, isto é, válida universalmente, independente de tempo e espaço.” (ASP, 1944: 20-1). Outra condição da noção é a idéia de perfeitibilidade. “Quem afirma a existência de problemas sociais em uma sociedade, admite que está mal organizada, defeituosa; em suma, admite sua perfeitibilidade.” Em abono ao conceito por ele formulado, Guerreiro analisa o conceito de problema social formulado por alguns autores.

A resolução dos problemas sociais é condicionada histórica e socialmente pelos *principia media*, noção elaborada por Karl Mannheim que significa as forças configuradoras de cada etapa histórica, de importância fundamental na planificação social. A este respeito, Guerreiro faz observações sobre a idéia de progresso como aplicação da razão na condução dos negócios humanos em contraposição à tradição, e a respeito do individualismo no período liberal. A idéia de perfeitibilidade através de procedimentos racionais é recente e coexiste com outros tipos de concepção. Como processos de resolução dos problemas sociais o Autor indica a manipulação das atitudes e da opinião pública pela propaganda e pelos mecanismos de pressão, além da efetiva transformação das condições consideradas anormais mediante aplicação das tecnologias sociais. Esta solução, entretanto, é dificultada pelos “interesses investidos” e pela falta de pessoal habilitado para realizá-la.

Guerreiro já mostrava uma visão integrada dos fenômenos sociais, considerando em seus estudos os aspectos psicológicos, biológicos, culturais, políticos, históricos, econômicos e administrativos de modo inter-relacionado.

As categorias principais empregadas em seus trabalhos na fase inicial de sua obra (estrutura, fase, área, classe, *principia media*) foram sistematizadas na *Nota Metodológica*(2) e assim formuladas:

a) Estrutura: Representa uma reação contra o elementarismo e o unilateralismo da ciência clássica, segundo os quais os fenômenos ocorrem em um universo sem realce, impulsionado por enteléquias. A sociologia elementarista formula um conceito de sociedade na acepção do gênero huma-

no presumindo a existência de leis sociais de conteúdo ético e normativo. De acordo com Marx, não existe “a sociedade”, mas estruturas sociais limitadas “cujas partes estão dinamicamente inter-relacionadas, de modo que a mudança de uma resulta na transformação de todas elas” (*Op. Cit.*, 13). Cada estrutura social gera sua demografia e suas leis de população.

b) Fase: Trata-se de conceito derivado do dinamismo das estruturas. “As estruturas econômicas e sociais desenvolvem suas leis em uma sucessão de fases através das quais realizam suas possibilidades. Embora Durkheim tenha usado o conceito como abordagem no estudo da divisão do trabalho social, foi Müller-Lyer quem elaborou o “método faseológico”. Cada fase possui “linhas diretrizes”, que estabelecem a forma em que os fenômenos adquirem dentro dela. Dentro de cada fase do processo evolutivo das estruturas econômicas e sociais, os fenômenos demográficos se comportam diferencialmente, como por exemplo o quadro nosológico das populações nas sociedades capitalistas. Os países em fase de subdesenvolvimento apresentam alto índice de mortes por tuberculose e outras enfermidades do aparelho respiratório, endemias e baixa duração média de vida. Nos países desenvolvidos os altos índices cabem às doenças do coração, câncer e outros tumores malignos, nefrites e acidentes, sendo alta a duração média de vida.

A fase é uma categoria útil na diferenciação dos arcaísmos, sobrevivências e antecipações dentro das estruturas que conduzem à situação chamada por W. Pinder de “contemporaneidade do não-contemporâneo” e que constitui um fator de particularização do processo evolutivo.

c) Área: “Acentuando o aspecto espacial, a noção de área se associa às duas anteriores para dar-lhes maior precisão sociológica”. Durkheim utilizou a abordagem espacial com a expressão “morfologia social” – estudo do número e da natureza das partes da sociedade e da maneira de como estas se colocam sobre o solo. Posteriormente a sociologia norte-americana empregou o conceito de ecologia humana, também de sentido multidimensional, para explicar os fenômenos não em termos de causa e efeito, mas em função de um campo de forças em que transcorrem.

d) Classe: “A categoria classe social corrige a generalidade do conceito de estrutura econômica e social”. Não é um todo homogêneo, mas representa vários estratos, distintos uns dos outros por características bem marcadas.

Sugere a dimensão vertical da sociedade e é importante nos estudos demográficos.

O principal trabalho de Guerreiro Ramos nesta fase inicial é *Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho (Ensaio de Sociologia do Conhecimento)*, elaborado em 1949 e publicado no ano seguinte, tese para concurso no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Este trabalho – marco nos estudos do Autor a respeito da administração – identifica a um só tempo a importância da história, da razão e da sociologia do conhecimento em sua obra. A tese aponta a influência que já exerciam em seu pensamento Max Weber – de quem lera *Economia y Sociedad* em 1944 e objeto do artigo *A Sociologia de Max Weber* (1946) – e de Karl Mannheim. Em 1946 o autor já havia publicado *Notas sobre Planificação Social*, apoiado em Mannheim. Em *Sociologia Industrial* (1952) Guerreiro dedica um capítulo ao estudo das novas formas de pensamento racional(3) onde, citando Mannheim como já o fizera em *Administração e Política à Luz da Sociologia* (1946), emprega os conceitos de racionalidade funcional e racionalidade substancial, com comentário em longa nota. Após discorrer sobre os racionalismos grego, medieval e moderno, onde analisa a nova estrutura conceitual da ciência, encerra o capítulo dizendo: “Frente aos problemas de reconstrução da sociedade suscitados pela rápida industrialização que se opera em países europeus, a partir da segunda metade do século XVIII, a ideologia do progresso se transforma em sociologia, dentro das categorias do moderno racionalismo”. (SI, 1952: 43).

A partir de 1953 o pensamento de Guerreiro assume novo caráter. Passa a estudar o pensamento sociológico brasileiro e denuncia sua alienação. Seu primeiro trabalho neste sentido foi *O Processo da Sociologia no Brasil – Esquema de uma História de Idéias*(4).

Guerreiro parte da crítica do ideal da sociologia universal. “O ideal dos sociólogos é a sociologia “universal”, isto é, uma sociologia histórica e sobretudo nacionalmente descomprometida, uma sociologia tanto quanto possível aproximada, quanto ao grau de abstração, da física ou da matemática.” (PSB, 1953: 7). Para ele, nem a física nem a matemática se eximem da contingência histórica, observando-se em ambas seu impacto não só na estrutura teórica como também na problemática destas ciências. “As categorias da física e da

matemática e os seus problemas refletem condições históricas. Os conceitos de espaço e de número são correlatos de específicas transformações econômicas e sociais.”(Idem, idem). Por outro lado, também o esforço do cientista – em nossos dias como em outros tempos – sempre foi politicamente dirigido, o que explica não só o desenvolvimento da geometria entre os egípcios e a álgebra entre os árabes, “para não falar, no presente, em que os progressos da física atômica são devidos, pelo menos em parte, a propósitos políticos.”(Idem, idem).

Para Guerreiro a universalidade da sociologia estava muito distante do horizonte contemporâneo. Só a emergência de uma “sociedade mundial supranacional” a tornaria possível. Mesmo assim “ainda que se atingisse a unidade cultural do gênero Humano, através da “unificação” das ciências e das categorias de toda a vida interior do homem, subsistiria a contingência mesma da espécie, limitando a perspectiva do conhecimento.” (Op. cit: 8).

Embora admitindo o direito de proceder a um ato de fé na inteligência e acreditar na possibilidade da sociologia universal, diz: “O fato é que em todos os sistemas sociológicos criados até agora se fragrancia o impacto de contingências espacio-temporais. Foram imperativos práticos que suscitaram o aparecimento da sociologia e são ainda estes imperativos que estimulam, atualmente, o seu desenvolvimento, nos vários países.” (Idem, idem). Em cada país se registra uma direção e uma problemática específica do pensamento.

Na opinião do Autor, as sociologias em países como a França, a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos têm sido “Instrumentos de decifração nacional”, tem servido a imperativos práticos que estimulam o seu desenvolvimento e são diferentes em cada país. As formulações teóricas de Weber, Durkheim, Spencer, ainda que se pretendam universais, estão presas às tradições e permeadas de influências nacionais. Seus conceitos são historicamente condicionados. Os compêndios de sociologia possuem temas que diferem de país para país, e, ao servirem para “adestrar os docentes em hábitos de pensar adequados à compreensão de sua circunstância existencial, exercem uma função integrativa.” (Op. cit: 9).

“O ideal da sociologia universal nos países líderes do pensamento sociológico é, assim, um sintoma de etnocentrismo. Nos países culturalmente coloniais, é uma superafetação compensatória do complexo de inferioridade de

certos elementos de elite.” (Idem, idem).

A sociologia de países europeus tem sofrido significativa distorção quando assimiladas por pensadores de países como a Índia, a China, o Japão ou a Rússia, passando a ser utilizada, por divulgadores, como “instrumento de construção nacional” depois de um período de apresentação ao público esclarecido (5).

Em países como o Brasil, colonizados e descobertos, a sociologia tem assumido, por vezes, atitudes paradoxais. Neles se observa uma tensão entre duas correntes: “uma que representa o esforço de criação desses países e outra que consiste simplesmente numa glosa das orientações doutrinárias vigentes nos centros de cultura estrangeiros.” (Op. cit.: 10). Enquanto a primeira só encontra ressonância nos meios populares, manifestando-se timidamente nos meios letrados e pedindo desculpas por sua existência, a segunda tem grande poder de penetração entre os letrados e se difunde como “verdadeira moda”.

No Brasil a corrente de pensamento orientada no sentido da “dessateliação histórica” é representada por Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana, corrente que posteriormente Guerreiro denominaria de *sociologia autêntica*(6). A outra corrente é iniciada por Tobias Barreto e se prolonga com Pontes de Miranda, Tristão de Ataíde, Pinto Ferreira e Mário Lins. Guerreiro a denomina de *sociologia consular*(7). Enquanto esta última, por muitos aspectos, pode ser considerada uma expansão cultural dos Estados Unidos e da Europa, por ser transplantada e apologética, a primeira aproveita a experiência universal procurando servir-se dela como instrumento de autoconhecimento.

Guerreiro Ramos analisa o pensamento de cada um desses autores e examina em particular o caso de São Paulo, corporificado na Escola de Sociologia e Política. “São Paulo é o único Estado da União em que as elites governantes procuram organizar o ensino e a pesquisa em sociologia, com objetivos práticos, de caráter institucional”. (Op. cit.:29).

Para o Autor, “a tarefa essencial dos novos sociólogos parece-me consistir em dar a esta ciência o caráter de instrumento de organização da sociedade brasileira” (Op. cit.: 31). Dos muitos obstáculos a vencer aponta, em primeiro lugar, a necessidade de neutralizar a influência do legado do transoceanismo, da tendência consular, legado este que goza ainda de muito prestígio e tem a

seu favor todo um complexo de inferioridade, de caráter nacional” (Idem, idem). Em segundo lugar aponta “o recente incremento da difusão, entre nós, da sociologia norte-americana” que “vem-se constituindo num fator poderoso de obnubilação dos que se estão iniciando nesta ciência.” (Idem, Idem). E conclui: “O problema da organização da sociedade brasileira não é, em primeiro lugar, um problema da formação do caráter do cidadão brasileiro, um problema para missionários. É primordialmente o problema da forma mesma que esta sociedade deve assumir, forma que, no caso do Brasil, tem de ser obra de criação sociológica.” (Idem, idem, 41).

Para Guerreiro Ramos a sociologia não era um beletismo, uma erudição, mas sim um conhecimento dotado de funcionalidade, com finalidade definida: a organização da sociedade brasileira. Ele passa da abordagem dos problemas sociais (saúde, mortalidade infantil, padrão de vida) para o problema nacional da organização da sociedade. De comum com a fase anterior havia o caráter instrumental da sociologia. Mudava a escala da intervenção.

Esta concepção orientou as recomendações que Guerreiro submeteu à apreciação do II Congresso Latino Americano de Sociologia, que teve lugar no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre 10 e 17 de julho de 1953. Na qualidade de presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais, apresentou ao referido certame documento contendo as seguintes recomendações:

“1^a.- As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2^a.- A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3^a. – No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4^a. – No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas

e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimento em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª. – O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª. – É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de carácter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª. – Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações.” (CART., 1954: 15-7; ICSB, 1957; 77-8).

A rejeição das teses e a atitude dos congressistas perante o autor (segundo ele próprio)(8) deram origem a uma série de artigos publicados no *Diário de Notícias* – na época um dos principais jornais do Rio de Janeiro(9) – posteriormente reunidos na *Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo (Prefácio a uma Sociologia Nacional)*, editada em 1954 (10).

A formulação da sociologia nacional foi duramente criticada(11). Uma das oposições mais significativas foi desenvolvida por Florestan Fernandes, nome representativo da experiência universitária paulista, antes elogiado por Guerreiro Ramos pela conquista do estatuto universitário para a sociologia. Dele dizia Guerreiro Ramos: “...não vejo quem melhor do que ele esteja preparado para missão tão importante.” “Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará, com ele, o seu primeiro clássico universal, no campo da antropologia.” (PSB, 1953: 30).

Guerreiro Ramos é citado por Florestan Fernandes como exemplo de equívoco no que concerne às obrigações para com o desenvolvimento empírico-indutivo da sociologia, representando-as de forma unilateral e incompleta. Citando as recomendações 4 e 7, as acusa de inconsistentes. “Acima de tudo, ressalta a tendência de considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, de negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico. Na verdade, atrás dessa tendência oculta-se uma formidável falácia.” (PSB, 1958: 224). Concordando que o cientista moderno necessita ter consciência das vinculações e dos produtos de seu trabalho intelectual com a sociedade em que vive, afirmou: “Mas, também é patente que nenhum cientista conseguirá pôr a ciência a serviço de sua comunidade, sem observar, de modo íntegro e rigoroso, as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico.” (Idem, idem, idem). A crítica de Florestan Fernandes é ácida e bem representativa da sociologia acadêmica. Quanto à primeira tese, defende o estudo de detalhes da vida social como contribuição para o desenvolvimento da “pesquisa empírica sistemática”. Além disso justifica a escolha de “detalhes da vida social” como alternativa segura de conhecimento das estruturas nacionais e regionais. O rigor dos procedimentos possibilitaria ao investigador “generalizar as explanações descobertas”, dentro de limites de abstração que “ele próprio poderá estabelecer”. É este procedimento preferível ao “sedio padrão histórico-sociográfico a que nos habituamos.”

No tocante à segunda recomendação, Florestan Fernandes qualifica de “verdadeiramente abstrusa” a relação que se pretende estabelecer entre o conhecimento sociológico e a estrutura social. “O que se poderia chamar de “exigências de precisão e refinamento” não decorre do “nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais”, mas dos critérios de explicação científica na sociologia.” (Idem, idem, idem). Diz Florestan que todo tipo de estrutura social apresenta complexos problemas à observação e à interpretação, independentemente de seu grau de diferenciação. Por outro lado, prossegue, países que, como o Brasil, possuem caracteres diferenciais associados ao estado rudimentar em que realizam o tipo de ordem social para o qual tendem, antes complicam que simplificam as tarefas intelectuais do sociólogo.

Quando se trata de países subdesenvolvidos, o sociólogo precisa estar preparado não só para manipular os recursos de investigação sociológica, mas de criar uma estratégia peculiar de trabalho que ao mesmo tempo assegure: “1) a seleção de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre *perturbada* pelo impacto de *influências extra-científicas* (grifos nossos); 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social.” (op. cit.: 226). Em países como o Brasil, que oferecem limitações às possibilidades de expansão do sistema científico, qualquer espécie de investigação que se consiga realizar deve ser desenvolvida “de acordo com os padrões mais rigorosos de trabalho científico”. O sociólogo precisa ser realista na escolha das áreas de especialização, “sem pautar suas contribuições pelo “nível cultural genérico” do ambiente.” (Idem, idem, idem). Aqui a sua responsabilidade leva a outras obrigações. “Se comunidades pobres investem recursos financeiros escassos na expansão da pesquisa científica, isso ocorre porque elas necessitam, de modo inadiável, dos conhecimentos que a ciência pode proporcionar”, afirma ele.

Concordando com Guerreiro quanto à ética da responsabilidade dos cientistas em face do meio social em que vivem, diz Florestan que eles precisam estar atentos a “duas coisas distintas”: destino de suas descobertas e relação entre a organização da pesquisa científica e a estrutura social da comunidade. Segundo ele, o caráter recente da experiência brasileira de formação e treinamento dos cientistas na constituição de convicções compatíveis com ambas as questões “faz com que, mesmo especialistas esclarecidos, cheguem a representar-se suas obrigações para com o desenvolvimento empírico-indutivo da sociologia de forma unilateral e incompleta”. E cita Guerreiro Ramos como um dos melhores exemplos (A Etnologia e a Sociologia no Brasil, 1958: 223). A crítica foi respondida por Guerreiro (12).

A análise da sociologia brasileira prosseguiu em *Notas para um Estudo Crítico da Sociologia no Brasil*(13). Neste trabalho Guerreiro aprofunda a crítica ao pensamento sociológico vigente e formula a teoria do objeto deste pensamento – a realidade nacional – criticando sua interpretação.

Como no trabalho anterior, compara a sociologia e as ciências sociais

com a física e a matemática, agora com fundamento epistemológico. Diferentemente do conhecimento físico-matemático, no conhecimento dos fatos sociais ocorre flagrante influência do contexto sociológico do pesquisador. “Sendo o homem um “ser em situação” ou um ser historicamente construído, não se dá para ele aquela circunstância, suposta por Descartes e Émile Durkheim, em que um EU se defronta com a realidade histórico-social, como se esta fosse suscetível de ser apanhada, em sua essência, por um pensamento soberano, liberto de julgamentos de valor, de pré-noções e mesmo de tendenciosidade.” (ICSB, 1957: 17).

A compreensão objetiva de uma sociedade nacional é resultado de um processo histórico. “Na verdade, no domínio da realidade histórico-social, o sujeito pensante e o objeto se compenetraram ou são faces de um mesmo fenômeno. Isto não quer dizer que a objetividade seja impossível naquele domínio. Quer dizer que ela se define em termos de perspectiva e que, portanto, dadas várias explicações de um mesmo fato, a mais objetiva é a que alcança maior número de aspectos, é aquela em função da qual se torna perceptível a infra-estrutura e o caráter residual, tributário ou ideológico das outras; é aquela que traduz a vortorialidade ou direção tônica, ou dominante, dos acontecimentos.” (Idem, idem, idem).

A sociologia que se vinha praticando entre nós pouco representava como efetiva indução de processos e tendências da sociedade brasileira em face da “lógica da dominação colonial”. Só recentemente ocorrem *pressões reais* que capacitam a disciplina sociológica a tornar-se suporte de uma interpretação objetiva da sociedade brasileira.

Avaliando genericamente o início dos estudos academicamente definidos como sociológicos no Brasil, o Autor toma a data de 1878, ano em que Benjamin Constant fundou a “Sociedade Positivista” do Rio de Janeiro. À luz da perspectiva do autor, ao longo daqueles setenta e seis anos os trabalhos sociológicos ostentavam *defeitos* assim arrolados:

Simetria – “Via de regra, o sociólogo indígena está sempre disposto a adotar literalmente o que nos centros europeus e norte-americanos se apresenta como mais avançado. É comovente, mesmo, o esforço do profissional brasileiro e de países de formação semelhante ao seu, a fim de colocar-se *up to date* com a produção sociológica dos países líderes da cultura ocidental. Daí

decorre que a disciplina sociológica, tal como se espelha em nossos livros, se transforma, no curso do tempo, ao compasso das mudanças que se verificam conjuntamente nas sociologias européias e norte-americanas.” (Op. cit.: 19).

Guerreiro afirmava a existência, na sociologia praticada no Brasil, de uma espécie de “falar correto” semelhante aos cultores da língua pura que renunciavam aos critérios comunitários de correção em favor dos critérios artificiais importados. “...do mesmo modo se pretende praticar a sociologia no Brasil, de maneira hipercorreta, literalmente tal como no exterior”. (Op. cit.: 20).

Sincretismo – “.. os nossos autores estão sempre dispostos a fazer aqui a conciliação de doutrinas que, nos próprios países de origem, são incompatíveis.” (Idem, idem, idem).

Dogmatismo – “Consiste na adoção extensiva de argumentos de autoridade na discussão sociológica, ou em certa tendência a discutir e avaliar fatos através da mera justaposição de textos de autores prestigiosos.” (Idem, idem, idem).

Dedutivismo – “Decorre diretamente do dogmatismo. Desde que se empresta aos sistemas estrangeiros o caráter de validade absoluta, eles passam a ser tomados como pontos de partida para a explicação dos fatos da vida brasileira.” (Op. cit.: 21). “A característica do dedutivismo é a abstração da contingência histórica, é a identificação do presente do nosso país com o presente de países outros em fase superior de desenvolvimento ou, de qualquer modo, de formação histórica diferente da nossa.” (Idem, idem, idem). O dedutivismo, na opinião de Guerreiro, era perceptível nos trabalhos de sociólogos brasileiros afcionados do marxismo, principalmente quando tentavam explicar nossos problemas políticos e jurídico-sociais. Muitos o faziam segundo estudos marxistas aplicados a países estrangeiros, ou segundo aplicação mecânica das categorias marxistas.

Alienação – “A alienação da sociologia no Brasil decorre de que ela não é, em regra, fruto de esforços tendentes a promover a autodeterminação de nossa sociedade. Em face desta, o sociólogo brasileiro tem realmente assumido uma atitude perfeitamente equivalente à do estrangeiro que nos olha a partir de seu contexto nacional e em função deste nos interpreta.” (Op. cit.: 22).

Inautenticidade – “A inautenticidade é o que resulta de todas as caracte-

rísticas anteriores. Com efeito, o trabalho sociológico, em nosso país, não se estriba em genuínas experiências cognitivas. Em larga escala, as categorias e os processos que o sociólogo indígena usa são recebidos, por ele, pré-fabricados. Não participando de sua gênese, ele domina escassamente tais categorias e processos.” (Op. cit.: 23). A versatilidade que tem caracterizado o sociólogo brasileiro de certo modo denota sua imaturidade. “A versatilidade não é, entretanto, uma característica dos centros de pensamento de grande autenticidade.” (Idem, idem, idem).

O Autor ilustra a identificação de cada um destes defeitos da sociologia praticada no Brasil apontando estudos de autores nacionais. Como exemplo de dogmatismo mostra as atitudes apologéticas dos positivistas, para os quais as receitas de nossos males estariam compendiadas por Augusto Comte. Os positivistas são também exemplo de dedutivismo ao tentarem explicar a evolução do Brasil à luz das leis gerais da evolução. Como modelo da visão alienada do Brasil aponta *Retrato do Brasil* (1928), de Paulo Prado. Para ele o povo brasileiro é triste, luxurioso, cobiçoso e romântico.

Para o Autor sua crítica não implicava posição normativa perante a sociologia no Brasil, uma vez que ela vinha sendo o que não poderia deixar de ser. O que habilitava o estudioso a perceber os defeitos “é o fato de que está inserido numa configuração econômico-social que lhe dá nova perspectiva.” (Op. cit.: 25) E mais adiante, diz: “Sua visão diferente dos fatos da vida nacional é resultado de um processo histórico. A sociedade brasileira, por força principalmente das suas transformações materiais, está alcançando grande capacidade de autodeterminação e este tato se reflete no plano ideológico.” (Idem, idem, idem).

O trabalho de formulação de uma sociologia nacional era possibilitado por dois fatores: a) a sociedade naquela fase dispunha de condições reais (transformações materiais) que permitiam um trabalho consciente; b) naquele momento histórico o imperialismo entrava em crise e os países periféricos se empenhavam no caminho da auto-afirmação.

Caracterizando o que entende por sociologia nacional, Guerreiro reitera seus argumentos de *O Processo* e afirma que a descoberta da historicidade veio possibilitar o refinamento científico das ciências sociais e da sociologia. Seus argumentos são colocados em termos mais claros. A sociologia, como toda

ciência, é universal como “método de pensar, corretamente, os fatos. Este método não é um na Alemanha, outro na Inglaterra, outro na França, outro no Brasil. É o mesmo em toda a parte.” (Idem, idem, idem).

A universalidade da ciência, entretanto, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente. “Desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida em que seu pensamento seja autêntico, terá que refletir as peculiaridades da circunstância em que vive. *A sociologia se diferencia nacionalmente quanto aos temas e aos problemas de que trata.* (grifo nosso). Desde que determinada sociedade se autodetermine, o trabalho sociológico tende aí a perder a disponibilidade e a tornar-se instrumento desta autodeterminação.” (Op. cit.: 25-6).

Após *Ideologia da Jeneusse dorée* (1955) e *O inconsciente sociológico* (1956)(14), Guerreiro publica *A Problemática da Realidade Brasileira*(15), onde trata o tema como introdução metodológica..

Afirmando que o tema “desde que gravemente considerado”, envolve questões que podem ser incluídas entre as mais complexas do pensamento sociológico contemporâneo, critica a desatualização dos que se ocupam em definir a sociedade nacional em termos globais. O reconhecimento de tal situação, entretanto, é um sintoma promissor, possibilitando aos sociólogos que dela se apercebem tornarem-se capazes de conjurar o desafio.

Entende que “a realidade nacional nada mais é do que a realidade social constituída pelos ingredientes peculiares de uma nação.” (IPB, 1956: 13).

Desenvolvendo sua metodologia, faz crítica aos que admitem a realidade social como algo “coisificado”, objetivado, exterior ao homem. “A essa atitude, sem dúvida, corresponde uma redução da perspectiva à sociedade produzida, isto é, aos aspectos objetivos da realidade social, aos aspectos em que se nos apresenta externamente, em seu revestimento empírico.” (Op. cit.: 14). Embora essa realidade nos seja dada diretamente na forma empírica de seus ingredientes (base geográfica, população, atitudes, símbolos, condutas padronizadas etc.), trata-se da realidade social produzida. Não se alcança a noção completa de realidade social enquanto se pretenda reduzi-la àqueles ingredientes.

O conceito de realidade social em termos empíricos foi esposado pela sociologia desde seu início e “até o presente não se livrou desse vício de origem como seria de desejar.” A sociologia positivista pretende ser a ciência dos

“fatos” e deles induz as suas leis. “O empirismo sociológico concebe os fatos sociais como se fossem neutros, como neles não estivessem investidas intencionalidades humanas.” (Op. cit.: 15). A tentativa daqueles que pretendem elaborar a compreensão da sociedade nacional por meio de mera coleção de fatos, estudos monográficos e outros procedimentos próprios da teoria sociológica e antropológica norte-americanas é uma demonstração desse empirismo.

Apoiando-se em Georges Gurvitch, Hans Freyer e Herman Heller, Guerreiro Ramos afirma a existência de uma realidade social em produção, em participio presente. “Os ingredientes empíricos da realidade se dinamizam pela mediação do homem. A realidade social se efetiva enquanto o homem se apropria daqueles ingredientes objetivos que encontra produzidos por outros homens relacionados entre si.” (Op. cit.: 14).

Em seu entender, o criticável no positivismo e no empirismo (pelos quais se pautava o trabalho sociológico nos Estados Unidos, na Europa e nos países colonizados) não é a preocupação com os fatos, mas a sua concepção. Trata-se de uma concepção “que subestima o papel fundamental da PRAXIS na compreensão sociológica, admite que o significado dos fatos sociais passa a ser apreendido pela mera percepção dos seus revestimentos empíricos, ou atribui à percepção externa, sensorial, nas funções cognitivas, importância que ela não tem.”

Segundo Ernst Bloch, afirma que o pensamento “deve partir dos fatos não para deter-se neles, como simples conteúdos sensíveis, nem tampouco para somá-los indiferentemente, porém com a finalidade de considerá-los como indícios de um processo, procurando neles descobrir conexões efetivas e atuantes, que não são precisamente os fatos, nem descrição deles, mas produto da função do pensar, que recebe o nome de conhecimento.

“Em todo fato social se contém mais do que o puramente *fenomênico*, pois o seu significado só pode ser apreendido mediante “um processo de interação que relaciona o pensamento e a realidade, a teoria e a prática.” (Op. cit.: 16). Citando Luckács o autor escreve: “Os fatos não podem ser compreendidos como fatos isolados, separados, fixos, mas como elos de uma conexão infinita, como partes de uma totalidade significativa.” (Idem, idem, idem). “Os ‘fatos’ são manifestações, aparências da conexão universal, de uma totalidade e, portanto, contêm mais do que significa diretamente o seu revestimen-

to externo.” (Op. cit: 16-7).

Além do empirismo, a compreensão da realidade nacional é prejudicada pela sua interpretação em termos da preponderância de determinado fator, “seja a raça, seja o clima, ou outra condição geográfica, seja a economia, seja a cultura, seja a alma ou o caráter nacional, ou outro fator.” (Op. cit.: 17). A realidade social jamais pode ser resultante de um fator isolado. Guerreiro argumenta: “Em primeiro lugar, porque o seu verdadeiro sujeito é sempre o homem. É o homem que, pela mediação, efetiva a realidade social. É ele que faz a sociedade, não segundo o seu arbítrio, não como lhe apraz, mas de acordo com as possibilidades do contexto de que faz parte.” (Idem, idem, idem). Em uma teoria não dogmática da realidade social, a mediação do homem é o aspecto fundamental a ressaltar. Embora admita a influência de determinados fatores e mesmo a eventual preponderância deste ou daquele, a teoria não “antropomorfiza” nenhum fator isolado, ou seja, não aliena do homem seu atributo de mediador. Considera, ademais, os fatos sociais como fenômenos sociais totais “cujos diferentes aspectos perdem o sentido desde que são isolados “(16).

Guerreiro renova sua advertência contra os perigos do academicismo já feita na “Cartilha” e propugna pelo engajamento. A fecundidade do trabalho sociológico será alcançada na medida em que se propuser a diagnosticar a problemática da sociedade em que vive o estudioso. “Neste caso, especialmente, deverá seguir a regra de Jaspers, segundo a qual a condição fundamental para descobrir a verdade é a apropriação de sua base histórica.” (Op. cit.: 19).

Com este referencial metodológico, ou como diz o Autor, “partindo de um *sum* (sou brasileiro) se propõe a empreender um esforço tendente a contribuir para a compreensão global da sociedade, tarefa que julga prioritária no domínio das ciências sociais em nosso país. Considerando aspecto fundamental da problemática do país a tensão entre as forças centrípetas e as forças centrífugas, a ilustra com o impasse da estrutura econômica (17). O impasse era caracterizado pela coexistência de duas sociedades: “uma velha, com todos os seus compromissos com o passado; outra nova, implicando novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado em círculos de vanguarda.” (Op. cit.: 21).

A identificação da problemática da realidade brasileira é feita a partir da constatação do impasse. “O cisma referido é o fato básico, constitutivo da

atual problemática da realidade brasileira, ou seja, da crise que o país está vivendo.” (Idem, idem, idem). Entendia que, embora fosse dolorosa, a crise possibilitava – pela consciência que propiciava – tirar partido. “Se (...) podemos descrever de modo crítico a velha sociedade, é porque estamos saindo dela e olhando-a do ponto-de-vista da sociedade nova.” (Op. cit.: 21-2).

Nessa perspectiva que se caracteriza pelo que nega, o Autor elaborou uma tipologia da então presente circunstância brasileira utilizando como categorias compreensivas a duplicidade, a heteronomia, a alienação, o amorfismo e a inautenticidade.

Duplicidade – Embora descoberta no campo econômico graças a Ignácio Rangel, é uma característica global do país. País colonizado configura-se como um externamente e outro internamente. No plano externo, o país assume a forma dominante na esfera internacional por um processo de transplantação. No plano interno, ao contrário, o país possui peculiaridades que, se analisadas pormenorizadamente, chegam à multiplicidade.

Heteronomia – Característica dos países coloniais que não chegaram a adotar um estilo cultural próprio, aderindo aos moldes culturais e tecnológicos de maior prestígio. O complexo institucional do país é induzido da realidade de outros países, assim como os hábitos de consumo.

Alienação – Contrária à autodeterminação, esta categoria indica a deficiência de comando da sociedade brasileira por si própria, bem como a precariedade na manipulação dos fatores de seu desenvolvimento. O Brasil tem sido “proletariado externo dos países do centro econômico. Pela alienação, esta sociedade é induzida a ver-se a si mesma segundo uma óptica que não é a própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é sujeito.” (Op. cit.: 27).

Amorfismo – A sociedade brasileira dispersa suas energias psíquicas sem alcançar objetivos, não as acumula ou introverte-se esterilmente por falta de formas que organizem seu esforço e lhe propiciem antecedentes e conseqüentes. Sociedades como a brasileira são desprovidas de pautas consistentes nas quais possa transcorrer o esforço coletivo em dada época e de geração em geração.(18).

Inautenticidade – Categoria da filosofia da existência, refere-se a toda espécie de existência falsificada ou perdida em mera aparência. “Consiste em

pautar-se o país econômica, política, social e culturalmente por normas que não permitem a atualização de suas possibilidades e que vigoram à custa de contínuo *déficit* de seu ser.” (Op. cit.: 29-30).

A percepção dos aspectos negativos da sociedade brasileira era indício positivo, sintoma de que nela já existiam os suportes objetivos de uma consciência crítica. Esta consciência crítica já era manifestada em momentos esporádicos (Visconde do Uruguay, Barão de Mauá, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Pandiá Calógeras). A consciência crítica, entretanto, começava a generalizar-se. “É que a consciência crítica de uma nação é também um produto histórico. Só surge quando é historicamente necessária. Quando a nação já possui as condições que lhe permitem apoderar-se do seu destino.” (Op. cit.: 31).

A realidade brasileira continuou a ser estudada. Em *Fundamentos Sociais da Administração Pública* (1956) atribuía à transplantação a artificialidade de nossas instituições administrativas. Em *Considerações sobre o Ser Nacional* (1957) criticou os círculos intelectuais brasileiros pela adoção mecânica de idéias importadas e dizia que o “novo cultismo” era resultado do processo de colonização. Na situação colonial o povo não tem consciência do processo nacional que o organiza, não tem história. Fundamentado em Fichte, diz que a emergência do ser histórico é a transição de uma sociedade da idade da inocência para a idade da razão.

O Autor deu seqüência à abordagem da consciência em termos histórico-filosóficos em *Considerações sobre o Ser Histórico* (1957). Para o autor o ponto-de-vista está na raiz de toda especulação. “Quando o ponto-de-vista é o pensamento de uma determinada condição, ilustra o desaparecimento da alienação e o surgir do autoconhecimento.” (Op. cit.). A sociedade brasileira naquele momento possuía um ponto-de-vista implícito. “É a elevação deste novo ponto-de-vista do ponto da meia consciência para o da reflexão que conferirá à nossa sociedade existência histórica significativa.” (Op. cit.). A “sociedade sem história”, segundo Guerreiro, é tema hegeliano. “A história propriamente dita de um povo começa quando este povo se eleva à consciência.” (Op. cit.).

O povo brasileiro vivia a possibilidade de ascensão, sendo necessários esforços para tornar a possibilidade efetiva. A elevação significa compreensão e ciência de uma vida objetiva. “Todo povo está sob o domínio da racionalidade.

Mas um povo só é culto ou histórico quando compreende esta racionalidade e elabora a ciência das leis de sua condição. No plano histórico o sujeito coincide com o objetivo.” (Idem, idem).

Com *A Redução Sociológica* (*Introdução ao Estudo da Razão Sociológica*) (1958), Guerreiro publica seu principal trabalho de fundação de uma sociologia nacional. Trata-se do mais importante trabalho elaborado no Brasil e um dos mais importantes de sua obra.

Diz o Autor na “Nota Introdutória” que as idéias expostas no estudo se vinham formando em sua mente há alguns anos, achando-se implícitas em seus trabalhos anteriores, o que é um fato. A idéia do trabalho foi explicitada pelo autor em 1956, conforme entrevistas concedidas ao *Jornal Última Hora*, do Rio de Janeiro (19), publicadas como apêndice da *Introdução Crítica à Sociedade Brasileira*. Quanto aos trabalhos anteriores, o estudo é uma sistematização de idéias. Trata-se “pelo menos à guisa de esboço, de um método de análise de concepções e de fatos sociais”. Com o texto o Autor se propõe a: 1) “integrar a disciplina sociológica nas correntes mais representativas do pensamento universal contemporâneo”; 2) “formular um conjunto de regras metodológicas que estimulem a realização de um trabalho sociológico dotado de valor pragmático, quanto ao papel que possa exercer no processo de desenvolvimento nacional.” (RED., 1958: Not. Intr.).

Justificando a fundação de uma sociologia nacional, Guerreiro afirma que a tarefa é proposta pelas então atuais condições objetivas do Brasil, idéia já exposta em trabalhos anteriores. Trata-se “de fundação, antes que de fundamentação, pois não se trata de utilizar o repertório já existente de conhecimentos sociológicos para justificar orientação ou diretriz ocasional. Trata-se de algo mais árduo. Reconhecendo no interior da sociedade brasileira a geração de forças que, só a partir de agora, a constituem como centro de referência, trata-se de tomar este fato como suporte da atividade teórica. Há que fazer toda uma sociologia do fundamento e da fundação, que não pode ser realizada nesta oportunidade. O fundamento de uma sociologia verdadeiramente brasileira deve ser, antes de mais nada, um fato, um processo real, um dado concreto.” (Idem, idem, idem).

Convencido de que o Brasil passava por um período fecundo, procurou tirar proveito da oportunidade para uma produção teórica inovadora. O livro

– afirma o autor – é fruto desse otimismo.

Guerreiro Ramos inicia o trabalho dando prosseguimento a seus estudos a respeito da consciência e da realidade nacional (Cap. 1). O fato indicativo da constituição de uma ciência nacional no Brasil era o aparecimento da consciência crítica de nossa realidade. “Nos últimos anos, têm-se registrado em escala crescente acontecimentos de diversas ordens que assinalam a emergência, em nosso meio, de novos esquemas de avaliação e compreensão dos fatos. A ampla repercussão que as idéias renovadoras encontram no público é aspecto relevante dessa mudança de mentalidade.” (Op. cit.: 19). Este estado de espírito, não anelo de uns poucos, mas de caráter generalizado, era reflexo de condições objetivas. Estas condições objetivas, no Brasil, consistem principalmente “no conjunto de transformações da infra-estrutura que levam o país à superação do caráter reflexo de sua economia.” (Op. cit.: 20). Com a industrialização, converteu-se o espaço nacional num âmbito em que se verifica um processo mediante o qual o povo brasileiro se empenha em apropriar-se de sua circunstância. O imperativo do desenvolvimento suscita a consciência crítica.” (Idem, idem, idem). (20).

A autoconsciência coletiva e a consciência crítica são produtos históricos. “Surgem quando um grupo social põe entre si e as coisas que o circundam um projeto de existência.” (Idem, idem, idem). Enquanto “a existência bruta é a que se articula diretamente com as coisas ou transcorre no nível destas e, portanto, sem subjetividade”, a emergência da autoconsciência coletiva numa comunidade tem sido denominada “elevação”, interpretada como um desprender-se das coisas. A passagem de um estado a outro poderia ser denominada de historização.

Julgando urgente entender a natureza da transmutação que populações que pareciam voltadas a uma definitiva condição larvar sofrem em sua existência, incluiu entre os fenômenos a serem estudados o irredentismo de grupos tribais africanos, o nacionalismo dos povos coloniais ou dependentes.

A questão era apresentada como muito atual, pois exprimia um modo de ser jamais vivido por gerações passadas, um modo de ser novo no Brasil, um modo de ser histórico. Significava que o povo brasileiro estava alcançando a compreensão dos fatores de sua situação. O histórico era entendido por Guerreiro como “uma dimensão particular do ser, na qual até agora têm in-

gressado alguns mas não todos os povos. Diz-se que a historização ocorre quando um grupo social se sobrepõe às coisas, à natureza, adquirindo perfil de pessoa coletiva.” (Op. cit: 22).

Guerreiro distinguia a sociedade histórica daquela que carecia deste atributo pela “consciência da liberdade”, a personalização. E prossegue: “A consciência crítica surge quando um ser humano ou um grupo social reflete sobre tais determinantes e se conduz diante deles como sujeito. Distingue-se da consciência ingênua que é puro objeto de determinações exteriores. A emergência da consciência crítica num ser humano ou num grupo social assinala necessariamente a elevação de um ou de outro à compreensão de seus condicionamentos”. (Op. cit: 23). Comparando-a com a consciência ingênua, dizia Guerreiro: “... é um modo radicalmente distinto de apreender os fatos, do qual resulta não apenas uma conduta humana desperta e vigilante, mas também uma atitude de domínio de si mesma e do exterior. Sem consciência crítica, o ser humano ou o grupo social é coisa, é matéria bruta do acontecer.” (Idem, idem, idem). A propagação da consciência crítica em populações da África e da Ásia indica que elas passaram a aspirar à história, exprimiam a legítima pretensão de realizar sua plenitude de pessoa coletiva.

Estudando os fatores genéticos da consciência crítica no Brasil (Cap. 2), o Autor afirmava ser impossível descrever em todos os seus pormenores os fatos que o autorizavam a afirmar que o País vivia uma nova etapa de seu processo histórico-social. Entretanto, como se tratava de mudança estrutural em que esses fatos estavam articulados entre si, aponta entre os mais salientes a industrialização, a urbanização e as alterações no consumo popular.

Em seu entender, não tinham ainda sido exploradas, do ponto-de-vista sociológico, as implicações do processo de industrialização. A envergadura em que transcorria contribuía para caracterizar como nova aquela etapa de nossa evolução. Examinando a história econômica, aponta um movimento interno de transações econômicas crescente que se torna irreversível a partir do surto do ouro, desintegrando a produção doméstica em torno de 1850. Daí até 1929 as exportações cresceram continuamente, fato de extrema significação sociológica. “Mostram que as correntes internas de comércio, bem como a exportação, assegurando o escoamento de nossos produtos a preços altos, induziram a especialização de nossa agricultura e, portanto, a transferência,

para os núcleos urbanos que iam aparecendo, de atividades produtivas até então exercidas no âmbito rural.” (Op. cit.: 30). Por ocasião da depressão mundial dos anos 30, enquanto outros países periféricos estagnavam ou regrediam economicamente, o Brasil continuava a crescer graças ao esboço de mercado interno que conseguira formar. Enquanto no começo do século mais de 80% do valor da importação era de bens de consumo, a situação se inverte na década de 40/50.

Os dados, em seu entender, revelavam que a industrialização, no nível em que se realizava no Brasil, demandava elevada capacidade empresarial de particulares e do Estado e assumia caráter de empreendimento político. O povo brasileiro estava empenhado na realização de projetos. Um povo que projeta enfrenta a sua circunstância de modo ativo, procurando explorar suas potencialidades segundo urgências determinadas e articulando-se no seu contexto espacial de modo distinto daquele que não projeta.

Estudando a urbanização, Guerreiro apontava os “traços rurais” ainda predominantes na sociedade brasileira, conforme indicavam os movimentos de população. A urbanização promovida pela industrialização, incorporava as pessoas a um círculo de intensas relações, sobretudo econômicas. O Autor se refere às modificações na psicologia coletiva (carga de cálculo, individualismo, interesse por padrões de existência) e destacava a politização.

Entendia que, graças ao crescimento do poder aquisitivo que o desenvolvimento acarretava, vinham se verificando não só acréscimos nos consumos vegetativos do povo (alimentação, casa, vestuário) como surgimento de novos hábitos de consumo. “Quanto mais uma população assimila hábitos de consumo não vegetativos, tanto mais cresce a sua consciência política e maior se torna a sua pressão no sentido de obter recursos que lhe assegurem níveis superiores de existência.” (Op. cit.: 40). A subjetividade é aprofundada na medida em que a população se libera dos padrões precários de existência. “Só adquire a possibilidade de autodeterminação o povo que, libertando-se da motivação grosseira, dos mistérios puramente biológicos, transfere seus interesses para motivos cada vez mais requintados.” (Op. cit.: 40-1). Para o autor, a autodeterminação estava associada ao refinamento dos motivos da vida ordinária e à liberação progressiva dos afazeres elementares.

O imperativo do desenvolvimento que se impôs à sociedade brasileira

exprimiam a pretensão do país de determinar-se a si próprio. O país vivia uma fase de sua evolução em que, nos mais diversos domínios, verificava-se uma tensão dialética entre a perspectiva do velho e do novo, da mentalidade colonial e reflexa e a da mentalidade nacional (Cap. 3 – A mentalidade colonial em liquidação).

Também no domínio das ciências sociais essa tensão se verificava. “...Na medida em que os nossos especialistas em ciências sociais não pretendam ficar indiferentes ao sentido centrípeto que a vida brasileira está adquirindo, terão de acrescentar ao esforço de aquisição do patrimônio científico universal o de iniciação em um método histórico de pensar que os habilite a participar ativamente do novo sentido da história do país.” (Op. cit.: 43).

Uma vez que à assimilação literal e passiva dos produtos científicos importados ter-se-ia de opor a assimilação crítica desses produtos, Guerreiro propôs o termo *redução sociológica* para designar o procedimento metódico que procurava tornar sistemática a assimilação crítica não apenas na produção sociológica, mas em todas as ciências da cultura.

O Autor definiu e descreveu a redução sociológica (Cap. 4): “No domínio restrito da sociologia, a redução é uma atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social. A redução sociológica, porém, é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica, tem de servir-se da experiência de outras comunidades.” (Op. cit.: 44). A redução sociológica foi descrita pelos seguintes itens:

1) É uma atitude metódica. “A atitude natural não põe em questão os aspectos diretos dos dados que lhe são oferecidos. A atitude metódica os ‘põe entre parênteses’, isto é, exime-se de toda afirmação ou aceitação desses aspectos, invertendo, por assim dizer, o processo ordinário da atitude natural.” (Op. cit.: 45).

2) Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos. “...os fatos da realidade social fazem parte necessariamente de conexões de sentido, estão referidos uns aos outros por um vínculo de significação.” (Idem, idem, idem).

3) Postula a noção de mundo. “O mundo que conhecemos e em que

agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências.” (Idem, idem, idem).

4) É perspectivista. “A perspectiva em que estão os objetos em parte os constitui. Portanto, se transferidos para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram. Não há possibilidade de repetições na realidade social. O sentido de um objeto jamais se dá desligado de um contexto determinado.” (Idem, idem, idem).

5) “Seus suportes são coletivos e não individuais. O sociólogo chega à redução sociológica quando torna sua uma exigência de autoconformação surgida na sociedade em que vive. A redução sociológica é um ponto-de-vista que tem a consciência de ser limitado por uma situação e, portanto, é instrumento de um saber operativo e não da especulação pela especulação.” (Op. cit.: 46).

6) “É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira. A redução sociológica não implica isolacionismo, nem exaltação romântica do local, regional ou nacional. É, ao contrário, dirigida por uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional. Não pretende opor-se à prática de transplantações, mas quer submetê-las a apurados critérios de seletividade. Uma sociedade onde se desenvolve a capacidade de auto-articular-se, torna-se conscientemente seletiva.” (Idem, idem, idem).

7) “Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada. A redução sociológica de um produto cultural, de uma instituição, de um processo, não se alcança senão recorrendo a conhecimentos diversos, principalmente de história. Consistindo em pôr à mostra os pressupostos referenciais de natureza histórico-social dos objetos, a pesquisa desses pressupostos leva a indagações complexas que só são efetivadas, com segurança, mediante estudo sistemático e raciocínio rigoroso.” (Op. cit.: 47).

A redução sociológica foi ilustrada com o conceito de controle social e com uma técnica de pesquisa (Cap. 6). O conceito de controle social, que na sociologia norte-americana assume importância fundamental em virtude do caráter altamente problemático da integração social nos Estados Unidos, no Brasil tem baixa funcionalidade. Deve, assim, ter utilização subsidiária nas considerações teóricas referentes a problemas específicos. Referindo-se à técnica de pesquisa, o Autor citou sua experiência numa pesquisa de padrão de

vida. As escalas de consumo que vinham sendo usadas no Brasil e nos países sul-americanos são estrangeiras, não refletindo as condições ecológicas, culturais e econômicas que influem na fisiologia. “São necessárias escalas brasileiras de consumo, embora devam ser obtidas à luz dos mesmos princípios científicos gerais de que se serviram os técnicos estrangeiros.” (Op. cit.: 57).

Os antecedentes filosóficos da redução sociológica encontram-se na fenomenologia. “Foi a fenomenologia que tornou a redução um dos seus temas centrais.” (Op. cit.: 59).

Para esclarecer suas idéias sobre redução sociológica, Guerreiro expôs o pensamento de Husserl e Heidegger e, embora recusando o idealismo de ambos, declara uma aproximação com as idéias de Martin Heidegger. Para Heidegger a redução (*epoché*) implica o problema do mundo. “O eu e os objetos estão na história e, assim, a “vivência intencional” que os liga verifica-se no mundo. Para Heidegger, o sujeito jamais é um “eu puro”, “transcendental”; ao contrário, é um “ser-no-mundo”. É impensável um eu que não seja constituído por uma íntima união com o mundo.” (Op. cit.: 59-60).

Guerreiro Ramos apoiou a atitude metódica por eles perfilhada “a qual, em essência, se define por um propósito de análise radical dos objetos no mundo.” E diz: “Transpondo essa atitude para o âmbito da ciência social, pode-se afirmar que cada objeto implica a totalidade histórica em que se integra e, portanto, é intransferível, na plenitude de todos os seus ingredientes circunstanciais. Pode-se, no entanto, suspender, ou “pôr entre parênteses”, as notas históricas adjetivas do produto cultural e apreender os seus determinantes, de tal modo que, em outro contexto, possa servir, subsidiariamente, e não como modelo, para nova elaboração.” (Op. cit.: 63).

A redução recusa a transplantação literal largamente praticada nos países de formação colonial como o Brasil. A consciência crítica rejeita os objetos culturais acabados.

Ao estudar os antecedentes sociológicos da redução sociológica (Cap. 7), Guerreiro disse que a idéia desta redução sociológica se encontra em antecedentes próximos ao que atualmente se chama sociologia do conhecimento. Segundo o autor, desde os materialistas franceses até Destutt de Tracy que se postulou que o significado essencial das idéias não é o que se nos dá diretamente, mas o indireto, o significado que se apreende quando se põe em sus-

pensão os seus aspectos externos, referidos, porém, ao contexto de que são partes. Tratava-se, porém, de dar um passo adiante, “submetendo à reflexão aquela atitude metódica já implícita no trabalho sociológico.” (Op. cit.: 64). Dizia Guerreiro que, por não se terem iniciado neste princípio metódico, é que até mesmo sociólogos, principalmente nos países coloniais, ainda não faziam uso sociológico da sociologia. Uma vez mais, foi enfático: “Para assumir atitude sociológica científica, não basta a informação e o conhecimento das idéias e dos sistemas. Nada pode suprir, na formação da atitude sociológica científica, a prática da redução.” (Op. cit.: 64).

Advertia o Autor que era necessário distinguir a redução sociológica da fenomenologia do social. “Esta seria o estudo do modo de ser do social. A fenomenologia do social descreveria como se dá o social ou mostraria a sua essência, o seu “eidòs”, mediante o que Husserl chama o processo de variação.” (Op. cit.: 64-5). Além de Husserl, Guerreiro citou autores de língua alemã e românica desta corrente, comentando o trabalho de vários deles.

Prosseguindo na distinção, afirmava: “A redução sociológica, embora permeada pela influência do pensamento de Husserl, é algo diverso de uma ciência eidética do social. Funda-se numa atitude metódica interessada em descobrir as implicações referenciais, de natureza histórico-social, de toda sorte de produção intelectual e em referir sistematicamente essa produção ao contexto em que se verifica, para apreender exaustivamente o seu significado.” (Op. cit.: 68). Como ilustrações da redução sociológica, cita Marx em *Teorias da Mais-Valia* (traduzida em francês com o nome de *História das Doutrinas Econômicas*), mostrando o condicionamento histórico das idéias econômicas e fundamentando uma atitude de restrição diante da pretendida universalidade de sua vigência. Cita também Georges Luckács e Lucien Goldmann.

Fora do pensamento marxista foram citados Gunnar Myrdal, Karl Mannheim e Hans Freyer, cujos estudos comenta. Em Mannheim se encontram as referências mais abundantes para a fundamentação teórica da redução sociológica. A Hans Freyer, para o Autor, se deve o mais importante esforço para a elaboração da redução sociológica. Em *Sociologia, Ciência da Realidade*, este autor perfilha o ponto-de-vista de Andreas Walther, que entendia que “uma sociologia é o produto orgânico de certa cultura e por isso não pode transferir-se simplesmente a outra cultura.” (Op. cit.: 73). A respeito de Freyer

dizia ainda Guerreiro Ramos: “A razão da intransferibilidade literal dos procedimentos sociológicos é formulada por Freyer nos seguintes termos: “...uma sociologia é a autoconsciência científica de uma realidade social. Ademais é determinada inseparavelmente por sua história quanto à situação de seus problemas e à forma interna de seu pensamento.” (Op. cit.: 74).

Encontrando-se os antecedentes da redução sociológica implícitos na obra desses pensadores, o passo que incumbiria realizar seria dar início à sua exposição sistemática. Considerando, entretanto, a situação incipiente desta idéia, formulou em caráter exploratório “o que seria permitido chamar de ‘leis da redução sociológica’.”

A “lei do comprometimento” (Cap. 8) possui o seguinte enunciado: “Nos países periféricos, a idéia e a prática da redução sociológica somente podem ocorrer ao cientista social que tenha adotado sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto.” (Op. cit.: 75).

Esclarecendo o sentido desta lei, Guerreiro distinguia o engajamento sistemático do engajamento ingênuo, dizendo que “somente em casos aberrantes se registrará a existência de especialistas em ciência social que não desejam contribuir para a promoção histórica de sua coletividade.” (Op. cit.: 75). Faz, entretanto, uma ressalva: “Há, porém, especialistas que, professando um universalismo não qualificado, pretendem depurar a sua prática científica do influxo de um compromisso com a realidade social. Julgam que esse influxo vicia a atividade científica. Nos países periféricos, os especialistas que adotam esse modo de ver, não refletindo sobre os pressupostos da prática científica, ficam indefesos diante da perspectiva implícita na produção científica estrangeira e sucumbem às suas ‘premissas de valor’.” (Idem, idem, idem). O engajamento é baseado numa crítica radical, “numa reflexão sobre os fundamentos existenciais da ciência em ato ou da produção científica.” (Op. cit.: 76).

O condicionamento do sociólogo decorre do fato de que “sua consciência se elabora invariavelmente a partir do trato com os objetos e as pessoas do mundo particular em que vive. Não existe um eu acósmico ou a-histórico capaz de postar-se diante do mundo, livre de condicionamentos. O eu e a consciência do eu brotam do ‘nós’ que os antecede lógica e historicamente.” (Op. cit.: 76-7). O condicionamento é consequência lógica da condição do

cientista de ser-no-mundo.

Desenvolvendo considerações de natureza epistemológica, chama a atenção para a importância do conceito contemporâneo de mundo e retoma a noção de totalidade. Embora reconhecesse o grande progresso que representava a redescoberta da noção de totalidade, ela era ainda uma idéia, ou se realizava em nível de grande generalidade. O vício europocêntrico somente poderia ser vencido por um esforço de “desideologização”, adotando o estudioso europeu o ponto-de-vista universal da comunidade humana. Em seus estudos sociológicos e antropológicos sobre regiões subdesenvolvidas, embora o europeu possa utilizar a categoria de “ser-no-mundo”, muitos aspectos da realidade ficam fora de seu alcance. Esses aspectos “só podem ser percebidos à luz do ponto-de-vista da comunidade humana universal, ou na medida em que se verifique no observador um compromisso sistemático com as virtualidades do mundo sobre o qual incide a sua especulação.” (Op. cit.: 82). “Nos países periféricos, é a adoção sistemática de um ponto-de-vista universal orientado para o futuro que possibilita a redução sociológica. É o imperativo de acelerar, de modo historicamente positivo, a transformação de contextos subdesenvolvidos, que impõe ao cientista de países periféricos a exigência de assimilar não mecanicamente o patrimônio científico estrangeiro.” (Idem, idem, idem).

A “Lei do Caráter Subsidiário da Produção Científica Estrangeira” (Cap. 9) foi assim enunciada: “À luz da redução sociológica, toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária.” (Op. cit.: 83).

Afirmando que a consciência cognoscente está sempre referida a objetos, formula uma afirmação abstrata da fenomenologia: “*Ego cogito cogitatum.*” Guerreiro tirou partido do enunciado de Husserl (em oposição a Descartes), segundo o qual o eu está sempre relacionado a objetos, considerando, no campo da sociologia, o eu e os objetos no plano empírico, jamais no plano transcendental. “O sujeito ordinário da vida psíquica é sempre alguém cuja consciência está referida a objetos concretos de uma circunstância determinada. Estes objetos não estão simplesmente justapostos, constituem uma totalidade dotada de sentido de que cada um deles participa.” (Op. cit.: 83). Guerreiro Ramos transferiu a noção husserliana de intencionalidade do plano ontológico para o regional do social, porém distinguindo a intencionalidade

do eu puro, de que fala Husserl, da intencionalidade do eu concreto, historicamente configurado. “...os objetos não são intencionais, como pensa Husserl, apenas porque estejam referidos à consciência. São objetivamente intencionais, são intencionais enquanto carregados de determinado sentido, de determinado propósito, enquanto veiculam um ‘para’, enquanto integrados em particular estrutura referencial.” (Op. cit.: 84). Usando a terminologia de Husserl afirmava poder-se dizer que “a redução sociológica não é uma reflexão sobre o ‘objeto puro’ do ato intencional. É uma reflexão sobre os sentidos dos *nóemas*, ou seja, as formas como os objetos são dados ao ato intencional ou *nóesis*.” (Op. cit.: 84). O *nóema* não é a essência do objeto, mas sim o conteúdo objetivo de um ato intencional. Um conceito pode ser considerado sob várias formas (*nóemas*) no domínio da sociologia, variando conforme esteja referido ao ato referencial (*nóesis*) do respectivo sociólogo. “Os *nóemas* não são paradigmas universais e portanto não podem ser transferidos da perspectiva noética em que se dão para outra.” (Op. cit.:84-5).

Um “produto sociológico” é sempre elaborado para atender a uma determinada imposição. A “redução” consiste na identificação do contexto do *nóema* para utilizá-lo como subsídio, em uma *nóesis* não simplesmente imitativa, mas dotada de autêntica intencionalidade. Cada produto sociológico (sistema, teoria, conceito, técnica de pesquisa, método) tem sentido para o contexto em que foi elaborado. O Autor fundamenta a temática da sociologia nacional quando cita o sentido que possuem os sistemas elaborados pelos clássicos para seus respectivos contextos, conforme já havia exposto em *O Processo* (1953): “O que, nestes sistemas, transcende os respectivos contextos imediatos é a sua contribuição a formar o (...) núcleo central do pensamento sociológico”. “Ao utilizarmos um objeto ou produto, sem reduzi-lo, somos envolvidos pela intencionalidade de que é portador.” (Op. cit.: 85). A redução, entretanto, não é um ato de vontade do sociólogo. Ela só se torna possível quando na sociedade em que vive o cientista ocorrem fatores de modo efetivo, e estes prevalecem, objetivamente, sobre o condicionamento exógeno. “Somente naquelas sociedades em que gera uma prática coletiva (praxis), é que se pode liquidar a ociosidade do trabalho intelectual e, portanto, do trabalho sociológico.” (Op. cit.: 85-6).

Guerreiro ilustrou a lei do caráter subsidiário recorrendo uma vez mais à sociologia norte-americana. “Pode-se, por exemplo, aprender muito, exami-

nando a produção sociológica nos Estados Unidos. Mas os seus conceitos, métodos e processos não constituem paradigmas para o pensador brasileiro.” (Op. cit.: 86). A quantificação, o desenvolvimento de ramos como a sociologia rural, a sociologia urbana, a ecologia social e a patologia social, bem como o sistema de referências conceituais, são aspectos da sociologia norte-americana que refletem a realidade social do país. O extremo grau de divisão do trabalho a que chegaram os Estados Unidos exigiam investigações minuciosas e portanto quantificadas. A peculiar formação histórica dos Estados Unidos, propiciou-lhes um desenvolvimento material acentuado, não lhes permitindo uma sedimentação lenta de tradições e princípios. “Por falta de um substrato de práticas comunitárias longamente decantadas no tempo, a sociedade norte-americana não realiza um modo de coexistência humana, no qual os indivíduos estejam submetidos a uma instância consuetudinária superior, a um ‘estatuto de fundação’, ou seja, a um *nomos*” (Op. cit.: 87-8)(21). A elite norte-americana “em diversas formas, ostensivas ou discretas, administra complicado sistema de prêmios e castigos, cujo objetivo é a conservação social.” (Op. cit.: 89). Ao lado do que chamou de “armas de defesa” do vigente sistema social norte-americano, ou seja, técnicas sociais como a propaganda, as relações públicas, as relações humanas, foram desenvolvidas disciplinas (psicologia social, patologia social, desorganização social, sociologia industrial, controle social, ecologia social, serviço social) que não se constituem como ciências. São tecnologias sociais de índole conservadora.

Em crítica à sociologia praticada no Brasil(22), Guerreiro distinguia a sociologia induzida do contexto histórico-social – que exige destreza intelectual – da sociologia apoiada na aquisição de idéias e informações especializadas. A esta denominava sociologia “em ato”; àquela denominava sociologia “em hábito”.

A “Lei da Universalidade dos Enunciados Gerais da Ciência” teve a seguinte formulação: “A redução sociológica só admite a universalidade da ciência tão somente no domínio dos enunciados gerais.” (Op. cit.: 94). Não se tratava de recusar a universalidade da ciência. A lei simplesmente tinha o propósito de levar o cientista a submeter-se à exigência de referir seu trabalho à comunidade em que vivia.

A universalidade da sociologia era vista por dois ângulos. De um lado, o

avanço científico se propaga entre os países. A ciência é universal porque resulta de um esforço organizado de especialistas dispersos em toda a parte. Por outro lado, todos os que a ela se dedicam admitem como válido o mesmo repertório básico de enunciados. Assim como na economia, na sociologia é possível admitir a existência de um elenco central de categorias universais. Pela leitura dos sociólogos clássicos “nos iniciamos numa instância de enunciados gerais que constituem o núcleo central do raciocínio sociológico. Este núcleo é apreendido menos pela observação literal e direta do que esses autores pensaram que mediante a percepção de *como* pensaram o que escreveram.” (Op. cit.: 95-6). O núcleo central do raciocínio sociológico pode ser alcançado por diferentes caminhos. Assim como a filosofia para Kant que jamais pode ser aprendida, salvo historicamente, “a sociologia, como a filosofia para Kant, é sempre uma “ciência possível que não é dada em concreto em parte alguma”, mas à qual se chega apenas quando se adquire o *habitus* em que essencialmente consiste.” (Op. cit.: 96).

Comentando a rejeição da existência de sociologias nacionais, Guerreiro atribuiu-a a um universalismo equivocado. “Toda sociologia autêntica assume sempre caráter nacional”, afirma como já o fizera em *O Processo* (1953). Dizendo que as críticas à sua tese(23) não esclareceram a questão, perguntava: “Em que sentido pode ser nacional a sociologia?” E ele respondia logo a seguir: “O que caracteriza como nacional uma sociologia não é o fato de que os princípios gerais do raciocínio científico variem de nação para nação, mas tão somente a funcionalidade das cogitações dos sociólogos.” (Idem, idem, idem). Como toda criatura humana, o sociólogo é um ser em situação, historicamente encarnado, que necessariamente terá de apreender os objetos mediante o ponto-de-vista de seu contexto: seu bairro, sua cidade, sua nação, sua época. Embora o sociólogo seja um ser em situação, a sociologia verdadeiramente nacional não vinha sendo possível no Brasil porque “o sociólogo se encontrava numa situação colonial, na qual tudo participa da natureza deste fenômeno social total que, em essência, consiste na alienação.” (Op. cit.: 97). O sociólogo, também “ser-no-mundo”, estava incluso na situação colonial, não podendo, portanto, neutralizar o seu determinismo global e também conduzir-se como “ser-do-mundo” particular em que vivia. Era necessário que um conjunto de fatores favoráveis viesse revelar a heteronomia da vida colonial à cons-

ciência dos que dela participavam (inclusive o sociólogo) para que se sentissem convocados a superá-la, contrapondo-lhe uma conduta autodeterminada. Sob tais condições, os problemas do mundo particular em que o sociólogo vive tornam-se os seus problemas e o seu pensamento ganha funcionalidade na medida em que está voltado para a sua comunidade. O perspectivismo da redução é uma vez mais explicitado: “O que diferencia em nacionais as sociologias é o caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos-de- vista dos sociólogos, tanto quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem.” (Op. cit.: 97).

A funcionalidade contida no trabalho intelectual leva o sociólogo de consumidor passivo de idéias importadas a produtor de novas idéias destinadas à exportação. Nesse processo, Guerreiro acreditava que o Brasil em breve possuiria uma teoria sociológica geral “mais penetrante e avançada que a norte-americana, capaz inclusive de envolvê-la e explicá-la.” (Op. cit.: 98). A sociologia brasileira encontrava-se numa fase de depuração crítica, de depuração da consciência ingênua que ainda caracterizava a sociologia norte-americana. “À luz dos padrões de rigor e exigência da nova sociologia brasileira, a sociologia norte-americana padece de baixo nível técnico e científico, pois tende a confundir a dinâmica particular da sociedade dos Estados Unidos com a dinâmica social geral, além de ser disciplina excessivamente especializada, e, por isso mesmo, exposta a cometer grosseiras simplificações dos fenômenos sociais”. (Op. cit.: 99).

Segundo a “lei das fases” (Cap. 11), “à luz da redução sociológica, a razão dos problemas de uma sociedade particular é sempre dada pela fase em que tal sociedade se encontra” (Op. cit.: 101). “A lei das fases pressupõe um estilo de pensar os fenômenos sociais, estilo este fundamentado no que se pode chamar de razão sociológica. Cada problema ou aspecto de determinada sociedade é parte de uma totalidade em função da qual é compreendido”. (Idem, idem, idem). Assim como para Dilthey há uma *razão histórica* e em Ortega y Gasset há uma *razão vital* – idéias que lhes ocorreram porque verificaram a impossibilidade de compreender os fatos sem referi-los à realidade em que se achavam integrados, há também uma razão sociológica. Trata-se de “uma referência básica, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire o seu sentido.”(Idem, idem, idem). Apli-

ca-se neste caso a lei da psicologia da forma segundo a qual “o todo antecede as partes”. Para o Autor, “de fato é impossível a compreensão adequada dos fenômenos mediante o mero conhecimento empírico imediato ou o somatório de percepções diretas.”(Idem, idem, idem). No entender de Guerreiro “o pensamento em termos de fase vem conjurar as falácias resultantes do pensamento linear de causa e efeito. Aquilo que à sociologia do século passado se afiguravam causas ou fatores predominantes, nada mais foi do que acentuação de aspectos temporários de totalidades histórico-sociais, em permanente transformação dialética”. “A teoria da história e a teoria social foram, pois, levadas a elaborar a categoria de totalidade, descoberta por processos lógicos e empíricos.” (Op. cit.: 101-2).

Estudou a categoria de totalidade em Hegel e Marx, autores que procuraram compreender o sentido dos fatos histórico-sociais à luz da conexão de fatores de que resultam, além de Mauss. Menciona em nossa época a contribuição de Franz Carl Müller-Lyer (1857-1916)(24) e suspeita que Karl Mannheim tenha sido por ele influenciado. Fazendo restrições às contribuições de ambos por serem vagas, opta por Alfred Weber, definindo fase como uma seção do acontecer dos aspectos organizacionais da convivência humana e do domínio prático da natureza. Estes dois aspectos se compenetraram, constituindo o “agregado vital”. Traduzindo o pensamento de Alfred Weber, dizia o Autor: “...a alteração das bases materiais do ‘agregado vital’, decorrente da racionalização, em geral e, em particular, do progresso técnico, faz-se necessariamente acompanhar de ‘mudanças sociológicas’, expressão com a qual são designadas não só as modificações da estrutura social quanto as de caráter ideológico, jurídico, político e institucional” (Op. cit.: 108). A convivência social correspondente a um determinado período histórico da economia baseada no trabalho escravo é distinta da prevalecente em outro período da economia baseada no trabalho livre e assalariado. Os períodos são distintos em seus diversos aspectos. São a esses períodos do “agregado vital” que se denominam fases.

A delimitação das fases é obtida comparando-se a organização da sociedade com sua economia. Não é, portanto, uma categoria lógica, formulada *a priori*, mas sim a *posteriori* pela observação empírica de fatos selecionados em diferentes sociedades, tomando-se uma ou um conjunto delas como termos de comparação. A fase se delineia claramente quando são considerados longos

períodos do processo histórico-social. O autor assim conclui: “Sob a espécie da fase, o sentido dos acontecimentos se clarifica. Os acontecimentos não podem ser compreendidos senão quando referidos à totalidade (fase) que os transcende e a que são pertinentes. Por isso que não se verificam de modo arbitrário, estão sujeitos às determinações particulares de cada seção do fluxo histórico-social em que transcorrem.” (Op. cit.: 109).

Em *Critérios de Avaliação do Desenvolvimento* (Cap. 12) fez indicações a respeito da diferenciação de regiões e nações contemporâneas, empenhado em encontrar base firme para explicar as disparidades entre elas.

Enquanto algumas sociedades atingiram os pontos mais altos da evolução e se encontram na fase capitalista ou socialista, em outras, como no Brasil, ocorre a “contemporaneidade do não-contemporâneo” no dizer de W. Pinder ou seja, a simultaneidade de fases. “No Brasil encontram-se todas pelas quais a humanidade até agora já passou, desde o comunismo primitivo ao capitalismo de Estado.” (Op. cit.: 110).

O desenvolvimento, na “etapa atual da evolução do mundo” (1958), tem como ponto de referência os padrões de vida vigente nos países líderes da civilização ocidental (Europa Ocidental e Estados Unidos). Nestas condições, as ciências sociais são chamadas a explicar o que é primário e o que é secundário. “No esforço de alcançar um nível mais alto de existência material, as regiões e nações ditas atrasadas devem ser induzidas a instalar dentro delas as condições primárias, isto é, as geradoras do desenvolvimento.” (Op. cit.: 111). Adotando seu conceito de fase, toma como referência básica de raciocínio os diferentes graus de desenvolvimento das regiões e nações. “Esses graus podem ser também chamados de estruturas.” (Idem, idem, idem). Considerava o conceito de estrutura em sua acepção econômica, definida basicamente pela distribuição da força de trabalho nos setores da atividade produtiva. Uma estrutura será tanto mais elevada quanto mais força de trabalho liberar das atividades primárias (agropecuária e exportação) e se transferir para as atividades secundárias (indústrias) e terciárias (serviços). Daí Guerreiro definia o desenvolvimento. “O desenvolvimento é uma promoção mediante o qual as regiões e nações passam de uma estrutura a outra superior. Diz-se que uma região se encontra em desenvolvimento quando, em sua estrutura, estão surgindo os fatores genéticos de outra superior.” (Op. cit.: 111-2). A respeito de

promoção de estrutura dizia: “Do ponto-de-vista econômico, a promoção de uma estrutura consiste no incremento da produtividade que, historicamente, é resultado da divisão social do trabalho e da substituição da energia humana aplicada na produção pela energia mecânica.” (Op. cit.: 113). O aumento da produtividade significa progresso técnico, seja pela divisão social do trabalho, seja pela utilização de energia mecânica. “Pode-se dizer que é esse progresso que promove a melhoria do nível de vida das populações, isto é, o seu bem-estar social.” (Idem, idem, idem).

Nestes termos, Guerreiro procurou formular critérios (25) para distinguir os diferentes graus de desenvolvimento. Examinou os estudos de diversos autores (Ernst Wagemann, Alfred Sauvy e Claude Lévy) e comenta os respectivos “testes”. Do ponto-de-vista da redução, rejeitou critérios comparativos (“muito generalizados entre especialistas europeus e norte-americanos”) por conduzirem a uma falsa compreensão do desenvolvimento. “...na perspectiva de um país periférico, é necessário que os critérios comparativos permitam distinguir as causas e os resultados do desenvolvimento, ou, em outras palavras, as condições geradoras do desenvolvimento e seus frutos ou conseqüências. A falta de consciência desta distinção estimula o erro em que têm incidido as classes dirigentes dos países periféricos e que consiste em tratar com critérios analógicos os problemas econômicos e sociais com que se defrontam. Esta é a matéria central do problema relativo aos critérios comparativos das regiões.” (Op. cit.: 117). Guerreiro reafirmou seu ponto-de-vista já exposto na *Cartilha* dizendo: “As disponibilidades de recursos das regiões subdesenvolvidas, sem prejuízo de certos imperativos humanos inadiáveis, devem ser aplicadas de modo prioritário no estabelecimento dos fatores promocionais do desenvolvimento.” (Op. cit.: 117). Formulou o que chamou de “princípio fundamental”: “Em determinada região, a qualidade das condições gerais de vida só se eleva na medida que surgem e operam, na estrutura em que se encontra a população, os fatores promocionais da estrutura superior.” (Op. cit.: 118). Enfatizando ser seu estudo simplesmente de natureza metodológica (26) formulou os seguintes critérios de avaliação do progresso técnico: 1) distribuição da mão-de-obra pelos ramos da atividade produtiva; 2) renda nacional *per capita*; 3) consumo *per capita* de energia; 4) urbanização; 5) produção industrial. Cada critério é comen-

tado detalhadamente.

A Redução Sociológica foi concluída com um estudo a respeito do desenvolvimento regional (Cap. 12 – A sociologia diferencial do Brasil). O Autor prosseguiu sua crítica aos estudos sociológicos da sociedade brasileira, agora acusando-os de impressionistas. As condições reais do processo brasileiro não serviram de base para as interpretações de seus autores. A compreensão do momento brasileiro não podia resultar de intuição instantânea. Ao contrário, exigia meticoloso exame de suas particularidades, bem como de sua influência mútua. “O tratamento dos problemas nos vários níveis da realidade nacional deverá ser cada vez mais sensível às imposições de cada região.” (Op. cit.: 129). As análises regionais mais exaustivas que haviam então surgido (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Nordeste, Comissão do Vale do São Francisco, Superintendência de Valorização da Amazônia e outras) já obedeciam a esta diretriz.

O objetivo do Autor era ilustrar a redução sociológica e particularmente a lei das fases “mostrando como a compreensão satisfatória dos problemas regionais requer um modo de ver capaz de referi-los às suas condições estruturais, de caráter fásico.” (Op. cit.: 130). Em defesa de seu ponto-de-vista, afirmava: “É legítimo dizer que, se lhe forem dados previamente informes sobre distribuição de mão-de-obra, renda nacional *per capita*, consumo *per capita* de energia, urbanização e produção industrial de uma região, o estudioso ficará habilitado a prever, com grande margem de acerto, quais os caracteres gerais da situação social dessa região. Há, no caso, correlações bastante consistentes que podem ser registradas nas diversas regiões do Brasil. A cada estrutura corresponde um conjunto de caracteres que definem uma situação social particular. Esses caracteres só desaparecem efetivamente pela transformação da respectiva estrutura.” (Op. cit.: 130).

Guerreiro Ramos também descreveu brevemente os caracteres das regiões brasileiras à luz do critério fisiográfico estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observando, entretanto, serem os mesmos insatisfatórios sob os pontos de vista econômico e social. Numa mesma região são englobadas situações diferentes, como o então Distrito Federal na região leste. Ilustrou seus indicadores com informações estatísticas em anexo(27) e afirmou que elas “apresentam informações (...) que permitem funda-

mentar o ponto-de-vista de que a infra-estrutura de cada região condiciona os níveis gerais da respectiva situação social.” (Op. cit.: 131). Como indicadores da situação social foram utilizados dados sobre profissões liberais e melhoramentos urbanos (tipos de habitação, iluminação domiciliar, abastecimento d’água, esgotos sanitários).

Guerreiro assim concluiu: “Lidos os quadros anexos à luz do enunciado da lei das fases, perceber-se-á quanto existe de predatório nas práticas políticas e administrativas que levam a desviar os recursos das regiões do país no tratamento fragmentário de problemas que somente podem ser erradicados pela transformação qualitativa das estruturas.” (Op. cit.: 134). As tensões inter-regionais chegavam a um ponto de extrema gravidade, sendo imperioso que se elaborasse uma teoria sociológica de tais desequilíbrios, capaz de propiciar o surgimento de novos estilos políticos e administrativos adequados ao seu correto equacionamento. O estudo, afirmava o Autor, foi inspirado pelo propósito de contribuir para a elaboração dessa teoria sociológica.

A 2ª. edição da Redução Sociológica (1965) possui de importante o prefácio e os anexos(28). Dizia o Autor que o livro, “na forma e no conteúdo de 1958, não esgotara o sentido da atitude redutora, que presidia e preside aos nossos Estudos” (Red., 1965: 14). Empenhado em vencer as últimas resistências que seu pensamento encontrava, preocupou-se em expor “um método de assimilação crítica do patrimônio sociológico alienígena” (Op. cit., 14-5)(29). A redução não se destina somente a habilitar a transposição de conhecimentos de um contexto para outro, de modo crítico, “mas também caracteriza modalidade superior da existência humana, a existência culta e transcendente. A sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução histórica em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber. A vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um saber de salvação. A redução sociológica é a quintessência do sociologizar.” (Op. cit.: 15). E mais adiante: “A redução sociológica é qualidade superior do ser humano, que lhe habilita transcender toda sorte de condicionamentos circunstanciais”. (Idem, idem, idem). Assim, três são os sentidos da redução sociológica:

- 1) Método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira,

tema por excelência do livro;

2) Atitude parentética, ou seja, “adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma. A cultura, notadamente a cultura sociológica, é componente qualitativo da existência superior, em contraposição à existência diminuída dos que, destituídos de treino sistemático, oferecem escassa resistência à robotização da conduta pelas pressões sociais organizadas” (Op. cit.: 16). Esse aspecto foi focalizado em *Homem Parentético* e *Homem Organização*, capítulo do livro *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*.

3) “Superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra. A sociologia é ciência por fazer. Presentemente, é o nome de um projeto de elaboração de novo saber, cujos elementos estão esboçados, mas ainda não suficientemente integrados” (Op. cit.: 16). A questão é discutida no apêndice *Situação Atual da Sociologia*, texto escrito em 1958.

Além de acrescentar crítica já formulada à publicação de Álvaro Vieira Pinto, *Consciência e Realidade Nacional* (1960), em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, revela adesões e críticas detendo-se em Florestan Fernandes e Jacob Gorender. Pelo fato de a crítica de Florestan Fernandes(30) proceder de um também sociólogo e tendo sido ela rebatida nesta edição da *Redução*, iremos resumi-la.

Comentando o artigo de Florestan intitulado *O Padrão Científico dos Sociólogos Brasileiros* (já por nós citado), diz Guerreiro: “Este estudo constitui magnífico contraponto de nossas idéias, e sua leitura e análise seria de grande interesse para quem desejar ter um flagrante modelar da falácia do que chamávamos, em 1953, de ‘sociologia consular’, e dos becos sem saída a que conduz mesmo personalidades bem dotadas como o professor paulista.” (Op. cit.: 22). Resumindo o que denomina “principais debilidades científicas” de Florestan Fernandes, dizia Guerreiro Ramos:

“1) confunde a *ciência sociológica* em hábito com a *ciência sociológica* em ato. O autor não ultrapassou a área informacional da sociologia. Por isso, o trabalho em pauta reflete uma ideologia de professor de sociologia, antes que atitude científica de caráter sociológico diante da realidade.

2) a crítica em apreço ilustra como algo mais do que a informação e a

erudição, são necessárias para habilitar ao estudioso a fazer uso sociológico dos conhecimentos sociológicos, ou em outras palavras, para a prática da redução sociológica.

3) pressupõe a referida crítica falsa noção das relações entre teoria e prática no domínio do trabalho científico, e assim tende a hipostasiar a disciplina sociológica, tornando-a um conhecimento superprivilegiado.” (Op. cit.: 22).

A primeira recomendação de Guerreiro Ramos ao I Congresso Latino-Americano de Sociologia causou grande celeuma no círculo dos sociólogos convencionais, que a acusaram de absurda, afirmando que ela preconizava que um país subdesenvolvido deveria ter uma sociologia subdesenvolvida. Florestan rebateu dizendo que o sociólogo devia realizar pesquisas “de acordo com os padrões mais rigorosos de trabalho científico” e que “nenhum cientista conseguirá pôr a ciência a serviço de sua comunidade, sem observar, de modo íntegro e rigoroso, as normas e os valores que regulam a descoberta, a verificação e a aplicação do conhecimento científico”. Para Guerreiro o argumento é válido mas constitui ponderação impertinente.

A posição de Guerreiro foi ditada por sua experiência nos estudos de mortalidade infantil, quando verificou que em certas repartições federais de saúde eram adotadas técnicas de medição do fenômeno em voga na Europa. As causas de mortalidade eram grosseiras e, portanto, sua medição não precisava e não podia ter a precisão que seria compreensível em países em que os fatores externos estivessem controlados. O combate à técnica estrangeira não era movido por um nacionalismo revanchista, mas porque julgava seu significado episódico, evitando que seu prestígio nos levasse a gastar pessoal e dinheiro em sua inútil reprodução aqui. Ao invés de pensar um método rigoroso de ajustar as técnicas estrangeiras de pesquisa às nossas condições, Florestan declara que estas dificultam o trabalho sociológico. Guerreiro preconizava a substituição da atitude hipercorreta pela atitude crítico-assimilativa.

Quando Florestan diz que o conhecimento científico não possui dois padrões – um adaptável às sociedades desenvolvidas, outro acessível às sociedades subdesenvolvidas – incorre em hipercorreção. “Em nenhum momento, dá sinal de compreender que, num país subdesenvolvido, não logra caráter científico o trabalho sociológico, senão quando se compadeça com certas re-

gras adjetivas, de natureza histórico-social, que distinguem o seu padrão do padrão alienígena.” (Op. cit.: 30). Por isso, Florestan imputa à falta de dotações orçamentárias deficiências cujos determinantes reais lhe escapam à percepção. Toda sociedade subdesenvolvida é definida por um complexo de penúria. “De todos os homens de ciência, o sociólogo é justamente quem deveria particularmente compreender que a penúria, só pode ser erradicada pelo esforço coletivo de produção. Assim, cabe-lhe subordinar a atividade científica às prioridades sociais, o que é possível sem sacrifício do rigor.” (Op. cit.: 31). Quando diz que “o padrão de trabalho intelectual, explorado nos diversos ramos da investigação científica é determinado formalmente pelas normas, valores e ideais do saber científico”, os termos “padrão”, “normas”, “ideais” possuem significados vagos. As críticas constantes da *Cartilha*, todas referidas a situações concretas, não foram discutidas. Argumentava Guerreiro: “No plano geral do raciocínio sociológico, as ‘normas’, ‘valores’ e ‘ideais’ transcendem as particularidades históricas de cada sociedade nacional. No terreno concreto, porém, a utilização prática do saber sociológico obedece, em cada sociedade nacional, a ‘normas’, ‘valores’ e ‘ideais’ específicos, que refletem a particularidade histórica de sua situação. Devem ser pesquisados e compreendidos pelo sociólogo e assim tornarem-se pontos de referência de uma política do trabalho científico. Sem essa consciência política, o sociólogo não está habilitado a tirar partido, de modo socialmente positivo, dos recursos disponíveis” (Op. cit.: 32). Os sociólogos convencionais são justamente os mais bem pagos e os preferidos pelas agências internacionais. Têm, porém, nula participação no esforço de formulação de um legítimo pensamento sociológico nacional.

O formalismo leva Florestan a afirmar que a produção sociológica no Brasil começa com as escolas de sociologia. Os autores a que se refere (Fernando Azevedo e Emílio Willems) são sociólogos “didáticos”, “escritores escolares” e como tal tiveram importância pelos ensinamentos úteis que difundiram. “Nunca foram, não são, porém, propriamente sociólogos como o foram, apesar de suas normais deficiências, homens como o Visconde do Uruguai, Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Viana, em suas respectivas épocas. Esses autores são momentos ilustres da formação de um pensamento sociológico brasileiro, que utilizavam como subsídio as contribuições estran-

geiras” (Op. cit.: 34). Dizia Guerreiro que dali a cinquenta anos o povo não saberia quem foi Emílio Willems, mas teria os Sílvio Romeros vivos em sua memória.

Guerreiro diz que *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros* é revelador da ideologia de professor de sociologia no Brasil, nela merecendo destaque o provincianismo e o bovarismo. Acreditando-se no dever de zelar pela “pureza” da sociologia, procedimento típico do sociólogo convencional, estranha “os especialistas que defendem uma espécie de deformação “filosófica” da natureza do ponto-de-vista sociológico”. (Op. cit.: 35). Tal orientação faria com que os sociólogos optassem deliberadamente por modelos pré-científicos de exploração da realidade social. Ao contrário, Guerreiro pensa que “a institucionalização da sociologia, ao lado de benefícios, acarreta malefícios, entre os quais o de levar estudiosos de escassa habilitação crítica a pensar que os critérios da cientificidade sejam livrescos ou institucionais. Esses critérios têm que ser procurados na estreita relação entre teoria e prática”. (Op. cit.: 35-6). Guerreiro entende que defender a pureza da sociologia significa desconhecer o grande debate que se travava sobre a questão da reforma do saber. O solipsismo sociológico – entendia Guerreiro – só atendia aos interesses extracientíficos da burocracia parasitária, gerada pela prematura institucionalização do ensino da sociologia.

Outro traço saliente da ideologia do professor de sociologia é o bovarismo em que incorre Florestan. “Consiste em extremar a distância entre o mundo dos sociólogos e dos ‘leigos’, ao ponto de considerá-los cindidos, o que, obviamente, é falso”. (Op. cit.: 36). Florestan Fernandes reitera a distinção entre cientistas e leigos, considerando aquele como “participante de um cosmos cultural autônomo”. Essa distância, existente nas atuais condições da civilização e até certo ponto necessária, só ocorre por força de condições históricas que limitam o acesso das massas ou dos leigos à cultura. O Autor aplicou aqui o terceiro sentido da redução sociológica. Dizia que “caminhamos, porém, para uma etapa em que tende a diminuir a força inibitória da popularização do saber que têm aquelas condições. Podemos imaginar uma sociedade-limite, que emergirá, no futuro, da evolução histórica, em que a ciência e, sobretudo, a sociologia, será ingrediente da conduta ordinária dos cidadãos, em que a qualidade das relações sociais será tão elevada que o indivíduo receberá,

difusamente, no processo informal da convivência, larga parte do conhecimento sistemático, que hoje só nas escolas e faculdades adquire. A vocação da sociologia, aliás, é tornar-se um saber vulgarizado. A sociologia se volatizará no processo social global.” (Op. cit.: 37). Dizia Guerreiro Ramos que ao publicar *A Sociologia como Afirmação* (1962)(31) o professor da Universidade de São Paulo já mostrava o início de um processo de autocrítica, apesar do esoterismo.

Situação Atual da Sociologia, estudo elaborado em 1958 com o objetivo de “contribuir para uma revisão do esquema da divisão das Ciências Sociais atualmente em vigor” (SAS, 1958: 177) e publicado como anexo 1 da 2ª. edição da Redução, é a aplicação do terceiro sentido desta. Para Guerreiro Ramos era “cada vez mais perceptível que as disciplinas academicamente definidas como Economia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Psicologia Social etc. são diferenciações do saber científico decorrentes de imperativos de um período histórico senão já ultrapassado, em vias de ser superado. Corresponde aquele esquema à fase em que uma minoria de empresários capitalistas europeus constituíam não apenas o centro dominante do Ocidente como de todo o mundo” (Idem, idem, idem). A crítica ao etnocentrismo formulado em *O Processo* (1953) assume tom mais forte: “As Ciências Sociais, na forma que assumiram nos meios acadêmicos oficiais, são, em grande parte, uma ideologia dessa dominação, na medida em que os seus enunciados gerais estão afetados do que se pode chamar de uma ilusão etnocêntrica ou ptolomaica e, ainda, na medida em que dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo”. (Idem, idem, idem).

O Autor reafirma sua tese do condicionamento histórico das ciências e das ciências sociais em particular. Constituindo, em cada período, uma totalidade de sentido, são tributárias da correspondente visão de mundo, razão pela qual não podem se pretender permanentemente válidas. Da entrada da humanidade em novo período histórico deve decorrer uma problematização do saber. Estávamos vivendo uma época na qual o Ocidente não tem mais o monopólio do protagonismo ecumênico, vendo os povos ocidentais sem ser visto por eles. A crise do saber era derivada, em parte, da dilaceração interna que se registra nas sociedades nacionais por meio das quais se exprimia a

expansividade do Ocidente. Os promotores dessa reação eram intelectuais que assumiam uma posição crítica da ordem capitalista e descobriam a historicidade de suas leis. Por outro lado, a crise decorria da formação de quadros intelectuais nos países subdesenvolvidos dotados de uma consciência crítica que os habilitava a aproveitar sua condição, rica de possibilidades. Guerreiro repisou a tese da edificação nacional ao dizer: “Ao assumirem o ponto-de-vista dessas virtualidades aqueles quadros percebem o papel criador que hoje lhes cabe na revisão do patrimônio científico da humanidade”. (Op. cit.: 178).

A avaliação do que tem sido considerado no Ocidente como ciência sociológica era um detalhe daquela tarefa revisionista. A sociologia, na forma em que foi concebida por Comte e na modalidade universitária que posteriormente assumiu é um episódio distorcido da teoria científica que se vinha buscando desde o século XVIII. Guerreiro estudou o pensamento sociológico (que sempre existiu) como parte essencial da filosofia, da teoria política, da magia, do costume, afirmando que o seu surgimento sempre ocorreu nos momentos críticos, como na Grécia de Platão.

A especificidade da sociologia, na forma histórica em que ela surge na Europa, consiste, em primeiro lugar, em que o saber sociológico se tornou independente de outras formas do saber, superando o caráter incidental e fragmentário. Em segundo lugar, a autonomização se verificou quando o seu objeto se configurou historicamente, ou seja, com o surgimento de uma esfera da associação humana independente do Estado: a sociedade burguesa(32). A nova realidade européia expressou-se necessariamente, em primeiro lugar, no domínio econômico (Quesnay, Adam Smith, Ricardo, Jevons, Stuart Mill, Say), recebendo também a contribuição dos filósofos enciclopedistas e iluministas, em geral racionalistas, principalmente Saint-Simon e Proudhon. Guerreiro aponta nos pensadores pré-comtianos os seguintes pontos comuns: a) Descobriram que o processo básico da sociedade européia estava sendo gerado pelas novas formas de produção e, conseqüentemente, as suas idéias caucionavam as aspirações das classes em emergência (a burguesia, a classe média e o incipiente proletariado); b) Havia um compromisso do pensamento com a prática social. O pensamento era deliberadamente interferente, “instrumento de uma ação social orientada por um propósito de reforma e re-

construção da sociedade” (Op. cit.: 186); c) “Utilizavam a razão como instrumento de crítica do sistema social vigente, ao qual negavam direito de persistir porque fundado em preconceitos ou em justificações que lhes pareciam retrógradas”. (Op. cit.: 186).

Após a Revolução de 1789 a teoria social do século XVIII perde seus suportes históricos. A sociedade francesa se organiza em termos de convivência de classes. A burguesia, aliada à nobreza, passa a ocupar posição dominante e arrefece seus ímpetos revolucionários, vendo possibilidade de satisfação de seus anseios mediante a realização de medidas gradativas. A antiga aristocracia estigmatiza como heréticas as antigas tendências revolucionárias, propondo a restauração da ordem. Comte é um conservador que tenta conciliar a ordem e o progresso. Sua teoria é positiva na medida em que preconiza que os fatos históricos e sociais são considerados como dados objetivos. Trata-se de uma mudança de sinal da teoria social do século XVIII, quando o positivismo era uma filosofia negativa. “Os ‘filósofos’ se utilizavam da análise racional para negar a legitimidade da ordem vigente. A razão, para eles, era um instrumento de crítica, mediante o qual justificavam o projeto de transformação da sociedade, vivido pelas novas classes. Seu ponto-de-vista era o da liberdade”. (Op. cit.: 194).

A sociologia, nome da nova disciplina, não pode ser considerada como amadurecimento da teoria social do século XVIII porque coisifica a sociedade apresentando-a como algo exterior ao indivíduo, ignorando a mediação. É uma ciência social do “social” separado do econômico, do político, do histórico, deixando aberto o caminho para outras disciplinas particulares. Conjura a atitude crítica, exaltando o “consenso”, a “conciliação”, a “harmonia”, a “unidade”. Sua tônica se põe na idéia de submissão, dever, obediência.

Depois da morte de Proudhon (1865) a teoria social do século XVIII não conta mais com homens de espírito sistemático, interessados na formulação da “nova ciência” na França. “Essa tradição continua a existir implicitamente na ação de políticos ou revolucionários militantes”. (Op. cit.: 195). A palavra “Sociologia” se difunde rapidamente na França e em outros países europeus, surgindo uma forte tendência à sua consagração universitária após a morte de Comte em 1857, em atendimento aos interesses das classes dominantes(33). Na época de Durkheim e posteriormente, ela se constitui em

quadro acadêmico importante ao qual se integram intelectuais provenientes da classe média acomodada e se caracteriza pelo seu caráter conservador. Na época do estudo (1958) Guerreiro observava uma reorientação do trabalho sociológico na França, suscitada pelo declínio do capitalismo e pela pauperização das classes médias.

A teoria social do século XVIII interrompida na França encontrou continuidade na Alemanha, um dos últimos países europeus a se integrar na revolução comercial e industrial. O idealismo alemão (Kant, Fichte, Schelling, Hegel), que pode ser considerado como esforço de tradução filosófica do liberalismo burguês, se transformou em dialética, reproduzindo as aspirações da classe média. A dialética hegeliana, embora globalista e racionalista, na medida em que considerava definitivo o Estado Prussiano, não dava resposta às contradições que começaram a tomar vulto na Alemanha após 1830. O rápido desenvolvimento da burguesia alemã após 1830 e as novas condições econômicas e sociais do país promovem a reorientação da doutrina de Hegel no sentido da eliminação de seu idealismo, surgindo a esquerda hegeliana (D.F. Strauss, Bruno Bauer, Feuerbach, Moses Hess, Marx, Engels). Como na França surge uma corrente acadêmica (F. Tönnies, G. Simmel, Max Weber e outros).

A respeito do termo *sociologia* criado por Comte, dizia Guerreiro: “O êxito da inovação parece ter impedido a muitos de ver que o sistema positivista não ultimava o processo de formação da teoria social científica. Em certo sentido, esse processo não se ultimarà nunca, pois se trata de um processo histórico.” (Op. cit.: 198). Em seu entender, a doutrina de Comte estava longe de representar o máximo da consciência possível da realidade histórico-social de sua época. Além de Saint-Simon, que segundo Guerreiro esteve muito mais próximo do limite da consciência possível de sua época, outros autores representam contribuições importantes como Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Wilhelm Dilthey. Apesar de relevante, Comte é apenas um episódio da história do conhecimento sociológico.

Guerreiro afirmava que estava naquela época (1958) em vias de configurar-se uma nova concepção de ciência da sociedade, “graças a um esforço de crítica de algumas correntes de pensamento que vêm do século passado e que são, principalmente, a dialética, a sociologia do conhecimento, o historicismo

e o culturalismo.” (Op. cit.: 199).

Para alcançar seu objetivo o Autor se vale da história do pensamento sociológico ocidental, sem entretanto fazer história. A história é utilizada para demonstrar o caráter circunstancial da teoria social. Se não bastasse pelo que apresentava, o estudo demonstrava sobejamente os fundamentos teóricos do pensamento do autor.

O Papel das Patentes na Transferência da Tecnologia para Países Subdesenvolvidos (Apêndice 5) é uma ilustração da Redução(34), sendo citados vários exemplos de soluções brasileiras de inovações tecnológicas procedidas por industriais diante das dificuldades de aquisição de equipamentos no exterior.

Em *Análise do Relatório das Nações Unidas sobre a Situação Social do Mundo* (Apêndice 6)(35) a teoria e o método aparecem em suas observações a respeito do documento que “embora bem acabado quanto à forma, é largamente uma exposição difusa, esgarçada, sem rosto quanto ao fundo. Não se lhe descobre, se for permitida a expressão, o vetor mestre, a espinha dorsal, a linha central. É uma exposição em que as considerações se sucedem em nível notadamente abstrato, em que coisas de diferentes sentidos e valores são justapostos em horizontal e, por conseqüência, de escasso teor conclusivo.” (Op. cit.: 256).

Examinando o assunto específico da Comissão – “o problema do desenvolvimento econômico e social equilibrado” – chamava atenção para seu condicionamento eminentemente político e afirmava: “Está por fazer-se, em verdadeiro nível científico, a sociologia do equilíbrio econômico e social dos países periféricos.” (Op. cit.: 260). Logo a seguir diz Guerreiro: “O desenvolvimento econômico e social nos países subdesenvolvidos é, deve ser, sucessão de desequilíbrios, contínua substituição dos desequilíbrios existentes, por outros, menos onerosos, do ponto-de-vista humano e social. Se se abstrai esse ponto-de-vista, é ideológico, não é científico, o requisito do equilíbrio entre o econômico e o social. Direi mesmo que é utópica a esperança de um estágio de desenvolvimento em que se atinja, afinal, definitivo equilíbrio entre o social e o econômico. Todo momento de superação de determinado desequilíbrio é início de outro. Os problemas sociais que o desenvolvimento cria, só o desenvolvimento pode resolver.” (Op. cit.: 260).

Dizia o Autor que o equilíbrio entre o social e o econômico devia ser

devidamente qualificado. Enquanto entre os vários setores da atividade econômica as correspondências se prestavam mais facilmente a tratamentos quantitativos, as correspondências entre o social e o econômico envolviam “prioritárias indagações” pertinentes ao terreno da decisão política. Estas correspondências refletiam a força das diferentes categorias sociais na luta pelo poder, suscitando perguntas que nenhum computador podia resolver.

Advertindo para a possibilidade de interpretações sibilinas e encorajamento de sabotagem de programas governamentais a que o tema se prestava, o Autor distinguia o equilíbrio nas nações cênicas do equilíbrio nas nações periféricas. Enquanto naquelas o balanço de fatores era importante, assumindo caráter calamitoso ao menor sinal de instabilidade, nas nações que estavam iniciando o processo de industrialização o equilíbrio entre o social e o econômico era visto pelo Autor como “doença infantil” que podia ser tratada com “remédios caseiros”. A idéia da redução se faz presente quando afirmava: “As estruturas econômicas dos países latino-americanos, africanos e asiáticos são comparativamente grosseiras e o tratamento de muitos de seus problemas pode ser feito com processos simples e empíricos. Aí se descobrem, sem grandes dificuldades, esses desequilíbrios, de sorte que distrair, além do limite necessário, a atenção de técnicos para o estudo monográfico desse assunto, em alto nível analítico, pode resultar em perda de tempo e malbaratamento de recursos humanos.” (Op. cit.: 263).

Chamando atenção para o perigo das extrapolações descabidas, afirmava que havia muito o que fazer no campo da teoria e da prática. Como exemplo de extrapolação imprudente praticada pelas Nações Unidas no campo do aconselhamento, citava a confusão entre necessidades acadêmicas de contribuição e refinamento com as necessidades dos países sub-industrializados. Em vão o Autor havia procurado no Relatório considerações claras a respeito da relevância do “social” nos países sub-industrializados, em comparação com os países centrais. Abordando a comparação por meio de indicadores, aos quais se referia jocosamente(36), dizia: “...me parece necessário ressaltar, de que, num *gradient*, o ‘social’ tem pesos diversos, conforme a etapa de desenvolvimento econômico. Quanto mais alta essa etapa, mais relevância tem o ‘social’. Quanto mais baixa, mais se dilui o ‘social’, à vista da eminência do aspecto econômico. Em muitos países de condições materiais extremamente

precárias, o aspecto econômico é tão contundente, que torna bizantinas cogitações analíticas sobre o ‘social’. Aí, qualquer melhoria econômica reverte-se automaticamente em melhorias sociais.” (Op. cit.: 264). Em condições materiais extremamente precárias não se colocava o “problema do desenvolvimento econômico e social equilibrado” ou dos “investimentos humanos” porque o que havia a fazer era promover as populações do ponto-de-vista material. “Talvez seja perigoso levar demasiadamente a sério a distinção entre o ‘social’ e ‘econômico’, ali onde as populações se encontram em ínfimo nível material. Nunca é demais prevenirmos contra a tentação de confundir ficções didáticas com fatos concretos”, dizia.

Guerreiro ilustrou alguns dos males decorrentes de levianas avaliações de prioridades “sociais” ou de mecânicas transplantações de critérios com exemplos na área de saúde pública. Fez restrições ao indicador de renda nacional do terciário, afirmando que havia muito o que aperfeiçoar na metodologia da contabilidade adotada no Relatório e em outros documentos das Nações Unidas. Concluiu lamentando a ausência de referência à situação do emprego. “Por mais excelente que pareça, do ponto-de-vista de alguns ‘indicadores’, um sistema econômico, ele não é efetivamente racional e sadio se não assegura atividade produtiva, trabalho, a todos os cidadãos. A riqueza material não tem méritos intrínsecos. Só importa onde e quando esteja a serviço do homem.” (Op. cit.: 268).

À primeira edição da Redução Sociológica seguiram-se *O Problema Nacional do Brasil* (1960), *A Crise do Poder no Brasil- Problema da Revolução Nacional Brasileira* (1961), *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963) e *Desenvolvimento Tecnológico e Administrativo à Luz de Modelos Heurísticos* (1964). Com exceção deste último e do primeiro – que é uma coletânea de textos sociológicos, políticos e econômicos – os demais são estudos políticos(37) como os próprios títulos deixam transparecer, e nos quais a idéia da redução foi desenvolvida em seu primeiro sentido(38). Estes estudos, juntamente com os projetos e pronunciamentos feitos na Câmara dos Deputados (ago 1963/ abr 1964 – Anexo), são indicativos da trajetória do pensamento do Autor.

Em 1965 Guerreiro Ramos publicou *Administração e Estratégia do Desenvolvimento – Elementos de uma Sociologia Especial da Administração*. Neste trabalho o Autor deu prosseguimento a seus estudos administrativos retoma-

dos em 1964 com *Desenvolvimento Tecnológico e Administrativo à Luz de Modelos Heurísticos*(39). O livro era destinado aos administradores e pretendia servir para o trabalho de formação, em nível superior, de especialistas na arte e na ciência de administrar. Embora fugisse às características dos trabalhos do Autor (é um tratado de 453 páginas), possuía propósitos teóricos claros: formular as bases de uma ciência administrativa fundada na redução sociológica em seu primeiro sentido(40).

Em Nota Introdutória (cap. 1) adverte para a volumosa literatura sobre administração, causando dificuldade ao interessado diante das variadas dimensões; da prodigalidade da produção e da multiplicidade de pontos-de-vista sob os quais o fenômeno tem sido examinado. A este respeito diz reinar intensa controvérsia sobre aquilo em que consiste o fato da administração, se existe ou não uma ciência da administração. Admitindo-se a existência da ciência da administração, a controvérsia se faz intensa sobre as várias maneiras de conceber essa ciência. “Se o estudioso não se situa num ponto-de-vista, entra em perplexidade, vê a riqueza do material escrito sobre o assunto como soma disparatada de contribuições, agregado sem forma significativa.” (AED. 1965: I). O estudo da administração e organização muito lucrariam com a formulação de idéias gerais interpretativas. Os teóricos mais exigentes que tinham abordado a matéria vinham desenvolvendo um esforço de sistematização que permitia compreendê-la e classificá-la. As tentativas formam correntes que fazem época e adquirem adeptos, mas em recíproca concorrência não permitiram a formação de um corpo sistemático de conceitos, métodos e técnicas que obtivesse consenso como sendo a ciência da administração.

Uma afirmação feita por Guerreiro como regra é de fundamental importância para o entendimento do trabalho. Dizia que “sem configurar fatos e significados não se compreende nada.” (Op. cit.: 2). A regra se impõe para o estudo científico dos assuntos que se classificam sob a rubrica da administração, sendo exigência a ser observada “desde que se pretenda configurar significativamente as matérias que ela abrange.” (Idem, idem, idem). Recomendando prudência a quem pretenda realizar tal espécie de estudo, apresentava as seguintes razões: 1) a vasta massa de aspectos, coisas e assuntos tão diversos a que se aplica o termo administração torna impossível evitar certa ambigüidade e imprecisão em seu emprego; 2) “...o estudo científico da administra-

ção jamais será revelado como doutrina final e definitiva.” (Idem, idem, idem); 3) mais fecundo e factível, ao contrário de qualquer mosaísmo parece ser a “orientação de proceder o estudo da matéria a partir de diretriz ou posição metódica, consciente, explícita, declarada, mesmo que esse procedimento não seja exaustivo...” (Op. cit.: 3).

A partir de tais ressalvas Guerreiro caracteriza o propósito fundamental do trabalho: delinear os rudimentos de uma sociologia especial da administração numa seqüência lógica de assuntos inter-relacionados, à luz de um conjunto integrado de conceitos e noções. A administração – como os fenômenos jurídico, artístico, religioso, econômico – também possui a sua sociologia especial(41). A importância da administração na vida moderna e seu novo horizonte de cogitações reclamavam uma sociologia especial. Embora se registrassem marcantes contribuições, foram obras que focalizavam apenas aspectos limitados da matéria. Tais contribuições, entretanto, dão por supostos os quadros conceituais da matéria. Para ele a sociologia especial da administração “é a parte da sociologia geral que estuda a realidade social da administração, suas expressões exteriormente observáveis como fato, sistema e ação, sua tipologia qualitativa historicamente condicionada, seus elementos componentes (aestruturais, estruturais, estruturantes).” (Op. cit: 4).

Partindo do estudo da administração como fato e como sistema social, foram estudados a natureza da ação administrativa, o fenômeno administrativo do ponto-de-vista histórico-sociológico, a modernização como mudança social intencional, o papel da burocracia no desenvolvimento, e o formalismo como tema de administração comparada. Cada tema foi abordado à luz de categorias sociológicas tais como racionalidade (formal e substancial), ética, alienação, trabalho, classe, poder, mobilidade, informação e outras, e dentro de uma concepção de totalidade. Os temas se articulam em torno da estratégia do desenvolvimento, onde a ação administrativa assume envergadura máxima, ou seja, enquanto inspirada pela intenção de promover mudanças sociais. Aí assume importância cardinal o estudo da evolução. A estratégia do desenvolvimento é estudada em termos de modelo analítico, tendo como elementos o propósito, o agente ativo, o fator estratégico, a possibilidade objetiva e o consenso.

O tom sombrio com o qual abriu o prefácio do livro revelava o momento que o Autor vivia: perdera seu mandato de deputado federal e tivera seus

direitos políticos cassados. Foram estas as “circunstâncias muito especiais” a que se refere no prefácio. Trata-se de trabalho ímpar, de excelente fundamentação metodológica e que uma vez mais demonstra o domínio de Guerreiro sobre as questões do desenvolvimento, da administração e da estratégia. Convém observar que as preocupações do Autor com o tema da estratégia datam pelo menos de 1954(42), tendo sido abordado sob o ângulo da segurança nacional em 1957(43). Apesar das circunstâncias, foi este trabalho que serviu de referência para a atividade docente nos Estados Unidos.

Os trabalhos de Guerreiro Ramos a partir de 1967 passam, basicamente, a ser publicados em revistas especializadas nos Estados Unidos(44) onde passara a residir. Até um certo momento ele deu prosseguimento ao estudo de temas abordados em seu período brasileiro, como modernização, teoria administrativa, teoria sociológica e poder, em fértil produção.

No mesmo ano de *Some considerations on modernization* (45), Guerreiro publicou *A modernização em nova perspectiva: em busca de um modelo de possibilidades*(46) , dando continuidade aos estudos iniciados em Administração e Estratégia do Desenvolvimento, onde o tema foi tratado. A possibilidade objetiva foi abordada como elemento analítico da estratégia administrativa. Em *Modernização em nova perspectiva*, o Autor identificou um enorme progresso no pensamento sociológico norte-americano naqueles últimos vinte anos, sendo um dos indícios dessa transformação o fato de em grande parte a sociologia norte-americana se haver libertado do que chamava de reducionismo(47), assimilando o conceito de totalidade. Entretanto, no que se refere à totalidade, este avanço estaria ameaçado a menos que fosse expurgado dos “resíduos metafísicos à moda do século XIX”. Esta ambivalência é o que ocupa o Autor no estudo da modernização, ao seu ver um dos principais tópicos contemporâneos.

Naquele momento, os estudos sobre modernização eram mais estimulantes pelas questões que colocava do que pelos esclarecimentos e soluções oferecidas. Preliminarmente, não havia uma noção clara do conceito de modernização. A maioria dos autores evitava a tarefa de dar-lhe uma definição, tendo o fenômeno uma compreensão presumida. O exame dos trabalhos, entretanto, lhe permitia situá-los num contínuo, cujos pólos Guerreiro designou por Teoria N e Teoria P.

“O pressuposto principal da Teoria N, no que tange à modernização, é que existe uma lei de necessidade histórica que compele toda sociedade a procurar alcançar o estágio em que se encontram as chamadas sociedades desenvolvidas ou modernizadas. Essas sociedades representam, para as sociedades “em desenvolvimento”, a imagem do futuro destas.” (MNP, 1967: 9). Os autores classificados nesta teoria apontam dicotomias tais como “nações desenvolvidas” e “nações em desenvolvimento”, sociedades “paradigmas” e sociedades “seguidoras”, falam em “obstáculos ao desenvolvimento” ou “pré-requisitos da modernização”. No dizer de Guerreiro, “estão condicionados (...) por um rígido arquétipo de modernização, mais ou menos identificado com o estágio atual da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos” (Op. cit.: 9). Mais adiante afirma: “Podemos associar a noção de uma só e melhor maneira à Teoria N”. (Op. cit.: 27).

A Teoria P apresenta dois pontos principais: 1) “pressupõe que a “modernidade” não está localizada em qualquer lugar do mundo precisamente; que o processo de modernização não se deve orientar segundo qualquer arquétipo platônico;” e 2) “sustenta que toda nação, qualquer que seja sua configuração presente, terá sempre possibilidades próprias de modernização, cuja efetivação pode ser perturbada pela sobreposição de um modelo normativo rígido, alheio àquelas possibilidades.” (Op. cit.: 9). A essência da Teoria P é o conceito de possibilidade, já empregado pelo Autor no estudo da etapa(48).

Fazendo um breve histórico do conceito de possibilidade, apóia-se em Max Weber, autor de dois ensaios nos quais – segundo Guerreiro – parece ter sido o vocábulo empregado pela primeira vez como conceito sociológico(49). “As possibilidades objetivas são na verdade conjeturas, mas conjeturas cujo poder de convicção pode ser justificado por um conhecimento positivo e controlável dos acontecimentos; não refletem “nossa ignorância ou conhecimento incompleto dos fatos.” (Op. cit.: 15). Prossegue Guerreiro: “Weber salienta que por intermédio dessa categoria torna-se possível julgar a adequação da relação entre a imaginação e a realidade. Utilizando essa categoria com base em suportes empíricos, ficamos em condições de compreender os eventos ocorridos, passados e presentes, libertos do princípio metafísico da necessidade histórica.” (Op. cit.: 15). Referindo-se à ilusão do fato consumado à qual têm sucumbido muitos historiadores e cientistas sociais, tornando tautológicas

as explicações destes últimos, assim entende Guerreiro: “A ciência social não pode ser científica quando se equaciona o “ocorrido” com o necessário, isto é, se não se reconhecer que existe na causação histórica ou social um lugar para a opção humana. O conceito de possibilidade constitui, pois, um requisito essencial na análise científica da realidade social.” (Op. cit.: 16).

Examinando as Teorias N e P epistemologicamente, atribui àquela um enfoque sinótico no qual “o rumo do presente está inexoravelmente determinado, e devemos fazer um esforço para conhecê-lo exaustivamente. Só não conseguimos a compreensão total do presente porque nossa inteligência está obscurecida por interesses, preconceitos e distorções. Essa concepção é baseada num realismo filosófico de acordo com o qual o eu que é capaz de saber, pode e deve estar separado da realidade, a fim de poder vê-la objetivamente.” (Op. cit.: 33). A Teoria P, ao contrário, “admitindo que não há causas absolutamente necessárias e que as escolhas humanas estão sempre em interação com fatores objetivos para que se produzam acontecimentos”, afirma que só podemos compreender a realidade incrementalmente, isto é, por tentativas e erros, através de uma “espécie de dialética de participação e retraimento, uma série de conjecturas que são experimentadas, alteradas, experimentadas em sua forma alterada, novamente alteradas, e assim por diante”; ou, em outras palavras, “num vai-vem entre o concreto e o abstrato, tentando a mudança aqui e o sistema acolá.” (Op. cit.: 33-4).

Em suas conclusões o Autor entende que a modernização representa um novo tipo de mudança social na história. Antes da revolução industrial da Inglaterra e da revolução política da França não havia modernização, principalmente porque se imaginava que toda sociedade se transformasse “por efeito de suas próprias forças e propriedades”. O mundo, ao contrário do que ocorre hoje, não poderia ser entendido como categoria sociológica atuante na medida em que a Terra era constituída de um mosaico de sociedades diferentes e segregadas, com limitado intercâmbio, resultante de empreendimentos esporádicos. “A modernização torna-se um problema de história contemporânea quando, pela primeira vez, emergem condições como o mercado internacional e redes de transporte e comunicações, permitindo o funcionamento efetivo de um supersistema mundial ou sociedade mundial, que ‘penetra’ hoje cada sociedade.” (Op. cit.: 37).

Para tornar claro o “problema” da modernização faz as seguintes observações finais:

1) os termos “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, pelo seu conteúdo ideológico, devem ser substituídos pela distinção entre nações hegemônicas e nações periféricas, porque todas são influenciadas e condicionadas por um supersistema, a economia mundial;

2) os estudos a respeito da patologia das sociedades abastadas e das sociedades pobres, representando casos de modernização falha, indicam que “nenhuma sociedade isolada, em sua forma episódica contemporânea, pode ser caracterizada como paradigmática, como sociedade modelo de organização.” (Op. cit.: 40-1);

3) embora a modernização constitua um problema inerente a toda sociedade nacional, “nenhuma sociedade pode isoladamente desenvolver ao máximo suas possibilidades de modernização sem que o supersistema internacional seja institucionalizado de tal forma que desapareçam os impedimentos à constituição de uma ordem planetária.” (Op. cit.: 41);

4) “a modernização exige de cada governo a capacidade de aprender com as situações e nelas descobrir caminhos mais curtos para a modernidade.” (Op. cit.: 42). Os cientistas sociais deverão não apenas compreender, mas também conduzir o processo.

Adotando o conceito de possibilidade, Guerreiro aprofundou seus estudos a respeito da modernização, fazendo, inclusive, restrições a Eisenstadt, em quem muito se apoiara em *Administração e Estratégia do Desenvolvimento*. Como neste trabalho, inclui no “problema” da modernização o mundo como categoria sociológica. Defendeu a participação dos cientistas sociais no processo e afirmou que a modernização exigia das camadas dirigentes um comportamento estratégico.

Os estudos de teoria das organizações foram os que mais mereceram atenção de Guerreiro. Em *A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina* (50), iniciou a conferência anunciando que, ao contrário do que fora anunciado, o tema não proporcionaria um arcabouço teórico comum. A atribuição que havia recebido equivaleria a “estabelecer uma série de concepções teóricas que permitissem compreender e enfrentar os problemas da administração pública na América Latina nos próximos anos.”

(NI,1970: 7). Isto lhe pareceu impossível, menos em virtude das deficiências intelectuais dos estudiosos do que por causa da crise histórica que a humanidade estava atravessando no momento, apresentando singularidades que tornavam as formulações teóricas extremamente precárias. “Nesta passagem crítica da História, em que reina o dissenso, estaríamos assinando o atestado de óbito de nossa comunidade profissional se afirmássemos existir entre nós um consenso conceitual.” (Op. cit.: 8). Embora um mínimo de consenso teórico fosse requisito essencial, nem por isso os participantes percebiam os novos paradigmas desde logo, ficando cômicos de sua própria ignorância em cada uma das transições.” “...cada um daqueles momentos de transição caracterizava-se por uma nova ignorância, a qual não pode ser superada sem uma nova estrutura básica de investigação, consentânea com as novas tendências da História. Os pensamentos não são supra-históricos; são produzidos pela mente de homens cujas motivações e impulsos se moldam por circunstâncias concretas que variam a cada período. Não podemos externar com clareza nossas conceptualizações quando as tendências de nossas atuações e vicissitudes diárias ainda não têm padrão definido. É então que nossa ignorância se manifesta de maneira mais veemente.” (Op. cit.: 8).

Nesse processo de qualificação da ignorância o Autor distingue a ignorância insuspeita dos que não se dão conta de suas formas e estruturas intelectuais em relação às novas circunstâncias e procuram arregimentá-las apelando para extrapolações, da outra espécie: a ignorância consciente que entende dever confessar, a *docta ignorantia* na expressão de Nicola de Gusa. Embora a ignorância consciente seja paradoxal sob um prisma fenomenológico, ela é intencional, isto é, percebemos que há perguntas que temos de responder, de pouco valendo os conhecimentos disponíveis. É a consciência da ignorância de alguma coisa, a indicação, pelo menos, de que falta saber alguma coisa, possibilitando ao indivíduo adquirir os conhecimentos de que necessita desde que se disponha a desaprender os seus métodos habituais. “...a nova administração pública se caracteriza pela percepção do hiato que existe entre o que sabemos e o que precisamos saber para cumprir os deveres específicos de nossa profissão.” (Op. cit.: 9).

A *nova administração pública* substitui os enfoques normativos tradicionais pela atitude de ignorância consciente, razão da voga da pesquisa-ação de

Kurt Lewin, uma revivescência da noção de *praxis*. É essencialmente não-prescritiva. É antiescolástica no sentido de que supera a interpretação preocupando-se com a consciente previsão do futuro. “O conceito de ignorância consciente confere ao modelo contemporâneo de pesquisa-ação a necessária especificidade em relação ao conceito hegeliano-marxiano de *praxis*, no sentido de que os administradores de hoje, orientados para a pesquisa-ação, não mais aceitam a idéia de um desenvolvimento social unilinear, como o faziam os seguidores de Hegel e Marx.” (Op. cit.: 10). Guerreiro afirmava que a *nova administração pública* tendia a ser não-prescritiva, antiescolástica e orientada para a pesquisa-ação.

O modelo de administração pública obedecido até então não correspondia às exigências do novo contexto histórico. O Autor entendia que, se quiséssemos que a administração pública fosse um campo científico, era necessário que se baseasse num conjunto de pressupostos básicos, requisitos éticos que libertassem o cientista das ambigüidades suscitadas pela impossibilidade de dar resposta às questões atuais no modelo antigo. Denominando estes pressupostos de engajamentos (engajamento com o mundo, engajamento com o crescimento humano e engajamento com a legitimidade), o Autor desenvolveu uma tentativa de validar a conceituação de administração pública formulada.

A crítica à teoria administrativa prossegue em *Modelos de homem e teoria administrativa*(51). Este estudo é uma nova abordagem de *Homem-Organização e Homem-Parentético* publicado em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* (1963), onde o Autor estuda o poder da organização sobre o indivíduo do ponto-de-vista político. A organização, que passara a objeto de reflexão sistemática no campo das ciências sociais e da filosofia, assinalava um novo momento na evolução do saber e conferia ao homem um poder, sobre si mesmo e sobre as circunstâncias, inédito na História. “Assegura, ainda, pela primeira vez, plena validade ao famoso dito: saber é poder. A incorporação desse avanço no conhecimento no horizonte da consciência acrescenta à conduta humana uma qualidade que não tinha: a atitude parentética.” (MVRB, 1963: 145). Com a atitude parentética o homem habilitava-se a ajustar-se à sociedade e ao universo, deixando de ser “matéria bruta dos acontecimentos, unidade indiferenciada de um rebanho, coisa entre coisas”. “A atitude parentética, na

medida em que se democratize, fundará, por fim, o período da história consciente do homem. De humanização da natureza. De naturalização do homem.” (Op. cit.: 146). A organização era vista por Guerreiro como capítulo essencial da teoria revolucionária, sendo esta inexistente sem conhecimento sistemático daquela. Afirmando que a teoria da organização como protofenômeno da sociedade, em geral, e da vida humana estava longe de atingir acabamento satisfatório, assinala seus fragmentos no existencialismo em geral, na sociologia do conhecimento e na extrapolação dos resultados da cibernética ao domínio social e humano, na sociologia política, na teoria da revolução e na crítica das organizações partidárias episódicas (principalmente dos partidos comunistas, onde começaram a delinear-se os rudimentos de uma ciência social socialista, à luz da qual aparece a solução para o problema organizacional).

Guerreiro Ramos se preocupa com a patologia da normalidade que embrutece e aliena o indivíduo, que compromete a sua liberdade. Este padrão organizacional, de origem burguesa e adotado por “regimes episódicos, ditos socialistas” (Op. cit.: 172), no marxismo-leninismo, é objeto de sua crítica. Propugnava por uma forma de organização inspirada na dialética, “superior”, onde não existisse alienação entre dirigentes e dirigidos, “cuja qualidade será tanto mais elevada quanto mais a consciência parentética participe de sua estrutura.” (Op. cit.: 169). Esta forma era o socialismo. “O socialista não se reconhece no homem-organização, que Whyte descreveu. Nem tampouco no ‘robô’ colérico que professa o marxismo-leninismo ou o ‘centralismo democrático’. Luta pelo advento do ‘reino da liberdade’. Por um mundo no qual a organização não transcenda o homem. Mas o homem transcenda a organização.” (Op. cit.: 173).

Em *Modelos de homem e teoria administrativa*, Guerreiro reavalia a evolução da teoria administrativa, usando como pontos de referência três modelos de homem: o homem operacional – equivalente ao *homo economicus* da economia clássica – o homem reativo da Escola de Relações Humanas, e o homem parentético, modelo que “é simultaneamente um reflexo das novas circunstâncias sociais, que agora são mais perceptíveis nas sociedades industriais avançadas, como a dos EUA, que irão prevalecer eventualmente pelo mundo inteiro, e uma reação a elas.” (MHTA, 1984: 8). Diz Guerreiro que “na realidade, o ho-

mem parentético não pode deixar de ser um participante da organização. Porém, justamente por tentar ser autônomo, ele não pode ser psicologicamente enquadrado como aqueles indivíduos que se comportam de acordo com os modelos reativo e operacional. Ele possui uma consciência crítica altamente desenvolvida das premissas de valor presentes no dia-a-dia.” (Op. cit.: 7).

A expressão “parentético”, já empregada em 1963, teve seu significado esclarecido. Deriva da noção de Husserl de “em suspenso” e “parênteses”. Ao contrário da atitude natural do homem “ajustado”, desinteressado da racionalidade noética, o homem parentético desenvolve atitude crítica. Coloca entre parênteses a crença no mundo comum, permitindo-se alcançar um nível de pensamento conceitual e, portanto, de liberdade. O homem parentético tem capacidade de excluir-se tanto do ambiente interno quanto do externo, examinando-os com visão crítica. “O homem parentético está apto a graduar o fluxo da vida diária para examiná-lo e avaliá-lo como um espectador. É capaz de afastar-se do meio familiar. Ele tenta deliberadamente romper suas raízes; é um estranho em seu próprio meio social, de maneira a maximizar sua compreensão da vida. Assim, a atitude parentética é definida pela capacidade psicológica do indivíduo de separar a si mesmo de seu ambiente interno e externo.” (Op. cit.: 8).

Afirmando que a teoria administrativa não pode mais legitimar a racionalidade funcional da organização, dizia o autor: “O que leva às crises nas organizações atuais é o fato de que sua estrutura organizacional e forma de operação admitem que as antigas carências continuam a ser básicas, enquanto, na realidade, o homem contemporâneo está consciente de que as carências críticas pertencem a outro grupo, isto é, relacionam-se a necessidades que se situam acima do nível de simples sobrevivência.” (Op. cit.: 9). Embora não esclareça em que consiste a “verdadeira participação social”, defende-a como já o fizera em *Nova Ignorância*, entendendo que ela é a condição do sentido do desenvolvimento e da renovação social. Para o autor esta é a razão pela qual “atualmente não é suficiente gerir as organizações: é necessário gerir a sociedade total.” (Op. cit.: 9).

O progresso tecnológico continuou a ter lugar destacado no pensamento de Guerreiro. Ele “está pondo em perigo a viabilidade do homem como criatura racional”, tornando a vida dos trabalhadores sem significado. O indivíduo comum tem consciência da possibilidade de reduzir tarefas árduas até o

ponto de completa eliminação do trabalho, enquanto os cientistas sociais não se dão conta dessa possibilidade concreta. A situação do trabalhador no emprego influencia sua vida fora do trabalho, tornando a falta de motivação central de sua vida tema de crescente significação social. Este raciocínio, inspirado em Galbraith, levou o Autor a afirmar: “Um dos problemas principais a ser considerado na administração global do sistema social é o delineamento de novos tipos de organização ou novos padrões de trabalho.” (Op. cit.: 10).

Em *Teoria administrativa e utilização inadequada de conceitos*(52), Guerreiro Ramos denuncia o excesso de receptividade da administração às influências provenientes de diferentes áreas do conhecimento naquele momento, levando-a a um “estado de identidade extremamente confuso”. Manifestando-se favorável às relações interdisciplinares (positivas e mesmo necessárias à criatividade), entendia que “já é hora de uma avaliação séria da situação da administração antes que ela se torne mera confusão de forças teóricas, destituída tanto de energia como de direção.” (TAUIC , 1973: 5). Sem individualidade, descaracterizada, a teoria administrativa caminhará para um processo de mutilação na “medida em que se servir, para tratar de fatos e problemas, de conceitos emprestados, alheios à sua natureza intrínseca.” (Op. cit.: 6).

Distingue entre transferência e uso inadequado de conceitos. Sugere que a expressão “transferência de conceitos seja reservada àqueles casos nos quais é pertinente e adequada a tentativa de examinar o problema segundo um modelo tomado de empréstimo de uma situação diferente, porque ambos possuem realmente características análogas.” (Op. cit.: 6). Para Guerreiro “um modelo tomado de empréstimo, entretanto, pode ser inadaptável a determinada situação. Neste caso, se alguém tenta examinar tal situação sob a égide de um modelo tomado por empréstimo, trabalha sob condições que conduzem ao uso inadequado de conceitos.” (Idem, idem, idem). Os esforços de formulação teórica tornam freqüente a exposição aos riscos de transferência inadequada. Citando Kaplan(53) dizia que a tentativa de transferência pode redundar em uma armadilha intelectual em potencial (Nagel), transformando-se na utilização inadequada de conceitos. Foram analisados como exemplos de utilização inadequada os conceitos de autenticidade organizacional (Beatrice e Sidney Rome), alienação (no sentido empregado por Robert Blauner) e saúde organizacional (Warren Bennis – Changing Organization).

O artigo foi concluído com a afirmação de que os problemas dos conceitos inadequados são importantes e a teoria administrativa e sua prática deveriam esforçar-se para se tornarem sensíveis às novas demandas. Estas demandas, desconhecidas dos antigos teóricos, eram atuais. A teoria administrativa teria que adequar-se às possibilidades tecnológicas do mundo atual. “Até agora ela tem-se baseado na presunção de que a organização é parte permanente da natureza humana e, conseqüentemente, os seres humanos serão sempre parte integral das organizações. Se desejarmos ser conseqüentes com o que autenticidade, inalienação e conduta proativa significam, a teoria administrativa não poderia legitimar a organização como ingrediente inevitável do psiquismo humano. Em lugar disso, poderíamos expandir seus objetivos ajustando-os ao tratamento sistemático de fatos e problemas de engenharia social e condições de liberdade *macroinstitucional*. Autenticidade, inalienação e comportamento proativo podem ser focalizados seriamente apenas na perspectiva macrosocial.” (Op. cit.: 17). A questão da teoria administrativa transcende à adequação de conceitos. Trata-se de sua própria adequação ao presente momento histórico.

Em *Modelos de homem e teoria administrativa* e em *Teoria administrativa e utilização inadequada de conceitos* observa-se que a crítica à teoria administrativa transcende a ela. Guerreiro via sua inconsistência na falta de perspectiva macrosocial e em seu desencontro com os anseios do homem contemporâneo. A crise das organizações era explicada pela inadequabilidade de sua concepção ao presente momento histórico.

Em *O “milagre” e a sociedade* (Jornal do Brasil, 13.5.79), Guerreiro Ramos oferece sua contribuição para a formulação de um modelo teórico que capacitasse o governo brasileiro a superar o impasse econômico e social em que se encontrava o país. Embora as questões implicadas no tratamento do tema fossem rebeldes à simplicidade da linguagem jornalística, não julgava o fato bastante para que se omitisse de debate que julgava tão importante.

O Brasil se propunha a adotar o modelo modernizante que, na órbita capitalista, os Estados Unidos e o Japão foram os últimos países capazes de materializar. Entretanto, generalizava-se pelo mundo o desencanto com o modelo, como também os meios para implantá-la não mais se encontravam ao alcance de nenhuma nação periférica. Embora o Brasil não devesse renun-

ciar a um projeto de grandeza histórica, “sua capacitação para tanto requer (...) criatividade cultural e a decisão política de empreender a alocação de seus recursos, não necessariamente sob a influência da ideologia modernizante e do efeito demonstração.”

Guerreiro retoma o pensamento social do século XVIII, desta vez de modo crítico. “No curso do século XVIII, graças à influência das idéias formuladas por intelectuais como Voltaire, Turgot, Condorcet e Saint -Simon, a Europa Ocidental interpretou-se como a culminação de um processo linear de aperfeiçoamento da humanidade.” Examinou o adjetivo *moderno* registrado pelos lexicógrafos desde 1500, o significado que o verbo *modernizar* passa a ter a partir de 1748, significando a superioridade do presente europeu sobre o passado, e desenvolve uma crítica da economia política como manifestação da ideologia modernizante. Em sua análise, parte de Adam Smith, que considerava atrasadas as sociedades do passado pois nelas o mercado era incipiente. “Embora Adam Smith não use a palavra, *modernizar* a Grã-Bretanha e o resto do mundo, em sua mente, equivalia a estimular a propensão expansiva do mercado como agência do processo de alocação de recursos.” E estende sua crítica aos economistas que o sucederam: “Adam Smith, bem como os economistas que o sucederam, aí incluindo Karl Marx, acreditavam que a expansão imanente do mercado necessariamente levaria a humanidade a uma forma histórica superior.”

A “mão invisível”, logicamente derivada da concepção deísta do universo elaborada pelo professor de teologia natural da Universidade de Glasgow, é a idéia nas teorias de desenvolvimento, defendida tanto pelos economistas intervencionistas como pelos marxistas. Reflexo do linearismo histórico característico do século XVIII, estruturalistas sob a égide da CEPAL, proponentes da teoria da dependência e marxistas eram incapazes de oferecer uma alternativa para a crise do Brasil. O mercado é realmente uma forma promocional de alocação de recursos no sentido de que pode servir para melhorar as condições de vida da população. “O que a Revolução Industrial representou de avanço histórico foi precisamente a liberação do mercado de certas prescrições institucionais.” Na Alemanha estas prescrições foram denominadas por Max Weber de patrimonialismo, tendo proposto que o Estado fosse provido de uma forma de administração racional-legal para atender aos imperativos de um mercado nacional.

Guerreiro chamava atenção para o fato de que “a função do mercado como forma promocional de melhoria das condições de vida de uma população é limitada.” O princípio de limites escapou inteiramente a Weber em *As Causas Sociais do Declínio da Civilização Antiga*, escrito em 1896, onde sugere que um dos fatores da queda do Império Romano consistiu na indevida persistência de prescrições institucionais disfuncionais impostas ao mercado. O princípio dos limites escapou-lhe porque na época a Alemanha estava economicamente na retaguarda da Inglaterra(54). O princípio de limites é assim formulado por Guerreiro Ramos: “A economia de mercado organiza o processo de produção exclusivamente do ponto-de-vista de transferências bilaterais de recursos, e assim perde de vista aspectos normativos sem os quais uma sociedade destitui-se de condições de viabilidade. A instauração e preservação de tais condições largamente dependem de transferências unilaterais de recursos. Em termos explícitos, uma transferência é bilateral quando A provê B de recursos com os quais B produz algo de que A deriva lucro ou vantagem. Neste tipo de transferência, o interesse de A é diretamente satisfeito. Uma transferência é unilateral quando A provê B de recursos com os quais B produz algo de que decorre uma melhoria ambiental, que indiretamente beneficia A, além de outros fatores sociais. O primeiro tipo de transferência é o fundamento da economia de mercado (*exchange economy*). O segundo tipo de transferência é o fundamento da economia de viabilidade social (*grandts economy*). Estes dois tipos de transferência têm existido milenarmente e são praticados em todos os países contemporâneos, inclusive no Brasil. Salários e impostos são, respectivamente, ilustrações destes dois tipos de transferência.” O estudo sistemático e científico da complementaridade desses dois tipos de transferência, do ponto-de-vista social normativo, somente naquela ocasião começava a ser empreendido. A economia convencional não ignora as transferências unilaterais, mas subordina a sua utilização aos objetivos da economia de mercado. O artigo foi concluído com considerações a respeito da viabilidade da sociedade brasileira.

Em *Limites da Modernização*(Jornal do Brasil, 20.5.79 e 22.6.79), o artigo de Guerreiro Ramos, inicia com uma acusação: “Modernização e desenvolvimento são dois símbolos constitutivos de um credo religioso.” Apon- ta seus fundamentos doutrinários numa concepção linear da história segundo a qual “Deus atualiza-se através de um movimento progressivo e imanente do

mundo. O conhecimento das leis de tal movimento equivale ao conhecimento de Deus.” A origem desta concepção linear da história é identificada a partir do século XII quando o Abade Joaquim de Flora, contestando o transcendentalismo de Santo Agostinho em *A Cidade de Deus*, interpretou o símbolo da Divina Trindade em termos essencialmente mundanos. Para o Abade, na trajetória da humanidade haveria três estágios: o do Pai, o do Filho e do Espírito Santo, em que a perfeição humana consumir-se-ia.

Este tipo de credo no mundo anglo-saxônico assumiu o caráter de deísmo, segundo a denominação dos historiadores(55). Manifesta-se na atribuição de caráter necessário às prescrições implícitas em abstrações, como o mercado focalizado por Adam Smith e a História em Hegel. “... em Adam Smith a “mão invisível” é a providência divina guiando os seres humanos para o melhor dos mundos possíveis. Em Hegel, a essência divina e humana consuma-se de modo definitivo num estágio final da História.”

Segundo o Autor, a crítica dos modelos atuais de desenvolvimento e modernização é tema relevante tanto no Brasil como no mundo, sendo evidentes os resultados deformativos e deculturativos contidos naquelas idéias. Toma ele como ponto de referência os Estados Unidos – onde então vivia – “a mais dramática vítima do credo linearista.” Prossegue: “Sob os efeitos de uma crise sem precedentes, o povo norte-americano mal se dá conta da ilusão de progresso que largamente tem afetado a sua vida. É neste país que as teorias de modernização e desenvolvimento encontram-se sob acesa crítica.”

O consenso vigente nos centros de pesquisa avançada nos Estados Unidos, segundo o qual modernização e desenvolvimento são indissociáveis de práticas predatórias, é ilustrado pela “perversa forma de consumo que se tornou normal na sociedade norte-americana.” No artigo, Guerreiro distingue os bens em “primaciais” e “demonstrativos”. Os bens primaciais constituem a órbita do bastante e incluem os meios necessários para a manutenção da vida física e espiritual. Milenarmente o objetivo do sistema econômico tem sido produzir o bastante para a manutenção da vida humana em determinada sociedade. “Mas todas as sociedades humanas, até o advento da sociedade mercantil, postularam o princípio de limites da produção e do consumo.” (LM. 20.5.79).

Embora as sociedades industriais de hoje disponham de capacidade técnica capaz de suprir todos os seus membros de suficientes bens e serviços

necessários ao pleno exercício da vida cívica, esta é marginal porque a produção da riqueza é ilimitada e tornou-se um fim em si mesma. “Em tais sociedades, o objetivo de civilizar foi substituído pelo objetivo de consumir, disfarçado sob o imperativo de modernizar.”

Criticando a noção de viver afluente em substituição a de viver bem no sentido aristotélico, o Autor aponta como exemplos de deformação da estrutura de consumo a proliferação de comodidades redundantes (diferentes marcas do mesmo produto artificialmente promovidas pelo sistema econômico) e a obsolescência planejada (limitação intencional da durabilidade de bens). A prevalescente produção de bens demonstrativos sobre os primaciais, característica do modelo modernizante dos Estados Unidos, fez com que este país chegasse à “era dos limites”. O país descobre que as matérias primas necessárias ao seu sistema produtivo são limitadas, suas reservas de petróleo estão próximas da exaustão, além de outras vulnerabilidades. O imperativo dos limites da produção e do consumo – a “era dos limites” –, embora categorizada pela primeira vez nos centros de pesquisa de vanguarda dos Estados Unidos, não se restringe a este país. Abrange a economia e a sociedade mundial e impõe a formulação de um novo modelo de alocação de recursos.

Ainda dentro de suas preocupações com o desenvolvimento brasileiro Guerreiro Ramos publicou *Um modelo corretivo do impasse econômico* (JB, 8.9.79), trabalho onde critica a economia convencional em seus critérios de extração, agregação e alocação de recursos. Afirma que a economia política se encontra em estado de paciente terminal sem que seus especialistas se tenham dado conta. A crítica não tinha a intenção de salvar a economia (como fizera Marx), mas de substituí-la por um modelo científico de alocação de recursos.

Aparentemente a economia política explica a realidade econômica da vida humana associada e capacita governos e indivíduos a prever e direcionar os acontecimentos. Em verdade, a realidade que ela explica não é nada mais que um sistema de comportamentos institucionalizados, prescrições de acordo com as quais se tem vivido nos últimos 200 anos. Ela explica apenas as regularidades pertinentes à sociedade de mercado. Conforme estudo de historiadores (os que primeiro chamaram a atenção para a excepcionalidade da sociedade gerada pelo mercado) a idéia da economia política era inconcebível

antes da Revolução Industrial. A Revolução Industrial consistiu na transformação do mercado em sistema autônomo, e produziu as condições para que o mercado assumisse o papel regulador da política e a economia se tornasse uma ciência(56). Esta foi a “grande transformação” a que se refere Karl Polanyi, uma das fontes revisionistas fundamentais. “Polanyi basicamente mostrou o caráter paroquial da economia política. Isto é, esclareceu, à sociedade, que a economia política é um sistema conceitual cativo da sociedade gerida pelo mercado. Tal sistema conceitual não habilita ninguém a compreender o sistema de produção em sociedades onde o mercado é destituído de função reguladora macrosocial.” (MCIE, 8.9.79). Numerosos antropólogos têm entendido a substanciação empírica da concepção polanyiana, entre os quais George Dalton e Marshall Sahlins. Outra corrente teórica revisionista se tem preocupado com as dimensões termodinâmicas do processo de produção, sendo citados Kenneth Boulding e Nicholas Georgescu-Roegen.

Na formulação de sua crítica à economia política convencional, Guerreiro se apóia nos estudiosos da ecologia do processo econômico e na questão da finitude dos recursos para elaborar o que denomina “paradigma paraeconômico”. “...a economia política, bem como grande parte dos teóricos dos ‘limites do crescimento’, não contemplam sistematicamente todas as nuances do fenômeno da produção. A produção é um fenômeno social total: inclui mais do que os *outputs* contabilizados no mercado, ou de acordo com seus padrões de avaliação. A sociedade como um todo é continuamente um processo produtivo, em que todos os indivíduos participam. Produção é um *continuum* de atividades, no qual o fluxo de fruições da vida está incluído.” (Op. cit.).

Sendo o processo de produção indissociável da função do convívio entre estes e a natureza, o *processo de produção não tem limites*(grifo do Autor). “Crescimento da produção não implica necessariamente o uso de recursos físicos e geração de quantidades físicas.” (Op. cit). Embora tenha sido a economia de mercado que suscitou a consciência sistemática do fenômeno da produção, a explicação deste fenômeno em termos epistemológicos foi empreendida pelo empirismo filosófico inglês e pela dialética, em suas versões hegeliana e marxista. Para Guerreiro, ambas as correntes, apesar de sua influência, são “formas impressionistas e bastardas de pensamento”. Ao contrário do entendimento da economia política, em todas as sociedades – mesmo nas pré-mercantis cuja

existência data de milênios – a produção existe. O conceito economicista da produção considera que apenas os itens que possuem valor de troca constituem ingredientes da produção. O paradigma paraeconômico postula um conceito multidimensional da produção que incorpora de modo sistemático tanto os itens de valor de uso como os de valor de troca. Seu objetivo é a adequada sustentação da plena convivência social e cultural entre os indivíduos. “O uso final dos resultados da produção e o processo de produção ele mesmo, apreciados em termos da fruição da vida, é isso que, em última análise, define a qualidade do processo econômico.” (Op. cit.).

A outra crítica formulada à economia política convencional por Guerreiro Ramos se refere à questão do emprego. Para tal concepção só os indivíduos formalmente empregados produzem. É negligenciado o fato de que todos os membros da sociedade, sem exceção, trabalham e produzem, negligência que incidentalmente induziu Keynes a falhar na compreensão da problemática da depressão norte-americana da década de trinta. O paradigma paraeconômico é um modelo alocativo que objetiva simultaneamente a criação e a distribuição da riqueza nacional. Caracteriza o espectro da produção como representando sistematicamente não apenas o setor formal, mas também o chamado setor informal. Focaliza a alocação de recursos sob o ponto-de-vista de uma sociedade multicêntrica. Neste artigo Guerreiro afirmou que “o paradigma paraeconômico equivale a uma nova *ciência das organizações*, porque focaliza a alocação de recursos do ponto-de-vista sistemático de uma sociedade reticular ou multicêntrica.” (Op. cit.). Anunciou o aparecimento do livro *A Nova Ciência das Organizações* em língua inglesa(57).

The New Science of Organization, a Reconceptualization of the Wealth of Nations foi publicado em 1981 e traduzido para português no mesmo ano(58). Apresentando de modo sistematizado as idéias expostas nos artigos publicados no Jornal do Brasil, o livro incorpora trabalhos publicados em diversas revistas nos Estados Unidos(59). O objetivo do livro era “contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo atual centralizado no mercado, que tem dominado as empresas privadas e a administração pública nos últimos 80 anos.” (NCO, 1981:XI). Um modelo alternativo se fazia necessário porque “a sociedade centrada no mercado, mais de 200 anos depois de seu aparecimento, está

mostrando agora suas limitações e sua influência desfiguradora da vida humana como um todo.” (Op. cit.: XI-XII). Em defesa de sua tese apresentava os seguintes argumentos: a) “... uma teoria da organização centralizada no mercado não é aplicável a todos, mas apenas a um tipo especial de atividade. A aplicação de seus princípios a todas as formas de atividade está dificultando a atualização de possíveis novos sistemas sociais, necessários à superação de dilemas básicos de nossa sociedade.” b) “... o modelo de alocação de mão-de-obra e de recursos, implícito na teoria dominante de organização, não leva em conta as exigências ecológicas e não se vincula, portanto, ao estágio contemporâneo das capacidades de produção.”; c) “... a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa, porque não admite explicitamente sua limitada utilidade funcional.” (Op. cit.: XI).

A expressão “nova ciência das organizações” é empregada em sentido amplo. Refere-se a temas presentemente “rotulados” como administração pública, administração de empresas privadas, economia, ciência política, ciência de formulação de políticas e ciências sociais em geral. “...a nova ciência das organizações é dirigida a problemas de ordenação dos negócios sociais e pessoais numa microperspectiva, tanto quanto numa perspectiva macro.” (Op. cit.: XI).

Guerreiro tomou como ponto de partida a razão, conceito básico de toda ciência social, fazendo a crítica da razão moderna e sua influência sobre a teoria das organizações (cap. 1). “A teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua. Assume esse caráter porque se baseia na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no Ocidente. Na realidade, até agora essa ingenuidade tem sido o fator fundamental de seu sucesso prático.” (Op. cit.: 1). O qualitativo *ingênuo* é usado no sentido empregado por Husserl segundo o qual o sucesso das sociedades industriais foi uma consequência do imediatismo das ciências naturais, sem que tal capacidade manipuladora se constituísse em sofisticação teórica.

Criticando a influência da razão moderna sobre a teoria da organização e sobre a ciência social da qual deriva (cap. 1), o autor examinou as contribuições de Bacon, Hobbes, Max Weber, Manheim, Escola de Frankfurt e Eric Voegelin (que destaca). Concluiu que na sociedade moderna a racionalidade se transformou numa categoria sociomórfica, ou seja, interpretada como um atributo de processos históricos e sociais. De “força ativa da psique humana que habilita o

indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar sua vida pessoal e social”, passou a significar o prático, o funcional, o cálculo utilitário. A ciência social moderna, articulada com o propósito de liberar o mercado das restrições que o mantiveram dentro de limites definidos até o advento da revolução comercial e industrial, fundamentou-se nessa razão transvaliada – a razão formal ou funcional.

Entendendo que as teorias de organização e do desenho de sistemas sociais exclusivamente baseados na concepção moderna de razão são desprovidos de validade científica, Guerreiro Ramos formulou a idéia de uma teoria substantiva como concepção alternativa da vida humana associada (cap. 2). Para tanto tomou como referência a categorização de razão moderna de Max Weber. Ao optar pela razão formal para fundamento da elaboração teórica em detrimento da razão substantiva, Weber fê-lo por ter vivido em um contexto histórico em que esta era amplamente substituída por aquela. Guerreiro especula sobre a idéia de que a teoria substantiva poderia ser formulada com base naquilo que Weber não disse, mas que provavelmente diria se tivesse vivido nas presentes circunstâncias históricas. Segundo Weber, embora uma ciência social seja neutra do ponto-de-vista de valor, os valores adotados por uma sociedade são indicadores dos pontos que são importantes para aquela forma de vida humana associada durante certo período histórico. “Admitiria ele, então, que quando as premissas de valor de um certo tipo de vida associada se transformam, elas próprias, em fatores de um mal coletivo, o cientista social não pode, legitimamente, desprezar tais premissas como estranhas à sua disciplina. Ao contrário, do ponto-de-vista de Weber, o cientista social deve focalizar esses valores, embora apenas para mostrar as conseqüências práticas que acarretam. O cientista social, como tal, não deveria emitir julgamentos de valor, uma vez que valores são subjetivos – ou têm alicerces demoníacos.” (Op. cit.: 26). Prossegue o Autor: “A posição de Weber não deixa de ser contraditória. Se os valores são simplesmente demoníacos e não têm fundamentos objetivos, então a análise das conseqüências de sua adoção pelos indivíduos não é mais do que um fútil exercício de abstração. Tal análise só teria sentido se fosse empreendida na esperança de que o indivíduo pudesse ser persuadido a fazer um julgamento de valor objetivo, racional.”

Hoje é mais difícil pôr de lado a viabilidade da teoria substantiva da vida

humana associada que nos tempos de Weber, dizia o Autor, “porque agora é evidente que o relativismo no tocante a valores conduziu a vida associada a um beco sem saída, intelectual e espiritual.” (Op. cit.: 26). Em abono à sua tese, Guerreiro apresentou três qualificações gerais que realçam as distinções entre a teoria substantiva e a teoria formal da vida humana associada. 1) “uma teoria da vida humana é substantiva quando a razão, no sentido substantivo, é sua principal categoria de análise. Tal teoria é formal quando a razão, no sentido funcional, é sua principal categoria de análise. Na medida em que a razão substantiva é entendida como uma categoria ordenativa, a teoria substantiva passa a ser uma teoria normativa de tipo específico. Na medida em que a razão funcional é apenas uma definição, ou uma elaboração lógica, a teoria formal é uma teoria nominalista de tipo específico. Os conceitos da teoria substantiva são conhecimentos derivados *do* e *no* processo de realidade, enquanto os conceitos da teoria formal são apenas instrumentos convencionais de linguagem, que descrevem procedimentos operacionais.” (Op. cit.: 26-7); 2) “uma teoria substantiva da vida humana associada é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão *razão substantiva*. Para Karl Polanyi, fundador da teoria substantiva(60), os conceitos formais, extraídos da dinâmica específica do mercado, na melhor das hipóteses são válidos como instrumentos gerais de análise e formulação dos sistemas sociais apenas numa sociedade capitalista, durante um período em que o mercado esteja livre da regulação política. Os teóricos políticos da fase pré-moderna queriam dizer a mesma coisa que Polanyi, quando estipulavam que a vida gregária do homem precisava ser politicamente regulada; 3) “...a teoria substantiva (...) envolve uma superordenação ética da teoria política, sobre qualquer eventual disciplina que focalize questões da vida humana associada.” (Op. cit.: 28).

Quadro 1: Teoria da vida humana associada

FORMAL	SUBSTANTIVA
I. Os critérios para ordenação das associações humanas são dados socialmente	I. Os critérios para a ordenação das associações humanas são racionais, isto é, evidentes por si mesmos ao senso comum individual, independentemente de qualquer processo particular de socialização.
II. Uma condição fundamental da ordem social é que a economia se transforme num sistema auto-regulado	II. Uma condição fundamental da ordem social é a regulação política da economia.
III. O estudo científico das associações humanas é livre do conceito de valor: há uma dicotomia entre valores e fatos	III. O estudo científico das associações humanas é normativo: a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática, e, em teoria, tende a produzir uma análise defectiva.
IV. O sentido da história pode ser captado pelo conhecimento, que se revela através de uma série de determinados estados empírico-temporais.	IV. A história torna-se significativa para o homem através do método paradigmático de auto-interpretação da comunidade organizada. Seu sentido não pode ser captado por categorias serialistas de pensamento.
V. A ciência natural fornece o paradigma teórico para a correta focalização de todos os assuntos e questões suscitadas pela realidade	V. O estudo científico adequado das associações humanas é um tipo de investigação em si mesmo, distinto da ciência dos fenômenos naturais, e mais abrangente que esta.

A impossibilidade de a teoria organizacional em voga proporcionar uma compreensão exata da análise e desenho dos sistemas sociais é falha que resulta, em grande parte, de seus alicerces psicológicos (cap. 3). Em suas considerações preliminares Guerreiro afirma, em primeiro lugar, que as organizações são sistemas cognitivos: “os membros de uma organização em geral assimilam, interiormente, tais sistemas e assim, sem saberem, tornam-se pensadores inconscientes.” (Op. cit.: 50). Para o Autor, a maior parte do que tem sido denominado de teoria da organização não possui rigor científico, sendo no máximo um pensamento que aceita, por seu valor aparente, os critérios inerentes à organização. Em segundo lugar, o Autor propõe uma distinção entre pensamento e ação. Conforme assinalou Hobbes, “o comportamento é uma forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das conseqüências, uma capacidade (...) que o ser humano tem em comum com outros animais. Sua categoria mais importante é a conveniência.” (Op. cit.: 50-1). Ao contrário, “a ação é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas. Pelo reconhecimento dessas finalidades, a ação constitui uma forma ética de conduta.” (Op. cit.: 51).

Esclarecendo a origem lingüística do termo comportamento, Guerreiro diz nunca ter sido ele usado antes do século XV, quando começou a ter aceitação lingüística significando conformidade à ordem e aos costumes ditados pelas conveniências exteriores.

“Comportamento continua sendo uma categoria de reconhecimento da conformidade, fato que é geralmente negligenciado, porque a conformidade a critérios de gregarismo socialmente estabelecidos foi transformada em padrões de moralidade humana em geral.” (Op. cit.: 51).

A síndrome comportamentalista – “ofuscação do senso pessoal de critérios adequados de modo geral à conduta humana – tornou-se uma característica básica das sociedades industriais contemporâneas e tem como traços fundamentais a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo(61) e o operacionalismo. Para Guerreiro, “é impróprio considerar como ciência social formal aquela que se baseia na noção comportamental do ser humano. Essa chamada *ciência* equipara a natureza humana às características de um certo tipo de sociedade que é, ela própria, um mero acidente na história. Essa

ciência trata de socialização, de aculturação e de motivação como se os padrões do bem fossem inerentes a uma tal sociedade.” (Op. cit.: 52). Os traços básicos da síndrome do comportamento afetam a vida das pessoas e constituem o credo não enunciado de instituições e organizações da sociedade centrada no mercado. “Para ter condições de enfrentar os desafios de uma tal sociedade, a maioria de seus membros interioriza a síndrome comportamentalista e seus padrões cognitivos. Essa interiorização ocorre, geralmente, sem ser notada pelo indivíduo, e assim a síndrome comportamentalista transforma-se numa segunda natureza. A disciplina administrativa padrão, ela própria admitindo que os seres humanos são individualidades fluídas, e capturada pelos pressupostos do perspectivismo, do formalismo e do operacionalismo, não pode ajudar o indivíduo a superar essa situação.” (Op. cit.: 67).

O Autor trata da colocação inapropriada de conceitos (cap. 4), reeditando trabalho anterior(62), e estuda a política cognitiva (cap. 5), que “consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção.” (Op. cit.: 87). A política cognitiva constitui a mais importante dimensão oculta da psicologia da sociedade centrada no mercado. Para Guerreiro, a teoria das organizações nunca atingiu o status de disciplina científica porque seus proponentes não possuíam percepção da política cognitiva. A teoria das organizações tem como pressupostos a identificação da natureza humana, em geral, com a síndrome de comportamento inerente à sociedade centrada no mercado, a definição do homem como um defensor de emprego e a identificação da comunicação humana com a comunicação instrumental. É pré-analítica, no sentido de que aceita o estudo dos negócios humanos na sociedade como uma premissa, sem se aperceber de suas possibilidades objetivas.

Diante do elemento norteador de rendimentos decrescentes da expansão do mercado indicar o fim do sucesso operacional e prático da moderna ciência social, há que salvá-la. Para tanto Guerreiro propõe uma nova ciência das organizações fundamentada na racionalidade substantiva. “A racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em

geral da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular.” (Op. cit.: 23).

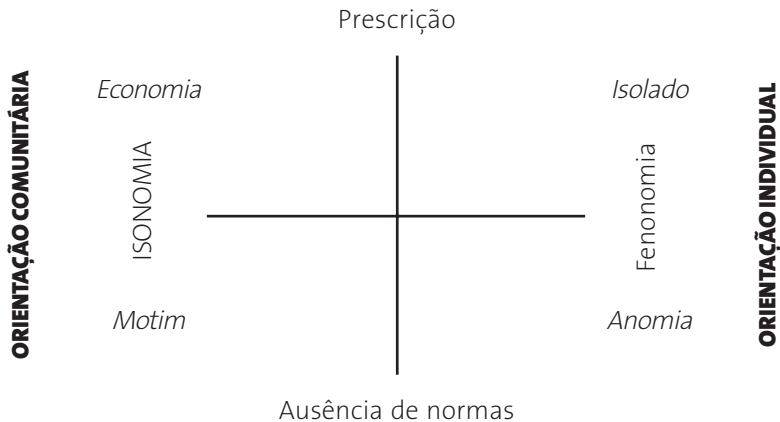
A formulação de uma abordagem substantiva da organização (cap. 6) inclui: a) O desenvolvimento de um tipo de análise capaz de detectar os ingredientes epistemológicos dos vários cenários organizacionais. Os atuais planejadores de sistemas sociais usam instrumentos conceituais próprios do mundo físico, destituídos de valores humanos; b) Desenvolvimento de um tipo de análise organizacional expurgado de padrões distorcidos de linguagem e conceituação. A teoria da organização jamais examinou criticamente a epistemologia inerente ao sistema de mercado, possuindo como pontos cegos:

- um conceito de racionalidade afetado por implicações ideológicas, conduzindo à identificação do comportamento econômico como constituindo a totalidade da natureza humana;
- identificação sistemática do significado substantivo com o formal da organização;
- falta de clareza do papel da interação simbólica no conjunto dos relacionamentos pessoais;
- apoio numa visão mecanomórfica do homem, patente em sua incapacidade de distinguir entre trabalho e ocupação.

A teoria da delimitação dos sistemas sociais (cap. 7) considera o mercado “um enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado, modelo que reflete aquilo que chamo de paradigma paraeconômico.” (Op. cit.: 140). A noção de delimitação organizacional, ponto central do modelo, envolve: “a) uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas; b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais.” (Op. cit.: 140).

O paradigma paraeconômico (fig. 1) tem categorias (anomia, motim, fenonomia, isonomia, isolado, economia) que devem ser consideradas como elaborações heurísticas no sentido weberiano. No mundo concreto tais tipos ideais não existem. Só existem sistemas sociais mistos.

Figura 1: O paradigma paraeconômico



O paradigma visualiza um mundo onde “há lugares para a atualização individual livre de prescrições impostas, e essa atualização tanto pode ocorrer em pequenos ambientes exclusivos, quanto em comunidades de regular tamanho. Nesses lugares alternativos, é possível uma verdadeira escolha pessoal.” (Op. cit.: 140-1) pelas seguintes razões: a) o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais; b) nesse espaço social, só incidentalmente o indivíduo é um maximizador da utilidade e seu esforço básico é no sentido da ordenação de sua existência de acordo com as próprias necessidades de atualização pessoal; c) nesse espaço social, o indivíduo não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores do mercado. São-lhes dadas oportunidades de ocupar-se, ou mesmo de levar a melhor sobre o sistema de mercado, criando uma quantidade de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza, e deles participando. “A delimitação organizacional é (...) uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva.” (Op.: 142). A unidimensionalização, em que se afirma que o interesse das pessoas pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias, é criticada por Guerreiro, citando como exemplos

no campo administrativo a teoria x / teoria y, a escala gerencial (*managerial grid*), e o desenvolvimento organizacional.

O paradigma contempla espaço para a prescrição e ausência de normas. “Quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais. E isso ocorre porque há uma oportunidade mínima de escolha pessoal...” (Op. cit.: 143-4). Por outro lado, no sistema que visa a oferecer o máximo de oportunidades de atualização pessoal, as prescrições não são eliminadas. Elas são reduzidas a um mínimo, porém jamais sem o consentimento dos indivíduos interessados. Tais sistemas são flexíveis o bastante para estimular o senso pessoal de ordem e de compromisso com os objetivos fixados, sem, entretanto, transformar os indivíduos em agentes passivos.

O paradigma representa uma categorização de tendências básicas da emergente sociedade pós-industrial. Entretanto não a encara como necessário desdobramento da sociedade de mercado, ao contrário das explicações socialistas do século XIX. É lícito sempre supor que a extrapolação da sociedade de mercado venha a aumentar a insatisfação que aflige os indivíduos hoje. “O modelo delimitativo encerra, hoje, sob forma conceptual, o tipo de vida procurado por muita gente, em muitos lugares. Infelizmente, os sistemas sociais incompletos, que esses indivíduos estão criando através do processo do ensaio e erro, ainda não se transformaram na força impulsionadora de um esforço sistemático e disciplinado de construção teórica, no meio acadêmico.” (Op. cit.: 156). A sociedade pós-industrial visualizada no paradigma só poderá existir como resultado de uma forte oposição por parte daqueles cujo projeto pessoal consiste em resistir às tendências da sociedade de mercado.

Sendo um empreendimento intencional, envolve planejamento e implementação de um novo tipo de estado, com poder de formular e pôr em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos. (Op. cit.: 155, cap. 8). Esta sociedade também requer iniciativas partidas dos cidadãos que deliberadamente estão saindo da sociedade de mercado.

Uma vez que a perícia técnica disponível para desenho e controle de sistemas sociais é insuficiente para o tratamento de sistemas sociais onde as

atividades econômicas sejam incidentais, Guerreiro formula a “lei dos requisitos adequados aos sistemas sociais.” Ela estabelece que a variedade de sistemas sociais é qualificação essencial de qualquer sociedade sensível às necessidades básicas de atualização de seus membros, e que cada um desses sistemas sociais determina seus próprios requisitos de planejamento.” (Op. cit.:156). A lei dos requisitos se constitui em ponto de ordem prática, ou seja, conseqüências de concreta e participante observação, que envolve o planejador e seus clientes. Algumas dimensões principais dos sistemas sociais são: tecnologia, tamanho, espaço, cognição e tempo(63).

No modelo multicêntrico de alocação (cap. 9) a palavra paraeconomia é usada em novo sentido, ou seja, “como proporcionadora de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre os enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos.”(Op. cit.: 177). Ao contrário do prevalescente modelo centrado no mercado em relação à análise e planejamento dos sistemas sociais, o paradigma propugna por uma sociedade suficientemente diversificada que possibilite aos indivíduos cuidarem de tópicos substantivos conforme seus próprios critérios e nos respectivos cenários a que pertencem estes tópicos. Do ponto-de-vista político, assim como as economias, que já constituem o enclave de mercado, as isonomias e as fenonomias – e suas diversas formas mistas – devem ser consideradas como agências através das quais devem ser alocados mão-de-obra e recursos. As transferências bilaterais características da economia de troca e a transferência unilateral são as maneiras básicas para implementação de diretrizes e decisões alocativas na sociedade.

O Autor critica os modelos alocativos predominantes, que concebem os recursos e a produção como insumos e produtos de natureza econômica. Enquanto a contabilidade nacional registra apenas o que é vendido ou comprado, assim entendendo a “riqueza da nação”, o paradigma paraeconômico leva em conta tanto as atividades remuneradas como as não remuneradas. Os modelos centrados no mercado têm difundido uma preocupação com a finitude dos recursos, levando a pesquisas como “limites do crescimento” e “crescimento zero”. “...um sadio conceito de recursos inclui mais do que aquilo que o mercado se inclina a definir como recurso. Inclui dimensões ecológicas e psíquicas, para as quais a epistemologia mecanística inerente à lei clássica

ca da oferta e da procura não tem sensibilidade.” (Op. cit.: 181). E diz adiante: “Do ponto-de-vista paraeconômico, os recursos são infinitos e não há limites ao crescimento. Ironicamente, a tese dos limites ao crescimento pode muito bem representar a oportunidade para revelação de um vasto horizonte de possibilidades para uma explosão de crescimento, tanto em termos de produção quanto de consumo.” (Op. cit.: 181).

Além de suas críticas à ciência e análise política e à teoria da escolha pública que as inspira, Guerreiro, preocupando-se com o bem-estar dos indivíduos, critica a economia convencional pela deterioração do meio-ambiente.

O livro é concluído com uma visão geral e perspectivas da nova ciência das organizações (cap. 10). Apresentando o resumo dos pontos-chave da avaliação crítica da ciência social convencional, o Autor aponta a racionalidade formal como raiz do caráter enganoso que a permeia e sua tendência a apoiar-se numa visão de mundo inerente a um precário clima de opinião. A ciência social baseada na racionalidade substantiva transcende a climas episódicos de opinião.

Pondo a nu as falsas concepções da teoria organizacional atual, Guerreiro Ramos regozija-se com seu passamento. Focalizando os temas do ponto-de-vista do mercado, enganada por um conceito limitado de produção, a velha teoria vê-se em um beco sem saída. A produção, mais que uma questão de técnica, é uma questão moral. “A produção deveria ser empreendida não só para proporcionar a quantidade bastante dos bens de que o homem necessita para viver uma vida sadia, mas também para provê-lo das condições que lhe permitam atualizar sua natureza e apreciar o que faz para isso.” (Op. cit.: 199). A produção é também uma questão moral em razão de seu impacto sobre a natureza como um todo. A natureza é um sistema vivo, que só pode perdurar na medida em que não se violem os freios biofísicos impostos a seus processos de recuperação. A perduração (ou seja, a preservação) é uma categoria física, humana e social. “É uma categoria de processo mental que reconhece que todas as coisas são interligadas e continuamente se empenham para conseguir um equilíbrio ótimo entre conservação e mudança, no processo que leva a uma concretização modelar de seus propósitos intrínsecos.” (Op. cit.: 199). À organização macrosocial que leva em consideração a esfera biofísica e empenhada na manutenção do equilíbrio termodinâmico, Guerreiro denomina *organização resistente*. A teoria organizacional e a ciência social em geral,

orientadas pela destruição dos sistemas perdurantes – característica das atuais sociedades industrializadas do Ocidente – devem ser substituídas por uma ciência da organização centrada na perduração. A nova ciência – tão velha quanto o senso comum – tem de novo as “circunstâncias, nas quais precisamos, mais uma vez, começar a dar ouvidos ao nosso eu mais íntimo.”

Estas reflexões constituem o pano de fundo das análises feitas em *A Inteligência Brasileira da Década de 30 à luz da Perspectiva de 1980*, trabalho onde retoma o tema da liderança do processo político e reexamina a linha mestra dos estudos iniciados em 1951. Defendendo o pragmatismo crítico, conceitua-o como “atributo por excelência do posicionamento intelectual cuja identificação positiva com a sua circunstância nacional determina a orientação genérica de seu interesse pelas idéias, e modo como assimila a cultura e a ciência importadas.” (IBD 30, 1983: 536). O Autor criticou o pensamento hipercorreto e elogiou os representantes do pragmatismo crítico por sua obra institucional no período 1930-45, quando “o Estado no Brasil transformou-se num sistema operacional de alocação de recursos, que parece estar destinada a ser requisito definitivo na organização da produção da riqueza nacional.” (Op. cit.: 539). Para Guerreiro, a salvação do fenômeno brasileiro exige um pensamento que supere a agonia do modo de articulação do Brasil com a ideologia da modernidade que caracteriza a sociedade ocidental.

A partir das idéias formuladas na *Nova Ciência* Guerreiro publicou diversos artigos, vários especificamente referente ao Brasil. Em *Problemas alocativos da economia brasileira*(63), onde mostrou em que medida os estudos contemporâneos sobre subsistemas de produção fronteiriços e exteriores ao mercado formal contribuem para mais acurada compreensão da economia brasileira, apresentou uma classificação esquemática que considerou preliminar. Além das formas extremas como os monopólios estatais, a economia brasileira era vista pelo Autor como constituída dos seguintes sistemas de produção:

1. Sistema oligopolizado de produção – Empresas que se dedicam à produção de bens ou prestação de serviços de alta sofisticação técnica ou mercadológica;
2. Sistema de produção de relativa competitividade – Empresas que atuam em ambiente competitivo, aproximando-se dos modelos clássicos de economia de mercado;

3. Sistema fronteiro – Organizações que se encontram em uma das duas situações extremas: ou adquirem certas características que as aproximam dos oligopólios (como é o caso de empresas regionais, com dominante participação nos mercados em que atuam), ou, ao contrário, estão sendo alijadas do mercado por força de fatores tecnológicos ou mercadológicos a que estão crescentemente expostas pela internacionalização progressiva da economia brasileira;

4. Sistema quase-formal de microprodução – Sistema “ao qual certos aspectos da lógica inerente à teoria do mercado se aplicam, embora de forma flexível, instável e episódica.” (O artesão, o profissional liberal, o “Empreiteiro” de serviços de construção ou reparos, o biscateiro, o intermediário de negócios que age eventualmente);

5. Sistemas conviviais e comunitários de produção – “...incluem a associação de pequenos grupos humanos (entre os quais, por exemplo, a família) para a produção de bens e serviços.” (comunidade social religiosa, vizinhança que organiza pequenas creches, pequena agricultura de hortigranjeiros, certos tipos de cooperativas, armazém familiar de regiões isoladas).

Para Guerreiro, por diversas razões (que não menciona) o aparato institucional de formato econômico no Brasil em geral favorece às categorias 1 e 2, assiste de forma eventual a categoria 3, e exclui por completo de sua esfera de atuação as categorias 4 e 5.

Em *Economia Política Reconsiderada*(64) comenta os avanços da investigação histórica no âmbito da ciência social, tendo como objetivo “o esclarecimento do caráter opiniomórfico” da economia política. Comentou pensadores clássicos e contemporâneos e afirmou que “antes do advento da *economia política* sempre existiu uma teoria alocativa que predicava o primado das deliberações políticas sobre o processo de criação e distribuição de riqueza”.

Em *As confusões em torno do industrialismo*(65) fez distinção entre o industrialismo convencional prevalescente e o industrialismo orgânico, este uma “forma de produção e consumo constituída e reproduzida essencialmente pela utilização de recursos renováveis e, assim, escassamente perniciosa aos processos reestruturativos da natureza.” Viu o industrialismo convencional como enfoque em vias de encerrar sua validade histórica. Afirmava o caráter monótono da historiografia brasileira à luz do industrialismo orgânico por ser

ingênuo e pré-analítico, aceitando como dado permanente a catividade do país ao industrialismo convencional.

Suas últimas críticas à ciência social constam de uma série de três trabalhos publicados no Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, e figuram também em *A Inteligência Brasileira na Década de 1930*.

Um conceito impopular(66) é uma crítica à fragmentação da ciência social em disciplinas específicas. Guerreiro se mostrava adepto do conceito de política reinante até aproximadamente a metade do século XVIII, quando era entendida como estudo sistemático mais abrangente da vida humana associada, nada escapando às suas prescrições. “Adepto deste conceito de ciência política, não tenho nenhum respeito pela ciência social na modalidade anglo-germânica atualmente dominante.”

Para ele a balcanização da vida humana associada é obscurantista. A admissão, pelos especialistas, como reais das fronteiras que didaticamente delimitam as disciplinas como profissão constitui o que Whitehead chama de falácia da “locação simples” ou da “concreticidade deslocada”. A saudação de Gabriel Almond aos membros da Associação Americana de Ciência Política, em que afirmava que a disciplina estava se tornando uma ciência em virtude do aumento do número de seus membros, era indicativa de profissionalização. A ciência política disciplinarizada, profissionalizada, pode ser tudo, menos ciência. Embora a ciência política disciplinarizada não prescreva a profissionalização, esta é um requisito da sociedade gerida pelas leis de mercado, preservando o falseamento daquela como uma disciplina entre outras, transformando-a em mercadoria. Os especialistas disciplinarianos falam em ciência social, sugerindo que antes deles ninguém as praticou rigorosamente. O livro de Thomas Khun *The Structure of Scientific Revolutions* (1962) foi apontado como exemplo da *histeria* do provincialismo temporal, contribuindo para a generalização entre os cientistas sociais disciplinarianos da crença de que a história das ciências sociais é uma sucessão de paradigmas.

A avaliação de Gabriel Almond sobre Platão e Aristóteles afirmando que neles não se encontra uma distinção behaviorista entre *estrutura* e *função* é demonstrativa da equivocada concepção de ciência política. À falta de iniciação na arte de interpretar textos, os disciplinarianos sucumbem ao fetichismo idiomático. “Estrutura e função jamais poderiam constituir ele-

mentos da linguagem técnica de Platão e Aristóteles, simplesmente porque a sua imagem da realidade não tinha nenhum caráter mecanomórfico. E exatamente por isso a ciência política dos dois filósofos gregos proporciona uma leitura mais científica da vida humana associada do que a prescrita pelo behaviorismo, desde que ela é sensível a uma multiplicidade de dimensões que não podem ser reduzidas a termos mecanomórficos. Guerreiro afirma que Platão refutou o behaviorismo como aberração intelectual por implicar em nivelamento por baixo da vida humana associada. “Para ele não pode florescer a vida política onde predomina a conduta baseada no cálculo utilitário de conseqüências. A ordem política adequada à realização do ser humano requer a subordinação do cálculo utilitário de conseqüências a categorias éticas.” (66)

No domínio da ciência social não ocorrem revoluções científicas, como conceitua Kuhn. Os textos escritos em épocas diferentes possuem exatos *insights* críticos de permanente validade que constituem legado vivo da ciência política e social. A ciência social moderna (no sentido técnico do adjetivo) e norte-americana é uma corruptela de uma forma de saber que foi viva no passado e jamais perece. À luz de Aristóteles (Política) são pagãos (no sentido de insuficiente escolaridade e instrução), Marx, Samuel Huntington, Karl Deutsch, David Easton e outros, para os quais a ordem política consiste em “ordem gregária ou algo que os governos podem assegurar, independentemente de certas características qualitativas da condição dos cidadãos, e principalmente dos governantes, isto é, na medida em que sejam providos de capacidades institucionais adequadas”. E prosseguiu: “A redução institucional do problema da ordem política legitima distorções éticas da conduta vivida e humana em geral que, na perspectiva de Aristóteles, conduzem à deterioração psicológica em massa dos cidadãos. Para Aristóteles o critério de análise dos sistemas políticos é essencialmente antropológico, isto é, não se encontra na esfera do social ou do gregário.” (66)

Em seu entender, Aristóteles certamente não se viu como formulador de um “paradigma”, mas como participante num esforço de apropriação e diferenciação de *insights* articulados por vários indivíduos que o precederam ou atuantes em sua época. A este esforço Guerreiro denomina “simpósio permanente de várias gerações”. É esta a concepção do Autor a respeito da ciência

social e política. “Fora desta trilha, como se encontra, a ciência social disciplinariana não passa de um simples dado, ou de um episódio da recente história da deformação da inteligência.”

A tese do diálogo de gerações como procedimento de elaboração teórica teve prosseguimento em *Platão e a conversa de gerações*(67). A incompreensão do presente como história foi apontada por Guerreiro como uma das características fundamentais do bovarismo e do provincianismo temporal em que incidem muitos dos que se consideram estudiosos da ciência natural e social.” Nenhuma ciência pode ser compreendida sem o entendimento de sua história.” (Op. cit.). Prosseguindo em sua crítica ao positivismo e ao marxismo, afirmou que enquanto ambos continuassem a ser ingredientes constitutivos da ciência social moderna, esta não passava de uma teofania obscurantista. Fundamentou sua tese na influência de Platão na ciência natural e particularmente na física teórica, apoiado em físicos como Whitehead, Arthur Eddington e Werner Heisenburg. Platão articulou seu pensamento em linguagem artística, conferindo à beleza caráter cardinal no entendimento da realidade. De acordo com Whitehead, física e estética se congemina: a beleza é inseparável da verdade. A verdade é a conformação da aparência à realidade. Desde Galileo até recentemente a física tem sido um episódio da história do destrilhamento da inteligência do mundo ocidental, razão pela qual confunde aparência com realidade. Em Platão, no *Timeo*, matéria é potencialidade, o receptáculo das formas no qual se verifica permanentemente “terremoto” de elementos que se desagregam ou se reúnem. “O mundo físico externo é antes um mundo de *sombras*”, diz citando Arthur Eddington (1958). “O que no mundo concreto e sensível é numerável e justo só pode ser compreendido como manifestação de uma Idéia ou forma.” (Op. cit.). Segundo Werner Heisenburg, a Física em nossos dias toma posição definida contra o materialismo de Demócrito e em favor de Platão.

Afirma Guerreiro Ramos que a análise não objetivava sugerir que a sociedade era definitivamente interpretada por Platão. Não foi por acaso que ele escreveu os diálogos, que sempre terminavam inconclusos, “deixando subentendido que teoria não consiste em mero exercício definicional, pois nenhuma definição ou sistema conjura a permanente dimensão aporética dos grandes temas da existência humana.” (Op. cit.). Ao contrário do que os compên-

dios de filosofia levaram a crer, Platão não elaborou um sistema ou paradigma. “Ele foi um sistematizador e destilador de *insights* articulados por ele mesmo e/ou por seus antepassados e contemporâneos, muitos dos quais preservados em mitos e lendas imemoráveis.” (Op. cit.). E concluiu: “Como Platão e outros pensadores que palmilham a mesma trilha, conversam eminentes representantes contemporâneos da ciência natural, físicos, biólogos, matemáticos, e, por isso, eles são freqüentemente mais capazes de oferecer ensinamentos relevantes para a ordenação da vida humana associada do que os retardatários devotos da ciência social moderna em nossos dias.” (Op. cit.).

A série a respeito do *diálogo das gerações* foi concluída com *Aristóteles*, *Whitehead* e *A bifurcação da natureza*(68). Guerreiro inicia o artigo afirmando que os indivíduos que articulam *insights* ou premissas em diferentes épocas são como companheiros de viagem ao longo de uma trilha real. Uma das características desses indivíduos é a sua capacidade, adquirida por instrução e disciplina, de dialogar com gerações passadas de pensadores.

Neste trabalho o ponto central da tese de Guerreiro é a restauração do pensamento de Aristóteles no domínio da Física. Em seu entender a teoria científica asilou-se na física. “São os físicos que, hoje, estão empreendendo a restauração da unidade da ciência, isto é, questionando a bifurcação do saber entre disciplinas da mente e disciplinas da natureza, inerente à doutrina de Galileo, Descartes e outros representantes da chamada física clássica. As inconsistências dessa doutrina constituem temas constantes de investigadores em busca da linguagem rigorosa, como, por exemplo, entre outros, Henry Margenan, Peter Mittelstaedt, C.F. von Weizsäcker, Millic Copek, Ivan Leclerc.” (Op. cit.). A fonte de referência é uma vez mais Whitehead (*Conceito de Natureza*, 1920), onde este autor associou a física clássica ao que chamou de “teoria da bifurcação da natureza” em um mundo objeto da física especulativa e que, no entanto, jamais pode ser verdadeiramente conhecido, e outro constituído das elocubrações da mente que, embora causadas pelo primeiro sistema, não é mais que aparente realidade. Assim, do ponto-de-vista pragmático, falar do conhecimento não equivale a falar da realidade, embora as conjecturas da física especulativa (eléctrons, moléculas) sejam percepções mais acuradas que as fantasias da mente.

No relativismo objetivista proposto por Whitehead, Aristóteles assume

importância fundamental. Para Whitehead, que refuta as interpretações inconsistentes de Aristóteles, há uma relação entre a noção de mente e a razão. A natureza é afetada pela razão. “Cores, sons, cheiros, não se encontram nas coisas, são fantasias do ser humano simplesmente porque é dotado de olhos, ouvidos e nariz.” (Op. cit.). Afirma o Autor que Whitehead reconhece subjetividade em todas as entidades atuais. Em seu texto, teoria física e teoria social se congeminam, sendo sociedade uma categoria exploratória simultaneamente do mundo físico e do mundo humano. “O universo é uma sociedade de sociedades e não admite uma explicação mecanomórfica. Tanto no mundo humano como no mundo físico, as entidades atuais são essencialmente sociais. Elas requerem ordem no ambiente de que participam a fim de que possam consumir sua atualização.” (Op. cit.).

Para Guerreiro, o princípio dos limites estava implícito na concepção aristotélica do universo. “É a exposição a perversões ambientais que torna hoje a noção de valor um tema primacial da literatura contemporânea da física. Valores e fins não são qualidades secundárias, adventícias ou extrínsecas às coisas do mundo físico e muito menos do mundo humano secular”, diz citando Margenan. A respeito da concepção aristotélica da matéria, afirmava Guerreiro: “Aristóteles ajuda os cientistas a dissociar a teoria física e social da concepção mecanomórfica da natureza e da sociedade, largamente responsável pelo fiasco ecológico da civilização industrial, de que todos somos vítimas.” (Op. cit.). O artigo foi concluído com a acusação de pobreza conceitual e operacional da ciência social convencional.

Em *A Inteligência Brasileira na Década de 1930(69)* reafirmou suas críticas à ciência social, acusando-a de “ideologia modernista, constitutiva do período de decadência da sociedade ocidental.” (Op. cit.: 543). Afirmou que o trabalho cultural no Brasil é influenciado pela doutrina anglo-germânica e pela doutrina marxista e paramarxista, graças à diligência de seus mediadores hipercorretos. Estes, entendendo que jamais houve ciência social no Brasil antes de sua institucionalização universitária, não consideram o legado de valores e conhecimentos imperecíveis e articulados por sucessivas gerações como parte do processo configurativo da cultura no Brasil.

Teoria e método foram os pontos altos na obra de Guerreiro Ramos. Inicialmente dedicando-se aos problemas sociais, preocupou-se com a difu-

são do pensamento científico da realidade social, e concebia a sociologia como instrumento de intervenção nesta realidade, ou seja, como tecnologia. A experiência adquirida no estudo dos problemas sociais e o conhecimento da funcionalidade da sociologia (instrumento de reconstrução social), aliados à excelente informação bibliográfica, levaram-no a passar dos problemas sociais aos problemas nacionais. Estudando a sociologia praticada no Brasil, criticou o ideal da sociologia universal, defendendo o ponto-de-vista das contingências espaço-temporais na elaboração do pensamento sociológico. Instrumento de reconstrução social nos países cêntricos, a sociologia deveria ter como função a organização da sociedade brasileira. A forma que esta sociedade assumiria deveria ser obra de criação sociológica. Esta seria a sociologia autêntica a ser praticada por um país de formação colonial, instrumento de emancipação nacional, em contraposição à sociologia consular.

As críticas às suas idéias, ao invés de demovê-lo, serviram-lhe de estímulo. Não apenas atento aos acontecimentos nacionais, mas ativo participante deles, ou seja, um militante, nutria-se dos fatos para desenvolver seu pensamento já altamente elaborado. Assessor da presidência da república em companhia de economistas dos melhores, professor, criador do IBESP e do ISEB, Guerreiro não apenas estava em dia com os ideais anti-colonialistas e “anti-imperialistas” como respirava o clima do desenvolvimento brasileiro. Este envolvimento, aliado ao conhecimento filosófico que de há muito possuía e amadureceu, foram os ingredientes que lhe permitiram sistematizar suas idéias na *Redução Sociológica*, onde formula as regras que visam a estimular o trabalho sociológico em favor do desenvolvimento nacional.

A segunda edição da *Redução* tem o prefácio praticamente como um outro trabalho não apenas pela resposta às críticas, mas por nele haver o Autor acrescido dois novos sentidos. São estes novos sentidos que orientam o trabalho de Guerreiro daí por diante, exceção feita à Administração e Estratégia do Desenvolvimento (1966). Embora o Autor afirme no prefácio da edição brasileira da *A Nova Ciência das Organizações* que em AED suas “análises do conceito de racionalidade” e de outros tópicos da ciência social dominante já antecipavam muito “do contido no trabalho, a obra de 1966, pelas circunstâncias de sua elaboração, tem caráter de compêndio. As análises do conceito de racionalidade desenvolvidas em AED são um momento do processo de

elaboração teórica de Guerreiro, momento anterior àquele em que a razão funcional é concebida como manifestação da sociedade regida pelos padrões de mercado. Quanto aos outros tópicos a que se refere Guerreiro, entendemos que só antecipam a Nova Ciência da Organização na medida em que AED foi uma oportunidade para que o Autor, residindo nos Estados Unidos, fosse favorecido pelo acesso a informações que lhe possibilitasse aprofundá-los. Estas observações, obviamente, em nada diminuem a importância de cada um dos mencionados trabalhos.

A teoria e o método podem ser melhor observados nos diversos temas tratados pelo Autor. Cada um ilustra, a nosso ver, a evolução de seu pensamento.

NOTAS

1. Para Guerreiro Ramos “a planificação é uma auto-consciência da sociedade atual, ou melhor, é a realização de sua essência. É menos um intuito de reconstruí-la em bases favoráveis a este ou aquele grupo do que um intuito de liberar as suas forças genuínas reprimidas. Não se trata de manipulação, mas de uma estratégia que visa desembaraçar de todos os obstáculos o sistema de fatores que configuram a sociedade. Estes são os chamados *principia media*. (NPS, 1946: 165). O conceito é de Mannheim.
2. Digesto Econômico no. 85, dez/1951. Publicadas como introdução em *Sociologia de la Mortalidad Infantil*. México, D.F, Biblioteca de Ensayos Sociológicos. Instituto de Investigaciones Sociales. Universidad Nacional, 1955.
3. Trata-se do cap. V – Origem do Racionalismo Moderno.
4. Na apresentação do trabalho (Nota Prévia) o Autor se confessa decepcionado e mesmo irritado com as conclusões a que chegou. Justifica-se afirmando que as idéias enunciadas “são fruto de uma longa experiência de estudo e meditação, não obedeceram a um propósito mesquinho de denegrir quem quer que seja; parecem, ao contrário, atender a um imperativo, pelo menos de minha própria formação mental; tenho o direito de me construir a mim próprio.”
5. Na Índia, Brajendra Nath Seal e Radhakamal Mukerjee; na China, Franklin

C.H.Li, Cato Young, C.C. Wu, W.S. Huang, C.M. Chiao, Ta Chen; no Japão, Unasuke Wakamiya, Kazuta Kurauch, Teizo Toda e outros; na Rússia, Danilevski e Joseph Stalin.

6. O Autor emprega as expressões “sociologia militante” e “sociologia nacional”.
7. Guerreiro Ramos também denomina essa sociologia de “enlatada”, expressão que, segundo ele, foi empregada pelo professor Euclides Mesquita quando da abertura do I Congresso de Sociologia do Paraná, em apoio às suas posições. Esta expressão, entretanto, já fora empregada pelo próprio Guerreiro Ramos quando referia-se à cultura brasileira, dizendo: “A cultura de nossos homens de prol é, por assim dizer, uma espécie de sobremesa do país. Passa pelas alfândegas. Classifica-se na ordem dos enlatados ou conservas.” (PSB, 1953: 34). Assim, “sociologia enlatada” significa uma sociologia consumida como conserva cultural.
8. As teses foram rejeitadas por 22 votos contra 9 e, segundo o Autor “com a agravante de o Autor... ter sido verdadeiramente agredido com demonstrações de ódio e despreço por alguns de seus opositores.” (CART., 1954: 18). Segundo Guerreiro, as opiniões contrárias foram coordenadas por congressistas brasileiros.
9. Os artigos foram publicados na seção intitulada Suplemento Literário nos seguintes números: 2, 16, 26 e 30.8.1953; 6, 20 e 27.9.1953 e 4.10.1953.
10. Cada recomendação foi comentada sob a forma de capítulo na *Cartilha*.
11. Embora o Autor cite como críticos Roger Bastide (Carta Aberta a Guerreiro Ramos. Anhembi, no.36, set. 1953) e Mario Lins (*Integration of Theory and Research in Sociology, Paper present at the First Brazilian Congress of Sociology*. São Paulo, 1954), optamos por Florestan Fernandes por duas razões: a) este autor havia sido elogiado por Guerreiro; b) as críticas, desenvolvidas em trabalho intitulado *O Padrão do Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*, foram respondidas por Guerreiro no longo prefácio da 2ª edição da *Redução Sociológica*, publicada em 1965. Utilizamos o trabalho de Florestan que consta de sua obra *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*, publicado em 1958. Este trabalho já havia sido publicado na coleção Estudos Sociais e Políticos 3, Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, no mesmo ano de 1958.
12. As críticas de Florestan Fernandes, formuladas na mesma ocasião em

que Guerreiro publicava *A Redução Sociológica* (*Introdução ao Estudo da Razão Sociológica*), ou seja, 1958, foram rebatidas no prefácio da 2ª edição deste trabalho (1965). Assim respondeu Guerreiro:

"1) confunde a *ciência sociológica* em *hábito* com a *ciência sociológica*. em ato. O autor não ultrapassou a área informacional da sociologia. Por isso, o trabalho em pauta reflete uma ideologia de professor de sociologia, antes que atitude científica de caráter sociológico diante da realidade.

2) a crítica em apreço ilustra a necessidade de algo mais que informação e erudição para habilitar o estudioso a fazer uso sociológico dos conhecimentos sociológicos, ou em outras palavras, para a prática da redução sociológica.

3) pressupõe a referida crítica falsa noção das relações entre teoria e prática no domínio do trabalho científico, e assim tende a hipostasiar a disciplina sociológica, tornando-a um conhecimento superprivilegiado." (RED, 1965: 22).

13. Trabalho elaborado em 1954 segundo o próprio Autor, foi publicado em *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* (1957). Optamos por considerar o trabalho na data de sua elaboração, e não na data de sua publicação.
14. Ambos são estudos a respeito da crise política da década de 1930-40. Em *Ideologia da Jeneusse dorée* é criticada a interpretação equivocada da realidade brasileira. Em *O inconsciente sociológico* são elogiados os trabalhos de Virgínio Santa Rosa (*O Sentido do Tenentismo*, 1932), Azevedo Amaral (*O Brasil na Crise Atual*, 1934) e *Aventura Política do Brasil* (1935) e de Martins Almeida (*Brasil Errado*, 1932). O primeiro trabalho foi publicado em *Cadenos do Nosso Tempo*, nº 4, abr/ago, 1955. O segundo foi publicado em *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 5, jan/mar, 1956. Salvo equívoco este teria sido o último número desta publicação.
15. In *Introdução aos Problemas do Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1956. Conferência proferida no curso extraordinário que deu título ao livro, no segundo semestre de 1955.
16. O Autor cita Georges Gurvitch (*La Vocation Actuelle de La Sociologie*— Paris. 1950), que se apóia em Marcel Mauss.
17. Guerreiro toma como ponto de referência a crise do café, iniciada em 1929, e examina o processo de substituição de importações como ten-

dência centrípeta, fato novo.

18. O Autor utiliza as observações de Roberto Fabregat Cuneo (*Caracteres Sudamericanos* – México, 1950) e, na sociedade brasileiro, Alberto Torres (*O Problema Nacional Brasileiro*, São Paulo, 1938).
19. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. 1957, pág. 211.
20. Guerreiro limitou a explicação, afirmando que ela não podia ser generalizada para todos os grupos sociais. Cada caso tinha sua explicação particular, terreno que ultrapassava o domínio da sociologia como até agora tem sido entendida, podendo ser explorado com o auxílio da filosofia e da filosofia da cultura.
21. Diz o Autor: «Expressão de Fr. J. Conde em seu estudo sobre a *Polis*. «O *eidos* da *Polis*, sua figura, o que determina sua unidade interna, sua essência é o *Nomos*. Tem cada *polis* seu próprio *Nomo* no qual se mostra a peculiaridade de sua essência. ‘O povo – dirá Heráclito – deve combater por seu *Nomos* como por uma muralha.’ É como a decantação das tradições próprias, o espírito de seu estatuto de fundação, usos já inveterados e consagrados e princípio de distribuição da terra.» (Red., 1958, p. 162 – nota no.58).
22. O pensamento sociológico no Brasil assimilou a produção estrangeira pelo fenômeno denominado pelo Autor de “efeito-prestígio”: “Esse efeito se verifica por força de um contato a distância entre as pessoas e os grupos, em que determinados modos de ser e pensar, particulares a um povo, são idealizados, e, graças ao prestígio desse povo, propagados, como dogmas, aos outros povos.” (Red. 1958: 91).
23. O Autor refere-se a Roger Bastide e Mário Lins (Obras citadas na nota no.11 deste estudo).
24. Guerreiro Ramos cita as seguintes obras de Müller-Lyer: *As Fases da Cultura* (1908), *O Sentido da Vida e da Ciência* (1910) e *A Família* (1912). Encontramos a primeira referência a este autor feita por Guerreiro em *Nota Metodológica*. Digesto Econômico, no.85, dez. 1951.
25. O Autor observava: “A formulação que se vai apresentar não é exaustiva. Apenas refere alguns elementos fundamentais que, tendo em vista os objetivos metodológicos deste estudo, afiguram-se satisfatórios na caracterização das estruturas econômicas. Ademais, nenhum desses critérios vale por si, ou é suficiente para definir uma estrutura cuja descrição, para

ser objetiva, deve mobilizar uma bateria de critérios. Combinados uns com os outros e, portanto, corrigindo-se e contrabalançando-se reciprocamente, permitem avaliar o grau de desenvolvimento dos diferentes países.” (Red., 1958: 112-3).

26. Dizia o Autor: “Propõe-se, aqui, um método. Cada problema concreto a ser examinado exigirá a pormenorização que lhe for adequada.” (Op. cit.: 118).
27. Os quadros, em número de sete, constituem o capítulo 14 da *Redução Sociológica* – Dados estatísticos sobre as regiões do Brasil.
28. Nesta edição o Autor corrigiu erros de citação e introduziu pequenas alterações de forma. Excluiu os dois capítulos finais e incorporou como apêndices os seguintes estudos: 1) *Situação Atual da Sociologia*; 2) *Considerações sobre a Redução Sociológica*, de Benedito Nunes; 3) *Correntes Sociológicas no Brasil*, de Jacob Gorender; 4) *Considerações Gerais sobre a Redução Sociológica*, de autor desconhecido; 5) *O Papel das Patentes na Transferência da Tecnologia para Países Subdesenvolvidos*; 6) *Análise do Relatório das Nações Unidas sobre a Situação Social do Mundo*.
29. Guerreiro dizia: “Em 1958, a fundamentação metodológica de uma sociologia nacional nos obsedava. Precisávamos vencer os últimos argumentos a que se recorria contra ela habitualmente, por má fé, por preconceito, ou por ambas as coisas. Por isso, a *redução sociológica*, em sua primeira exposição, foi sobretudo um método de assimilação crítica do patrimônio sociológico alienígena.” (Op. cit.: 14-5).
30. Ver nota no.11.
31. A sociologia como afirmação. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 2 (1): 3-39, mar, 1962.
32. Apoiado nos sociólogos alemães Lorenz von Stein, Fr. Tönnies e sobretudo em Hans Freyer, diz Guerreiro: “A sociologia (...) é (ela também) um fenômeno histórico, no sentido de que só com o nascimento da classe burguesa se faz necessária e possível. Ora, é precisamente à sociedade burguesa que se aplica o conceito operacional de sociedade, pois ela assinala uma época em que o Estado perde a capacidade de condicionar os vínculos sociais, deixa de ser o exclusivo protagonista do acontecer histórico e se torna sistemática a idéia de que sua legitimidade se fundamenta no consenso coletivo.” (Op. cit.: 181).

33. A utilização da sociologia pelas classes dominantes é assim explicada pelo Autor: “As classes dominantes desse período estão naturalmente interessadas na difusão da “Sociologia” pois que, desta maneira, elas, de um lado, divertem as preocupações pelos problemas sociais para o plano teórico; de outro lado, sob a camuflagem da ciência, obtêm indiretamente cobertura ideológica.” (Op. cit.: p.196).
34. Discurso de encaminhamento do projeto, pronunciado na qualidade de Delegado do Brasil à XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, transformado na Resolução no.1713 da referida Assembléia. Neste documento são feitas considerações várias a respeito do tema, que examinaremos no item referente a “desenvolvimento e modernização”.
35. O Apêndice 4 – *Observações Gerais sobre a Redução Sociológica*, de Autor desconhecido, tem também finalidade ilustrativa.
36. Guerreiro freqüentemente usou o termo entre aspas. Ao observar a ausência de considerações claras a respeito da relevância do “social” nos países subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos, referiu-se aos técnicos que utilizavam os indicadores elogiando sua “admirável virtuosidade”, “verdadeiros paganinis da sociometria.” (Op. cit.: 263).
37. Para análise destes trabalhos ver cap. 4 – item Poder e Revolução Brasileira.
38. Em *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, como já foi observado, se encontra no cap. 6 *Homem Organização e Homem Parentético*, que é a aplicação da redução em seu segundo sentido.
39. Incluído em *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* como capítulo.
40. Guerreiro assim se referiu ao propósito do livro: “Se me fosse perguntado qual o seu principal propósito, diria que consiste numa tentativa de formular as bases preliminares de uma ciência administrativa fundada no que tenho chamado de redução sociológica.” (Prefácio). Subentende-se que o Autor se referia à redução sociológica nos termos de 1958.
41. O Autor se revelou surpreendido com o fato de que até àquela época os sociólogos, de um modo geral, tivessem se descurado de formulá-la em termos específicos, como o fizeram para os fenômenos mencionados.
42. Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo (1954: 67).
43. Ideologias e Segurança Nacional (1957).
44. Embora mencionemos alguns destes trabalhos, não tivemos acesso a

eles. Fizêmo-lo utilizando o importantíssimo levantamento bibliográfico já mencionado, elaborado por Frederico Lustosa da Costa.

45. *Some considerations on modernization, Fortyfifth Session of the Institute of World Affairs*, Los Angeles, University of Southern California, 1967 (mimeo).
46. Rev. Adm. Púb., Rio de Janeiro, FGV. (2): 7-44, 2º.sem. 1967.
47. “...enfoque que tende a explicar a realidade social através de uma de suas partes somente...” (MNP, 1967:8).
48. A Etapa como Conceito Científico. AED, 1965: 133.
49. Os textos a que se refere são: “Estudos Críticos de Lógica das Ciências Culturais (capítulo Possibilidade Objetiva e Causação Adequada na Explicação Histórica), publicado em 1905, e “A ‘Objetividade’ na Ciência Social e na Política Social”, publicado em 1900, onde estuda os “tipos-ideais”. Este trabalho foi mencionado em MNP como datado de 1904 (MNP, 1967: 14).
50. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, 4 (2): 7-45, jul/dez 1970.
51. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 18 (2): 3-12, abr/jun 1984. Trata-se de uma tradução sem indicação do título original. Constam da bibliografia do Autor três artigos em inglês com o mesmo título: *Models of man and administrative theory, Public Administration Review*. Washington, DC, 32 (3): 241-6, may/june 1972; *Models of man and administrative theory*. In: V. Houghton, R. McHugh & C. Morgan. Management in education, *The management of organizations and individuals*, London, The Open University Press, 1975; *Models of man and administrative theory*. In: *Introduction to education administration*. Victoria (Austrália), Deakon University Press, 1981. Em assim sendo, optamos por considerar o primeiro dos trabalhos como original.
52. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, FGV, 7 (3): 5-17, jul/set 1973.
53. Op. cit.
54. Guerreiro afirmava que Weber era consciente do caráter episódico de sua posição, sendo esta uma das razões por que devia ser considerado como o maior cientista social da história contemporânea. Weber previu que o desenvolvimento ilimitado da sociedade mercantil necessariamente engendraria formas autoritárias de relações políticas e sociais, bem como a

diluição da dimensão simbólica da existência humana, conduzindo à etapa de “especialitas sem espírito e sensualistas sem sentimentos”.

55. O Autor apresentava a seguinte noção de deísmo: “O deísta não se relaciona pessoalmente com Deus. Para ele, a revelação e a redenção são eventos que não ocorrem na sua relação direta com Deus, mas como o desfecho final de um processo mundano finito. Conseqüentemente, atribui um caráter necessário às prescrições implícitas em abstrações como, por exemplo, o mercado e a História, tal como Adam Smith e Hegel os focalizaram.”
56. O termo “ciência” foi aqui empregado pelo Autor com o sentido de método, como o Conde Pietro Verni vislumbrou a economia em 1772.
57. *The new science of organizations, a reconceptualization of the wealth of nations*. Toronto, University of Toronto Press, 1981.
58. A nova ciência das organizações, uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981, 209 págs.
59. No prefácio da edição brasileira o Autor diz que o capítulo 4 – Colocação desapropriada de conceitos e teoria da organização, o capítulo 5 – Política cognitiva – a psicologia da sociedade centrada no mercado e capítulo 6 – uma abordagem substantiva da organização, são reelaborações de assuntos que apareceram nas revistas *Public Administration Review*, e *Administration and Society*, bem como no livro *Organization theory and the new public administration* (Carl Bellone, org. Allyn & Bancon, 1980).
60. Polanyi, Karl. A Grande Transformação: As Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro, Campus, 1980. Do original *The Great Transformation*. Rinehart & Company. Inc., 1944.
61. O termo tem aqui um sentido distinto daquele empregado pelo Autor em *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* (cap. 6), inspirando-se ele em sua utilização, pelos historiadores da arte, para descrever uma característica particular da sociedade ocidental no início do período capitalista. O formalismo, “na realidade, tornou-se um traço normal da vida cotidiana nas sociedades centradas no mercado, onde a observância das regras substitui a preocupação pelos padrões éticos substantivos. Exposto a um mundo infiltrado de relativismo moral, o indivíduo egocêntrico sente-se alienado da realidade e, para superar essa alienação, entrega-se a tipos

formalistas de comportamento, isto é, sujeita-se aos imperativos externos segundo os quais é produzida a vida social.” (Op. cit.: 59).

62. Ver nota no. 53.
63. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2.8.1981.
64. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 11.10.1981.
65. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 27.12.1981.
66. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 18.1.1981.
67. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 8.3.1981.
68. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 5.4.1981.
69. A Inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: *A Revolução Brasileira*. Seminário Internacional. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CEPEDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, set/1980. Brasília, Edit. Univ. de Brasília, 1983. Coleção Temas Brasileiros.

3. Temática

Guerreiro Ramos escreve a respeito de diversos temas ao longo de sua vida. Alguns foram sua preocupação permanente, enquanto outros foram abandonados e deram lugar a novas atenções. Visando a possibilitar a especificidade de seus estudos e principalmente suas respectivas evoluções, procedemos a uma classificação, cômicos das limitações de todo procedimento desta natureza. Além disto a classificação, em função da estrutura que estabelecemos para este trabalho, nos levou a repetir observações já feitas, de modo a permitir melhor compreensão. Os temas foram assim classificados: relações raciais no Brasil; sociologia da saúde, na infância e na adolescência; poder e revolução brasileira; desenvolvimento e modernização; e administração e teoria das organizações.

3.1. *Relações Raciais no Brasil*

Os trabalhos de Guerreiro Ramos a respeito das relações raciais no Brasil – produzidos de 1948 a 1955 – não só se constituem em um aspecto de sua obra e marcam um período de seu pensamento, como mostram sua posição como negro. Ele não foi apenas um estudioso das relações raciais no Brasil. Foi também um militante, colocando seus conhecimentos a serviço da causa do “homem de cor”. Além de sua condição pessoal, supomos que sua sensibilidade pelo tema foi desenvolvida paralelamente a seus estudos e pesquisas de imigração e colonização, assimilação e aculturação(1).

Em conferência proferida em 1948(2) assim expressava seu pensamento a respeito do tema:

1. O problema do negro não é uniforme no Brasil, variando conforme a região, campo ou cidade e classe social; existe uma psicologia diferencial;

2. A expressão “preconceito racial” não deve ser empregada em relação ao homem de cor como sinônimo de “preconceito de cor” ou “discriminação de cor”, ambas mais adequadas ao caso brasileiro. Há preconceito racial no Brasil em relação a quase todo estrangeiro;

3. No Brasil não há linha de casta. “Na medida em que o homem de cor assimila os padrões da cultura da classe dominante, ele é tratado de uma maneira frontal, muito embora se registre forte tendência, entre os brancos, para evitar relações frontais com homens de cor em situações ornamentais e de aceção estética (diplomacia, salões elegantes, casamentos, escolas militares etc.);

4. Existe ressentimento do homem de cor das classes inferiores contra o homem de cor de categoria social elevada – *patos* que requer métodos de sociologia psico-dinâmica;

5. O homem brasileiro não é um híbrido cultural, ambivalente ou hesitante. É univalente, aderindo à cultura da classe dominante. Considera pitorescos os traços culturais africanos;

6. O mestiço se vê do ponto-de-vista do branco, tendendo a camuflar-se, a disfarçar as marcas raciais;

7. As chamadas culturas negras estão sendo utilizadas por negros e mulatos ladinos, havendo tendência para a indústria turística do pitoresco;

8. O mestiço brasileiro é um “ansioso” (Max Scheler). Para ele “o ser mais”, o “valer mais” na comparação com outros chega a constituir o fim de sua ânsia, antes que todo valor objetivo;

9. O padrão estético da população brasileira é o branco. Negros e mulattos preferem casar com pessoas mais claras.

A primeira fase de seus trabalhos revela um pensamento voltado para a integração do negro na sociedade brasileira e defesa da democracia racial(3). Para o Autor o negro brasileiro ingressa na vida pública despreparado econômica, cultural e psicologicamente. Economicamente porque constituía o grosso das classes de baixo poder aquisitivo. Culturalmente porque era afetado quase que totalmente pelo analfabetismo. Psicologicamente porque “carecia dos estilos mentais adequados à vida superior”. A abolição deu ao negro condição jurídica de cidadão livre. Tal liberdade, entretanto, pouco representava. “A liberdade é mais que uma condição jurídica, é uma situação complexa, dinamizada por fatores psicológicos e sociais numerosos (RRB, 1950: 37). A condição jurídica foi um avanço puramente simbólico, sem configuração sócio-cultural. Não só a estrutura de dominação da sociedade não se alterou como a massa juridicamente liberta estava psicologicamente despreparada para assumir as funções de cidadania. A idade formal do negro livre (61 anos) era insuficiente para mudar. Era necessário reeducar o negro.

Guerreiro Ramos via a necessidade de instalar na sociedade brasileira “mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição adequada aos elementos da massa de cor que se adestram nos estilos de nossas classes dominantes” (Idem, idem, idem). O processo de libertação tornava necessária uma “técnica”. Não se referia à técnica do messianismo, “ativismo quiliástico ou milenarista”, mecanismo de compensação resultante de certa incapacidade de ação. Não se referia também à orientação ideológica – reunião em torno de partidos políticos para reivindicar direitos. A técnica era o processo catártico do teatro que, como essência de toda a vida, propiciava a oportunidade de libertação experimental das tensões emocionais.

Esta, em seu entender, foi a intuição de seu amigo Abdias Nascimento (que conheceu em 1939) ao criar o Teatro Experimental do Negro em 1944, uma idéia “fruto de uma compreensão das peculiaridades do problema do negro no Brasil” que levou Guerreiro a engajar-se em sua obra(4). Segundo

Abdias Nascimento, “...o TEN não é nem uma sociedade política, nem simplesmente uma associação artística, mas um experimento psicosociológico, tendo em vista adestrar gradativamente a gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade brasileira” (RRB, 1950: 39)(5). O TEN era visto por Guerreiro como única instituição que encarnava o espírito de conciliação, integrando raças, partidos, profissões. Tinha como missão instalar na sociedade brasileira mecanismo de integração social dos homens de cor, transformando a luta de classes em processo de cooperação e desenvolvendo, nos homens de cor, estilos de vida das classes superiores (RRB, 1950: 50). Tratava-se de “uma das iniciativas de maior gravidade e profundidade na vida cultural do país” (UEG, 1949). Similar do psicodrama e do sociodrama, constituía-se em oportunidade de libertação de tensões emocionais. Era uma metodologia elaborada por uma *intelligentzia*.

Em 1949 o TEN criou o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro, aquele dirigido por Guerreiro Ramos(6). No Instituto o Autor trabalhava as condições psicológicas, desenvolvendo seminários de grupoterapia. Visava ao “aperfeiçoamento da personalidade e a cura dos distúrbios emocionais através da organização de grupos”. Iria atuar nos morros, terreiros e associações de gente de cor, colaborando para a valorização do negro. Ao instalar o primeiro seminário do Instituto, dizia o Autor: “A idéia deste seminário nasceu da constatação, confirmada em numerosas pesquisas realizadas entre nós, de que o ressentimento é uma das matrizes psicológicas mais decisivas do caráter do homem de cor brasileiro” (RRB, 1950: 44). Apoiando-se em Max Scheler, diz que o ressentimento será escasso em uma organização social de castas ou em uma organização social de classes rigorosamente articuladas. A máxima carga de ressentimento corresponde a uma sociedade onde os direitos políticos e a igualdade social coexistem com diferenças muito acentuadas de poder efetivo, na riqueza efetiva, em uma sociedade em que qualquer indivíduo tem o direito de comparar-se a qualquer outro sem, contudo, poder comparar-se de fato (RRB, 1950: 46). Estas condições se identificavam com a análise da situação do negro feita pelo Autor. O ódio e o ressentimento eram combatidos, dentro da linha conciliadora. Guerreiro louvava a iniciativa do governo de países capitalistas como os Estados Unidos (Governo Truman) no sentido de promover a integração social dos negros, diante do “risco de adesão

à ideologias que se nutrem do ressentimento”.

O Museu do Negro – nas palavras de Guerreiro – era um “processo pacífico e subreptício de transformação social e espiritual, como um sucedâneo de práticas policiais contraproducentes”. A indicação da existência de resistências fica clara nas próprias palavras do Autor, quando manifesta a “esperança de ganhar a confiança dos poderosos”. “Que eles reconheçam em nosso movimento uma expressão de elite, um princípio de equilíbrio e harmonia social.” (Idem, idem: 50).

Guerreiro Ramos desenvolveu a noção de negritude inicialmente dentro da perspectiva da democracia racial. “Humana, demasiadamente humana é a cultura brasileira, por isto que, sem desintegrar-se, absorve as idiossincrasias espirituais as mais variadas. E daí compõe com elas a sua vocação ecumênica, a sua índole compreensiva e tolerante. A cultura brasileira é, assim, essencialmente católica, no sentido de que nada do que é humano lhe é estranho” (AN, 1950). O Brasil era o berço da negritude: “É um título de glória e de orgulho para o Brasil o de ter-se constituído no berço da negritude...”. O homem de letras ressurgiu quando se refere à negritude como “doce e estranha noiva de todos nós brancos e trigueiros...”.

Vivendo sempre tutelado, o homem de cor assimilou padrões culturais do homem branco e passou a ver-se através destes padrões. A ambivalência, embora dolorosa, é a matéria-prima da subjetividade negra. O homem branco habituou-se com sua criação e está empedernido, como dão mostras sua arte abstracionista depauperada de paixão, sua música, sua pintura e sua poesia sofisticadas em engenharia (RRB, 1950: 42).

Estão nas forças da alma negra longamente represadas a maior reserva de vitalidade da civilização ocidental. O homem de cor, mal egresso de seu primitivismo, é portador de extraordinária disponibilidade espiritual. Tem a capacidade de ver tudo como se fosse pela primeira vez, de ver todas as formas em seu estado “incoativo”. E quando terça os refinados estilos do branco empresta-lhes uma autenticidade que eles pareciam ter perdido.

A segunda fase dos trabalhos de Guerreiro Ramos a respeito das relações raciais no Brasil corresponde às publicações de 1954 e 1955. Em 1954 o autor publica *Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo* (Prefácio a *Uma Sociologia Nacional*), dedicando um capítulo ao estudo do tema. Prosseguin-

do militante do Teatro Experimental do Negro, faz uma avaliação dos estudos sobre o negro analisando a literatura existente como “tarefa preliminar necessária para a elaboração de uma consciência sociológica, verdadeiramente nacional, da situação do homem de cor brasileiro” (CART, 1954: 123). O estudo das relações raciais no Brasil passa a ser tratado como um aspecto da sociologia nacional.

Retoma as críticas à sociologia e à antropologia praticadas no Brasil(7), enfatizando suas restrições à segunda. A antropologia no Brasil é alienada tanto pelas categorias como pela temática. As categorias são transplantadas da Europa e dos Estados Unidos. “...de todas as chamadas ciência sociais, a antropologia, naqueles centros, é a que se tem menos depurado de ingredientes ideológicos. De um modo geral, a antropologia européia e norte-americana tem sido, em larga margem, uma racionalização ou despistamento da situação colonial” (Op. cit.: 125). Fazendo dos povos primitivos seu material de estudo, a noção de raça assinalou as implicações imperialistas da antropologia durante muito tempo. Segundo ele, a antropologia européia e principalmente americana estava longe de se ter depurado de seus resíduos ideológicos, adotando conceitos como estrutura social, aculturação, mudança social, igualmente equívocos como o de raça. Estes conceitos “supõem uma concepção quietista da sociedade e, assim, contribuem para a ocultação da terapêutica decisiva dos problemas humanos em países subdesenvolvidos. Tal orientação, adotada literalmente pelos profissionais de países como o Brasil, constitui-se num poderoso fator de alienação.” (Op. cit.: 125).

Nesta nova formulação, Guerreiro entende que os problemas do índio e do negro são “aspectos particulares do problema nacional, de caráter eminentemente econômico e político”, que devem apoiar-se numa teoria geral da sociedade brasileira e articular-se com o processo de desenvolvimento econômico. “...num país como o Brasil, o trabalho antropológico terá sempre um sentido dispersivo se não se articula com o processo de desenvolvimento econômico. Na fase em que se encontra, o mero aspecto “antropológico” dos seus problemas é acentuadamente subsidiário. Nossos problemas culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura econômica automaticamente solucionará tais problemas.” (Op. cit.: 126).

Avaliando os estudos sobre o negro no Brasil, afirma que “à luz de um critério funcional, está por fazer, até agora, a história dos estudos sobre o negro no Brasil e das tentativas de tratamento prático da questão.” (Op. cit.: 127). Afora os estudos de natureza folclórica e de caráter puramente histórico e as numerosas obras de autores estrangeiros que nos visitaram no período colonial e imperial, Guerreiro distingue três correntes.

A primeira é fundada por Sylvio Romero (1851-1914), prossegue com Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Viana (1883-1951), e se caracteriza pela atitude crítico-assimilativa diante da ciência social estrangeira. “Apesar de diferentes orientações teóricas desses autores, todos eles estavam interessados antes na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro do que em extremar as características peculiares de cada um dos contingentes formadores da nação. No que diz respeito ao elemento negro, seus trabalhos, embora ressaltem a sua importância, contribuíram para arrefecer qualquer tendência para ser ele considerado sob o ângulo do exótico, ou como algo estranho na comunidade.” (Op. cit.: 127).

A segunda corrente é fundada por Nina Rodrigues (1862-1906) e prossegue com Arthur Ramos (1903-1949), Gilberto Freyre (1900-1987) e seus seguidores. “O elemento negro se torna “assunto”, tema de especialistas, cujos estudos pormenorizados promoveram, entre nós, um movimento de atenção de uma parcela de cidadãos para os chamados afro-brasileiros. Interessava-lhes o passado da gente de cor ou as sobrevivências daquele no presente.” (Op. cit.: 128). “...inclinava-se a adotar um ponto-de-vista estático, acentuando minuciosamente o que na gente de cor a particularizava em comparação com os restantes contingentes étnicos da comunidade nacional.” (Op. cit.: idem).

A terceira corrente “...se corporifica no Teatro Experimental do Negro” e “representa o amadurecimento ou a eclosão de idéias que estavam mais implícitas do que explícitas na conduta de associações, grupos ou pessoas desde o princípio da formação da sociedade brasileira.” (Op. cit.: 160). Como antecedentes são citados o africano Chico Rei, que organizou em Minas Gerais, no princípio do século XVIII, um movimento para alforriar escravos, as confrarias, os fundos de emancipação, as caixas de empréstimo, irmandades e juntas, instituições que recolhiam contribuições de negros para a compra de cartas de alforria, as insurreições dos negros muçulmanos na Bahia, os

quilombos, o movimento abolicionista (Luiz Gama e José do Patrocínio), associações (Clube do Cupim em Recife, Frentes Negras em São Paulo) e outras iniciativas(8). Referindo-se aos antecedentes desta corrente, Guerreiro afirma que “não sanciona necessariamente os seus intuitos, pois, via de regra, careciam de elaboração teórica e foram, muitas vezes, reações agressivas que não podem ser, hoje, apresentadas como paradigmas. Salva-se, porém, em todas elas, o esforço da camada pigmentada, sozinha ou aliada com patrícios claros, como foi o caso do Abolicionismo, na busca de uma condição humana para o negro, em que ele pudesse ser sujeito de um ato de liberdade.” (Op. cit.: 160).

É a partir do que o Autor chama de nova fase – e na qual se coloca – que foi desenvolvida a avaliação a respeito das relações entre brancos e negros no Brasil. Na opinião de Guerreiro a sociologia do negro é uma ideologia de brancura. O negro é tido como problema porque a sociedade brasileira, europeizada, tem conotação clara. “...o que parece justificar a insistência com que se considera problemática a situação do negro no Brasil é o fato de que ele é portador de uma pele escura. A cor da pele do negro parece constituir o obstáculo, a anormalidade a sanar. Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência.” (Op. cit.: 149). Trata-se de um fenômeno patológico face à adoção, pela sociedade brasileira, de um padrão estético europeu, em virtude da superioridade prática e material da cultura ocidental. “O brasileiro, em geral, e especialmente o letrado, adere psicologicamente a um padrão estético europeu e vê os acidentes étnicos do país, e a si próprio, do ponto-de-vista daquele. Isto é verdade, tanto com referência ao brasileiro de cor como ao claro. Este fato de nossa psicologia coletiva é, do ponto-de-vista da ciência social, de caráter patológico, exatamente porque traduz a adoção de um critério artificial, estranho à vida, para a avaliação da beleza humana. Trata-se, aqui, de um caso de alienação que consiste em renunciar à indução de critérios locais ou regionais de julgamento do belo, por subserviência inconsciente a um prestígio exterior.” (Op. cit.: 153)(9).

Em *Patologia Social do “Branco” Brasileiro*, publicado em 1955, Guerreiro, valendo-se dos dados do Censo de 1940(10), defende a tese de que “...nas presentes condições da sociedade brasileira, existe uma patologia social do “branco” brasileiro e, particularmente, do “branco” do Norte e do Nortes-

te” (PSBB, 1955: 9). Esta patologia consiste em que “...no Brasil, principalmente naquelas regiões, as pessoas de pigmentação mais clara tendem a manifestar, em sua auto-avaliação estética, um protesto contra si próprias, contra a sua condição étnica objetiva. E é este desequilíbrio na auto-estimação, verdadeiramente coletivo no Brasil, que considero patológico.” (Op. cit.: 9-10). Para Guerreiro, esta é a razão pela qual a literatura sociológica referente às relações de raça tem nos intelectuais dos estados das regiões norte e nordeste seus principais cultores.

As atitudes arianizantes por parte dos “brancos” haviam perdido sua consistência porque não só haviam desaparecido as situações estruturais que confinavam os negros nos estratos econômicos inferiores, como também a massa negra, desde o início de nossa formação, absorveu, pela miscigenação e pela capilaridade social, grande parte do contingente branco que, inicialmente, podia considerar-se isento de sangue negro.

O Autor denuncia a crueldade, a má fé e a intenção “cismogenética” subjacentes nos nossos estudos sobre o negro no Brasil, cuja função tem sido a de minar nas pessoas de cor o sentimento de segurança e afirma: “Os nazistas utilizaram também processos semelhantes com os judeus. Para inferiorizá-los, entre outros processos, transformaram-nos em assunto.” (Op. cit.: 189). O Autor cita a obra *Die Juden in Deutschland* (München, Alemanha, 1935) publicada por editora nazista, onde se encontram, entre outros, tópicos sobre *Os Judeus na Vida Econômica*, *Os Judeus como Vultos da Cultura Alemã*, *Os Judeus na Música*, *Os Judeus e a Criminalidade*. Diz que tais títulos são perfeitamente equivalentes a capítulos de obras “antropológicas” e “sociológicas” sobre o negro no Brasil produzidas por autores nacionais, citando como exemplo *O Negro no Folclore e na Literatura do Brasil*, *Os Negros na História das Alagoas*, *As Doenças Mentais entre os Negros de Pernambuco*, títulos encontrados em Estudos Afro-Brasileiros (Rio, 1935), publicação contendo trabalhos apresentados no I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife no ano de 1934. Temas semelhantes estiveram presentes no II Congresso Afro-Brasileiro (Salvador, 1937): *O Negro e a Cultura no Brasil*, *O Moleque do Carnaval*, *Influência da Mulher Negra na Educação do Brasileiro*, *Culturas Negras: Problemas de Aculturação*.

Guerreiro defende uma metodologia de tratamento do tema. A tarefa de “tentar examiná-lo pondo entre parênteses as conotações de nossa ciência so-

cial oficial, de tentar o entendimento do tema, a partir de uma situação vital, estando o investigador, nesta situação, aberto à realidade fática e, também, aberto interiormente para a originalidade.” (ICSB, 1957: 156). No entender do Autor, trata-se de uma metodologia que implica na restrição do estudo ao pesquisador negro. Assim se refere ele ao responder o que seja “situação vital”: “Ao autor, parece aquela da qual o homem de pele escura seja, ele próprio, um ingrediente, contanto que este sujeito se afirme de modo autêntico como negro. Quero dizer, começa-se a melhor compreender o problema quando se parte da afirmação – NIGER SUM. Esta experiência do NIGER SUM, inicialmente, é, pelo seu significado dialético, na conjuntura brasileira em que todos querem ser brancos, um procedimento de alta rentabilidade científica, pois introduz o investigador em perspectiva que o habilita a ver nuances que, de outro modo, passariam despercebidas.” (Op. cit.: 156). Propõe uma “propedêutica sociológica”, “um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro”: “Sou negro, identifico como MEU o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo à sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica como um dos suportes do meu orgulho pessoal.” (Op. cit.: 156).

Com esta perspectiva entende que se tornam perceptíveis as falácias da sócio-antropologia do negro no Brasil. Ela permite perceber a “suficiência postiça” da antropologia e o etnocentrismo branco quando trata o negro como aculturado. Permite perceber o negro ansioso de embranquecer como um dividido, assim como permite perceber o branco brasileiro ávido de identificação com o padrão estético europeu como um fenômeno de patologia social. Enumerando as vantagens da atitude metodológica proposta, diz por fim: “Então, compreendo que a solução do que, na sociologia brasileira, se chama o “problema do negro” seria uma sociedade em que todos fossem brancos. Então, capacito-me para negar validade a esta solução.” (Op. cit.: 157).

Esta maneira de ver revela que “o problema efetivo do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico.” Desde que se defina o negro como um ingrediente NORMAL da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de “problemas do negro” de forma puramente econômica, destacado do problema geral das classes desfavorecidas ou do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estra-

nho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente.” (Op. cit.: 157).

A sociologia do negro é – como tem sido praticada – “um engano a desfazer”, uma tarefa da sociologia nacional. A valorização de nossos tipos étnicos é um imperativo de caráter nacional que se vem firmando no processo de desenvolvimento. A sociologia deverá tratá-los abandonando a postura consular que tem adotado.

A tematização do branco é uma necessidade tática e estratégica no esforço de indução da “Paidéia” da sociedade brasileira. Trata-se de expediente de desmascaramento de nossos equívocos estéticos, “a ser abandonado tão logo sejam alcançados aqueles objetivos.” (ISCB, 1957: 159).

Ao examinar o que denomina “nova fase” dos estudos a respeito do negro no Brasil, Guerreiro analisa o seu passado e o seu presente detendo-se no Teatro Experimental do Negro, que inspira sua posição.

“O Teatro Experimental do Negro (...) é, no Brasil, a manifestação mais consciente e espetacular da nova fase, característica pelo fato de que, no presente, o negro se recusa a servir de mero tema de dissertações “antropológicas”, e passa a agir no sentido de desmascarar os preconceitos de cor.” (Op. cit.: 162). Seus objetivos fundamentais eram: “1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial no Brasil; 2) reeducar os “brancos” brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) “descomplexificar” os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento, de modo que possam tirar vantagem das franquias democráticas, em funcionamento no país.” (Op. cit.: 163).

Comparando-se os textos, observa-se que Abdias Nascimento em 1950 não menciona os dois primeiros itens citados por Guerreiro em 1954, o que a nosso ver indica uma redefinição por parte do Autor a partir de suas formulações últimas.

Guerreiro transcreve texto do diretor-geral do TEN, Abdias Nascimento, referente ao I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950. Embora afirme que ele “desmascarou, de maneira aliás muito polida, a antropologia oficial” ao referir-se ao primeiro dos objetivos que cita, vemos nele uma preocupação pragmática(11). O “tratamento objetivo das relações étnicas no país”,

constantes da declaração de objetivos do I Congresso, inclui os concursos de beleza que tantas críticas suscitaram de outras organizações negras.

Convém observar que o Autor, além de criticar Artur Ramos e Gilberto Freire – colaboradores da Revista Quilombo – critica também Edison Carneiro, que com ele fez parte da comissão organizadora do congresso de 1950.

As relações raciais são estudadas focalizando o negro e o branco, tendo somente de passagem sido feita referência ao índio. Neste particular o Autor segue a abordagem usual no Brasil, onde predomina a abordagem do índio como questão específica.

Em um primeiro momento, seu posicionamento quanto à questão do negro é de promoção social. Empenha-se na preparação do negro para a vida social dentro dos padrões de comportamento da classe dominante, e em negar o ódio. A negritude é vista sob ângulo romântico, revelando a origem literária do Autor e mostra um “nacionalismo ingênuo”. Neste primeiro momento, o negro é uma questão abordada em sua especificidade.

Em um segundo momento as relações raciais passam a fazer parte da formulação da sociologia brasileira, encontrando-se em sua reflexão as categorias que a inspiram (totalidade, autenticidade, fase), além da crítica da sociologia e da antropologia. A *praxis* se revela em sua militância. O existencialismo fenomenológico está presente na axiologia da estética social, no “negro desde dentro”, na circunstância, no *niger sum* e na “suspensão” da brancura. Este segundo momento já se esboçara em texto de 1949, onde se entremostrava a noção de totalidade: “A simples reeducação desta massa desacompanhada de correlata transformação da realidade sócio-cultural representa a criação de situações marginais dentro da sociedade.” (RRB, 1950: 37). Da psico-sociologia de eliminação do ressentimento, o Autor passa à denúncia do caráter patológico das atitudes do branco e da alienação estética do próprio negro. A questão é fundamentalmente psicológica e secundariamente econômica. A referência elogiosa à democracia racial dá lugar à estratégia da denúncia. O desmascaramento de nossos equívocos estéticos, possibilitado pelas novas condições estruturais, é um expediente a ser abandonado tão logo se constitua uma teoria objetiva da sociedade brasileira. Guerreiro tinha a esperança de que a mudança de orientação não redundasse em conflito insolúvel, mas sim na liquidação dos equívocos de parte a parte.

As organizações negras da nova fase são conduzidas por uma elite, uma *intelligentzia* responsável pela organização e liderança dos movimentos raciais. Sem que esposemos a abordagem do tema em termos fundamentalmente balisados pela relação raça e classe, entendemos que, no Brasil, as massas tendem – nos planos associativo, político e ideológico – a atuarem muito mais no âmbito de sua classe que no de sua raça. Por esta razão, as organizações negras são movimentos de cúpula.

O ponto a nosso ver mais crítico no pensamento de Guerreiro a respeito das relações raciais no Brasil é a metodologia da situação vital. A “alta rentabilidade científica” do NIGER SUM contradiz a estratégia da denúncia, a ser abandonada (segundo ele) quando concretizada a sociedade autêntica. Nos termos em que a metodologia está formulada, a atitude do NIGER SUM é mais que considerar o negro ingrediente normal da população do país. A radicalidade se confunde com racismo.

Após 1955 Guerreiro Ramos não voltaria mais a escrever a respeito do assunto. Em sua entrevista ao CEPEDOC, em 1981, ao ser perguntado se os problemas pessoais por ele vividos teriam relação com sua cor respondeu positivamente, dizendo: “O Brasil é um país de cretinos”.

NOTAS

1. Imigração e Preconceitos. A *Manhã*, Rio de Janeiro, 4.7.1948. Análise de dados de pesquisa realizada inicialmente como atividade didática de um curso de assimilação e aculturação ministrado no DASP. Foram aplicados mais de 100 questionários. Além do forte preconceito contra negros (77,35%) e mulatos (54,71 %), foi identificada discriminação contra estrangeiros, principalmente japoneses (45,28%).
2. Contatos raciais no Brasil. *Rev. Quilomba*, Rio de Janeiro, 1 (1): 8-9, dez. 1948. Conferência proferida em 15.7.48, em solenidade realizada pelo Teatro Experimental do Negro em homenagem ao Dr. George Schueyler, que se encontrava no Rio de Janeiro fazendo reportagens para o jornal *The Pittsburgh Courier*.
3. Não localizamos textos do Autor onde o pensamento ficasse explícito. Encontramos apenas referências à tradição nacional, que não devia ser

ferida por movimentos de caráter agressivo e isolacionista (Apresentação da negritude. *Rev. Quilombo*, Rio de Janeiro, 2 (10): 11, jul. 1950).

4. Guerreiro recebeu de Abdias Nascimento um pedido de colaboração, aceito após haver resistido inicialmente.
5. Segundo Guerreiro, o Teatro Experimental do Negro foi inspirado no Grupo Oxford e no L'Ordre Nouveau. Retomou a “significação do teatro como processo catártico, uma poderosa intuição artística e sociológica”. O período 1949-50 foi o auge do TEN, quando obteve recurso para expansão de suas atividades e apoio, inclusive editando a Revista Quilombo. Segundo Costa Pinto, estes recursos foram fornecidos no bojo da campanha eleitoral nacional de 1950 (Costa Pinto, L.A. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, Nacional, 1952. Págs. 283. Série Brasileira, vol. 276).
6. Até 1949 o Teatro Experimental do Negro dedicava-se basicamente à apresentação de peças teatrais, destacando-se *Imperador Jones*, *Todos os Filhos de Deus Tem Asas* e *Moleque Sonhador*, de O’Neil; *O Filho Pródigo*, de Lúcio Cardoso; *Armanda*, de Joaquim Ribeiro; *Filhos de Santo*, de J. Moraes Pinho, *Auto da Noiva*, de Rosário Fusco; *Calígula*, de Camus. Um segundo período caracteriza-se pela discussão da questão do negro e inclui a edição de *O Negro Revoltado*, culminando com a criação do Museu de Arte Negra. A partir de 1968, em virtude do exílio de Abdias Nascimento, passa a realizar exposições de artes plásticas, atividades já iniciadas em 1950 com o Concurso do Cristo Negro. Em 1982 o TEN participou de projetos e apoiou pesquisas.
7. Ver *Sociologia Brasileira*.
8. Ao estudar esta corrente, Guerreiro detém-se em Joaquim Nabuco (*O Abolicionismo*, 1883) e Álvaro Bomilcar (*O Preconceito de Raça no Brasil*. 1916), intelectuais brancos antecessores mais próximos dela. Refere-se a Álvaro Bomilcar afirmando que “pode ser considerado como um pioneiro da nova concepção das relações étnicas no Brasil.” (ICSB, 1957: 161).
9. Os valores estéticos são estudados por Guerreiro a partir de considerações a respeito das compenetrações históricas e biológicas no processo cultural. Esta compenetração fundamenta a noção de cultura autêntica que utiliza apoiando-se em Edward Sapir, que entende como tal “...a expressão de uma atitude ricamente variada e entretanto de certo modo

unificada e consistente em face da vida, uma atitude que vê o significado de qualquer elemento de civilização em sua relação com todos os outros. É, falando de modo ideal, uma cultura em que nada deixa espiritualmente de ter sentido, em que nenhuma parte importante do funcionamento geral traz em si senso de frustração, de esforço mal dirigido ou hostil.” (CBAS, 1954: 152). Diz Guerreiro: “Os padrões estéticos de uma cultura autêntica são estilizações elaboradas a partir da vida comunitária.” (Op. cit.: 151).

10. *Estudos Sobre a Composição da População Segundo a Cor*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950.
11. Somente a análise da documentação referente à criação do Teatro Experimental do Negro (que não conhecemos) nos permitiriam verificar a afirmação de Costa Pinto segundo a qual – criado por uma trupe de artistas – ajustou seus objetivos às circunstâncias. Se realmente assim foi, fê-lo demonstrando competência estratégica. É bom lembrar que este autor é tido por Guerreiro Ramos como “cidadão sem qualificações morais e científicas”, “carreirista *doublé* de sociólogo”. Costa Pinto é acusado de ter-se apropriado indebitamente de documentos do I Congresso do Negro Brasileiro, que lhe foram cedidos por empréstimo, em confiança.

3.2. Sociologia da saúde, na infância, na adolescência, padrão de vida

Os trabalhos aqui arrolados como sociologia da saúde foram elaborados no início da carreira de Guerreiro Ramos, quando foi professor da cadeira de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil no Curso de Puericultura e de Administração dos Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência no Departamento Nacional da Criança(1).

O primeiro trabalho é *Aspectos Sociológicos da Puericultura*, publicado em 1944. Elaborado a partir dos cursos ministrados em 1943 e naquele ano, o Autor mostra os objetivos do curso, trata o tema em tópicos que indicam o que era a cadeira e tece considerações a respeito da sociologia da saúde.

O curso tinha a intenção de aproximar os médicos da “nova mentalidade sociológica” (expressão do Autor), contribuindo para o aperfeiçoamento de sua função de puericultores. “Temos dado o melhor do nosso esforço para demonstrar que a sociologia não é uma tagarelice de homens ociosos, que ela é uma disciplina fundamental em qualquer currículo de medicina social.” (ASP, 1944: 9). A preocupação de Guerreiro era apresentar aos médicos o pensamento científico da realidade social, enfatizando as possibilidades de intervenção em seus mecanismos.

Partiu do estudo do processo social e abordou temas de psicologia e psicologia social: indivíduo e pessoa, teoria da motivação, atitudes, constelação de interesses, desejos fundamentais, processo biológico e processo social, educação e ajustamento, infância, adolescência e maternidade, crises. A parte final do trabalho é dedicada a considerações sociológicas, abordando os tipos de ambiente (primitivo, rural, urbano), a sociologia das cidades, o menor desajustado e o que denomina “clínica sociológica”, ou seja, as soluções do problema do menor. Guerreiro conclui afirmando que a puericultura é uma tecnologia.

Em 1946 o Autor publicou *Um Inquérito sobre Quinhentos Menores*(2). O caráter do trabalho é explicitado quando diz: “Tomando uma situação de desajustamento social apenas para descrevê-la, quisemos simplesmente expor fatos relativos a um grupo de pessoas, fatos que, considerados em bloco, indicam a natureza das dificuldades sociais que ameaçam os seres humanos neles comprometidos e os meios para a sua solução.” (UIQM, 1946: 9). E mais adiante diz:

“Evitamos deliberadamente formular diagnósticos e interpretações”.

São feitas considerações a respeito da técnica que denomina “história social”, ou seja, história de vida, e formuladas considerações gerais a respeito do levantamento. Os menores, dizia, “estão em perigo, isto é, bloqueados na satisfação de suas necessidades básicas, estão sob a influência de pressões ambientais que os impelem para estilos socialmente desaprovados.” (Op. cit.: 12). Apoiando-se em Lowel Julliard Carr, arrola como necessidades básicas as físicas, as emocionais, as aptidões e orientação social. A estas necessidades Guerreiro acrescenta a recreação.

Em 1949 é publicado *As Classes Sociais e a Saúde das Massas (Ensaio de Sociologia e Biometria Diferencial)*. Neste trabalho Guerreiro conceitua classe social e analisa sua diferenciação tricotômica, estuda a mortalidade entre pessoas de raça branca segundo a renda em Cincinnati, a mortalidade na Inglaterra segundo causas e classe, e apresenta resultados de estudos biométricos correlacionados com fatores sociais, principalmente a classe social. Apoiado em pesquisas desenvolvidas por sociólogos e demógrafos, defende a necessidade de uma revisão das “ciências do homem” focalizando a medicina. Chama atenção para o papel dos fatores sociais na formação das doenças, defendendo a incorporação dos então recentes conhecimentos da sociologia à medicina individual e social, o que chama de “medicina sociológica”. Segundo ele, “o desconhecimento dos fundamentos sociológicos dos fenômenos biológicos induz muitos, a maioria, a confundir os efeitos com as causas e, portanto, muitas vezes, não a tratar as condições patológicas e sim a “maltratá-las”. Refere-se à resistência consciente e inconsciente à inovação e cita a psiquiatria como exemplo da ciência que necessita da contribuição da sociologia. Critica Freud pela falta de informação sociológica e elogia Karen Horney.

Afirmando a existência de correlação positiva entre doenças e classes sociais de baixo poder aquisitivo diz: “é na medida em que se transforma a estrutura das classes sociais (...) que se resolvem estes problemas”. Segundo ele, “os dados da biometria e da sociologia diferencial demonstram, à saciedade, que a melhoria do padrão sanitário das massas deriva da elevação econômica e cultural da maior parte da população”. (CSSM, 1949: 40). Faz crítica à organização sanitária brasileira, “aparato mais inócuo que ineficiente”.

Em 1951 o Autor publica *O Problema da Mortalidade Infantil do Brasil*.

Este trabalho – apresentado como parte de um estudo em elaboração que deveria ser intitulado Sociologia da Mortalidade Infantil(3) – tinha como objetivos: a) contribuir para o diagnóstico de um problema que vinha sendo considerado “médico”; b) “mostrar as possibilidades da aplicação prática da sociologia, ciência que, entre nós, tem sido olhada com ceticismo e desdém pelos chamados homens práticos”, em virtude da “índole acadêmica e escolástica dos que a cultivam”. (PMIB, 1951: 1). O trabalho parte de uma idéia central: “toda estrutura econômica e sociológica condiciona seu correspondente tipo específico de mortalidade infantil (alto, médio, fraco) e só na medida em que ela se transforma “faseologicamente” é possível uma transformação tipológica da mortalidade infantil.” Este *approach*, diz Guerreiro, pode ser aplicado no estudo de outros problemas.

Em sua análise da mortalidade infantil, afirma Guerreiro que a morte em si mesma não é um problema social, passando a sê-lo quando uma grande percentagem da população de uma sociedade não atinge o primeiro ano de vida ou falece ainda jovem. “O desaparecimento prematuro de uma grande parte dos membros de uma sociedade representa uma perturbação ameaçadora da transmissão e do desaparecimento da herança cultural, bem assim como um desgaste econômico, pois a vida de cada indivíduo envolve um investimento de capital cuja compensação é legítimo esperar”. (Op. cit.: 5). Daí o interesse em reduzir o coeficiente de mortalidade à sua expressão residual.

Toda taxa de mortalidade é a soma de duas parcelas: uma inevitável, irredutível, constituída pelo mínimo a que pode baixar a mortalidade; a outra é uma variável histórica, oscilando conforme as condições do meio, e cuja tendência é desaparecer em face do progresso. Analisa a combinação de circunstâncias naturais e históricas, a probabilidade de morte dos menores de um ano e dos maiores de quarenta e cinco. As circunstâncias históricas não podem eliminar as probabilidades, mas podem reduzi-las ao seu limite mínimo. Uma das finalidades das políticas sociais do Estado é, precisamente, criar condições ambientais propiciadoras da redução de tais probabilidades.

Diz Guerreiro Ramos: “...esta concepção social da mortalidade parece não estar sendo acolhida pela nossa administração federal. Porque se o contrário acontecesse outra deveria ser a sua conduta, em face dos problemas de saúde do país”. (Op. cit.: 6). É uma concepção médica ou eugênica que dá

forma à estrutura dos serviços sanitários do nosso país” (Idem).

O Autor prossegue afirmando estar em vigência uma concepção segundo a qual a mortalidade infantil decorreria não das condições sociais e econômicas, mas da “falta de vigor físico e da escassa capacidade hereditária dos indivíduos. Os estoques biológicos seriam diferenciados, distinguindo-se neles os possuidores de boa capacidade hereditária e os fracos. Por dever filantrópico ou para resolvê-lo efetivamente por processos eugênicos, seriam necessários serviços médicos de natureza vária: postos de puericultura, lactários, hospital infantil e outros.

Esta “ideologia biologista” – representada por Giorgio Mortara no Brasil(4) e por Alexis Carrel(5), sendo este também o pensamento do sociólogo Frank H. Hankins – significa o desconhecimento dos mecanismos de mobilidade social da sociedade capitalista, onde a função da hereditariedade é muito menor do que proclamam. “Confundindo o imediato com o mediato, o determinado com o determinante, o efeito com a causa, a ideologia médica é uma das formas de racismo”.

Guerreiro estuda a relação entre a mortalidade infantil e a renda nacional, afirmando: “No Brasil, uma das mais importantes condições do precário nível de saúde de suas populações é a pequenez e a extrema concentração de sua renda nacional de que resulta o pauperismo das massas” (Idem). Analisa os níveis de vida do Brasil (pobreza, nível mínimo de subsistência, nível mínimo de saúde e decência, nível de conforto) e a relação entre mortalidade infantil e estrutura econômica. “A nossa alta mortalidade infantil é um fenômeno condicionado pela estrutura econômica do país. De um modo grosseiro, poderá dizer-se que somente através da desconcentração do poder aquisitivo e da universalização da cultura é possível conseguir uma diminuição significativa do número de mortes de menores de um ano”. (Op. cit.: 22).

No entender de Guerreiro o problema da mortalidade infantil no Brasil é um caso de transplantação. “Estamos importando uma definição dos países adiantados, procedendo à transplantação de um traço cultural sem termos ainda condições para adotá-lo”. (Op. cit.: 27). Enquanto nos países onde não há pauperismo considera-se oprobioso todo coeficiente de mortalidade infantil superior a 100, no Brasil o coeficiente é um mistério pelas seguintes razões: desorganização dos cartórios, que não informam os nascimentos aos

órgãos de estatística, e pais que não registram os filhos por motivos vários. O problema da mortalidade infantil existe para as elites, não tendo sentido algum para a população do campo e para o proletariado.

Guerreiro conclui o trabalho examinando os serviços médicos. Foram os médicos que iniciaram a consciência nacional da gravidade do fenômeno em nosso país a partir do século XVIII, fundamentados no falso pressuposto da solução médica. Os órgãos federais e estaduais vivem deste ideal e se justificam por esta falsa concepção. “Não há dúvida de que tratar uma criança doente é um problema médico. Todavia, tratar uma população, massas de indivíduos doentes, deixa de ser um problema médico – é um problema social. E se é um problema social, sua solução é social, isto é, implica menos uma distribuição de conselhos, de remédios ou de aumentos, do que a transformação de todo um complexo institucional”. (Op. cit.: 36).

Examinando o sistema administrativo brasileiro de proteção à infância diz: “O vício fundamental do nosso sistema administrativo de proteção à infância (aliás de todo nosso sistema sanitário) consiste em que ele aplica no tratamento de um problema de massa os mesmos processos de medicina individual. Os dirigentes deste sistema não perceberam a transformação que sofre o problema da morte do menor de um ano ou do menor em geral; quando se passa da perspectiva do indivíduo para a perspectiva da massa. Em resumo, eles não assimilaram a idéia de planificação”. (Op. cit.: 36). E mais adiante: “À luz da idéia de planificação, os atuais serviços de proteção à infância, tanto na administração direta como da indireta, implicam uma impressionante dilapidação de recursos, porque distraem apreciável parte da renda nacional para o custeio de medidas que em quase nada alteram as causas da mortalidade infantil. Tais medidas são, por assim dizer, um investimento improdutivo”. (Op. cit.: 36-7). A administração pública brasileira necessita superar a fase do *laissez-faire* e ingressar na fase de planificação. “...é necessário adestrar os administradores numa nova maneira de pensar. Reeducá-los.” (Op. cit.: 38).

Aponta o idealismo utópico como outro aspecto a considerar na política nacional de proteção à infância. Segundo esta orientação – da qual cita exemplos – “o chamado problema da criança” (expressão do Autor) poderia ser resolvido mediante simples operações administrativas (criação de repartições, cargos, verbas, etc), ou mediante atos de vontade ou de heroísmo e de renún-

cia das classes dominantes.

Crítica a realização – como programa oficial – de campanhas, cruzadas, “batalhas em prol da criança”, que se mantêm às custas de doações de pessoas generosas”. “O mesmo sistema federal de órgãos de proteção à infância continua, do ponto-de-vista faseológico, numa etapa filantrópica e utópica do tratamento do problema da mortalidade infantil, muito embora exista em seus quadros uma reserva de médicos puericultores competentíssimos, muitos de mentalidade sociológica e dos quais é lícito esperar, no futuro, a ‘revolução necessária’. A própria estrutura econômica e sociológica do Brasil não permite que do funcionamento de tais órgãos resulte um lucro social positivo, pois eles supõem uma população de elevado nível educacional. Os consultórios, o posto de puericultura e outras unidades sanitárias só se fixam eficientemente quando as populações já estão suficientemente esclarecidas, possuem determinados hábitos de vida e já gozam de poder aquisitivo para se manterem num nível de vida mínimo” (Op. cit.: 39).

Citando fatos, Guerreiro acusa de perfunctórios os serviços médicos, observando a ironia que constituem, entre nós, a complexidade burocrática dos referidos serviços, em face da persistência dos altos índices de morbidade e de mortalidade, apesar de tais serviços. “Na verdade, as instituições administrativas não têm nenhum poder mágico de resolver problemas. Elas só rendem em função uma das outras e do meio nacional onde atuam. É inócuo transplantá-las de um país para outro de condições radicalmente diferentes”. (Op. cit.: 40). Assim conclui suas observações administrativas: “O que se indica é que todo o sistema federal de proteção à infância apresenta um vício de base, que só poderá ser corrigido por meio de medidas radicais que impliquem uma mudança de estilo mental e uma reestruturação administrativa”. (Op. cit.: 42). Termina o artigo com conclusões de caráter prático, em resumo das observações expendidas.

No mesmo ano de 1951 é publicado o artigo *Pauperismo e Medicina Popular*. Considerando a pobreza não apenas como condição econômica mas também cultural e psicológica, estuda a *cultura de folk* da medicina popular como fator positivo da alta mortalidade infantil. “O pauperismo não é apenas uma condição econômica. É também uma condição cultural e psicológica. Ao baixo poder aquisitivo das massas corresponde um repertório de costumes, tra-

dições e atitudes. A pobreza é uma condição econômica e cultural e um estado de espírito. Ambos (condição e estado) têm sua inércia, oferecem resistência à mudança.” (PMP, 1951: 252). Refere-se à casos ocorridos nos Estados Unidos, a resistência à cirurgia pelos padres católicos a partir do século XVI em Portugal e ao sincretismo católico-fetichista em vigor entre populações pobres de Cuba.

Quanto ao Brasil cita como fonte Mário de Andrade e fornece informações a respeito de práticas no nordeste, no planalto central, sul de Minas, Campos (Estado do Rio de Janeiro) e a cidade do Rio de Janeiro. Guerreiro menciona as personalidades carismáticas às quais se atribui poder de curar doenças (padre Cícero, Antonio Conselheiro) e destaca a importância sociológica do romance *Calunga*, do médico e escritor Jorge de Lima.

Em 1955 Guerreiro faz publicar no México *Sociologia de la Mortalidad Infantil*, que anunciara em 1951. Este estudo, em duas partes, reedita na segunda a publicação de 1951 com o título *Uma Interpretação Sociológica do Problema Brasileiro da Mortalidade Infantil*. Na primeira parte, além de incluir *As Classes Sociais e a Saúde das Massas*, publicado em 1949, constam os seguintes capítulos:

- teoria do problema social;
- evolução da proteção à infância;
- importância relativa do coeficiente de mortalidade infantil;
- importância econômica e social da estrutura etária da população;
- estrutura econômica e mortalidade infantil;
- áreas de natalidade e de mortalidade infantil;
- pauperismo, medicina popular e mortalidade infantil.

O objeto de estudo é a saúde das massas, insistindo Guerreiro na crítica à abordagem exclusivamente médica. Diz na apresentação: “.. se as conclusões da teoria forem válidas, as conseqüências não devem fazer-se sentir apenas no terreno das idéias, mas também na política administrativa dos governos no que concerne à saúde das populações”(SMI, 1955: 9). Defende a seguinte tese: “A saúde das massas nos países subdesenvolvidos jamais resultará da distribuição de recursos de assistência médica, mas pelo contrário, resultará decisivamente da planificação democrática do emprego dos recursos econômicos e culturais, dentro das possibilidades de cada país”.

As análises de natureza histórica, antropológica, econômica, demográfica

e sociológica da mortalidade infantil com referência a diversos países incluem – no que diz respeito ao Brasil – um aprofundamento da crítica formulada em *O Problema da Mortalidade Infantil no Brasil*.

Afirmando que “no Brasil a administração precedeu à sociedade”, prossegue dizendo: “Nossa administração pública se vem formando à custa de transplantes. Na atualidade o país dispõe de um organismo administrativo afetado de um agudo hibridismo no qual encontramos desorganização, duplicidade, paralelismo, conflitos de competência e, em uma palavra, um defeito estrutural: seu desajuste à realidade econômica e social do país”. (Op. cit.: 183).

Os estudos de padrão de vida, realizados de 1947 a 1950, no dizer de Guerreiro “estavam na ordem do dia”. Vinham sendo tentados com muita frequência, sendo úteis para o cálculo do salário-mínimo, resolução de dissídios coletivos, controle de preços, prestação de serviços sociais de massa. Peça fundamental do planejamento de toda política social, exigiam um conhecimento objetivo dos hábitos de consumo da clientela. Em termos sociológicos, o tema “...nasce do fato de ter-se rompido o equilíbrio entre a capacidade aquisitiva do cidadão e o custo de bens de consumo. Vivemos uma etapa da civilização ocidental onde não existem discriminações de consumo, isto é, onde se realiza o conceito de classe”. (PBEPV, 1949). Com a revolução burguesa, o princípio do estamento foi substituído pelo de competição. Este princípio, entretanto, exige uma complementação. “...na fase imperialista do capitalismo o direito de competir é inócuo se ele não se completa com o direito de todo homem a um mínimo de subsistência compatível com sua dignidade” (Op. cit.). Trata-se de uma “grande concessão do capitalismo em sua fase atual”.

Os principais itens de estudo são:

1. composição da família e fenômenos correlatos: nupcialidade, fecundidade;
2. regime de trabalho dos membros da família;
3. grau de instrução dos membros da família;
4. fontes de renda familiar;
5. orçamento da despesa familiar (alimentação, habitação, vestuário, instrução, mobiliário, recreação, previdência, transporte, assistência médica, dentária e farmacêutica, consumos diversos).

Guerreiro comenta os antecedentes dos estudos de padrão de vida (Arthur

Young – 1769, David Davies – 1795, Le Play – 1855), os métodos empregados nos estudos em voga – o questionário e a caderneta – e menciona os países pioneiros (Alemanha, Bélgica, Holanda, Estados Unidos, Suécia, Colômbia).

Para que o estudo das condições de vida assuma caráter rigorosamente técnico, focaliza os seguintes instrumentos conceituais: 1. sistema de vida; 2. padrão de vida; 3. nível de vida; 4. custo de vida; 5. Leis de Engel; 6. itens fundamentais de consumo.

No que se refere à padrão de vida o Autor apresenta três espécies de definição: a) científica – o que o povo deve gastar (normas de vida); b) atitudinal – o que uma pessoa deseja; c) tipológica – “...tipo de comportamento que mais adequadamente exprime os valores dominantes na maneira associada de vida.” Esta é a definição preferida do Autor, apoiando-se em Carl Zimmerman que, como ele, inspirou-se em Max Weber.

Nível de vida são os gastos de uma família ou de um indivíduo, enquanto custo de vida é o padrão de vida expresso em moeda. Guerreiro comenta as quatro leis de Engel – indispensáveis para a análise demo-econométrica – utilizando os quadros estatísticos elaborados por Maurice Halbwachs.

Após comentar as classificações dos itens fundamentais de E. Ducpétieux e Ernst Engel, Guerreiro conclui o estudo das instrumentalidades conceituais sumariando as seguintes leis de consumo: alimentação, vestuário, aluguel, combustível, iluminação e outras despesas com a casa, despesas diversas, investimentos.

O tema das normas de vida é retomado em *Sociologia do Orçamento Familiar*. Embora em toda parte do mundo os governos se preocupassem em assegurar a todos os cidadãos um mínimo de bens materiais e não materiais que permitissem a cada um viver decentemente, os grandes problemas da época decorriam do fato de que grande parte dos cidadãos de cada país não obtinham este mínimo. “É sobretudo para eles que os Governos criam repartições especializadas de assistência e elaboram planos de política social. Tais órgãos têm de planejar os seus serviços para atender a massas. “Por esta razão, quando os seus técnicos raciocinam sobre as necessidades de cada indivíduo que constituem esta massa, têm de negligenciar os seus aspectos singulares, aqueles traços que fazem de cada pessoa um alguém inconfundível e considerar, apenas, os traços comuns a todos os indivíduos, o homem-massa, afinal”.

(SOF, 1949, 11).

Partindo do mínimo necessário para viver, Guerreiro faz observações a respeito da noção de pobreza. “O problema (...) consiste em indagar que condições de vida devem ser consideradas ‘normais’”. (Op. cit.: 12). Citando órgãos da administração federal da época, entende que sua finalidade é “diminuir ou satisfazer as carências da coletividade nacional”.

Cita a definição de normas de vida de Robert Moore Woodbury, transcreve longo trecho de publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e menciona órgãos da administração pública brasileira que a aplicavam. “O conhecimento destas normas tem uma aplicação na administração pública, pois fornece aos administradores critérios objetivos para o estabelecimento ou a crítica de programas de política social”. (Op. cit.: 12).

Após estas considerações, Guerreiro detém-se no estudo das normas referentes à alimentação, higiene e habitação, vestuário e despesas diversas, citando documentos com escalas e estudos de autores estrangeiros e nacionais. É apresentado um estudo estatístico de orçamentos familiares dos Estados Unidos, confrontado com resultados de várias pesquisas realizadas no Brasil, considerando categorias sociais distintas. O trabalho é concluído com um estudo de índices de bem-estar, comparando orçamentos familiares efetivos com orçamentos dos vários grupos sociais, elaborados por especialistas brasileiros.

Para Guerreiro Ramos a saúde, vista de modo coletivo, é um fenômeno social e não médico. Em sendo um fenômeno social, assume o caráter de problema quando, afastando-se do padrão estabelecido como normal pela sociedade em que ocorre, compromete o ideal de perfectibilidade. A conversão do patológico em normal – a solução do problema – implica na intervenção no processo social. Os trabalhos do Autor, analisando a saúde como problema social, consistiam na aplicação prática da sociologia, ou seja, em sociologia aplicada.

A solução dos problemas sociais significa a mobilização de conceitos, noções e princípios de disciplinas diversas, quer dizer, implica em tecnologia social. A puericultura é uma tecnologia social. Atribuía sentido tecnológico ao Departamento Nacional da Criança, cujo campo de ação não via como sendo apenas médico, mas sim compreendendo funções para o pediatra, o higienista, o “sociologista”, o administrador, o engenheiro.

Guerreiro desenvolve uma metodologia de análise que consiste em diversos conceitos básicos (estrutura, fase, classe, espaço, *principia media*) que, surgindo inicialmente de forma isolada, adquirem caráter de conjunto em seu último trabalho referente à saúde. A concepção multidisciplinar, presente em seus trabalhos desde o início (demografia, biologia, psicologia, economia, sociologia), toma forma a partir do conceito de estrutura. Em sua evolução a estrutura se particulariza em fase, adquire especificidade espacial (área), corrige a generalidade na classe e se configura nos *principia media*. Embora anunciado anos antes, o trabalho publicado no México em 1955 revela um pensamento articulado, inclusive em sua referência aos países subdesenvolvidos. Em *Sociologia de la Mortalidad Infantil* estão presentes os ingredientes conceituais da sociologia nacional, já esboçados na crítica à sociologia acadêmica e à transplantação de conceitos. A planificação social – tecnologia decisiva na solução dos problemas de saúde nos países subdesenvolvidos – revela o pensamento administrativo quando concebida como fase a ser alcançada na organização dos serviços de saúde. O problema social da infância e da adolescência, juntamente com a saúde, foi o ponto de partida para a construção de todo um pensamento sociológico.

Identificando o surgimento dos estudos de padrão de vida no Brasil, Guerreiro mostra a sua importância como instrumento de planejamento da política social. Apesar de sua ênfase estatística, e apesar de haverem logrado menor desenvolvimento que os estudos a respeito de saúde e mortalidade infantil, há pontos comuns entre estes e aqueles. Em todo o grupo de trabalhos verifica-se a ênfase na planificação, seja como instrumento de política social, seja como prática administrativa.

A pobreza, que nos estudos de saúde é vista como responsável pela precariedade das condições, nos estudos de padrão de vida é entendida como o mínimo de bem-estar admitido como condição precípua de vida. Esta condição mínima, um valor estabelecido pela sociedade como normal, é o objeto da política social, visando a intervir – pelo planejamento dos serviços – no processo social e solucionando o problema dos que vivem abaixo do mínimo de decência.

Em todo o grupo de trabalhos observa-se que Guerreiro era muito bem informado dos temas que tratava. Observa-se, também, uma preocupação metodológica e o emprego da abordagem histórica.

NOTAS

1. Os cursos do Departamento Nacional da Criança foram criados em 1943 pelo Decreto nº 5.912, de 25 de outubro daquele ano. Guerreiro sugeria as seguintes mudanças na cadeira que lecionava: a) desligá-la da legislação relativa à infância e código de menores; b) criação da cadeira de Pesquisa Social, à qual vinha destinando um terço das aulas; c) aumentar a duração do curso de três para seis meses; d) mudar o nome para “Sociologia e Economia” ou “Sociologia e Economia Aplicadas ao Brasil”. Não temos informações se estas alterações foram efetuadas.
2. O levantamento foi realizado no Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), entidade filantrópica criada em 1934, no Rio de Janeiro. O Autor estudou sua história, seu programa e sua organização.
3. Publicado em 1955 no México sob o título *Sociologia de la Mortalidad Infantil*, Biblioteca de Ensayos Sociológicos, Instituto de Investigaciones Sociales. México. D.F. Universidad Nacional.
4. Em “Condições de vida da população brasileira” comenta alguns estudos, enfatizando aqueles desenvolvidos pelo Serviço Social da Indústria (SESI).

3.3 Poder e Revolução Brasileira

Os estudos de Guerreiro Ramos a respeito do poder e da revolução brasileira são um prolongamento de sua concepção de sociologia e ciências sociais, desdobramento da sociologia brasileira e do tema do desenvolvimento. No prefácio de *A Crise do Poder no Brasil*, ao referir-se a seus trabalhos desde 1953 diz: “Esses e o presente livro são momentos de uma teoria da sociedade brasileira cuja apresentação em obra especial, na base das notas, observações e pesquisas que há alguns anos venho fazendo, as circunstâncias ainda não me permitiram.” (CPB. 1961: 17-8).

O tema do poder é abordado pela primeira vez pelo autor em *Dinâmica da Sociedade Política no Brasil*, conferência realizada em Paris em dezembro de 1955(1). Empenhado na crítica da ciência social importada, propugna pela substituição do descritivismo casuístico pela interpretação global. “No domínio político, uma interpretação globalista é um instrumento de potenciação daquelas tendências enquanto, de um lado, racionaliza um processo societário global e, de outro, contribui para minar os fundamentos psicológicos e sociais dos grupos que opõem obstáculos a este processo”. (ICSB. 1957: 36).

Segundo esta orientação e apoiando-se em Marx e Timasheff, analisa a dinâmica da sociedade política, induzindo-a das ocorrências históricas efetivas. Toma como exemplo os acontecimentos ocorridos entre nós por ocasião da independência política, da abolição da escravatura e da II República (1930) e diz: “Em todos esses momentos, registrou-se, entre nós, um surto de formulação de idéias tendentes a justificar os propósitos revolucionários ou reformistas em jogo”. (Idem, idem)(2). Segundo ele, “não é fortuito o fato de que, em todos os momentos em que numa sociedade se faz imperiosa uma mudança institucional, recrudescem os esforços de teorização da realidade social”. (Idem, idem). Distingue dois tipos de interpretação: a ideológica e a sociológica.

Acusando a interpretação ideológica de necessariamente sectária, fideijussória de interesses de um grupo ou classe, Guerreiro defende a interpretação sociológica pela sua “transcendência ou transideologização”. “A radicalidade da sociologia científica se exprime enquanto esta disciplina admite o incessante condicionamento histórico-social dela mesma, de seus conceitos, de seu método e não apenas da problemática ou dos fatos em cujo

exame se aplica; enquanto não absolutiza o primado de nenhum fator (o econômico, o racial, o geográfico, etc.), mas entende a efetiva preponderância deste ou daquele fator num determinado período como ocasional e resultante da dinâmica total do processo societário; e, finalmente, enquanto admite que a essência da realidade social é a transitividade, ou seja (...), que ela é “construída dialeticamente”. (Idem, idem: 38). É à luz desse radicalismo empírico-dialético que é possível a sociologia científica do fenômeno político. “...as correntes políticas não podem ser consideradas apenas quanto ao seu significado imanente. A análise sociológica as argüi, transcendendo-as, isto é, indagando quais as situações existenciais de que decorrem, que classe ou grupo representa e em que momento elas aparecem. O que ilumina as correntes políticas é a posição na estrutura econômico-social dos que as representam e a época em que eles vivem”. (Idem, idem, idem).

Guerreiro Ramos desenvolve seu trabalho examinando as posições dos grupos na etapa capitalista das sociedades ocidentais que, de modo simplificado, podem ser reduzidas a três: ascensão, domínio e decadência.

“As classes ou grupos ascendentes são levados a discernir na estrutura social as virtualidades, as possibilidades de desenvolvimento, os aspectos potenciais e, assim, traduzem, um impulso renovador de libertação. Assumem uma atitude eminentemente crítica diante do *status quo* e proclamam a necessidade de fazer da razão critério por excelência de apreciação dos fatos. A razão se torna mesmo um instrumento de negação das instituições, nisto que as transcende, revelando a sua precariedade histórica”. (Idem, idem: 38-9). Afirma o Autor que, “necessariamente, são dialéticas as classes e grupos em ascensão, enquanto concebem a história como progresso e este como um incremento da autodeterminação ou da liberdade.” (Idem, idem: 39).

As classes ou grupos dominantes tendem a considerar definitivo o estágio da estrutura social vigente. Embora possam admitir defeitos na estrutura social, não reconhecem sua transitoriedade. “São reformistas ou evolucionistas, portanto. Para eles, as leis que presidem o dinamismo social são leis naturais ou eternas. São antidialéticos e proclama a necessidades da ‘ordem’, identificando esta com o esquema social vigente. Tendo conseguido submeter as tendências a um enquadramento jurídico-institucional, erigem os modelos (*patterns*) que adotaram, à categoria de permanentes, naturais. Por um impe-

rativo topológico, por assim dizer, são levados a uma concepção quietista, estática, da sociedade.” (Idem, idem: 39).

A respeito da posição de decadência, diz Guerreiro: “As classes e grupos em declínio, aposentados da eficácia histórica ou em processo de aposentadoria da mesma, esforçam-se por voltar ao passado de que se beneficiavam ou em que eram dominantes e idealizam os “bons velhos tempos”. Sua palavra de ordem é a recuperação ou a restauração”. (idem, idem: 39).

As referências topológicas admitem situações ambíguas como a classe média e o lumpesinato, aquela fazendo alianças com as outras classes conforme as circunstâncias, e este à “mão de obra marginal, o rebotinho das ruas de que dispõem as correntes que, de modo ocasional, lhe asseguram uma vantagem imediata.” (Idem, idem: 40).

As posições das classes são ao mesmo tempo de existência e de sucessão, e são fases por que passam as classes sociais. Referindo-se ao fim das contradições pretendido pelas classes ascendentes diz Guerreiro: “Ao atingirem a posição de domínio, as classes ascendentes são acometidas das mesmas distorções volitivas e de captação do real, características das que as precederam, e necessariamente se tornam a referência de um novo dinamismo dialético.” (Idem, idem: 40).

A análise das classes sociais fazem supor que toda sociedade possui um centro e uma periferia. “O centro da sociedade é aquela sua região a partir da qual se logra conformar decisivamente o complexo social, a partir da qual uma classe ou um grupo pode, como propõe Max Weber, “impor a sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência dos outros que participam da ação”, ou ainda, na linguagem de Timasheff, “os juízos se transmitem à periferia... sem fazer apelo ao mecanismo normal de avaliação de motivos.” (Idem, idem :40).

No centro se processa uma diferenciação progressiva, dividindo-se contra si mesmo e permanecendo cindido em duas partes: centro-direita e centro-esquerda. Enquanto esta se alia às classes ascendentes no propósito de transformar qualitativamente a sociedade global, aquela se caracteriza como conservadora.

Ainda seguindo Marx, Guerreiro estuda a justificativa do poder da classe ou grupo dominante pela função que exerce e que necessariamente suscita

a adesão dos indivíduos da periferia. “O poder, portanto a influência conformadora do centro, se baseia inicialmente na adesão da periferia que, pela força da repetição e do hábito, se transmuta em automatismo”. (Idem, idem: 41). A este fenômeno se soma o da alienação.

No contexto capitalista, a dinâmica das relações de poder explicam-se pela estrutura social. A presença do jovem Marx se revela uma vez mais quando Guerreiro adverte que “no contexto capitalista, a dinâmica das relações de poder não se explica em termos de psicologia individual ou mesmo coletiva, mas pelas transformações materiais, pelas transformações das relações de produção, as quais condicionam a ascensão, o domínio e a decadência das classes e grupos sociais.” (Idem, idem: 42).

Em 1957, Guerreiro profere a aula inaugural do ISEB abordando o tema *Condições Sociais do Poder Nacional* (3). Neste trabalho o Autor aprofunda sua metodologia da sociologia do poder focalizando-o em suas variações históricas e assinalando, em cada caso, seus suportes concretos.

Afirma ele, preliminarmente, a impossibilidade das ciências sociais como a sociologia, a economia e a ciência política de esgotar os aspectos do problema nacional na forma em que este se apresenta em um país como o Brasil. “Há, nesse problema, ao menos um aspecto para o qual são míopes aquelas ciências. Referimo-nos ao que só se revela na perspectiva dos valores e de uma ontologia da existência histórica.” (PNB, 1960: 17).

Apoiando-se na definição de poder de Weber, Guerreiro se detém no aspecto da vontade: “Essa vontade não é, porém, arbitrária e só permanece dotada de aptidão coercitiva enquanto assegura a efetivação das possibilidades contidas em uma etapa social determinada, e se mantém fundada nos valores e fins pressupostos pela ação comunitária.” (Idem, idem: 18) (grifo nosso). Partindo de Mannheim, conceitua o poder nacional como “o conjunto de todos os grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização de um país, de todos os elementos políticos por excelência que concentram em suas mãos a direção econômica-social, o poder militar e as funções administrativas.” (Idem, idem: 18). O poder nacional e seus suportes concretos são tratados em três questões: a variação histórica do substrato do poder nacional, os novos termos do poder nacional e os objetivos que deviam procurar os titulares do poder.

Com estes fundamentos conceituais, Guerreiro Ramos analisa a evolução política do Brasil: ascensão, domínio e decadência da “classe latifundiária, surgimento da burguesia nacional e do operariado, papel da classe média e a difusão das idéias liberais (a partir de 1868). A evolução política é tratada em termos de fase, considerando a situação de cada classe em termos de poder(4). O Autor analisa o impacto da crise mundial de 1929 sobre a economia brasileira – causando acentuada queda no valor de nossas exportações e levando o país a produzir internamente grande parte dos bens que eram importados – e suas implicações políticas. No período compreendido entre 1930 e meados da década de 1950 observava-se uma ambigüidade na classe dominante, uma vez que coincidiam em nossos homens de negócio o representante da “burguesia latifúndio-mercantil” e o da burguesia industrial(5).

Embora tivesse adquirido forma nacional ao tornar-se independente, inexistiam no Brasil as condições econômicas e demográficas que possibilitassem a existência de um poder nacional. Sociologicamente o país era uma ficção jurídica. Os proprietários de terras, então exclusivos detentores do poder, procederam com senso de oportunidade ao assumirem a direção nacional de um espaço econômico vazio, transformando-o em simulacro de personalidade nacional, explorando-o e organizando-o – em suas unidades de produção desarticuladas – como complemento da economia do Ocidente europeu. Não havia vontade popular, uma vez que o sustentáculo do poder eram as oligarquias, e do compromisso entre elas resultava o governo nacional. “...não faltou iniciativa criadora àquela classe dominante, sobretudo onde havia espaço aberto à sua liberdade, o que se deu principalmente no domínio da organização política do País.” (PNB, 1960: 21).

Durante o período de dominação dos fazendeiros o Brasil foi um país sem povo, definido pelo Autor como “um conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e fins.” (Idem, idem: 228). “País sem mercado interno, sem sistema nacional de transportes e comunicações, apresentando manchas demográficas separadas por largos tratos de terra desabitada, não podia ter povo. Não éramos uma nação, pois a nação não se configura historicamente sem a sua substância que é o seu povo.” (Idem, idem, idem). Em tais condições, o Brasil definia-se como um

país cuja lei estrutural básica era a da complementaridade, definida como verdadeiro princípio ordenador ou configurativo, fato social total, permeante de todos os níveis de nossa existência. Economicamente o país exercia a função de supridor de matérias-primas do mercado internacional. Socialmente, não possuíamos classes sociais diferenciadas. “Política e culturalmente, refletíamos a alienação que afetava nossas relações de produção”.

Na década de 1950, em consequência da formação do mercado interno, o poder nacional se apresenta em novos termos. A perda da posição dominante por parte dos antigos proprietários de terras, a formação de uma população operária e de uma burguesia industrial compõe a matriz de um verdadeiro povo e configuram o novo substrato do poder. Mudaram as instituições. O poder executivo já não elegia invariavelmente seus candidatos. O Congresso – embora de modo frágil em face da debilidade ideológica dos partidos políticos – já começava a refletir os anseios populares. A debilidade do Congresso, dos partidos políticos e da estrutura sindical levava à intervenção política do Exército (6).

O ponto central da análise se dá com a afirmação do desencontro entre a consciência subjetiva dos então novos titulares do poder e o sentido real do processo brasileiro, compondo “uma situação dramática”. Diz Guerreiro: “...a essência de tal situação consiste precisamente no desencontro entre a consciência subjetiva que têm os personagens dos seus papéis e a teleologia objetiva do processo a que estão presos.” (Idem, Idem: 25). A classe dominante não se tornara classe dirigente na medida em que não possuía consciência das necessidades orgânicas da sociedade. Dois são os motivos da insuficiência da classe dominante: a rapidez do processo de mudança estrutural do país e a natureza reflexa desse processo. “O desenvolvimento do País, provocado, em ampla margem, por conjunturas internacionais, tem sido um desenvolvimento reflexo e não autocomandado.” (Idem, idem: 27).

A irrupção do povo na história do país instalava uma tensão entre o Estado e a sociedade, desconhecida dos nossos antepassados. A existência do povo funda a nação, superando a condição de ficção jurídica. “A nação, como unidade histórica dotada de sentido ou como campo inteligível, nada mais é do que a forma particular de uma configuração espaço-temporal que surge onde quer que um agrupamento humano se alce da existência bruta à existên-

cia significativa, da condição puramente natural à condição histórica, de um modo de ser inferior a outro superior.” (PNB, 1960: 29). E mais adiante diz Guerreiro: “O modo histórico de coexistência sobre um espaço concreto não resulta simplesmente de uma transformação vegetativa, como a econômica, por exemplo. Postas as condições que a asseguram, a sua emergência só se verifica em virtude de uma opção. É uma escolha de caráter axiológico, é o esposar de um valor, que transmuta em comunidade histórica a mera convivência de pessoas em um território.” (Idem, Idem: 29-30).

Nestas novas condições, o país teria como opções a complementaridade – mantendo-se na condição de proletariado externo do mundo ocidental – ou a conquista de um desempenho histórico independente, caminho mais árduo e mais eminente, esboçado na *práxis* coletiva, isto é, um comportamento popular comandado por uma motivação concreta. Esta *práxis* é o fundamento do nacionalismo.

Na concepção do Autor, o nacionalismo nada tinha a ver com xenofobia(7), não era moda. “O nacionalismo, na fase atual da vida brasileira (...) é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, expressão da emergência do ser nacional.” (ICSB, 1957: 32) Além de amor à terra e aos símbolos nacionais, é o “projeto de levar uma comunidade à apropriação total de si mesma, isto é, de torná-la o que a filosofia da existência chama de ‘ser para si’.” (PNB, 1960: 32). As massas estavam “comprometidas numa ampla tarefa de substituição de valores e produtos externos por internos, tarefa na qual a substituição de importações é mero pormenor.” (Idem, idem, idem). A revolta de Vila Rica (1720), a Inconfidência Mineira, a revolta do Maranhão, a luta contra os holandeses, a guerra dos “emboabas” e a dos mascates, no entender do Autor não podem ser consideradas nacionalistas, “uma vez que, *de fato*, em nenhuma delas estava globalmente empenhada a Nação, ainda inexistente em sua realidade sociológica. Embora seus líderes falassem em nome da nação e do povo, foram eminentemente episódios locais, como a sua designação indica.” (PNB, 1960: 227).

Ideologia dos povos periféricos em luta para libertar-se da condição colonial, o nacionalismo tinha na soberania seu ingrediente básico. “A efetiva soberania é atributo histórico adquirido pelas coletividades, mediante luta, audácia e iniciativa.” (Idem, idem: 225). Tratava-se de reivindicação que fazi-

am os povos que ainda não se encontravam em pleno gozo da soberania. Os povos já plenamente soberanos não necessitam de tal reivindicação, proclamando-se universalistas. “O atual universalismo dos povos dominantes é anti-histórico, pois tende a considerar como final a presente etapa do mundo. Mas o mundo se transforma incessantemente pela ação dos homens. Nenhuma hegemonia é definitiva. Nenhum povo está votado, de uma vez por todas, à servidão. É falso assim o universalismo que, em nome da estabilidade de uma forma particular de ordem mundial, pede o conformismo de largas frações da humanidade excluídas dos benefícios da civilização. O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos.” (Idem, idem: 225-6). Empregando a noção de personalidade nacional como condição para ingressar no nível da universalidade e da civilização diz: “O nacionalismo não é fim. É meio. Certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional.” (Idem, idem: 226).

Ideologia popular, o pensamento nacionalista só poderia ser formulado se induzido da prática do povo. A formulação elaborada da ideologia nacionalista era entendida como tarefa da vanguarda. Embora o povo fosse o dirigente do processo brasileiro, não poderia realizar a tarefa de modo direto, salvo em momentos excepcionais. “O povo gasta suas forças em lutas fragmentárias. Enquanto assim permaneça perde suas ações a eficácia configuradora global que deveria ter. É necessário, portanto, que o povo deixe de agir por ensaios e erros e passe a exercer o comando consciente do processo brasileiro. Tal consciência militante do povo coloca o problema da organização de sua vanguarda. Se, como se afirmou, o povo é hoje o dirigente do processo brasileiro, não se pode realizar esta função de modo direto, senão em momentos extraordinários. Ordinariamente, terá que agir por intermédio de sua vanguarda. A vanguarda do povo é sua consciência militante. Assim sendo, por definição, não pode constituir-se de elementos que lhe sejam estranhos.” (PNB. 1960: 245-6). Uma vez que o povo como tal só empiricamente encontra soluções concretas para seus problemas, esta tarefa cabe à vanguarda, composta majoritária – mas não exclusivamente – de trabalhadores e elementos de outras classes (elementos da pequena burguesia, empresários, estudantes, militares, intelectuais). Só a vanguarda possui visão conjunta das necessidades do povo,

instrumentos teóricos, consciência exaustiva dos fatores da conduta do povo. “O povo (...). entregue a seus impulsos espontâneos, pode perder as oportunidades que a história lhe oferece. Conduzido por sua vanguarda, tem menos probabilidade de perdê-las.” (Idem, idem: 246). Como intelectual – portanto vanguarda –, apoiando-se em análises da situação do Brasil em termos econômicos, sociais, políticos e culturais, Guerreiro formula os “Princípios do Povo Brasileiro.” (Idem, Idem: 244). Procurando dar sistematicidade aos encontros que pretendia realizar com trabalhadores, Guerreiro elabora os “Cinco Princípios do Trabalhador Brasileiro”, corporificando idéias da liderança sindical (Idem, idem: 257).

Procurando distinguir o que concebia como verdadeiro nacionalismo de outras manifestações similares, Guerreiro constitui uma tipologia: nacionalismo ingênuo, nacionalismo utópico, nacionalismo de cúpula, nacionalismo de cátedra, nacionalismo de circunstância (8). A identificação das posições equivocadas permitem ao Autor elaborar os “Testes do nacionalista e do entreguista.” (Idem, idem: 252-3).

Guerreiro concebia o nacionalismo como ciência. A longo prazo todo nacionalismo é de circunstância na medida em que constitui meio provisório de que se serviam os povos periféricos para se livrarem da dependência colonial. Vivendo aquém da instância mais elevada a que atingiu a evolução humana atualmente, em certos pontos privilegiados da Terra, os povos periféricos são inspirados por uma visão futura que, contemplando suas possibilidades realizadas, lhes daria acesso à existência histórica superior. Pelo que pretendem ser – e não pelo que são – esses povos se constituem nas forças propulsoras do progresso da humanidade. Estando a história humana longe de tornar-se realidade, os povos periféricos são portadores do ponto-de-vista da comunidade humana universal de busca incessante de progresso. O nacionalismo adquire atributos de verdadeira ciência na medida em que – assumindo atitude insubmissa – se propõe a explorar as possibilidades históricas existentes. “Alcançam necessariamente a universalidade possível em cada época os que contemplam os fatos como essencialmente provisórios em sua determinação concreta.” (Idem, idem: 254). Este modo de ver é privilégio dos povos proletários. “O nacionalismo, ciência do ponto-de-vista dos povos proletários, é a mais rica e criadora modalidade concreta de universalismo no mundo contemporâ-

neo. Em outras palavras, a ciência de vanguarda em nosso tempo pode assumir globalmente a forma de nacionalismo.” (Idem, idem: 254).

Para atingir o plano da ciência, o nacionalismo necessita de suportes teóricos sistemáticos, superando a emotividade e o ressentimento. “Como ciência, o nacionalismo só pode ser expresso à guisa de conjunto de princípios gerais de uma atitude metódica destinada a habilitar a transpor conhecimentos e fatos de uma perspectiva para outra, a relativizar o adquirido, a bombardear com perguntas e arguições todo produto de ação humana.” (Idem, idem: 255). Enquanto ciência, o nacionalismo é fundamentado na razão.

A autodeterminação colocava em questão os objetivos que deviam ser alcançados pelos então titulares do poder nacional, considerando as particularidades do Brasil e do mundo. “Um país que mudou o sinal de sua evolução requer necessariamente uma redefinição dos critérios utilizados por suas instâncias de poder.” (Idem, idem: 33). O Autor, nestes termos, estuda a segurança nacional, ou seja, a defesa do país.

Segundo Guerreiro, os critérios de segurança nacional não são estáticos, mas sim dinâmicos. “Uma coisa é a segurança nacional de um país de caráter complementar, outra é a de um país que começa a pretender o autocomando de seu processo.” (Idem, idem: 34). É esta dinâmica que confere ao tema aspecto delicado. Embora os órgãos de segurança nacional devam ordinariamente agir sob reserva, os seus critérios fundamentais não podem ser resultantes de elaboração de gabinete. Devem traduzir a orientação dominante no país. “Os fundamentos da segurança nacional não são abstratos, são ideológicos.” (Idem, idem, idem)(9). Apoiando-se nos estrategistas militares Clausewitz e Moltke – principalmente aquele segundo o qual a guerra é instrumento da política – afirma: “A guerra não passa de um caso limite das atividades normais das instituições de defesa ou segurança nacional. Entre a guerra e a paz, especialmente na fase contemporânea de coexistência dos povos, não há diferença de natureza, mas apenas de grau.” (Idem, idem: 50).

A política de segurança nacional dos países em processo de descolonização define objetivos nacionais e a ação contrária de fatores internos e externos. A estratégia da segurança nacional – como a estratégia geral – é adaptação dos meios para alcançar os fins estabelecidos pela política.

A problematidade da segurança nacional era devida à transição vivida pelo país, provocando tensões e cisões que atingiam inclusive as forças armadas. O fato de as forças armadas estarem divididas, longe de se constituírem em inconveniente, era um “salutar indício de que não estão isoladas ou marginalizadas no meio brasileiro e a demonstração de que participam das mesmas vicissitudes que caracterizam a realidade nacional. Se não estivessem divididas, como estão, não seriam, hoje, Forças Armadas do Brasil.” (Idem, idem: 51). Com esta afirmação Guerreiro Ramos agredia o mito de união das forças armadas. Se não houvessem outros, este motivo seria bastante para a cassação de seus direitos políticos.

Sendo a segurança de uma nação tal e havendo um Brasil nascente, a contribuição que o sociólogo podia oferecer aos responsáveis pela segurança nacional consistia em mostrar seu conteúdo ideológico, visando a assegurar-lhe o máximo possível de funcionalidade histórica. Tomando como ponto de referência os estudos realizados entre nós – cujo nível considerava satisfatório – Guerreiro conceitua a segurança nacional como “grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais contra a ação adversa de fatores internos e externos.” (Idem, idem: 52).

O Autor detém-se no significado das expressões “objetivos nacionais” e “ação adversa de fatores internos e externos”. Os objetivos nacionais não são fixos. Toda realidade nacional possui caráter dinâmico e constitui um fenômeno total, sendo destituídas de fundamento científico as explicações das diferentes configurações nacionais em termos unilaterais. Analisando a história do Brasil, diz: “Durante o período em que éramos predominantemente condicionados por fatores externos, praticamos um regime de segurança que salvaguardou os objetivos essenciais da coletividade justamente porque este regime foi sensível às particularidades de que se revestia o Brasil daquele momento. A não ser a pouco significativa Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, não tivemos, até 1927, nenhum órgão formalmente incumbido de zelar pela segurança do país.” (Idem, idem: 55). Até 1930 a rudimentaridade de nossa infra-estrutura não suscitava controvérsias econômicas, sendo a segurança nacional preocupação de uma minoria de empresários agrícolas e assalariados. “O Ministério da

Fazenda, no Império e na velha República, era, assim, suficiente para encaminhar as soluções dos nossos problemas econômico-financeiros. O nosso aparelho de produção era escassamente diferenciado, motivo pelo qual não tínhamos propriamente classes sociais e a ‘questão social’ não ultrapassava o âmbito dos órgãos de polícia.” (Idem, idem: 55). Lembrando acontecimentos de nossa história, Guerreiro elogiava a argúcia e agressividade de nossos fundadores, reaceando o amortecimento desta capacidade. “É de recear (...) que o fato de se ter tornado menos grosseiro o inacabamento do Brasil como nação, contribua para amortecer a capacidade empreendedora de nossos quadros dirigentes. Grande parcela desses quadros parece raciocinar como se o Brasil não mais pudesse ter um projeto de destino histórico independente, como sempre teve, nas condições em que lhe foi possível, e não pudesse, com esforço próprio, alcançar o nível superior de desenvolvimento já contido potencialmente na situação em que se encontra.” (Idem, idem: 57).

Ao novo momento histórico deve corresponder um novo método de formulação do conteúdo da segurança nacional. Na ausência de substância popular, a formulação se fazia de cima para baixo, era tarefa das elites. As novas condições estruturais do país eram incompatíveis com o método dogmático-dedutivo, recomendando, ao contrário, uma elaboração a partir da realidade dinâmica, ou seja, um método indutivo.

Tratando dos “fatores internos”, Guerreiro inicia considerando dois níveis dos objetivos nacionais: a estratégia geral e as várias estratégias particulares. Detendo-se na estratégia geral, considera que sua meta é a autodeterminação, sinônimo de desenvolvimento econômico. “Não tem capacidade autodeterminativa o país cujo comando dos fatores de sua economia está fora do seu alcance. Quando isso acontece, a autodeterminação não passa de ficção jurídica.” (Idem, idem: 59).

Considera significativo que a segurança nacional tenha começado a tomar sentido mais ativo na ocasião em que os investimentos para substituição de importações tomaram vulto crescente. Assinala que em 1934, pelo Decreto no.7, de 3 de agosto, o Conselho de Defesa Nacional passou a denominar-se Conselho Superior de Segurança Nacional. Sublinhando a substituição do termo defesa por segurança, tece considerações quanto ao sistema concebido, expresso na estrutura administrativa do novo órgão. As atividades do sistema

de segurança, de que o Conselho é parte, demonstram maior sensibilidade para as questões econômicas. *“Hoje o interesse da segurança nacional pelas questões econômicas é primordial.* Abriu-se para os órgãos elaboradores de nossa estratégia geral um capítulo quase inédito: *o de vigiar a penetração econômica exercida pelo capital estrangeiro.* (Idem, idem: 60). Tendo-se formado um capitalismo brasileiro(10), a segurança nacional passava a ser peça importante na defesa desse capitalismo. Os beneficiários desse capitalismo não eram apenas os titulares dos meios de produção mas – em seu entender – o povo em geral.

Cabendo à segurança nacional a defesa do nosso processo de industrialização e participando do combate aos fatores internos e externos que o ameaçavam, Guerreiro estuda as implicações políticas dessa transformação. A substituição do velho pelo novo, implícita na transformação, suscita resistências que, manifestando-se sob a forma de manipulações da opinião pública, facções, grupos de pressão, partidos e movimentos, podem operar internamente contra a segurança nacional. Nestes termos estuda o conflito entre direita e esquerda, clássico quando se deflagra uma nova fase histórica. Criticando a usual associação entre direita e fascismo e esquerda e comunismo, manifestadas de modo mais elaborado na controvérsia entre totalitarismo de direita e totalitarismo de esquerda, Guerreiro afirma a inconsistência sociológica de tal associação. Sempre houve, há e haverá esquerda e direita.

Ademais, a medida de validade ou invalidade de uma e de outra só podem ser apreciadas historicamente (II). “A direita é principalmente uma posição de compromisso com a tradição ou o *status quo* e, por isso, é restauradora ou imobilista. A esquerda é eminentemente uma posição de compromisso com uma possibilidade ainda não efetivada no domínio social.” (Idem. idem: 65-6).

O debate entre totalitarismo de direita e totalitarismo de esquerda, significando posições contra ou a favor da intervenção do Estado na economia, era tendencioso na forma em que comumente se travava. Em realidade, representava a presença de grupos de pressão, fato novo em nossa evolução política e que devia merecer as atenções do sistema de segurança nacional por sua relevância. Defendendo a intervenção do Estado na economia (12) e considerando o governo propulsor do desenvolvimento. Guerreiro entendia que o papel da segurança nacional era o de “...garantir o Governo contra as pressões

que ameacem ou neutralizem as suas atividades como propulsor do desenvolvimento.” (Idem. idem: 69). Assim conclui suas reflexões a respeito dos fatores internos adversos à segurança nacional: “. ..podemos afirmar que devem ser considerados como adversos aos objetivos nacionais todos os fatores internos que contribuam para a formação de pressões psico-sociais, políticas, ideológicas, institucionais e econômicas, tendentes a debilitar o capitalismo brasileiro.” (Idem. idem: 70).

Apreciando os fatores externos adversos aos objetivos nacionais, o Autor critica o formalismo e o dogmatismo de nossa política externa, que a desvinculam dos influxos populares. No que se refere às relações externas os critérios de segurança nacional devem ser estabelecidos por indução. A mudança estrutural interna e a distribuição de forças no campo mundial, por sua instabilidade, oferecia ao país condições inéditas favorecendo ao processo emancipatório. O equilíbrio de forças entre as três grandes potências detentoras de armas atômicas impedia a guerra frontal e as levava a formar blocos e alianças com as nações médias e pequenas. Tal circunstância conferia a esta grande poder de negociação.

Guerreiro Ramos defendia uma Política independente, eminentemente tática, segundo a qual o Brasil unir-se-ia aos países de interesses semelhantes aos seus, contribuindo para a redução do controle das grandes potências. “São adversos aos objetivos nacionais os fatores externos que dificultam a transição em que se encontra o Brasil, de um estágio semicolonial para outro superior, de pleno desenvolvimento.” (Idem, idem: 72).

Em 1960 Guerreiro afirmava: “O nacionalismo é hoje moeda gasta no domínio político.” (CPB, 1961: 119). A afirmação foi feita considerando os resultados das eleições presidenciais de 1960, nas quais a derrota do Marechal Henrique Teixeira Lott significava o repúdio do que o Autor chamava de “aparelho”, referindo-se ao suporte eminentemente militar e escassamente político-partidário que apoiou o candidato. Para o Autor, embora homem honrado e apesar de ter ocasionalmente tomado atitudes bravas em defesa dos interesses brasileiros enquanto exerceu o cargo de Ministro da Guerra, o ilustre Marechal jamais compreendera o nacionalismo em seu sentido sistemático.

A debilidade do “chamado movimento nacionalista” era expressão das condições estruturais gerais da sociedade. O nacionalismo não havia mudado,

não foi derrotado. As eleições significaram o repúdio do nacionalismo “lítero-filosófico”, diz Guerreiro. “O sentimento de emancipação nacional nunca foi tão liquidamente expresso pelo povo brasileiro como nas eleições de 3 de outubro.” (CPB, 1961: 136).

Jânio Quadros vencera as eleições. Sob o impacto do resultado, Guerreiro publica em 1961 *A Crise do Poder no Brasil – Problemas da Revolução Nacional Brasileira*, trabalho no qual foram reunidos diversos estudos.

Focalizando o Governo Jânio Quadros numa perspectiva histórico-sociológica, Guerreiro Ramos apresenta as seguintes teses:

1. Os resultados da eleição presidencial de 1960 e a conseqüente investidura de Jânio Quadros nas funções de Presidente da República demonstravam existir uma crise política no Brasil. “A tomada de consciência dessa crise é necessária, porque sem ela não é possível diagnosticar os problemas do País, inclusive os econômicos, nem conseqüentemente dar-lhes soluções, as quais, em última análise, são decisões políticas e, portanto, requerem que o Governo se torne instrumento das novas categorias sociais que, pelos seus empreendimentos, constituem hoje a vanguarda do processo brasileiro.

2. Os resultados das eleições de 3 de outubro demonstraram que se constituiu no Brasil nova categoria histórica, o povo, cuja capacidade de decisões próprias, revelada no pleito, é indício de que está habilitado a exercer funções dirigentes no processo histórico do País.

3. “...os referidos resultados eleitorais testemunham o desajustamento de nossa organização político-partidária à nova realidade social do País, uma vez que o povo se conduziu no pleito de modo rebelde às indicações dos aparelhos partidários. Para sanar esse desajustamento é imperativo modificar os métodos de trabalho político-partidário, tendo em vista conferir-lhes maior representatividade.” (CPB, 1961: 21-2).

Para análise da crise, caracterizada pela constituição de um governo de suportes sociais vacilantes ou mal definidos que vinham de constituir-se, Guerreiro prossegue tomando como ponto de partida as classes sociais no que concerne à titularidade do poder. Apoiando-se em Heller, analisa a natureza do poder reconhecendo sua natureza antagônica. “Todo poder se concretiza em termos antagônicos. Não haveria poder onde não houvesse oposição aos que o exercem. Todo poder requer dialeticamente, na teoria e na prática, essa

oposição para ser verdadeiro poder. Se aquela não se verifica, ter-se-ia chegado ao estágio social ideal em que os fins e necessidades coletivas coincidiriam com os fins e necessidades individuais. Enquanto essa coincidência não se positive, a violência e a coerção deverá ser monopolisticamente utilizadas por um grupo restrito de pessoas em nome das conveniências gerais da sociedade. Haverá sempre, portanto, em cada momento da sociedade, uma relação ou combinação de forças, um pacto entre diferentes grupos ou categorias sociais.” (Idem, idem: 22-3).

Todo poder, independentemente da forma que assuma, implica uma “relação em permanente mudança, entre: 1) uma minoria que o exerce; 2) os que a apóiam; e 3) os que se lhe opõem embora a reconheçam e consintam no seu mandato.” (Idem, idem 23). A este conjunto denomina sociedade política, expressão que já empregara em 1955, porém somente nesta oportunidade conceituara.

A crise do poder identificava-se pelo fato de não serem perceptíveis ou definidas as qualificações sociais dos que integravam a segunda e a terceira camadas da sociedade política, quer dizer, os que apoiavam e os que se lhe opunham.

Em 1960, significativa parcela do eleitorado não votou partidariamente, mas segundo sua própria decisão. Os grandes partidos não exprimiam efetivamente as incompatibilidades de ideário que caracterizavam as diversas camadas sociais. A indicação do Marechal Lott por grupos alheios ao Partido Social Democrático (PSD) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e as fortes resistências à candidatura de Jânio Quadros na União Democrática Nacional (UDN) – considerado estranho às suas fileiras – indicavam que os três grandes partidos já não controlavam a situação política do país.

A noção de crise é aprofundada pelo Autor em 1963, quando publica *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Prosseguindo no exame da crise do País, Guerreiro retoma o conceito de centro de poder empregado em 1955 e afirma: “Na sociedade brasileira chegamos a um momento em que o poder carece de um centro configurador.” (MVRB, 1963: 177). Destaca três sentidos de centro de poder:

- a) conjunto de símbolos ou premissas em função do qual se configuram as condutas e ações dos cidadãos independentemente das classes a que per-

tencem – “Sem esse requisito, não se constitui a sociedade, as condutas tornam-se disparatadas, perde-se a referência cardinal do que é inferior ou superior, bom ou mal.” (Idem, idem, idem);

b) esoterismo – “O segredo é a alma do poder e o centro político é constituído pelos que possuem esse segredo”. (Idem, idem: 179);

c) exercício de funções de alta essencialidade – “...o centro de poder é o conjunto de pessoas que exercem funções de alta essencialidade na condução dos negócios públicos.” (Idem, idem: 181). Usando a expressão de seu antigo patrono San Tiago Dantas, diz que “é o grupo que, por suas condições objetivas e subjetivas, se supõe com o “direito de governar” ou, segundo o entendimento de Weber, está para “impor sua vontade na ação comum, mesmo contra a resistência dos outros.” (Idem, idem, idem).

Ao mesmo tempo, Guerreiro via como aspecto positivo o avanço da revolução brasileira. A crise identificada implicava a recomposição do centro de poder em seus novos termos, tarefa para os homens de vanguarda que implicava coordenação, no nível de liderança, de todas as categorias sociais participantes do processo emancipador.

Guerreiro estuda os partidos políticos além das eleições de 1960, cujos resultados permitiram que fosse verificado um quadro de bonapartismo (13). A organização partidária, que em 1960 atinge momento crítico, desde a Independência era instrumento da circulação das elites (14). A nova sociedade brasileira, constituída de partes heterogêneas, era incompatível com a indiferenciação partidária. “É lícito (...) afirmar que o problema atual de nossa organização partidária é um problema de enquadramento dos contingentes eleitorais nos diversos partidos, de acordo com as suas respectivas características sociais.” (CPB, 1960: 78). A nova sociedade brasileira exigia uma “política de quadros”, que definia como sendo “uma formação democrática, visto que ordinariamente se constitui de pessoas cujas qualificações para o exercício de postos e tarefas são reveladas, aprimoradas e testadas no âmbito das agremiações a que pertencem.” (Idem, idem: 79). Partidos de quadros no Brasil são o Partido Comunista e o antigo Partido Integralista.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual se candidatara a deputado federal em 1962, merece as atenções do Autor em suas reflexões a respei-

to da crise do poder. Guerreiro estudou a crise interna do PTB, marcada pela divergência entre as diretrizes paternalistas de João Goulart e os militantes das bases, empenhados em ajustá-lo ao progressivo nível de consciência de seus presumíveis adeptos. Apontando as “doenças infantis” por que passava o trabalhismo (varguismo, janguismo, peleguismo e tecnicismo), julgava positiva a luta interna desenvolvida pelo denominado Grupo Compacto, a exemplo da chamada Bossa Nova, da UDN(15).

O Autor estuda a trajetória política do Brasil, distinguindo vários tipos de política em nossa evolução: política de clã, de oligarquia, populista, de grupos de pressão, ideológica. “A política ideológica é a exigência fundamental da presente fase do Brasil. “É uma política, exercida do ponto-de-vista sistemático, de classes ou de categorias sociais, que supõe o povo eleitoralmente livre, em que a adesão aos eleitores tem de ser conquistada pela representatividade dos candidatos e dos partidos.” (Idem, idem: 60)(16).

A questão do poder é aprofundada nos estudos que Guerreiro desenvolve a respeito da revolução brasileira. A primeira referência à revolução foi feita quando da análise do novo substrato do poder, ao analisar a conversão do espaço geográfico à forma nacional. Distinguindo a revolução nacional no mundo contemporâneo daquelas que no século XIX originaram a mera independência política na América Latina, diz: “Da revolução nacional resulta, hoje em dia, a conquista de um desempenho histórico independente.” (PNB, 1960: 30). No mesmo trabalho, estudando os objetivos do poder nacional e novamente referindo-se ao desempenho histórico independente, afirma que a revolução nacional não está necessariamente associada à tomada violenta do poder. “...consiste na mudança qualitativa que se opera numa coletividade humana, quando passa de uma fase histórica para outra superior.”(PMB, 1960: 37).

Em 1963 Guerreiro publica *Pequeno Tratado Brasileiro da Revolução*, justificando-o como interpretação do processo brasileiro. Considerando a revolução como categoria viva da história contemporânea do Brasil, entende que o sociólogo brasileiro encontra-se em situação privilegiada por isso, devendo aproveitar a oportunidade para promoção do progresso científico. Assim, mais que um teste de preparo profissional ou competência acadêmica, o estudo do processo revolucionário implica sensibilidade humanística.

Levando em conta a ambigüidade das palavras “revolução” e “revolucionário” e os escassos subsídios existentes no domínio da Sociologia, Guerreiro se propõe a uma compreensão objetiva. Para tanto, analisa as concepções dos revolucionários, classificando-as em voluntarista, historicista e sincrética. Na concepção voluntarista ou iluminista da revolução, uma minoria clarividente – ignorando as condições históricas existentes – considera que tem o direito de tutelar a coletividade a fim de conduzi-la à nova era (Rousseau, Owen, Blangui, e outros). Na concepção historicista a revolução é o resultado da prática humana, não depende apenas da subjetividade, mas obedece a leis que operam continuamente na realidade social (Marx e Engels). A concepção sincrética incorpora as duas anteriores. Considera que é necessário que uma liderança compreenda o momento histórico e conduza o espontaneísmo das massas para o processo revolucionário (Lênin). Considerando estas concepções como momentos necessários na abordagem da tarefa revolucionária e integrando seus elementos positivos, assim conceitua: “revolução é o movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes, em nome dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários.” (MVRE, 1963: 30). São analisados os princípios de práxis, dos limites, da classe social e da totalidade, contidos na definição.

A internacionalização do processo revolucionário é uma das preocupações do Autor, que condenava a submissão da revolução brasileira a critérios externos, fossem eles soviéticos, chineses ou norte-americanos. Para ele o internacionalismo era nefasto. “Não é dialético pensar em termos de modelo de revolução. Não é dialético subordinar o trabalho revolucionário num país a critérios externos, sejam livremente adotados, sejam muito menos dogmaticamente impostos.” (Idem, idem: 39-40)(17). A revolução brasileira deveria conduzir-se em termos próprios.

Embora reconhecendo que a revolução social depende de condições externas à vontade, Guerreiro entendia que a subjetividade é elemento constitutivo do processo revolucionário. Em consequência do avanço cultural e tecnológico a consciência humana tende a participar dos acontecimentos em condições sem precedentes. “A universalização da civilização eleva a cons-

ciência das massas em toda parte, propicia a formação de quadros hábeis para mobilizá-las em projetos revolucionários que ultrapassam de muito a qualidade material de suas circunstâncias vegetativas.” (Idem, idem: 43). Ao contrário do que estabelece o marxismo clássico, a sociedade não necessita percorrer um após outro os diferentes modos de produção até atingir o socialismo. O modelo marxista tem validade restrita.

A crítica aos modelos, às idealizações das revoluções acontecidas, leva o Autor ao estudo da atitude revolucionária. Entende ele que o êxito de toda revolução depende da objetividade, ou seja, da aptidão de tirar partido das circunstâncias particulares, e não de um modelo prévio. A isto credita os êxitos de Lênin e Fidel Castro. “Só é possível fazer a teoria das revoluções que aconteceram, e não das revoluções por acontecer. Elaborar uma teoria da revolução como algo final é aspiração de professores. Não é tarefa de revolucionários.” (Idem, idem: 46). E mais adiante diz: “Nada é mais pernicioso ao trabalho revolucionário do que os escritos de Marx, Engels, Lênin, Stalin, Mao Tse-Tung, quando se lhes emprestam atributos bíblicos, ou evangélicos.” (Idem, idem, idem). Na afirmação verificam-se os princípios da práxis e dos limites.

A atitude revolucionária possui características e “revela o seu realismo ao tirar partido das possibilidades que lhe oferece a situação revolucionária.” (Idem, idem: 48). Dizendo ser necessário conhecer os sintomas da situação como “reconhecimento prévio de um terreno que se sabe vai ser teatro da decisiva batalha, aponta os mais salientes:

1. Perda pela minoria dominante do controle da situação econômica e política;
2. Acentuada consciência coletiva da caducidade do sistema institucional vigente;
3. Ineficiência do aparelho governamental no tocante aos negócios ordinários e especialmente à defesa da autoridade e do regime;
4. Deserção dos intelectuais;
5. Espontâneos movimentos de massa e organização revolucionária.

Uma vez que a atitude revolucionária substitui a fé na consecução fatal de um modelo uniforme de revolução, procede indagar das possibilidades de ajustar uma estrutura social anacrônica às novas exigências das classes sociais

que se sentem usurpadas. “É lícito e útil procurar conhecer os modelos possíveis segundo os quais uma situação vigente é susceptível de ser modificada, suprimida ou substituída por outra.” (Idem, idem: 53). O sentido da expressão “modelo” é claro. “Modelo, neste caso, não é arquétipo, mas virtualidade contida num processo em curso. É algo que o passado confirma, porém que se induz também o presente, do acontecer, do aqui e agora.” (Idem, idem: 53).

Preocupando-se em corrigir a tendência a antropomorfizar a revolução dela falando-se “como se fôra um ente, dir-se-ia força da natureza, cega, destruidora, transcendente à subjetividade coletiva “, Guerreiro entende que a revolução repousa no agir coletivo, ou seja, ocorre ou deixa de ocorrer conforme determinadas características subjetivas da coletividade, conforme o estado real do querer coletivo. Partindo deste ponto, são detidamente analisadas quatro modalidades de mudança do conteúdo do poder numa sociedade:

1. Circulação das elites: “...alterações que, sem perda essencial do poder, uma minoria realiza em sua composição interna, pela incorporação de novos membros, provenientes de camadas sociais em oposição ao seu mandato.” (Idem, idem: 55).

2. Derrocada: Assalto armado ao poder que, uma vez bem sucedido, implica a deposição e às vezes liquidação física de governantes, como passo preliminar para a instauração de novo regime em nome de interesses sociais esbulhados.

3. Revolução assumida: “...aquela que um círculo dominante realiza atendendo a reivindicações de camadas sociais radicalizadas, mas no interesse do desenvolvimento de possibilidades contidas ainda no vigente sistema econômico-social.” (Idem, idem: 59).

4. Revolução direta: “O que, à falta de melhor designativo, chamamos aqui de revolução direta, implica o problema da realização do socialismo. A revolução direta distingue-se de qualquer outra, porque não é mediada por uma minoria, ainda que em nome da maioria.” (Idem, idem: 63). “Dadas as condições específicas de nossa época, a revolução direta implicará necessariamente a implantação do socialismo, ou seja, a substituição da propriedade privada dos meios de produção pela propriedade social dos mesmos. De início, mediante a substituição do Estado burguês por um Estado de trabalhadores.” (Idem, idem, idem).

Correspondendo à posição ideológica do Autor na época, este modelo merece dele especial atenção. Guerreiro examina noções como revolução direta, revolução social, terrorismo, ditadura, democracia. Analisa a Revolução de 1917, simples revolução política que implantou “algo intermediário entre o capitalismo e o socialismo”, e estuda a rebeldia da história à teoria. No entender de Guerreiro Ramos “...cada vez mais o socialismo assume o caráter de concepção limite, tarefa sem fim, que nunca se realiza definitivamente, nem tampouco se encerra em regras e modelos rígidos. O socialismo não se realizará nunca. É limite, para o qual se encaminha a história, sem nunca atingi-lo.” (MVRB, 1963: 74). Para o Autor o socialismo tem como característica primordial a espontaneidade, nuança do pensamento de Marx contida no Manifesto Comunista: o “movimento proletário é o movimento espontâneo de imensa maioria em proveito da imensa maioria”.

Fazendo abertas restrições ao pensamento de Lênin (18), embora lhe reconhecesse a competência estratégica, concordava com as críticas de Kautsky (19) e elogiava a atitude crítica de Rosa Luxemburgo em defesa da “ação direta e autônoma da massa” (20), contra o domínio de um partido ou grupo.

Em MVRB Guerreiro via sérias ameaças ao processo emancipador (21), preocupando-se com a liderança (22). “A revolução brasileira (...) está ameaçada pela imaturidade do movimento emancipador.” (Idem, idem: 183). Imatura porque alienada ideológica e organizacionalmente. Ideologicamente por sua visão ainda reflexa, “tributária de formulações estranhas aos termos verdadeiros da equação de nossos problemas políticos e econômicos.” (Idem, idem: 183). Organizacionalmente porque atua sem um mínimo de coordenação.

Para o Autor a revolução estava madura. Já existiam as condições objetivas para a superação da crise, propiciadas pelo desenvolvimento econômico e social. Faltavam as condições subjetivas, identificadas na inconsistência da liderança. O país vivia uma situação revolucionária peculiar pela inexistência de polaridade política e social, sendo indiscerníveis o poder e o antipoder, como havia ocorrido nas revoluções russa, chinesa e cubana. A estrutura social assimilava as crises nas relações de classe. O Estado era complacente com os líderes revolucionários e, com algumas agências e figuras mais expressivas e atuantes, parece ter estabelecido um *modus vivendi*, uma espécie de pacto mediante o qual eram reguladas as regras de agitação.

Guerreiro utiliza a noção de período intervalar, formulada por Eugène Dupreel(23) para a análise daquele momento de nossa história em que a revolução era apenas uma probabilidade entre outras, em cujo quadro se encontrava a de seu aborto.

A compreensão daquele período exigia uma vanguarda competente, em consonância com a realidade histórica nacional. “Por falta de maturidade política de sua liderança, a revolução brasileira pode acontecer como o equivalente brasileiro de uma “bogotá”. O ativismo que se manifesta nos setores sindicais, na categoria dos sargentos e dos oficiais das forças armadas, e em outras esferas nacionalistas, constitui enorme capital político exposto ao malbaratamento, na ausência de liderança competente e realista, que lhe dê sentido verdadeiramente nacional.” (Idem, idem: 184). Para superação do momento intervalar seriam necessárias alterações no pacto do poder que possibilitassem ao Estado efetivar as chamadas “reformas de base”.

A agitação inconsequente – reflexa e desorganizada – era tida por Guerreiro como uma “jornada de otários”, empregando expressão de Theóphilo Ottoni por ocasião do 7 de abril. Guerreiro identificava os otários como os que falavam demais, os aventureiros e literatos, os que se deixavam manipular e conduzir pelos “corretores da revolução”, os que imaginavam que a revolução brasileira só seria possível mediante a internacionalização do país. “A revolução brasileira hoje está diante do dilema: mito ou verdade. Aos otários – o mito. Façamos a revolução – segundo a verdade da história nacional.” (Idem, idem: 191).

Totalidade, etapa, historicidade, práxis, razão, categorias básicas do pensamento de Guerreiro Ramos, estão presentes em sua sociologia do poder, ao lado do conceito de classe social. É à luz delas que são abordados o problema nacional, a crise de representatividade, o nacionalismo, a evolução política, a ideologia, o desenvolvimento econômico, a segurança nacional, a *intelligentzia*, a revolução.

Adotando o conceito de poder de Weber, incorpora a axiologia e a ontologia trabalhando as noções de consciência, vontade, subjetividade, objetividade. Os conceitos de sociedade política, povo, nação, centro de poder e periferia assumem função operacional, complementando a estrutura de análise.

Do problema nacional Guerreiro passa ao estudo da crise pela inexistência do centro de poder. O advento do povo e do sentimento nacional não se fez

acompanhar da adequação político-institucional e de uma liderança competente, ingredientes frustrados do processo revolucionário. A crise é consequência do problema nacional não resolvido. É à luz da razão que são concebidos os objetivos nacionais que deveriam ser perseguidos pelos titulares do poder.

Os estudos a respeito da segurança nacional, as referências às forças armadas e a elaboração do *Tratado Brasileiro da Revolução* revelam o perfil de um estrategista que distingue Guerreiro dos demais sociólogos brasileiros. As análises que procedeu foram uma antevisão do Golpe Militar de 1964, quando, apontando a necessidade de crítica do processo revolucionário de diligência de homens de vanguarda visando a sanar as deficiências do processo emancipador, dizia: "...a anarquia reinante hoje no Brasil pode conduzi-lo à modalidade de colapso econômico, social e político, de que a Argentina é hoje a imagem viva." (MVRB, 1963: 188). Mais adiante, preocupado com a debilidade organizacional do movimento emancipador dizia: "...os círculos conservadores não estão suficientemente minados em suas bases e destituídos de meios para não poderem repelir, com eficácia, ameaça grave aos seus interesses essenciais e, por outro lado, não existe liderança capacitada para fazer da revolução um fato nacional, manifestação coletiva do povo brasileiro, configuradora de novo poder. A revolução, no Brasil de hoje, é idéia-força, não é processo político orgânico. Por isso, os revolucionários podem ter êxito como personalidades isoladas, mas não como expressão de um comando da revolução, nacionalmente unificado." (Idem, idem: 190-1).

Integrando o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por onde elegeu-se deputado federal, deu sentido prático a seus trabalhos acadêmicos. Seus pronunciamentos (ver anexo pág. 217) e críticas ao partido tornavam sua posição antipática, embora se identificasse com o então chamado "Grupo Compacto". Assumiu a ideologia socialista, concebendo-a como processo revolucionário de ampla participação popular. A cassação de seus direitos políticos levou-o aos Estados Unidos onde, ao longo de quinze anos (1967-82) seus trabalhos tomam novos rumos e o socialismo é abandonado.

Guerreiro, entretanto, não desviou sua atenção da política brasileira. A chamada "abertura política" foi objeto de dois trabalhos. Em *O momento maquiavélico brasileiro*(24), apontou o falseamento da situação afirmando que o fictício substituíra o real, que o medo imperava sobre o povo e o governo, que

este se dava conta da questionabilidade de sua representatividade, acusa a forma institucional de espúria e refere-se aos êxitos do governo como “imaginários e pirrônicos”. Tal interpretação daquele momento, entretanto, não era uma diatribe. Embora lamentasse a arbitrariedade da cassação de seus direitos políticos, afirmava sua condição moral de quem, nos meses anteriores à queda de Goulart, já alertara para o impasse. Referindo-se à intervenção militar, dizia que “ela foi manifestação de auto-preservação do país. Mas até hoje não produziu uma forma viável de convivência política representativa, porque, lamentavelmente, jamais transcendeu o seu caráter ingênuo, puramente instintivo.” E prosseguia: “O regime militar ainda não adquiriu caráter orgânico na sociedade brasileira, e apenas se mantém graças ao monopólio de mecanismos repressivos.”

Argüindo da possibilidade de o governo estar acordando de sua “dormência vegetal”, admite que, em caso positivo, poderia a abertura ser malograda por falta de lucidez política tanto por parte do governo como por parte dos proscritos. Uma abertura adequada seria improvável de ser formulada se inspirada na imputação de culpa. Apoiando-se na categoria histórico-política de J.G.A. Pocock, “momento maquiavélico”, afirmava que o Brasil estava diante de um momento desta natureza. Para Pocock, segundo Guerreiro, “momentos maquiavélicos se configuram quando uma sociedade, no curso de sua trajetória temporal, gera dentro de seus contornos inéditas necessidades de articulação interna, que só podem ser satisfeitas pela criação e implementação de uma forma política original.” Guerreiro citava como exemplos a Itália renascentista e a Revolução Americana.

Guerreiro Ramos via a abertura política como integração. Esta integração, porém, estava sujeita ao atendimento de certas condições preliminares. Uma destas condições era a relação entre o governo e a instituição militar(25). “O Brasil perderia o caráter de nação constituída, se nele se verificasse efetiva incompatibilidade entre a sociedade civil e a instituição militar.” A “costura integracionista” era tarefa para articuladores insuspeitos. A articulação requeria inequívoco esclarecimento da posição em face do governo, da sociedade civil e do seu contingente armado. Esta habilidade articuladora, característica da liderança do período 1930-45, faltou ao movimento reformista que empolgou o Brasil em 1963 e nos primeiros meses de 1964, levando-o a se

constituir na mais espetacular “jornada de otários” de nossa história político-partidária(26).

Ideologicamente falando, o Autor era absolutamente outro. Já não lutava pelo nacionalismo, o socialismo não merecia mais suas atenções. Era o mesmo, entretanto, se considerada sua preocupação com os destinos do país a que dedicara apaixonadamente sua obra.

NOTAS

1. Publicada em ICSB, Rio de Janeiro, Andes, 1957.
2. Para o estudo do assunto ver *Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados de 1870 aos nossos dias*. In: ICSB, Rio de Janeiro, Andes, 1957: 52-70. Conferência pronunciada pelo autor na Faculdade de Filosofia de São Paulo, I Congresso Brasileiro de Sociologia, 21 a 27 de junho de 1955.
3. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Rio de Janeiro, 1957. Também publicado em *Problema Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1960: 15-40.
4. Vide ICSB, 1957: 35-51, 52-70; CPB, 1960: 24-32.
5. O Autor faz importantes observações a respeito deste período, como o Golpe de 1937, explicado pela ambigüidade de interesses das classes dominantes, o aumento da intervenção do Estado na economia como estratégia de aprimoramento do mercado interno e a inédita participação da classe média no poder. (ICSB, 1957: 42-51, CPB, 1960: 24-32).
6. Diz o Autor: “Há que fazer toda uma sociologia do Exército, a qual mostrará que essa instituição, de raízes tão profundas no seio do povo, sai invariavelmente de sua posição discreta toda vez que a comunidade brasileira, por incapacidade temporária das instituições civis, fica exposta a um desvio em sua evolução.” E mais adiante: “A sensibilidade política do Exército é uma virtude saudável na estrutura do País.” (PNB, 1960: 24-5).
7. *Nacionalismo e xenofobia*. In: ICSB, 1957: 32-4.
8. A tipologia elaborada por Guerreiro é a seguinte:
 - nacionalismo ingênuo: Reação elementar de exaltação do grupo, próxi-

mo ao etnocentrismo. Assume função de intolerância ou de xenofobia e perturba o esforço sério de compreensão dos problemas.

- nacionalismo utópico: Caracterizado pela lógica material das situações constituídas. É o caso, por exemplo, daqueles que advogam o regime de portas abertas aos capitais estrangeiros, sem discriminação, acreditando que só assim o país poderá desenvolver-se.
 - nacionalismo de cúpula: Exercido por figuras políticas das classes dominantes. Plataforma política de homens que fizeram carreira nos altos círculos e que passam a pretender o favor popular, apresentando-se como defensores dos interesses nacionais. Podem representar papel positivo em momentos de transição, porém jamais se pode esperar perfeita integração de suas aspirações com as do povo.
 - nacionalismo de cátedra: Exercido por professores e intelectuais que não estão dispostos a assumir os riscos implícitos na orientação que dizem adotar. Posição meramente verbal e predominantemente intelectualista dos acontecimentos, exercida principalmente por professores e intelectuais de classe média. Pela sua posição de classe não possuem firmeza de posições, inclinando-se para os que se lhe apresentem como mais favoráveis.
 - nacionalismo de circunstância: Defesa de interesses específicos e concretos e não propriamente convicções doutrinárias. Modalidade de oportunismo que “não tem sido raro em nosso meio”. In: PNB, 1960: 248-53.
9. Guerreiro Ramos diz que habitualmente as ideologias são examinadas sob duas perspectivas: a do valor absoluto, que supervaloriza dogmaticamente uma ideologia a partir da qual julga as outras e procede a uma visão maniqueísta, e a da funcionalidade, segundo a qual as ideologias não são um bem nem um mal, mas um condicionamento do pensar das pessoas e dos grupos pelas respectivas posições da estrutura social. (PNB, 1960: 45-6). Em *Crise do Poder no Brasil* (1960: 185-90) o Autor dedica uma parte do livro ao estudo da ideologia no Brasil, analisando a ideologia da ordem, da *jeneusse dorée* e os estudos referentes a crise política da década de 1930, estes últimos já publicados em 1956 (O inconsciente sociológico. In: Cadernos do Nosso Tempo, 4 (5):225-36, jan/mar 1956). Em contraposição à perplexidade da *jeneusse dorée*, o Autor apresenta o intelectual produtor de idéias que contribuem para a reforma social ou para

o processo revolucionário (Caracteres da *Intelligentzia*. In : CPB, 1961: 185-90). Ao reexaminar seus estudos a respeito da inteligência brasileira, define-a como “o conjunto de pessoas que têm exercido, em vários papéis, um magistério público orientado para interpretar e configurar o processo de formação do país.” (IBD 30, 1983: 527).

10. O Autor possuía posição teórica em relação ao capitalismo nacional. Considerava a análise de custos – levando em conta seus efeitos multiplicadores diretos e indiretos – produtividade e eficiência. Seu conceito de eficiência levava em conta a estrutura dos recursos aplicados. O raciocínio puramente econômico era considerado limitado, devendo possuir valor político global. Guerreiro não discriminava o capital estrangeiro em termos sistemáticos.
11. Vide PNB, 1960: 65-6, 67, 247; MVRB, 1963: 100-1. A questão da esquerda é particularmente estudada em *Problemas da Esquerda no Brasil*. In: CPB, 1961: 105-18).
12. Vide ICSB, 1957: 48-9; PNB, 1960: 68-9. A defesa da intervenção do Estado na economia é posição mantida pelo Autor até seus últimos trabalhos.
13. Guerreiro via o bonapartismo como possibilidade daquela conjuntura, admitindo que podia tornar-se fenômeno passageiro. No seu entendimento, a realidade econômica e social do país era desfavorável a um bonapartismo duradouro.
14. O Autor conceitua elite e circulação das elites. “A elite é um círculo de cúpula, de formação por assim dizer aristocrática, visto que atua na presunção de que os governados não são capazes de exercer funções dirigentes ou políticas. Pelo seu preparo, pelos seus atributos essenciais, a elite se propõe missão tutelar.” (CPB, 1961: 69). “Entendemos (...) a circulação das elites apenas como movimento pelo qual a maioria dominante absorve os líderes e chefes da oposição, e assim priva as camadas sociais agitadas das que poderiam conduzi-las à rebeldia ou à subversão.” (MVRB, 1963: 55-6). Guerreiro observa que, para Pareto, é mais que isto e inclui o que denomina derrocada.
15. A respeito do trabalhismo ver *O problema da representatividade político-partidária*. In: CPB, 1961: 89 – 93 e *Trabalhismo e marxismo-leninismo*. In: MVRB, 1963: 217-8.

16. Vide *Trajetória política do Brasil*. (do clã à ideologia). 1961:46-67.
17. A expressão “modelo” é empregada pelo autor em dois sentidos: (a) idealização do processo ocorrido; b) em sentido heurístico, como atitude de análise de possibilidades.
18. Guerreiro foi um ferrenho crítico do marxismo-leninismo, segundo ele uma desnaturação do pensamento de Marx e Engels e mesmo de Lênin. Referindo-se    incompatibilidade da revolução brasileira com as palavras de ordem “dessa suposta ciência inf  livel” dizia: “...hoje cada vez mais o marxismo-leninismo se revela como sofisticada. Ou, ainda, como forma contemporânea de magia.” (CPB, 1961: 114). Concebia o marxismo-leninismo como defesa intransigente das razões de Estado da URSS (CPB, 1961: 110), e como corruptela de filosofia (MVRB, 1963: 84-108). Guerreiro fez crítica do internacionalismo proletário e defendeu entusiasticamente o revisionismo.
19. Guerreiro cita a advertência feita por Kautsky em 1919: “Até agora o bolchevismo triunfou na Rússia, mas o socialismo sofre a derrota mais lamentável”.
20. Para Rosa Luxemburgo, segundo Guerreiro, “...é a revolução direta o passo preliminar do socialismo autêntico, o primeiro movimento da história que “conta com a ação direta e aut  noma da massa” e, a rigor, não é “ligado à organização da classe operária”, mas antes “   o movimento próprio da classe operária.” (MVRB, 1963: 81). O trecho transcrito pelo Autor nos permite admitir que ele inspirou-se na socialista crítica alemã para adotar a expressão “revolução direta”.
21. Eis a primeira frase do prefácio: “O movimento emancipador do Brasil está ameaçado de grave desnaturação por duas debilidades que o acomete; uma, de ordem cultural; outra, de natureza organizacional”. Os objetivos do Autor são declarados: “Neste livro, faço a crítica revolucionária da revolução brasileira, com pleno conhecimento desses episódios e clara consciência dos perigos a que me exponho.” (MVRB, 1963:9-10).
22. Vide PNB, 1960: 230, 239, 245 e seguintes.
23. O Autor assim apresenta o pensamento de Dupr  el: Há sempre um intervalo, ínfimo ou considerável, entre o antecedente-cause e o antecedente-efeito de um acontecimento. Os acontecimentos que ocorrem no inter-

valo entre o antecedente e o conseqüente são classificados em três categorias: a) fatos que não favorecem nem entravam a consecução causa-efeito; b) fatos desfavoráveis à produção do efeito; c) fatos favoráveis. Da causa não ocorre necessariamente o efeito. Admite-se impedimentos, obstáculos. A causa situa-se num quadro de probabilidades. Diz Dupréel: “A causa, propriamente, não é senão peça deste quadro; para representá-lo em sua integridade, é preciso acrescentar o conjunto de fenômenos que, independentemente da causa, virão combinar-se com esta no intervalo que separa a causa do efeito.” (MVRB, 1963: 187-8).

24. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22.10.1978.
25. *Abertura Política*. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14.11.1978.
26. *A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à Luz da Perspectiva de 1980*, págs. 538.

3.4 Desenvolvimento e modernização

O desenvolvimento – tema permanente na obra de Guerreiro Ramos – foi tratado de várias formas e sob ângulos diversos. A primeira abordagem do desenvolvimento encontra-se na *Sociologia Industrial* (1952). Neste trabalho o Autor trata do progresso não como questão em si mesma, mas sim dentro das origens do racionalismo moderno, analisando o conhecimento científico da sociedade e do homem que se constituíram a partir do século XIX. Partindo do estudo do racionalismo grego, o autor estuda o surgimento das novas formas de pensamento racional no século XV na Europa. A partir do conceito de função desenvolve-se a visão mecanicista da natureza. A familiaridade com as mecânicas e a estrutura conceitual da ciência levam ao racionalismo funcional com Galileo. O “desenvolvimento do poder mundano de dominar a natureza” (SI, 1952: 40) evolui da idéia de decadência da humanidade, registrada na concepção grega e judaico-cristã, para uma orientação otimista da consciência humana, apoiada, no início do século XVIII, na crença da perfectibilidade da sociedade e do homem, de um lado, e de outro na possibilidade do domínio crescente do universo pela razão.

As mudanças tecnológicas, econômicas e sociais que caracterizam a industrialização na segunda metade do século XVIII, tornando problemática a sociedade na Europa, levaram a ideologia do progresso a se transformar em sociologia. Trata-se de um problema sem precedentes na história: a organização da sociedade. A sociologia tem origem industrial na medida em que era inspirada pelo mesmo propósito: o de dar uma forma racional à realidade social.

O termo “desenvolvimento” surge na obra do Autor no bojo da formulação da sociologia autêntica, como estratégia de organização da sociedade brasileira. Guerreiro faz opção pela ideologia que, a partir da II Guerra Mundial, passava a ser propugnada pelos países que se encontravam fora do centro de decisões da economia mundial. Desenvolvimento implicava na crítica da dominação política (colonialismo), particularmente sob o aspecto cultural, na crítica da dominação econômica (“imperialismo”) e na ênfase no papel da industrialização, considerando também os aspectos sociais e políticos desta. Neste sentido, o desenvolvimento foi abordado inicialmente na “Cartilha”

(1954), tratado especificamente nas teses de números 1, 4 e 5, nelas se configurando os seguintes pontos: as instituições como obstáculo ao desenvolvimento porque transplantadas no processo de colonização; adoção pelos países subdesenvolvidos de maneiras de ser observadas nos países centrais; distinção entre transplantações a serem procedidas pelos países subdesenvolvidos (predatórias e acelerativas); idéia de fase; melhoria de condições de vida; papel fundamental da industrialização.

Os estudos a respeito do desenvolvimento refletiam a posição militante do estudo, mais que clara quando dizia que “a sociologia (...) é uma escamoteação, enquanto não propicia a percepção das tendências fundamentais do desenvolvimento das sociedades, mas apenas conhecimentos fragmentários e parciais da vida coletiva.” (ICSB, 1957: 212). Refletem também forte influência da economia. Da admiração pelo pensamento adaptativo elaborado pela CEPAL, esta influência se tornava clara quando entendia que “...o que importa, do ponto-de-vista sociológico, para justificar o desenvolvimento, é a alteração positiva na quantidade e qualidade dos consumos de bens e serviços da população globalmente considerada.” (Op. cit: 212). Definia o desenvolvimento como “uma promoção mediante a qual as regiões e nações passam de uma estrutura a outra superior. Diz-se que uma região se encontra em desenvolvimento quando, em sua estrutura, estão surgindo os fatores genéricos de outra superior.” (RED., 1956: 111-2). A esta definição, apoiada em Engels, Guerreiro acrescentou adiante: “Do ponto-de-vista econômico, a promoção de uma estrutura consiste no incremento da produtividade que, historicamente, tem resultado da divisão social do trabalho e da substituição da energia humana aplicada na produção pela energia mecânica.” (Op. cit.: 113). Ao explanar a tese nº 3 apresentada ao Congresso Latino Americano de Sociologia, onde recomendava a atenção dos especialistas para a incidência de suas propostas na renda nacional, dizia: “A necessidade básica de um país subdesenvolvido como o Brasil é obter uma combinação ótima dos seus fatores econômicos, tendo em vista acelerar o incremento de sua taxa de investimentos em bens de produção. Imperativos de contabilidade social impõem uma atitude seletiva na realização de medidas.” (CART., 1954: 67-8). E mais adiante: “O trabalho sociológico num país periférico, muito menos do que qualquer outro, não pode permanecer descomprometido do processo de acu-

mulação de capital. Como outras nações latino-americanas, o Brasil não atingiu a taxa anual mínima de inversões líquidas necessária para ocorrer ao custo do seu desenvolvimento econômico e nem poderá atingir a este montante por um processo espontâneo.” (Op. cit.: 68) Expondo a 5ª.tese, segundo a qual o trabalho sociológico deveria ter sempre em vista a melhoria das condições de vida da população e que esta melhoria estava condicionada ao desenvolvimento industrial, entendia a industrialização como categoria cardinal da sociologia. É, essencialmente, e sobretudo nos países da periferia econômica, um processo civilizatório, isto é, aquele mecanismo através do qual se operam as mudanças quantitativas e qualitativas nas estruturas nacionais e regionais.” (Op. cit.: 90). “...a industrialização é, em essência, uma forma de relação entre a sociedade e a natureza. A sociedade se organiza com os elementos que tira do meio natural e, assim, as condições de vida nela vigentes dependem da rentabilidade da exploração da natureza. O trabalho é um sinônimo desta exploração.” (Op. cit.: 92-3). A industrialização constituía – juntamente com a urbanização e as transformações no padrão de consumo da população – o conjunto de “condições objetivas” que davam suporte à consciência crítica. “No Brasil, essas condições objetivas (...) consistem principalmente no conjunto de transformações da infra-estrutura que levam o país à superação do caráter reflexo de sua economia.” (RED., 1956: 20). Embora a industrialização do Brasil se tenha iniciado na década de 1860, o desenvolvimento econômico foi induzido. A crise de 1929 fez deflagrar o processo de substituição de importações, incrementando a produção de bens de capital. A industrialização correspondia ao desenvolvimento do capitalismo, fundamento da nacionalidade. “...a nação brasileira só poderia verificar-se, em toda a sua plenitude, com o surgimento de um capitalismo brasileiro.” (ICSB, 1957: 32). Guerreiro era um dos ideólogos da tese do capitalismo nacional.

Além da concepção de desenvolvimento vigente naquela época, seu pensamento refletia a influência de seus colegas de equipe economistas na assessoria da Presidência da República. Guerreiro, empenhado na sociologia autêntica, na formulação da sociologia brasileira, fazia uma abordagem sociológica do desenvolvimento econômico. *Controle Ideológico da Programação Econômica*(1), trabalho onde debate os dois anos da experiência do Plano de Metas do governo Kubitschek, é exemplar.

Embora fosse freqüente o exame das questões econômicas sob o ponto-de-vista sociológico(2), o desenvolvimento como problema político era fato novo em virtude da participação consciente das massas. “O desenvolvimento econômico tende a ser visto cada vez mais à luz de uma teoria político-social cujo objetivo é orientar racionalmente a ação das coletividades na consecução de metas concretas de bem-estar.” (PNB: 1960: 184). Neste sentido, partindo de Paul Baran (*The Political Economy of Growth*) analisa a aplicação do excedente de produção, entendendo que: a) “...a programação econômica diz respeito, sobretudo, ao modo de aplicar os excedentes.” (Op. cit.: 191); b) “o sentido fundamental de toda programação econômica se encontra em suas premissas ideológicas.” (Idem, idem, idem); c) “a programação nacional só se torna efetiva quando o seu suporte é uma organização político-partidária ideologicamente idônea e capaz de levar às últimas conseqüências o caráter social da propriedade privada em geral e dos meios de produção, em particular.” (Idem, idem: 192); d) “uma teoria específica para cada problema nacional de desenvolvimento só pode ser elaborada a partir de um comprometimento com o projeto coletivo da população, visando a superar o atraso mediante o comando próprio de seus recursos.” (Idem, idem: 193). Da análise dos itens acima, chega-se raciocínio sociológico indutivo.

A partir destes pontos, foi formulada a apreciação crítica da programação brasileira à luz dos seguintes problemas fundamentais: a) discriminação dos setores a desenvolver; b) abundância e escassez de recursos; c) regulamentação social dos insumos; d) emprego dos fatores. Afirmando que “são numerosos os indícios de que a economia brasileira já é dotada de soma de possibilidades e recursos que, se racionalmente combinados, tornariam menos asfixiantes os gargalos que embaraçam o nosso desenvolvimento, bem assim como contribuiriam para esclarecer em que medida está sendo magnificada a importância da ajuda externa” (Idem, idem: 207-8), chega à tese central do trabalho: “A partir de certo nível de capacidade política, o problema de formação de capitais se converte numa questão de transformar a poupança virtual existente na coletividade em poupança efetiva ou real. A capacidade política cria capacidade econômica.” (Idem, idem: 208). Guerreiro criticou a excessiva ênfase dos economistas escolásticos com a função dos capitais – relevante onde há pleno emprego” afirmando que havia que distinguir entre capi-

tal e capacidade econômica. A matriz dos capitais é a capacidade econômica potencial. Ela é a principal fonte de recursos para a programação dinâmica. “Se levar-se em consideração a capacidade econômica disponível, pode-se afirmar que *nenhuma sociedade se apresenta problemas de desenvolvimento que não possa resolver com o pleno emprego racional dos seus recursos*. Este é verdadeiro axioma sociológico e, portanto, desafia contestação.” (Idem, idem: 208 – grifo nosso). Concluiu o trabalho analisando as implicações da crise partidária e da representatividade na programação econômica.

Analisando na ONU a atitude dos povos em relação a patentes (*O Papel das Patentes na Transferência de Tecnologia para os Países Subdesenvolvidos*. RED., 1965, 2ª ed., anexo 5), embora o Autor considerasse o sistema de patentes ainda útil naquelas condições históricas, criticava o procedimento usualmente adotado. Referia-se, principalmente à dominação da indústria por monopólios e oligopólios com práticas nocivas ao interesse público, através do controle de preços, de matéria-prima, componentes e níveis de produção, pressionando a economia e penalizando o consumidor. Para Guerreiro, grande parte do atraso tecnológico pode ser sanado por decisões políticas e medidas institucionais pertinentes. Afirmava ainda que a capacidade política dos governantes gera a capacidade tecnológica em suas respectivas nações. Admitiu a possibilidade do desaparecimento do sistema de patentes ao analisar a variação histórica dos povos em relação ao tema. Concebeu a tecnologia como atitude metódica, antes que somatório de inventos, e analisou as dificuldades de aquisição de equipamentos no exterior que vinham tendo os industriais brasileiros, levando-os a procederem inovações tecnológicas. Citou vários exemplos de soluções brasileiras e adaptações tecnológicas, como ilustrativos da *Redução*.

Também como delegado brasileiro à XVI Assembléia da ONU, fez considerações a respeito da representatividade daquele fórum como reflexo do ineditismo da história das resoluções internacionais (*Análise do Relatório das Nações Unidas sobre a Situação Social do Mundo*. In: RED., 1965, 2ª. ed., anexo 6). Com o fim das hegemonias, as pequenas e médias potências ganharam estatuto político, influenciando na elaboração de resoluções, fato de cuja consciência decorrem conseqüências metodológicas. As questões econômicas e sociais passavam a traduzir perspectivas e interesses políticos, refletindo a nova correlação de forças.

Em 1965 Guerreiro publica *Administração e Estratégia de Desenvolvimento*, trabalho elaborado logo após a cassação de seus direitos políticos(3). Neste trabalho o Autor adota nova abordagem do desenvolvimento. Apoiado principalmente em autores norte-americanos, trata do desenvolvimento à luz da teoria da modernização, dedicando ao tema um alentado capítulo. Fundamenta-se na teoria da evolução e no conceito de etapa em substituição ao de fase, que tinha por base a categoria da totalidade. O foco de análise passa a ser a mudança social, sendo o desenvolvimento uma modalidade de mudança. “A categoria sociedade moderna supõe existir o fenômeno da evolução. A sociedade moderna é etapa histórico-social da humanidade.” (AED, 1965: 131). Supondo a evolução o estudo das características, condições, meios e processos adequados para concretizá-la, onde ainda é incipiente ou não surgiu, constitui desafio inédito ao pensamento sociológico, desconhecido dos teóricos da evolução no passado na medida em que as mudanças sociais passam a ocorrer por deliberação. Esta ação consciente faz com que a teoria da evolução e da mudança se revista de uma intencionalidade pragmática maior que a anterior.

Para Guerreiro Ramos a teoria do movimento social constitui um problema para cujo equacionamento as antigas teorias evolucionistas e difusionistas possuem apenas caráter subsidiário. O equacionamento do problema consiste em precisar-se, tanto quanto possível, a sociedade moderna em sua acepção de etapa. “Ou se considera a sociedade moderna etapa da evolução da humanidade como um todo, ou, em caso contrário, não tem sentido colocar o problema da modernização no domínio das ciências sociais.” (Op. cit.: 132). O problema da modernização, existente para os países subdesenvolvidos, tem como solução o ingresso em nova etapa.

Segundo o Autor, é em função do conceito de etapa que se distinguem as teorias da evolução. Discordando do conceito de etapa que implica ter a história sentido determinado, utiliza o par conceitual possibilidade-efetividade, de Hartmann. Cada etapa contém múltiplas possibilidades e é, assim, um campo de probabilidades. O efetivado é uma possibilidade selecionada pelo agir humano, admitindo-se, para cada estágio, múltiplas linhas de evolução. A etapa é mero termo de classificação histórica, “construção conceitual destinada a facilitar o entendimento da realidade empírica e não reflexo dessa realidade na mente do observador.” (Op. cit.: 136). Como tipo-ideal, jamais

se encontra realizada nem no passado, nem no presente, nem obviamente no futuro. “Enquanto tipo-ideal, está sempre em concretização, jamais é concretizada.” “À luz do tipo-ideal, diferentes sociedades podem ser ditas modernas, não porque todos os seus traços e instituições sejam substancialmente idênticos, mas porque têm em comum determinados elementos típicos. Se esses elementos se registram em diferentes sociedades, podem ser, por isso mesmo, classificados num mesmo tipo, sem que nenhuma delas deixe de apresentar sua especificidade, seu *ethos* particular.” (Op. cit.: 137).

Examinando o sentido do que seja sociedade moderna e modernização, Guerreiro aponta seu sentido normativo. Desde a tradição clássica do pensamento filosófico e sociológico é possível discernir a idéia de sociedade perfeita como padrão ou referência de classificação e julgamento. “Em todas as épocas, o espírito humano sempre exprimiu o seu desencanto pelas imperfeições efetivas da vida social, concebendo um conjunto de modos de ser e de fazer proclamados como sadios, absolutos e normais.” (Op. cit.: 138). Retomando o que afirmara na *Sociologia Industrial*, diz que na antiguidade a projeção de sociedade perfeita se consubstanciava em seu retorno ao estágio anterior ao atual. No cristianismo medieval a correção das imperfeições da sociedade ocorreria na cidade de Deus, extra-mundana. A idéia positiva de sociedade moderna surge no ocidente com o iluminismo e com os pioneiros da ciência social.

Como categoria sociológica, a sociedade moderna tem sentido relativo, não sendo paradigma ideal nas relações sociais. “A categoria de sociedade moderna, como etapa, tem de comum com as antigas teorias evolucionistas o fato de que pressupõe um desenvolvimento unitário global do gênero humano. Não é, portanto, característica particular de um povo ou cultura específica que se tenha constituído em ‘espelho para os outros’. E prossegue: “Pode-se presumir em cada época uma modernidade relativa, concretizada nas sociedades que, em comparação com as outras, lograram globalmente, graças ao grau de elevado desenvolvimento que atingiram, mais aproximar-se dos requisitos comparativamente superiores de convivência social.” (Op. cit.: 139). A sociedade moderna não é etapa final do desenvolvimento da humanidade.

Guerreiro integra ao conceito relativista o ponto-de-vista multidimensional, quando entende que nenhuma sociedade logra ser homogeneamente moderna. Observa-se uma recolocação da noção de

contemporaneidade do não contemporâneo, de Pinder, exposto em trabalhos anteriores quando diz: “A trilogia sociedade tradicional-sociedade em transição-sociedade moderna não é um esquema diacrônico apenas. É também um esquema sincrônico.” (Op. cit.: 140).

O Autor examina a revisão da teoria da evolução, destacando a contribuição de Don Martindale e Eisenstadt, destacando a contribuição deste ao comentar os conceitos de diferenciação, integração, auto-sustentação da evolução e colapso da mudança. Tratando do tema dos obstáculos ou resistências à mudança, faz pesadas críticas às categorias de pré-requisito e requisito, afirmando: “O problema da natureza e da ordem de prioridade dos pré-requisitos e requisitos varia conforme a temporalidade e a estrutura global das sociedades.” (Op. cit.: 166).

Sustentando o mesmo ponto-de-vista de estudos anteriores, prossegue afirmando ser a industrialização o principal fator de desenvolvimento. Da industrialização resultam fenômenos diversos, como a mobilização social, conforme conceito de Karl Deutsch (4). Inspirado neste autor e em sua abordagem sistêmica, Guerreiro introduziu no estudo da modernização as categorias de autonomia, integridade e dignidade das estruturas sociais. Fundamenta a análise de estrutura elaborada em trabalhos anteriores na teoria de sistemas formulada por Deutsch e incorpora seus conceitos.

Em 1967 o autor publicou *Modernização em nova perspectiva*(5). Neste trabalho Guerreiro apontou a ambivalência do conceito de modernização e a inexistência de uma noção clara, propondo uma reformulação da questão. Situando os trabalhos em um contínuo designado por Teoria N e Teoria P, confronta os dois tipos extremos e desenvolve o conceito de possibilidade (compreensão incremental da realidade), essência da Teoria P. A modernização é concebida como um novo tipo de mudança social, interpretada a partir das novas condições de intercâmbio do mercado internacional. O mundo passava a ser categoria sociológica. A sociedade mundial ou supersistema mundial orienta as observações finais no sentido de clarificar o “problema” da modernização, figurando, entre outras, a recomendação de que os termos “desenvolvido” e “subdesenvolvido” sejam substituídos por “nações hegemônicas” e “nações periféricas” porque todas são influenciadas pela economia mundial.

O desenvolvimento brasileiro volta a merecer as atenções do Autor, tratado sob a ótica da modernização. Em diversos trabalhos, publicados no Brasil, Guerreiro Ramos ofereceu sua contribuição ao governo militar brasileiro no sentido da elaboração de um modelo teórico que o capacitasse a superar o impasse econômico e social em que se encontrava(6). Nestes trabalhos acrescentou à crítica ao desenvolvimento a crítica à noção de modernização, acusando-os de símbolos deísticos, ou seja, constitutivos de um credo religioso(7), de ideologias. Desenvolvimento e modernização são modalidades de revelação e redenção, eventos que ocorrem como desfecho final de um processo mundano finito. O mercado e a história são abstrações implícitas em prescrições às quais são atribuídas caráter necessário.

Guerreiro toma como ponto central de raciocínio a extração, agregação e alocação de recursos. A economia de mercado organiza o processo de produção de recursos em termos exclusivamente de transferências bilaterais em detrimento das transferências unilaterais(8), perdendo de vista os aspectos normativos sem os quais uma sociedade destitui-se de condições de viabilidade. O mercado é apenas um enclave, um subsistema social, não podendo abarcar toda a sociedade, sob pena de pô-la em risco. O Autor se referiu ao “princípio de limites” tanto para a alocação de recursos (Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais) como para produção e consumo. Em termos de produção estudou as implicações termodinâmicas do processo produtivo, ou seja, as implicações ecológicas do processo, preocupando-se com a questão da finitude dos recursos. Quanto ao consumo, tomou como referência o caráter deformado e deformativo da estrutura de consumo dos Estados Unidos, detendo-se nos aspectos da afluência e da obsolescência planejada.

Em sua crítica ao linearismo histórico, afirmou que ele consistia na concepção de mercado como a etapa mais avançada da história da humanidade, concepção difundida por Adam Smith, Karl Marx e os economistas que o sucederam. Modernizar, como ocorreu na Grã-Bretanha, significava estimular a propensão expansiva do mercado como agência do processo de alocação de recursos.

Guerreiro Ramos entendia que o Brasil estava diante do advento de uma nova forma de economia global, caracterizada, entre outras coisas, pela síndrome dos recursos finitos e pela consciência sistemática das externalidades ecológi-

cas das estruturas de produção e consumo. A crise brasileira era vista como original, parte das vicissitudes da forma secular de articulação do Brasil com o resto do mundo em seu momento terminal. “Diante dessa realidade é temerário recorrer a táticas incrementalistas, cujo horizonte temporal não vai além de 24 horas, uma semana, um mês, ou mesmo um ano. Possibilitar ao País viver da ‘mão para a boca’ é o máximo que se pode esperar desse curto horizonte temporal. Táticas incrementalistas serão, sem dúvida, sempre indispensáveis na condução dos negócios públicos em todos os seus planos. Atualmente, porém, no que tange aos efeitos de nossas relações externas de troca na economia doméstica, o recurso a essas táticas não é por si só suficiente para sustar a deterioração da convivialidade cívica e social do País.” (*Considerações Sobre o Modelo Alcativo do Governo Brasileiro*, 1980, págs. 2-3).

Sugerindo a substituição dessas táticas que requeriam a institucionalização de um esforço de novo paradigma alocativo, procurou classificar esse novo paradigma através da discussão de alguns dos principais pressupostos de alocação de recursos adotados pelo governo brasileiro. O primeiro pressuposto é que o PIB é a medida da produção da riqueza nacional, e o aumento do seu volume tem precedência sobre a prática sistemática de sua distribuição. Extrapolada da mecânica newtoniana para o domínio da vida humana associada, a disciplina econômica convencional negligencia o fato de que o sistema produtivo é parte do ecossistema e, como tal, afetado pelos limites impostos pelas leis da termodinâmica. O processo econômico, nos moldes contemporâneos, acarreta acelerada depleção dos recursos não renováveis a taxas sem precedentes. A produção de resíduos tem assumido hoje proporções que excedem a capacidade da biosfera de reciclá-los deteriorando a qualidade dos solos, da atmosfera, dos rios, lagos e oceanos. A adoção do PIB como medida por excelência da produção da riqueza nacional necessariamente induz à adoção de políticas alocativas de escassa sensibilidade social. “O PIB é somatório de quantidades. Como tal não é o indicador da qualidade de vida humana associada. Seu crescimento pode verificar-se a taxas excepcionais, sem que isso em nada represente uma melhoria das condições da vida humana associada em geral traduzida, entre outras coisas, pela equitativa distribuição da renda, por satisfatórios níveis de ocupação dos cidadãos em idade de trabalhar, bem como pela preservação da sanidade ecológica e pelo uso eficiente dos recursos

naturais do País.” (Op. cit.: 8). Essas taxas muitas vezes são milagres contábeis. Podem representar vitórias ilusórias para os governos que com eles se embevecem, pois freqüentemente acarretam a erosão de sua legitimidade política e social. Considerando que o processo de acumulação de capital não é incompatível com a prática de políticas distributivas, Guerreiro entende que, para conciliá-los, seria necessário, entre outras coisas, corrigir o caráter discriminatório que a preocupação obsessiva com o aumento sem qualificação do PIB assume contra sistemas de produção cujo *output* escapa à percepção da rede estatística em que se baseia a contabilidade nacional. “O PIB não computa a produção que ocorre em sistemas sociais que não funcionam segundo os critérios do mercado formal.” (Op. cit.: 8). Ilustrando a lacuna das técnicas de contabilidade nacional, diz o Autor que nos Estados Unidos estimou-se que, só em 1975, a produção empreendida pela unidade familiar representaria cerca de um terço do PNB daquele país.

O segundo pressuposto é o de que a economia mundial é um sistema integrado no qual cada nação, através do comércio externo, regulado pela lei da oferta e da procura, logra obter os recursos de que necessita para promover o seu desenvolvimento. “Carece inteiramente de validade científica a tese de que o mercado internacional é um domínio em que as trocas entre nações se verificam em termos competitivos. O que a análise científica leva a crer é que em tal domínio uns poucos atores, nacionais e transnacionais, exercem papel dominante, o qual lhes assegura participação privilegiada, ou verdadeiramente expropriativa, no processo de trocas internacionais. Nesse domínio, o funcionamento das estruturas de oferta e demanda serve mais ao processo cumulativo gerenciado por aqueles atores do que ao desenvolvimento dos países periféricos.” (Op. cit.: 10). Para Guerreiro, “as exportações dos países periféricos, cativas no ordenamento politicamente assimétrico das trocas internacionais, estão longe de constituírem alavancas do desenvolvimento dos mesmos. Presentemente, esses Países, e o Brasil está certamente entre eles, derivam escassas vantagens reais. O papel do comércio internacional como instrumento de controle indireto das economias periféricas pelos atores dominantes foi, até recentemente, disfarçada pela retórica da oferta e da procura e pela tese das vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho. As mudanças nas condições externas de trocas, ocorridas com o objetivo de im-

pedir o declínio da lucratividade dos países cênicos em tal intercâmbio, eram explicadas, em geral, como manifestações cíclicas ou suficientemente incrementais para atribuir credibilidade à retórica da economia convencional. Esta credibilidade, entretanto, vai-se tornando cada vez mais difícil de ser mantida após a política de valorização do petróleo adotada pelos países produtores desde 1973. “É difícil acreditar que as autoridades alocadoras do Governo Brasileiro continuem a atribuir ao comércio internacional, nos termos convencionais em que tem sido interpretado e organizado, o caráter de fonte secular de recursos que mal chegam para comprar petróleo e pagar os serviços da dívida externa.” (Op. cit.: 11). Guerreiro vincula este fato à questão da inflação: “A esta situação, que, aliás, não faz parte do quadro de manifestações cíclicas temporárias, está intimamente ligada a taxa de inflação brasileira, a qual, em última análise não terá remédio, a menos que, em tempo hábil, seja reformulado o nosso modelo doméstico de alocação de recursos e, por consequência, a nossa metodologia de governo.” (Op. cit.: 11). Como alternativa, propõe “o desenvolvimento e institucionalização de sofisticada capacidade de extrair e processar recursos internos e externos, isto é, a capacidade de elaborar e utilizar uma tecnologia nacional apropriada de alta eficiência energética, escudada num sólido e indígena estabelecimento científico.” (Op. cit.: 12). Daí seria possível melhorar a participação do Brasil na estrutura do comércio internacional.

O terceiro pressuposto é o de que o mercado é a agência determinativa do processo alocativo de recursos. Guerreiro estudou este pressuposto em dois grandes tópicos: o mecanismo de preços e o processo de produção da riqueza. O mercado, como os compêndios o descrevem, é uma ficção didática. Os preços do mercado não exprimem uma equivalência de coisas que se trocam. O Autor toma como referência a escassez de recursos não “renováveis para questionar a admissão de que os preços de mercado representem seu valor. Os preços de um recurso não renovável como o petróleo não incluem os custos de sua extração e processamento industrial representados pelo impacto, a longo prazo, de tais operações no ambiente social e na biosfera. “O horizonte temporal em que os valores de recursos finitos deveriam ser contemplados é infinitamente mais amplo do que o da perspectiva imediatista inerente à lógica usual dos negócios, do qual está excluída a participação de

gerações futuras como agentes deliberativos.” (In *Considerações sobre o Modelo Alocativo Brasileiro*, 1980).

Ao contrário do que seria possível supor, o mecanismo de preço não funciona como estimulante da inovação tecnológica e da substituição de bens raros por bens mais abundantes. A inovação tecnológica é um método de extração e processamento de recursos regulada pelas leis da termodinâmica. A inovação tecnológica não cria energia. “Se é verdade que, hoje, a alta dos preços de certos recursos previstos está suscitando a pesquisa de inovações tecnológicas, não se pode inferir desta circunstância que tais inovações necessariamente assumirão caráter apropriado do ponto-de-vista termodinâmico. A viabilidade social e ecológica dos sistemas de produção requer um modelo energético essencialmente baseado na utilização de processos renováveis e caracterizado por extrema parcimônia na utilização de recursos não renováveis. Somente este tipo de modelo é capacitado para minimizar os efeitos depletivos e poluentes da tecnologia de produção.” (Op. cit.: 19). Nas condições políticas ordenadoras da sociedade gerida pelo mercado, as inovações tecnológicas (como a energia solar) tendem a sucumbir às propensões opostas à maturação de um modelo energético apropriado.

Nas sociedades geridas pelo mercado os processos tecnológicos tendem a tornar-se mais complexos e mais dependentes de grandes escalas de produção, atingindo mais gente e carecendo de mais tempo para a sua maturação e experimentação antes de serem utilizados em larga escala. A inovação tecnológica, por consequência, freqüentemente envolve opções temerárias como, por exemplo, a energia nuclear. Ao contrário das nações cêntricas – que a duras penas vêm conseguindo responder ao desafio dos preços do petróleo – os países periféricos tornam-se vítimas de exponencial endividamento. Nossa complexa economia, altamente dependente da indústria automotiva e relegando à marginalidade o sistema de transporte ferroviário e hidroviário(9), é ilustrativa dos efeitos perniciosos do horizonte temporal imediato.

Quanto à produção da riqueza, a economia de mercado organiza o processo de produção exclusivamente do ponto-de-vista de transferências bidirecionais de recursos, em detrimento das transferências unilaterais, e, assim, não considera os aspectos normativos indispensáveis à viabilidade de uma sociedade. A ciência econômica convencional não ignora a existência

de transferências unidirecionais, mas tende a subordinar sua utilização aos objetivos específicos da economia de mercado. Negligenciando aspectos normativos de viabilidade social, a teoria do governo implícita na doutrina econômica convencional carece de categorias para tratar a legitimidade política e social do governo como ingrediente e produto do processo alocativo.

Segundo as diretrizes alocativas do governo e o pensamento dos economistas ortodoxos (monetaristas, estruturalistas e marxistas), desenvolver o país é expandir as fronteiras do mercado. Conforme rezam os compêndios, um país merece a qualificação de desenvolvido quando nele o mercado se torna o sistema ubíquo de produção. O desenvolvimento econômico brasileiro seria um processo de integração no mercado de todas as atividades produtivas do país. Por conseguinte, consideram como anomalia a ser erradicada o fato de o mercado doméstico ainda não comandar totalmente a alocação de recursos. A economia convencional considera que a existência da chamada dualidade de sistemas produtivos deve, na melhor das hipóteses, ser considerada como estágio temporário. Esta dualidade é concebida como fadada a desaparecer na etapa em que o mercado interno assumir plenamente a unidimensionalidade da organização das atividades produtivas do país. Para os economistas convencionais, modernizar é reproduzir no país o sistema econômico dos países cênicos (tendo como modelo os Estados Unidos), onde o mercado e seus critérios estabelecem o modo como as relações entre a produção e o consumo devem se processar. A ubiqüidade do mercado implicaria em assegurar emprego nos diversos setores da economia de mercado formal a todos os brasileiros em idade de trabalhar, meta não só impossível de alcançar como prejudicial à boa ordem cívica e social do país(10).

Orientado pelo pressuposto do mercado e pelos padrões do comércio internacional, o governo brasileiro não tinha políticas para prover suportes técnicos e financeiros aos sistemas ditos informais ou naturais, defendendo-os contra a sua penetração desagregadora. Guerreiro se referia, como exemplo, à destruição da agricultura de subsistência em certas áreas para dar lugar à produção de soja, diante das vantagens monetárias da exportação. Dizia o Autor: "...os nossos programadores parecem não ser sensíveis a importantes resultados nefastos de tal política, tais como a transformação de larga parcela de produtores hábeis para manter a sua subsistência num vultoso contingen-

te de bóias-frias e biscateiros, bem como indivíduos ociosos vivendo precariamente nas margens de centros urbanos e assim deteriorando a viabilidade social de nossas cidades.” (In *Modernização e Declínio Econômico do Brasil*). As políticas econômicas, formuladas exclusivamente do ponto-de-vista do mercado, têm levado o país à necessidade de eventualmente importar feijão, carne e até alpiste para contornar a escassez real e/ou manipulada desses produtos em nossas cidades.

O Autor analisou, também, a situação energética do país, afirmando: “...energia no Brasil é, como nos Estados Unidos, essencialmente considerada como *imput* para gerar o sistema de trocas mercantis, largamente estruturado para garantir a produção e o consumo de bens demonstrativos e assim minorar a síndrome psicológica de privação relativa da pequena minoria privilegiada de brasileiros que constituem pouco mais de 20% da população. O automóvel de uso pessoal, mais do que outro imperativo de nossa *economia primacial*, determina como o nosso sistema de transporte é planejado e implementado e mantido.” (Idem).

Estas considerações, ainda que simplistas – dizia o Autor – tornava óbvio que o desenvolvimento convencional produz os seguintes resultados: “1) torna o país crescente e criticamente vulnerável a credores externos e a flutuações manipuladas de preços no mercado internacional, assim reduzindo a capacidade nacional de decidir sobre a natureza dos critérios de alocação de recursos no país; 2) encoraja a formação, em nossa sociedade, de pequena minoria privilegiada que, sucumbindo ao efeito demonstração (como os índios indefesos que receberam presentes de nossos primeiros colonizadores), de bom grado abre as portas do país para o domínio externo dos nossos negócios; e 3) mantém cerca de 100 milhões de indivíduos em permanente estado de crônica penúria material e cultural.” (Idem). A sorte de nosso setor agrícola torna-se dependente de eventualidades externas, como a alocação de fatores de produção nos Estados Unidos, uma seca ou escassez temporária na União Soviética, ou insucessos das enchovetas no Peru. Referindo-se às deformações estruturais de nossa precária rede de abastecimento, observava que “em várias regiões um produto, após percorrer menos de 30 quilômetros ao sair da zona de produção, chega ao consumidor final quatro ou cinco vezes mais caro.” (Idem), criticando a insensibilidade do governo.

Do estudo do progresso como racionalismo moderno, Guerreiro Ramos passou a tratar do desenvolvimento na formulação da sociologia nacional. O desenvolvimento era uma questão política e a industrialização era sua categoria principal. Em um terceiro momento o desenvolvimento foi concebido como modernização, modalidade de mudança social dotada de intencionalidade. Em um quarto momento, iniciando a crítica do linearismo histórico e tomando como referência a integração das nações pelo comércio internacional, sugere a substituição das expressões “desenvolvimento” e “sub-desenvolvimento” por “países cêntricos” e “países periféricos”. Por fim, ao formular a teoria de delimitação dos sistemas sociais, critica os conceitos de desenvolvimento e modernização como símbolos deísticos, elementos de um credo religioso, reprodução da tendência expansiva do unilinearismo da economia de mercado.

Esta trajetória – reflexo do pensamento do Autor – tem como pontos relevantes o historicismo, a economia, a política e a tecnologia. Em todas as abordagens do desenvolvimento (inclusive em sua negação) estes elementos do pensamento de Guerreiro aparecem articulados em sua preocupação com a vida humana associada, com a convivialidade, com os destinos do Brasil.

NOTAS

1. In: *Problema Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1960. Págs. 177 -221. O texto tem data de outubro de 1958.
2. Guerreiro Ramos destacou a contribuição de Schumpeter (*Teoria do Desenvolvimento Econômico*), segundo a qual os fenômenos econômicos são mero aspecto da realidade social.
3. As circunstâncias em que foi escrito explicam o desentusiasmo de Guerreiro por este seu trabalho. Conforme consta de seu depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CEPEDOC)/ Fundação Getúlio Vargas, após mês e meio em Brasília com medo de ser apanhado na estrada, encontrou Luis Simões Lopes (Presidente da FGV) no Aeroporto Santos Dumont, do Rio de Janeiro. Este ofereceu-lhe um *grant* da Fundação Ford em dólares, recurso com o qual escreveu o livro. Conforme

informação de Wilson Pizza Jr., seu amigo e ex-aluno, Guerreiro resistiu à sua idéia de republicação do livro, transferindo-lhe a incumbência. A 2ª. edição tem o título de *Administração no Contexto Brasileiro*, prefaciada por Wilson Pizza Jr. .

4. Segundo esse autor, a mobilização social consiste, de modo geral, no aumento da intensidade de comunicações numa sociedade, resultante do desenvolvimento econômico, social e tecnológico. (In: AED, 1965: 170-1).
5. Modernização em nova perspectiva : em busca do modelo de possibilidade. *Rev. Adm. Pub.* Rio de Janeiro, 1 (2): 7-44, jun/dez 1967.
6. Essa contribuição, explicitada pelo Autor, consta dos seguintes trabalhos: *O milagre e a sociedade* (Jornal do Brasil, 13.5.79); *Um modelo corretivo do impasse econômico* (Idem, 8.7.79); *Modernização e declínio econômico do Brasil* (Idem, 17.6.79); *Considerações sobre o Modelo Alcativo do Governo Brasileiro*, set. 1980, mimeo; *Problemas alocativos da economia brasileira* (Jornal do Brasil, 2.8.81).
7. In: *Limites da modernização*. Jornal do Brasil, 20.5.79.
8. In: *O milagre e a sociedade*. Jornal do Brasil, 13.5.79.
9. Observou Guerreiro que, apesar da pródiga extensão da rede fluvial brasileira, 90% de toda a tonelagem transportada por intermédio de hidrovias realiza-se apenas no Estado do Rio Grande do Sul.
10. A este respeito diz: “Foi estimado que no Estado de Santa Catarina, somente para absorver a população rural excedente de indivíduos em idade de trabalhar, seria necessário investir na criação de empregos cerca de US\$ 240 milhões anualmente, ou o equivalente a 60% do orçamento daquele Estado em 1979. Esta estimativa não considera a demanda de empregos decorrente do setor urbano da economia.” (In: *Problemas Alcativos da Economia Brasileira*. Jornal do Brasil. 2.8.81).

3.5. Administração e teoria das organizações

Os trabalhos de Guerreiro Ramos a respeito da administração e teoria das organizações datam do início de sua carreira. A nomeação para o DASP em 1943 – seu primeiro emprego e onde permaneceu por mais de vinte anos – foi determinante. À sua inteligência brilhante, à sua cultura e à sólida formação acadêmica somaram-se os trabalhos de organização e métodos de recrutamento de pessoal, que em muito contribuíram para o desenvolvimento de seu senso de percepção. Seus estudos sobre este tema apresentam como peculiaridade a difusão em grande parte de sua obra, paralelamente a trabalhos específicos.

Seus primeiros trabalhos a respeito do tema foram *Administração e política à luz da sociologia* e *A sociologia de Marx Weber*, ambos de 1946, este provavelmente desenvolvimento de comentários da leitura deste autor que Guerreiro fizera em 1944. O propósito do primeiro trabalho era contribuir para a distinção entre política e administração e sugerir um caminho para evitar o conflito entre ambas. O Autor não só afirmou ser o sociológico um dentre muitos caminhos de distinção, como explicitou em que consistia, apresentando uma concepção que estaria presente em todos os seus estudos. Dizia ele: “Entre muitos modos de distinguir a administração da política, o sociológico é, certamente, um dos mais fecundos e mais adequados às exigências da fase atual do mundo contemporâneo. O presente modo sociológico de ver a sociedade é o que a considera como um processo, isto é, o que a considera como algo em mudança, em devenir, e não como um conjunto de instituições naturais, estabelecidas de uma vez por todas.” (APLS, 1946: 5). Criticava a visão quietista da sociedade, “característica da mentalidade primitiva e das épocas em que a elaboração da concepção do mundo está monopolizada por uma minoria esclarecida, épocas, portanto, das quais o presente estádio de nossa civilização está muito longe.” Afirmava que o administrador devia reconhecer a precariedade fundamental de qualquer tipo de organização social, reconhecimento que “deve advertir o administrador contra o perigo de uma técnica ou ciência da administração que se pretenda auto-suficiente e capaz de resolver todas as questões que emergem da realidade social.” (Idem, idem: 6).

Administração e política podem ser consideradas como campos diversos ou tipos diferentes de conduta, duas espécies de acontecimento da vida social(l):

“acontecimentos que se repetem e para os quais existe já uma norma, e acontecimentos de índole nova que se encaixam no sistema de previsões em vigência.” (Idem, idem: 6). Enquanto nas sociedades pré-letradas a zona do irracional é pouco significativa, sendo a vida do homem nesta fase regulada por *mores*, *folkways*, *tabus*, nas sociedades de civilização a importância das zonas é função da constituição das classes sociais. A rigidez do sistema de classes leva ao primado da administração sobre a política “impedindo ou embaraçando a circulação dos *socci* (Antiguidade, Idade Média, regime Antigo)”. E prosseguia: “É a desintegração social, promovida, freqüentemente, pela intercomunicação de grupos diferentes ou pela decadência das elites, que concorre para minar aquele primado da rotina e que torna urgente o apelo à política.” (Idem, idem: 7). Nas sociedades modernas não é difícil perceber a distinção de zonas. “A organização da sociedade atual, cada vez mais submetida ao princípio democrático, concorre para que a política atue ordinariamente como um subordinador da administração.” (Idem, idem, idem). A administração renuncia à sua inclinação de organizar-se em casta com o reconhecimento da legitimidade da opinião pública e com o desenvolvimento de agências de controle externo, desde o parlamento até a imprensa.

Foi estudada a íntima relação entre a conduta burocrática e a conduta política e o problema da mentalidade política da burocracia. Definindo o serviço civil politicamente neutro como “todo aquele que, com absoluta lealdade e imparcialidade, põe os seus conhecimentos técnicos a serviço das diretrizes traçadas pelo governo” (Idem, idem: 9), conclui que “a burocracia é um instrumento e consiste numa certa virtuosidade, visto que está sempre disposta a dar forma e expressão aos propósitos dos governos que se sucedem uns aos outros, periodicamente.” (Idem, idem, idem). Com respeito aos servidores, defendia o preenchimento de posições de chefia com pessoas de confiança e, diante da freqüente redução da eficiência pela falta de conhecimento manifestado por estas pessoas, “tem-se advogado o incremento da profissão de administrador e a sua subordinação a um código de conduta”(2). Outra medida era proibir que os servidores públicos exercessem atividades políticas, citando a Lei Hatcht, nos Estados Unidos.

O tema do artigo revela já, as influências de Max Weber e Karl Mannheim, que permaneceriam para sempre em sua obra.

Mostra os fundamentos sociais da burocracia, suas noções positiva e negativa (esta designada por “caricatura”). Dos fundamentos da administração pública constam não só o poder como uma concepção da sociedade como processo, uma concepção “que a considera como algo em mudança.” (Op. cit.: 5). A concepção de processo implica em historicidade e na evolução, observando-se a presença da categoria de fase. Alicerçado em ampla bibliografia, Guerreiro Ramos tem como alvo a realidade brasileira. Merece destaque a presença da razão como tema, abordada sob a forma de racionalidade, tema comum tanto a Weber como a Mannheim e que seria fundamental em sua obra.

Após comentar elogiosamente o aparecimento de *Conservação e Recuperação de Material*, trabalho da autoria de Oscar Vitorino Moreira em 1948, publica em 1950 *Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho – Ensaio de Sociologia do Conhecimento*, tese apresentada ao concurso para provimento de cargos da carreira de técnico de administração do quadro permanente do DASP em 1949. A tese foi justificada pelo Autor diante da inexistência de qualquer estudo a respeito da matéria, e tinha como objetivo “mostrar que o tema é consequência de um longo processo de secularização, no transcurso do qual apareceu, tardiamente na civilização ocidental, uma atitude laica do espírito humano, em face da natureza e da sociedade.” (ORT: 1959: 8-9). Analisou o trabalho nas sociedades primitivas, na Antiguidade, na Idade Média e no Renascimento, apontando o surgimento das condições sociais para a sua racionalização na Idade Moderna. Estudou os sistemas Taylor e Fayol, a metodologia da organização, a racionalização na Alemanha, a fisiologia e a psicologia aplicadas ao trabalho, a racionalização da administração pública e a sociologia do trabalho.

A tese aborda a administração como processo histórico de racionalização do trabalho. Seu ponto central são os fundamentos sociais da racionalização. O caráter tradicional e primitivo das sociedades modernas não possibilitava o desenvolvimento de uma racionalização do trabalho. A atitude laica do espírito humano diante da natureza e da sociedade é que tornou possível a racionalização. A *ratio* se opõe à *traditio*; rompendo a estabilidade, é o instrumento que serve para emancipar o indivíduo da tradição, para erradicar o medo do sagrado. A organização racional do trabalho é resultante de um encadeamen-

to de transformações da civilização ocidental. Existe uma relação funcional entre a técnica do trabalho e a estrutura total das sociedades. O nome de Taylor, diz Guerreiro, é a polarização de idéias que vinham sendo longamente elaboradas desde o século XVIII. As idéias de Taylor, se refletiam peculiaridades dos Estados Unidos, encontraram obstáculos na França e na Alemanha. Na França foram difundidos apenas os processos técnicos. A direção pessoal era pouco apropriada ao caráter do operário francês. Na Alemanha também foram repudiados os procedimentos que mecanizavam por demais o trabalho do operário. Além disso, na Alemanha a racionalização foi entendida como organização da economia nacional. Quanto ao fordismo, diz Guerreiro Ramos: “Um complexo de fatores econômicos e sociais dá um caráter de um sistema típico dos Estados Unidos.” (Op. cit.: 83).

Neste trabalho o Autor prosseguiu tratando da razão sob a forma de racionalização, aprofundando seu condicionamento histórico-social. Se é clara a influência de Weber, a presença de Mannheim é explicitada no subtítulo – um ensaio de sociologia do conhecimento. A administração pública continuou sendo analisada como fase. Diz Guerreiro: “Na administração pública, a racionalização é, antes, uma fase da evolução do Estado que uma tecnologia propriamente dita. Ela surge, sob a forma do que Max Weber chamou de burocracia, naqueles tipos de Estado em que, sob a influência do constitucionalismo, se afirma o predomínio da função pública sobre a feudalidade e a soberania territorial, ou seja, do interesse universal sobre o interesse particular.” (Op. cit.: 113). A crítica à transplantação, objeto da Redução Sociológica, já figurava na tese para o concurso do DASP ao analisar a racionalização administrativa no Brasil, quando o Autor condena os reformadores que, a partir de 1931, tentaram implantar instituições semelhantes às vigentes nos Estados Unidos(3).

Considerações de natureza administrativa foram feitas nos trabalhos a respeito de saúde pública. Em *Problema da Mortalidade Infantil* (1951), examinando os serviços médicos no Brasil, o Autor criticou-os por viverem e se justificarem do equívoco da adoção da concepção clínica do tratamento individual, em detrimento da concepção massiva do problema social. Sendo um problema social, a solução estaria na transformação de todo um complexo institucional e não na distribuição de remédios, conselhos ou alimentos. A

administração pública brasileira necessitava superar a fase do *laissez-faire* e ingressar na fase de planificação. Havia necessidade de preparar os administradores para uma nova forma de pensar. Em *Sociologia de la Morlalidad Infantil* (1955) acusava a administração pública brasileira de formar-se de transplantações e criticava seu hibridismo, atribuindo esses problemas ao fato de no Brasil o Estado haver precedido a sociedade(4).

Em *Processo da Sociologia no Brasil* (1953), mencionou a administração pública brasileira entre os setores institucionais mais necessitados da penetração do pensamento sociológico funcional, ao comentar as tarefas de uma sociologia autêntica. As mudanças foram feitas “a golpes de decreto”, sem fundamento em pesquisa sociológica de nossas condições, sacrificando tudo em nome de técnicas importadas e subvertendo-se experiências até multisseculares(5).

O impacto da sociedade sobre a situação ergológica e a concepção da empresa como sistema, estudadas no último capítulo da tese para o concurso do DASP (Cap. XII) dedicado à sociologia do trabalho, prossegue em *Sociologia Industrial*(6). O tema, dizia o Autor, já vinha sendo focalizado há cinco anos nos cursos do DASP, período durante o qual o Autor acumulara abundante material a respeito. “A sociologia industrial é o veio mais recente e um dos mais ricos da sociologia contemporânea.” (SI, 1952: 5). E mais adiante dizia: “...a sociologia nasce como uma espécie de resposta ao desafio das conseqüências da industrialização de países europeus, no século XIX.” (Op. cit.: 5). Como especialização da sociologia geral, a sociologia industrial “...se distingue, sobretudo, porque se aplica na investigação de certos aspectos particulares da sociedade, os mais nítidos dos quais são: a) a inter-relação da indústria e da comunidade; b) a empresa como um sistema social; c) o ajustamento e o desajustamento do trabalhador no trabalho industrial; d) as ocupações e suas implicações e características; e) as relações industriais; f) a industrialização das áreas subdesenvolvidas.” (Op. cit.: 5-6).

A partir de *Homem-Organização e Homem-Parentético*(7) Guerreiro passa a se referir à organização, diante do fato de se ter ela tornado objeto de reflexão sistemática no campo das ciências sociais e da filosofia. O fato, que assinala novo momento na evolução do saber e confere ao homem um poder sobre si mesmo e sobre as circunstâncias sem precedente na História, assegura, pela primeira vez, plena validade ao famoso dito: saber é poder. Este novo

momento da evolução do saber permite a incorporação desse conhecimento à conduta humana, acrescentando a esta uma qualidade que não possuía: a atitude parentética(8). Tal atitude é definida como o antídoto da existência conformista inconsciente e complacente do ser humano, existência aprisionada nos moldes impostos pela organização. “A organização é pressuposto oculto da existência humana. É o veneno do cotidiano, cujos efeitos lesivos passam ordinariamente despercebidos. Somente quando se examina a existência humana do ponto-de-vista sistemático da organização, é que se pode perceber o quanto nela é patológico disfarçado em normalidade. A atitude parentética transcende a organização, é uma característica de destreza da vida culta, de existência superior, ciosa de liberdade, que defende o ser humano contra o embrutecimento, a rotinização mental, a alienação.” (HOHP, 1963: 149). Foram focalizadas diversas contribuições (entre as quais a de Mannheim), detendo-se o Autor na análise da organização como problema da teoria revolucionária. Estudou Lênin e como este utilizou o Partido Comunista e outros órgãos como instrumento de manipulação organizada das emoções, dos sentimentos e das consciências e refutou a organização socialista como modelo acabado. Para Guerreiro Ramos, o socialista não se reconhecia no homem-organização, mas sim no homem-parentético. “O socialista não se reconhece no homem-organização que Whyte descreveu. Nem tampouco no “robô” colérico que professa o marxismo-leninismo ou o “centralismo democrático”. Luta pelo advento do “reino da liberdade”. Por um mundo no qual a organização não transcenda o homem. Mas o homem transcenda a organização.” (Op. cit.: 173). A perspectiva de análise é política. Reflete a posição socialista do Autor, crítico mordaz do marxismo ortodoxo e adepto do revisionismo(9). Este tema seria retomado mais tarde em termos sociológicos.

Administração e Estratégia do Desenvolvimento – Elementos de uma Sociologia Especial da Administração(10) é um compêndio cujo propósito era o de formular as bases preliminares de uma ciência administrativa fundada no que havia chamado originalmente de redução sociológica. Deste trabalho faz parte *Desenvolvimento tecnológico e administração à luz de modelos heurísticos*(11).

Tendo sido até então descurada a formulação de uma sociologia especial da administração, Guerreiro considera que “todo esforço de se realizar com o objetivo de constituir uma teoria sociológica da administração afigura-se ne-

cessariamente introdutório, e está sujeito a retificações, que venha a aconselhar o progresso ulterior dos estudos nessa área de interesse.” (AED, 1966: 46). A sociologia da administração “é a parte da sociologia geral que estuda a realidade social da administração, suas expressões exteriormente observáveis como fato, sistema e ação, sua tipologia qualitativa historicamente condicionada, seus elementos componentes (aestruturais, estruturais, estruturantes).” (Idem, idem, idem). Criticando a unilateralidade com que tem sido estudado o fato administrativo, propõe uma abordagem à luz da totalidade, o que significa dizer: “1) que sua estrutura interna consta de elementos e camadas distintas, em recíproca relação; 2) que o constituem também as suas relações externas com outros elementos sociais.” (Idem, idem, idem). O fato administrativo é definido como “complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionantes da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho de funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos.” (Op. cit.: 47). A administração pode também ser considerada como sistema, ou seja, “como totalidade, internamente composta de elementos ou subsistemas em interação, subordinada a regras operacionais comuns (programas, objetivos, normas, valores, papéis etc.), dotada de fronteiras que a diferenciam do ambiente (elementos e sistemas externos) sobre o qual age e do qual recebe influência, assim procurando manter-se em equilíbrio dinâmico, tanto em suas relações internas como em suas relações externas.” (Op. cit.: 47). Guerreiro via o fato administrativo como fato social. Estudou as duas características básicas do fato social – a exterioridade e a ação coercitiva – repetindo suas restrições ao fisicalismo. Ao abordar o conceito de sistema, considerou suas vantagens para o estudo do fenômeno administrativo, distinguindo as orientações – mecanicista e dinâmica – do equilíbrio.

Um dos conceitos que estavam sendo reformulados dentro do processo de questionamento da teoria administrativa era o de ação administrativa. Graças aos progressos do que nos Estados Unidos vinha-se chamando de ciências do comportamento, na definição da ação administrativa tinha-se de levar em conta alguns aspectos, entre os quais salientava os seguintes: 1) “o entendimento de que o âmbito das técnicas administrativas não coincide com o da sociedade global”; 2) “a percepção de que eficiência e produtividade são fenômenos mais

complexos do que supunha a teoria tradicional, passando-se hoje a considerarem-se em seus devidos termos de magnitude os problemas concernentes ao equilíbrio entre a personalidade e a organização. A administração vem de tornar-se sensível a aspectos do comportamento humano como poder e alienação, entre outros, que exigem reorientação conceitual”; 3) “a consciência de que é necessário conhecer de modo sistemático a influência do ambiente externo sobre as organizações.” (Op. cit.: 48, 49). Na definição de ação administrativa, retoma os estudos de Weber e Mannheim com os conceitos de racionalidade funcional e substancial. Partindo de Weber, analisa os problemas éticos da organização, distinguindo a ética da responsabilidade da ética do valor absoluto, aquela tendo como critério a racionalidade funcional e esta sendo referida a valores. Toda a análise desenvolvida pelo Autor supõe a existência de uma ação referida à racionalidade substancial, observando o sujeito desta ação formalmente uma ética do valor absoluto. Não sendo as duas éticas necessariamente antagônicas, as relações entre ambas se explicam menos pela dialética da contradição do que pela dialética da ambigüidade, tanto no domínio da organização como da sociedade global. Por conseqüência, a não ser em casos extraordinários, nenhum indivíduo organiza a sua conduta sob a espécie exclusiva de nenhuma das duas éticas. Assim, “absoluta racionalização com relação a valores é também um caso limite.” (Op. cit.: 58). Guerreiro define a ação administrativa como “modalidade de ação social, dotada de racionalidade funcional, e que supõe estejam os seus agentes, enquanto a exercem, sob a vigência predominante da ética da responsabilidade.” (Op. cit.: 65).

Da definição foram destacados os seguintes aspectos: 1) a ação administrativa é modalidade de ação social porque é racional com relação a fins e porque consiste no fato de ser orientada pelas ações dos outros. “O sentido desta ação não é imanente, não se destina a ser apreendido pela sua contemplação isolada, como um estado íntimo do sujeito. É um sentido relacionado, referido a circunstâncias, elementos e condutas de terceiros.” (Op. cit.: 65); 2) “A razão da ação administrativa não é a razão entendida como faculdade humana transcendente. É simplesmente a eficácia, a operação produtiva de uma combinação de recursos e meios, tendo em vista alcançar objetivos predeterminados, contingentes.” (Idem, idem, idem); 3) A organização possui um *ethos* diverso da vida humana em geral. “A ética da organização é a ética da responsabilidade, embora

ela nunca deixe de ser, de certo modo, influenciada pela ética da convicção.” (Op. cit.: 66). Após estudar a alienação, o poder, a informação e os perigos da superconformidade, Guerreiro define a organização como modalidade de mecanismo consciente de controle, “estrutura social adaptativa” (Selznick), cujos objetivos e finalidades não se acham estabelecidos de uma vez por todas, podendo mudar se assim exigirem as relações externas.

Estando o fenômeno administrativo sujeito a condicionamentos histórico-sociais, o estudo desses condicionamentos é indispensável principalmente nos países em transição. Nestes países, a técnica administrativa tem extrema importância nos planos de mudança social deliberadamente orientada. Ela, entretanto, está sujeita a limites que devem ser sistematicamente identificados. Para isto o Autor elaborou os “modelos heurísticos de desenvolvimento tecnológico e administrativo”. Estes modelos são o pressuposto para a estratégia de modernização. Examinou, em um primeiro momento, três fases distintas de evolução tecnológica (modelo arcaico, modelo de transição e modelo atualizante) indicando como variáveis, em cada uma delas, os seus diversos atributos, entre os quais a técnica administrativa. Em um segundo momento destacou a técnica administrativa, indicando como suas características se diferenciam conforme as distintas fases do desenvolvimento tecnológico. Guerreiro Ramos deixa claro que suas observações “não autorizam a conclusão de que um país subdesenvolvido está condenado a ter uma ciência subdesenvolvida. Ao contrário, a ciência e a técnica em nossa época de história mundial são, mais do que nunca, fato universal, e os corpos profissionais das nações mais atrasadas podem ter acesso ao núcleo teórico que especialmente constitui uma e outra. O que desejamos frisar é que a utilização desse núcleo teórico, para fins práticos, é limitada e condicionada por fatores sociais e históricos. E o administrador, mais do que outro profissional qualquer, deve ter plena consciência disto.” (Op. cit.: 7-8).

Foram distinguidos três sentidos da palavra tecnologia: a) “conjunto de instrumentos, utensílios, meios e objetos materiais, mediante os quais o homem se assenhoreia das forças naturais, as utiliza, modifica as circunstâncias e cria um ambiente mais propício à satisfação de suas necessidades e objetivos”; b) “saber sistematicamente referido à ação”; c) “tecnologia como característica fundamental do pensamento na fase da planificação em que se descobre que a

essência da tecnologia não é tecnológica.” (Op. cit.: 124). Os modelos de tecnologia foram descritos em função dos seguintes elementos: instrumentos de trabalho, processo de produção, sistema de produção, qualidade da produção, consumo e energia, materiais empregados, razão capital/trabalho, técnica administrativa. Os modelos heurísticos de administração foram descritos em função das aptidões profissionais ligadas à produção, da responsabilidade do trabalhador sobre a produção, da natureza da motivação do trabalhador, das comunicações, da elaboração das decisões, tipos de consentimento, produtividade, *feedback* ou mecanismo auto-retificador.

O mais alto sistema administrativo – aquele que apresenta os atributos do modelo atualizante – só se verifica quando a sociedade global desenvolve um esforço de maior envergadura que tem por objetivo modernizar a sociedade global. Modernização, mudança, evolução, são hoje processos que o administrador e o político – como agentes ativos – consideram como meio útil à ação transformadora da sociedade. Mais que uma teoria pura da evolução – como ocorre, por exemplo, com o interesse do sociólogo e do antropólogo – o administrador e o político consideram o conhecimento como meio útil à ação transformadora da sociedade. Esta ação, bem como a adequada solução dos problemas concretos, implica em escolha de uma entre várias alternativas e seleção daquela de que decorre o conjunto preferido de conseqüências. “Estamos cada vez mais entrando num período de evolução consciente das sociedades, de mudanças sociais deliberadas em que jamais foi tão generalizado o imperativo dessa modalidade de agir – a estratégia. Em tais circunstâncias, a teoria da evolução e da mudança, ela também, terá hoje maior intencionalidade pragmática do que tinha antes.” (Op. cit.: 130).

A modernização foi estudada à luz da teoria da evolução, tendo Guerreiro Ramos abordado a contribuição de diversos autores, notadamente preocupados não só em formular um ponto-de-vista sistemático sobre a sucessão de estágios de desenvolvimento histórico da humanidade, como também interessados em compreender, para fins pragmáticos, os mecanismos e processos de institucionalização da mudança social. Foi estudada, também, a categoria de pré-requisitos, adotada por autores norte-americanos e europeus nos estudos sobre modernização, sendo questionada sua validade. Por fim, Guerreiro trata da estratégia administrativa da modernização.

Em toda situação, seja micro ou macro-administrativa, há necessariamente um complexo de possibilidades objetivas. A seleção das possibilidades são condicionadas pelos limites dentro dos quais tem de agir o administrador. O Autor transcreve Herbert Simon(11), segundo o qual a decisão ou escolha é o processo pelo qual uma alternativa é selecionada. A série de tais decisões, que determina o comportamento para um período de tempo, pode ser chamada uma estratégia. As alternativas, no entanto, jamais são totalmente apreendidas pela consciência. Esta, necessariamente limitada, só alcança uma parcela das alternativas que objetivamente estão diante do administrador. Embora o grau de treinamento e de perícia do administrador amplie ou diminua a parcela de alternativas percebidas, por mais elevada que seja a consciência, jamais apreende todas as alternativas de um campo ou situação. “A partir de certo limite de consciência, determinadas alternativas só se oferecem à percepção no curso do desempenho administrativo.” (Op. cit.: 206).

O conjunto de conhecimentos que habilita o administrador a tornar-se agente ativo de mudanças sociais constitui um modelo de estratégia administrativa elaborado pelo Autor em caráter exploratório. Seus elementos são: o propósito, o agente ativo, o fator estratégico, a possibilidade objetiva e o consenso. Dizia Guerreiro Ramos: “Administrar é pôr em prática uma estratégia, tanto no nível microssocial como no nível macrossocial. Administrar é escolher entre alternativas, entre possibilidades objetivas. Em qualquer situação, o administrador tem diante de si uma gama de possibilidades objetivas. A qualidade perita de seu desempenho é demonstrada pelo acerto de sua escolha, isto é, pela adequabilidade, ao objetivo que tem em vista, pela possibilidade objetiva que decidiu efetivar. A estratégia concerne à toda modalidade de ação que induz, permanentemente, da experiência imediata a sua orientação e seus critérios.” (Op. cit.: 205-6).

Guerreiro analisou nas mãos de quem o modelo analítico – de estratégia é operacionalizado. Foi estudada a burocracia em seus conceitos positivo e negativo, suas resistências às mudanças, a reforma socialista da burocracia, a burocracia como estratégia, a burocracia no Brasil e outras questões. Em sua opinião a burocracia não é nem positiva nem negativa, mas sim reflexo do contexto social geral e da etapa em que ele se encontra. O desaparecimento da burocracia em seu entender é inconcebível. “A sociedade de massas aumenta

a necessidade da burocracia, entendida esta como sistema de prestar serviços, que funciona com alguma coordenação centralizada de atividades e com alguma vigência de impessoalidade nas relações humanas. Sem a burocracia, a vida social seria inorgânica. Assim, o ideal de liquidação da burocracia não é científico. É ideológico. O problema de que se cogita no caso é corrigir o caráter alienado e alienante das relações entre autoridades e subordinados, entre a burocracia e seus clientes. A ciência pode contribuir para o equacionamento e a relativa resolução desse problema.” (Op. cit.: 326-7). As burocracias poderiam ser definidas como estratégias institucionalizadas. Os diversos tipos de burocracias podem coexistir na mesma organização e cada indivíduo pode comportar-se segundo esses diferentes tipos de burocracia, conforme a natureza da questão que se tem em vista. A burocracia reflete sempre uma conjuntura e uma estrutura de poder. Como agrupamento social jamais se torna sujeito do poder político. “Em certo sentido, com o desenvolvimento econômico-social, a burocracia se torna, de fato, cada vez mais poderosa, porém, como observa Reinhard Bendix, ‘ao mesmo tempo incapaz de determinar como o seu poder deve ser usado’”. Para Guerreiro “não existe burocracia dirigente.” (Op. cit.: 328). O essencial para a compreensão sociológica da burocracia é a estrutura do poder com a qual se articula. “A administração não pode ser avaliada por critérios abstratos de modernidade. Sua eventual eficácia decorre menos de intrínsecos atributos do que de seu satisfatório ajustamento a uma estratégia positiva de mudança social. Toda burocracia que realiza um papel funcional numa tal espécie de estratégia é, por isso mesmo, objetivamente válida, quaisquer que sejam as suas características.” (Op. cit.: 312).

O formalismo no Brasil foi estudado como estratégia para mudança social. Mais uma vez Guerreiro toma Fred Riggs como ponto de partida, estudando seu modelo, seu conceito e suas principais contribuições. Riggs define o formalismo como a discrepância entre a conduta concreta e a norma prescrita que se supõe regulá-la. Ao sublinhar o formalismo nas sociedades periféricas, Riggs mostra a limitação que afeta a teoria administrativa dos países cênicos. O formalismo é tema secular na sociologia brasileira, tendo sido estudado pelo Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza (1865), Silvio Romero (1886), Alberto Torres (1938) e Oliveira Viana (1939).

Para Guerreiro o formalismo nas sociedades periféricas possui um sentido estratégico. Defendia a tese de que “o formalismo não é característica bizarra, traço de patologia social nas sociedades prismáticas, mas um fato normal e regular, que reflete a estratégia global dessas sociedades no sentido de superar a fase em que se encontram. Em outras palavras: o formalismo nas sociedades prismáticas é uma estratégia de mudança social, imposta pelo caráter dual de sua formação histórica e do modo particular como se articulam com o resto do mundo.” (Op. cit.: 421). Apontou quatro dentre as acepções estratégicas do formalismo: a) como estratégia para absorver ou dirimir conflitos sociais; b) como estratégia a serviço da mobilidade social vertical ascendente; c) como estratégia a serviço da construção nacional; e d) como estratégia de articulação da sociedade periférica com o mundo exterior. “O ponto-de-vista estratégico possibilita uma interpretação não-tautológica do formalismo.” (Op. cit.: 421). Para os fins da análise a que se propõe, enumerou, dentre os diversos significados do termo, os seguintes, que julgou dignos de nota: 1) formalismo como expressão crônica das elites; 2) formalismo como resultado do “deslocamento de objetivos” (Merton); 3) formalismo como acomodação; 4) formalismo como categoria própria da teoria administrativa (significado do conceito de Riggs).

O livro apresenta três anexos: 1) Pontos de Controvérsia em Torno do Evolucionismo; 2) Os “Universais Evolucionários”, onde estuda o novo matiz semântico do pré-requisito em Talcott Parsons, e 3) Breve Notícia sobre a Evolução da Administração Federal no Brasil. Neste apêndice, onde retoma idéias já expostas em *Fundamentos Sociais da Administração Pública* (Jornal do Brasil, 1956), Guerreiro distingue três períodos: o primeiro, da Independência até 1930; o segundo, de 1930 a 1945, e o terceiro, de 1946 até 1966.

No primeiro período, “a administração, além de suas funções normais, atendeu em especial à necessidade de absorver o excedente de mão-de-obra ao qual o incipiente sistema produtivo do País não podia dar ocupação. Verificava-se assim na estrutura burocrática elevada taxa do que os economistas contemporâneos chamam de desemprego disfarçado.” (AED, 1966: 445). Assegurando posição e função a pessoas letradas, “evitava que elas fossem compelidas a atitudes subversivas, se lançadas ao desemprego.” (Idem, idem, idem). Contribuía, também, para a formação de uma classe média, cuja participação na

evolução econômica, social e política do país não foi desprezível. O Autor repete seu ponto-de-vista de inexistência de uma verdadeira nação e diz: “Em tais condições, as atividades administrativas tinham de ser muito singelas, não exigindo o seu exercício preparo muito especial do servidor. Considerando que para o cumprimento de seus deveres bastava ao servidor o conhecimento de leis, regulamentos e praxes, é possível afirmar que naquele período “predominava no trabalho administrativo o espírito jurídico-legal.” (Idem, idem, idem).

A partir de 1930 o país sofre as consequências da crise mundial e a economia reage positivamente a intenso processo de substituição de importações. Múltiplos serviços, principalmente autarquias e sociedades de economia mista são criados como resultado de novos encargos do estado. “Se algo se desejasse ressaltar para caracterizar este segundo período, indicaríamos o imperativo da *eficiência*. A Administração Pública começava a perder aquele dissimulado caráter assistencialista e ia ganhando foros de instrumentalidade do Governo, destinada à condução eficiente dos negócios públicos.” (Op. cit.: 447).

A partir de 1945 reforçou-se a consciência do crescente descompasso da administração pública em relação à nova realidade nacional. “A integração das regiões num mercado só, o progresso dos meios de transportes e comunicações, a adiantada escala de divisão social do trabalho, a transferência do centro dinâmico da economia nacional do exterior para o interior do País, entre outros fatos, vieram criar novas demandas entre os consumidores dos serviços públicos, assim que se impunha a revisão dos critérios de estruturação e funcionamento do sistema administrativo, pertinentes ao primeiro e segundo períodos.” (Op. cit.: 448). A nova fase se caracterizava pela necessidade de incorporar-se ao trabalho administrativo o critério ou atitude de planificação. “O conteúdo econômico da sociedade brasileira atingira tal complexidade, que os seus problemas permaneceriam insolúveis, se e enquanto tratados isoladamente, isto é, se e enquanto não fossem referidos à constelação de fatores de que resultam. O que estava em causa, agora, era a funcionalidade mesma das instituições administrativas em relação às demandas da estrutura econômica e social do País, que vinha de constituir-se. A questão mesma da eficiência dos serviços era subsidiária, em relação à questão do ajustamento desses serviços, em conjunto, à realidade econômica e social.” (Op. cit.:449).

Como o problema administrativo do país não foi examinado sob o prisma da planificação, por tentativas e aproximações um novo sistema foi sendo criado ao lado do antigo, principalmente no setor econômico, onde as necessidades da nova sociedade brasileira se tornavam mais claras. Sucessivos relatórios têm como tema central as necessidades da estrutura econômica. As providências tomadas a partir da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos em julho de 1951 (da qual resultou a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952 e do Conselho de Desenvolvimento em 1956) e a formulação do Programa de Metas indicavam que o país incorporava ao trabalho administrativo a atitude de planificação. Isto, entretanto, não implicou na eliminação dos critérios jurídico e de eficiência. Na medida em que cada fase de nossa administração federal integra o critério dominante da fase anterior, a atual fase de planificação integra os critérios jurídico e de eficiência.

O momento de transição da humanidade, impossibilitando o estabelecimento de considerações teóricas que permitissem compreender e enfrentar os problemas da administração pública no futuro próximo é o tema de *A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina*(13). Guerreiro defendia a substituição de enfoques normativos próprios de um contexto histórico superado por um modelo não-prescritivo, antiescolástico e orientado para a pesquisa-ação. Eram necessários novos pressupostos (engajamentos), premissas valorativas que orientassem o comportamento profissional do administrador.

O primeiro era o engajamento com o mundo. Entendia que, uma vez que a tecnologia transformou o mundo em um sistema único, a solução das disparidades seria obtida por uma adequada alocação de recursos. Havia chegado a idade do desenvolvimento mundial. A administração pública, historicamente associada ao conceito de estado-nação, tornou-se um obstáculo ao desenvolvimento mundial e expõe os profissionais a ambigüidades. O desenvolvimento mundial tende a tornar-se o alvo da comunidade científica.

O segundo pressuposto era o engajamento com o crescimento humano. Existe hoje uma consciência de abundância mesmo nos países periféricos que tornaria anacrônicos os modelos vigentes de administração pública, concebidos para serem eficazes em complexos de carência. “O modelo vigente de organização e burocracia não atende nem aos imperativos do desenvolvimento humano

nem à necessidade de remodelação do sistema macrossocial”, quando é mais breve do que nunca o “intervalo entre o momento em que o problema surge e o momento em que pode se tornar crítico”. (NI, 1970: 19). Na opinião do Autor, o modelo burocrático de Weber está superado. Analisando a burocracia nos países periféricos, apontou a coexistência do moderno facilitando a mobilização social ascendente, com o pré-moderno que, desempenhando funções mantenedoras, aliena a maioria da clientela composta de pessoas desprivilegiadas. Seria necessário ressocializar os sistemas de organização.

O terceiro engajamento era com a legitimidade. Guerreiro afirmava que não existe e talvez nunca viesse a existir princípios definitivos de legitimidade. “A legalidade foi a manifestação de igualdade mais viável na revolução industrial. Na perspectiva do estágio pós-industrial, porém, em que o bem-estar tende a tornar-se um direito universal, é preciso institucionalizar outras igualdades além da igualdade perante a lei.” (Op. cit.: 26). E mais adiante, dizia: “Num estágio de desenvolvimento em que é viável o bem-estar de todos, os governos demonstram sua legitimidade pela disposição de formular diretrizes públicas orientadas no sentido de reduzir ao mínimo as desigualdades sociais.” (Idem, idem, idem).

Foram examinados problemas de administração pública na América Latina frente aos engajamentos. O sistema mundial faz das nações sistemas penetrados, ou seja, a alocação de recursos e seus valores é determinada em grande parte pela necessidade de enfrentar pressões internacionais. As nações são unidas por elos definidos como padrões de comportamento repetitivo que, originando-se em um sistema, provocam comportamento correlato em outro. À luz deste conceito, o Autor condenou as explicações impressionistas nas análises de fenômenos como formalismo, corrupção e descontinuidade no processo de formulação política. Estudando os problemas inerentes à otimização de modelos administrativos, incita o administrador a descobrir, através da pesquisa-ação, processos específicos para alcançá-la.

Guerreiro indagava quais seriam os principais efeitos, sobre a administração pública, dos padrões latino-americanos de legitimidade, e o que poderiam fazer os praticantes de administração pública para melhorá-los. Criticou a adoção de premissas e categorias próprias dos países cênicos no estudo da instabilidade política na América Latina. Propôs que fosse suscitado o debate

do problema da legitimidade *versus* eficácia administrativa. Quanto ao que poderia ser feito para melhorar os padrões de legitimidade da política latino-americana, indicava a necessidade de atenção à teoria e prática de formação profissional e adoção de indicadores sociais.

Em *Modelos de homem e teoria administrativa*(14) Guerreiro reavaliou a evolução da teoria administrativa usando como pontos de referência três modelos de homem: o homem operacional da teoria clássica, o homem reativo da escola de relações humanas e o homem parentético. O termo “parentético”, já empregado em 1963, tem agora seu significado esclarecido. Deriva da noção de Husserl de “em suspenso” e “parênteses”. Ao contrário da atitude natural do homem “ajustado”, desinteressado da racionalidade noética e aprisionado em seu imediatismo, o homem parentético desenvolve atitude crítica. Coloca entre parênteses a crença no mundo comum, permitindo-se alcançar um nível de pensamento conceitual e, portanto, de liberdade. “O homem parentético é simultaneamente um reflexo das novas circunstâncias sociais, que agora são mais perceptíveis nas sociedades industriais avançadas, como a dos EUA, que irão prevalecer eventualmente pelo mundo inteiro, e uma reação a elas.” (MHTA, 1984: 8).Concordando com Robert Lane(15), diz Guerreiro que os padrões de comportamento tendem a tornar-se difundidos nas sociedades industriais avançadas e só residualmente existem nas sociedades em estágios anteriores de evolução. Indivíduos excepcionais como Sócrates, Bacon e Maquiavel, por exemplo, possuíram a capacidade de perceber suas respectivas sociedades como arranjos precários. Enquanto a massa da população em suas respectivas sociedades interpretava a si própria de acordo com as definições convencionalmente estabelecidas, “eles tiveram a capacidade de excluir-se tanto do ambiente interno, quanto do externo: puderam, desta forma, examiná-los com visão crítica. Tal capacidade é claramente parentética. De fato, “a exclusão equivale aqui a incluir, a colocar entre parênteses. O homem parentético está apto a graduar o fluxo da vida diária para examiná-lo e avaliá-lo como um espectador.” (Op. cit.: 8). A capacidade psicológica do indivíduo de separar a si mesmo de seu ambiente interno e externo define a atitude parentética. “Os homens parentéticos prosperam quando termina o período da ingenuidade social.” (Idem, idem, idem). Em termos de uma tipologia de indivi-

duos que trabalham em organizações(16), o homem parentético não iria esforçar-se demasiadamente para obter sucesso – segundo os padrões convencionais – como faz aquele que quer subir. Daria grande importância ao eu, e teria urgência em encontrar um significado para a vida. “Não aceitaria acriticamente padrões de desempenho, embora pudesse ser um grande empreendedor quando lhe atribuísssem tarefas criativas. Não trabalharia apenas para fugir à apatia ou indiferença, porque o comportamento passivo iria ferir seu senso de auto-estima e autonomia. Iria esforçar-se para influenciar o ambiente, para retirar dele tanta satisfação quanto pudesse.” (Op. cit.: 9). Compreenderia que as organizações, como são limitadas pela racionalidade funcional, têm de ser tratadas segundo seus próprios termos relativos.

Afirmando que a teoria administrativa não pode mais legitimar a racionalidade funcional da organização, dizia Guerreiro Ramos: “O que leva às crises nas organizações atuais é o fato de que sua estrutura organizacional e forma de operação admitem que as antigas carências continuam a ser básicas, enquanto, na realidade, o homem contemporâneo está consciente de que as carências críticas pertencem a outro grupo, isto é, relacionam-se a necessidades que se situam acima do nível de simples sobrevivência.” (Idem, idem, idem).

Apontando a obsolescência – por força das circunstâncias – do darwinismo social que tem tradicionalmente validado a teoria e a prática da administração, apontou uma série de razões que estão levando a sociedade afluyente a estilos parentéticos de vida, como a crescente consciência do trabalho desnecessário, o entendimento de que é utópico dirigir microorganizações sem considerar seus condicionamentos macrossociais, a escassez de empregos, a percepção – pelo trabalhador médio das sociedades avançadas – da perda da competência em lidar consigo mesmo e com o ambiente global não como um mal inerente à tecnologia, mas pelo caráter episódico da estrutura política e institucional das sociedades avançadas.

Guerreiro concluiu o trabalho chamando atenção para o surgimento de uma abordagem parentética do desenho organizacional, citando exemplos e dizendo: “Em sua longa história, a organização tradicional está agora encontrando seu momento da verdade. Sua sedução está desaparecendo. O campo agora é próprio à obra de Kant, à revolução copernicana. Necessitamos apenas de uma crítica radical da razão organizacional.” (Op. cit: 11).

Guerreiro Ramos preocupou-se com a utilização, pela teoria administrativa, de conceitos provenientes de outras áreas do conhecimento, naquele momento, para tratar de fatos e problemas que lhe são inerentes(17). Embora julgasse as relações interdisciplinares positivas e mesmo necessárias à criatividade, entendia que já era hora de uma avaliação. Analisou, como exemplo, os conceitos de autenticidade organizacional, alienação e saúde organizacional. Estes problemas, que nunca foram relevantes para os nossos predecessores, deviam ser objeto da teoria e da prática administrativa em seu esforço para serem sensíveis às demandas do presente. Em seu entender, entretanto, para ser coerente com a autenticidade, com a inalienação e com a conduta proativa, a teoria administrativa teria que adequar-se às possibilidades tecnológicas oferecidas pelo mundo atual. “Até agora ela tem-se baseado na presunção de que a organização é parte da natureza humana e, conseqüentemente, os seres humanos serão sempre parte integral de organizações.” (TAUIC, 1973: 17). Ao invés disso, seus objetivos poderiam ser expandidos, ajustando-se a tratamento sistemático de fatos e problemas de engenharia social e condições de liberdade macroinstitucional. Somente numa perspectiva macrossocial a autenticidade, a alienação e o comportamento proativo poderiam ser focalizados seriamente. “Se o meio pudesse tornar-se propício para o homem desenvolver totalmente seu potencial, a administração de coisas tomaria o lugar da administração de pessoas, alternativa ao sistema contemporâneo que a tecnologia torna possível, pela primeira vez na história, nos dias atuais.” (Idem, idem, idem).

A *Nova Ciência* é a um só tempo sistematização e aprofundamento dos trabalhos mais recentes de Guerreiro Ramos. É também, aplicação (resultado de pesquisas) da redução sociológica em seu terceiro sentido – superação da ciência social nos moldes institucionais em que se encontra – conforme formulação apresentada na segunda edição deste livro. Além de incorporar *Teoria administrativa e utilização inadequada de conceitos* (1973) com o título de *Colocação desapropriada de conceitos e teoria da organização* (Cap. 4), a *Nova Ciência* foi como que anunciada em vários trabalhos imediatamente anteriores (18).

Tendo como objetivo “contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo atual centralizado no mercado, que tem dominado as empresas privadas e a admi-

nistração pública nos últimos 80 anos” (NCO, 1980: XI), sua tese tem os seguintes fundamentos: a) a aplicação dos princípios da teoria da organização centralizada no mercado a todas as formas de atividade está dificultando a atualização de possíveis novos sistemas sociais, necessários à superação de dilemas básicos de nossa sociedade; b) o modelo de alocação de mão-de-obra e de recursos, implícito na teoria dominante de organização, não leva em conta as exigências ecológicas e não se vincula, portanto, ao estágio contemporâneo das capacidades de produção; c) a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa porque não admite explicitamente sua limitada utilidade funcional.

Partindo da análise da razão moderna, Guerreiro critica sua submissão ao mercado (transvaliação). De força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o falso e o verdadeiro, ordenando assim sua vida pessoal e social, a razão passa a ser entendida como capacidade que o indivíduo adquire “pelo esforço” e que o habilita a nada a não ser fazer o “cálculo utilitário de conseqüências”. Converte-se o concreto no abstrato, o bom no funcional, o ético no não-ético. Este conceito de razão, elaborado pela sociedade moderna centrada no mercado, é o principal pressuposto da ciência social.

A crítica da ciência social moderna é ponto cardinal da elaboração da teoria substantiva da vida humana associada ou ciência social substantiva. Derivando a teoria organizacional em voga da ciência social moderna, o Autor a acusa de não conseguir proporcionar uma compreensão exata da complexidade da análise e desenho dos sistemas sociais, em grande parte devido a seus alicerces psicológicos (síndrome comportamentalista). A explicação analítica dessa base psicológica, necessária ao desenvolvimento de uma nova ciência das organizações, foi antecedida de algumas considerações. A primeira consideração preliminar é a de que as organizações são sistemas cognitivos. Embora fazendo com que seus membros, sem o saberem, se tornem pensadores inconscientes, o pensamento organizacional pode passar a ser consciente e sistemático quando, pela ação de teóricos, o sistema cognitivo inerente a um tipo particular de organização é articulado como sendo um sistema normativo e cognitivo geral. “A maior parte daquilo que é usualmente denominado teoria da organização é desprovida de rigor científico e é, antes, tautologia disfarçada

ou, quando muito, disfarçado pensamento organizacional, pensamento que aceita, por seu valor aparente, os critérios inerentes à organização, e é, ele mesmo, subproduto do próprio processo organizacional.” (Op. cit.: 50). A teoria proposta se contrapõe a esta. “...uma teoria da organização verdadeira e científica tem seus próprios critérios, isto é, critérios que não são, necessariamente, idênticos aos da eficiência social e organizacional. Uma teoria científica da organização não se baseia em sistemas cognitivos inerentes a qualquer tipo de organização existente, mas antes faz a avaliação das organizações em termos da compreensão da conduta geralmente adequada a seres humanos, levando em consideração tanto requisitos substantivos como funcionais.” (Op. cit.: 50).

Como segunda observação, Guerreiro propõe uma distinção entre comportamento e ação para esclarecer o reducionismo psicológico inerente à atual teoria da organização. “O comportamento é uma forma de conduta que se baseia na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das conseqüências, uma capacidade – como assinalou corretamente Hobbes – que o ser humano tem em comum com os outros animais. Sua categoria mais importante é a conveniência. Em conseqüência, o comportamento é desprovido de conteúdo ético de validade geral.” (Op. cit.: 51). “Em contraposição, a ação é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas. Pelo reconhecimento dessas finalidades, a ação constitui uma forma ética de conduta. A eficiência social e organizacional é uma dimensão incidental e não fundamental da ação humana. Os seres humanos são levados a agir, a tomar decisões e a fazer escolhas, porque causas finais – e não apenas causas eficientes – influem no mundo em geral. Assim, a ação baseia-se na estimativa utilitária das conseqüências, quando muito, apenas por acidente.” (Idem, idem, idem).

O Autor examinou a origem lingüística do termo comportamento, afirmando que significa conformidade, fato geralmente negligenciado porque “a conformidade a critérios de gregarismo socialmente estabelecidos foi transformada em padrão de moralidade humana em geral.” (Idem, idem, idem). Salientou, por fim, que a síndrome comportamentalista surgiu como conseqüência de um esforço histórico sem precedentes para moldar uma ordem social de acordo com os critérios de economicidade. Feitas as considerações

preliminares, abordou os quatro traços principais da síndrome comportamentalista (fluidez da individualidade, perspectivismo, formalismo e operacionalismo), indicando as conexões entre esses traços e a mentalidade imposta pelo mercado. Esses traços afetam a vida das pessoas e são o credo não enunciado de instituições e organizações da sociedade de mercado.

A política cognitiva como psicologia da sociedade centrada no mercado foi estudada por Guerreiro como um dos pressupostos não questionados da “chamada ciência da organização”. “Enquanto permanecer alheia à crítica de si mesma, a colocação inapropriada de conceitos e a política cognitiva afetarão de modo adverso a prática e o ensino da disciplina administrativa, por sufocarem qualquer esforço no sentido de uma verdadeira articulação teórica nesse terreno.” (Op. cit.: 86). A dimensão política da cognição não tem merecido atenção dos teóricos. Política e conhecimento vem sendo tratadas como áreas separadas. Quando veio a ser reconhecida como dimensão inerente às atividades desenvolvidas nas organizações, a política foi incorporada à teoria organizacional como luta pelo poder. Entendendo como indesculpável o estudo separado e distinto da cognição e da política, porque a influência da política cognitiva ultrapassou o âmbito restrito dos enclaves marginais passando a permear toda a sociedade, afirmou: “Os padrões cognitivos, exigidos pelos requisitos das transações típicas do mercado, limitado no espaço, transformaram-se em política de cognição, induzida do modo particular das estruturas e estratégias das organizações formais, estendendo-se agora à sociedade como um todo.” (Op. cit.: 86-7). A política cognitiva foi definida como “uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretar a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distinção.” (Op. cit.: 87).

Não foi por acaso que a destruição, ou o solapamento dos traços culturais específicos e dos laços comunitários em toda sociedade onde o mercado se tornou agência cêntrica, foi interpretada com sentido normativo pelos cientistas sociais convencionais. O tema não se tornou objeto de estudos acadêmicos porque a obscuridade está em sua própria natureza. O objetivo da política cognitiva é afetar a mente do povo. A admissão da intencionalidade das atividades desenvolvidas pelos agentes⁽¹⁹⁾ não apenas enfraqueceria a admissão de seus atos como político-cognitivos, como poderiam ser levantadas graves

consequências éticas quanto a seus objetivos. A respeito da política cognitiva nas organizações formais, dizia o Autor: “A política cognitiva é uma parte fundamental das estruturas organizacionais formais, de todas as categorias e de todos os tamanhos. Cada organização formal tem seu jargão específico, que constitui importante dispositivo de proteção e estabilização, e que contém um certo conjunto de regras tácitas de cognição, ou definições da realidade transmitidas a seus membros no processo de socialização.” (Op. cit.: 91-2).

Na medida em que o mercado transformou-se na força modeladora da sociedade e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assume o caráter de um paradigma, “os padrões do mercado, para pensamento e linguagem, tendem a tornar-se equivalentes aos padrões gerais de pensamento e linguagem; esse é o ambiente da política cognitiva. A disciplina organizacional ensinada nas escolas e universidades não é um saber crítico consciente dessas circunstâncias. É assim ela própria uma manifestação do sucesso da política cognitiva.” (Op. cit.: 92). Fundamentando seus argumentos, Guerreiro examinou três pressupostos até agora não articulados pela teoria convencional: a) a identificação da natureza humana, em geral, com a síndrome do comportamento inerente à sociedade centrada no mercado; b) a definição do homem como detentor de emprego; e c) a identificação da comunicação humana com a comunicação instrumental.

Ao formular a abordagem substantiva da organização, Guerreiro Ramos concluiu a crítica e deu início ao desenvolvimento de sua proposta alternativa. Para ele, “a disciplina organizacional contemporânea não desenvolveu a capacidade analítica necessária à crítica de seus alicerces teóricos e, em grande parte, toma emprestadas capacidades exteriores. Por essa razão, condenou-se a si mesma a permanecer pré-analítica e, para sempre, na periferia da ciência social.” (Op. cit.: 118). Entendendo que “difícilmente um campo disciplinar atingirá o nível sofisticado de conhecimento requerido para o ensino em grau superior, se não for capaz de desenvolver em caráter crítico e de si mesmo extraídas suas bases epistemológicas.” (Op. cit.: 118), para a formulação da abordagem substantiva julgou necessário: a) desenvolver um tipo de análise capaz de detectar os ingredientes epistemológicos dos vários cenários organizacionais; b) desenvolver um tipo de análise organizacional expurgado de padrões distorcidos de linguagem e conceituação.

Em sua opinião a dimensão epistemológica dos sistemas sociais não merece qualquer atenção. Os planejadores dos sistemas sociais tratam dos problemas dos sistemas sociais (socialização dos indivíduos, relação organização/ambiente) usando instrumentos conceituais eminentemente técnicos, despreocupados dos valores humanos. Por outro lado, a teoria da organização nunca examinou criticamente a epistemologia inerente ao sistema de mercado, possuindo pontos-cegos assim caracterizados:

1. “O conceito de racionalidade predominante na vigente teoria organizacional parece afetado por fortes implicações ideológicas. Conduz à identificação do comportamento econômico como constituindo a totalidade da natureza humana”;

2. “A presente teoria da organização não distingue, sistematicamente, entre o significado substantivo e o significado formal da organização. Essa confusão torna obscuro o fato de que a organização econômica formal é uma inovação institucional recente, exigida pelo imperativo da acumulação de capital e pela expansão das capacidades de processamento características do sistema de mercado. A organização econômica formal não pode ser considerada um paradigma, segundo a qual devem ser estudadas as formas de organizações, passadas, presentes e emergentes;”

3. “A presente teoria da organização não tem clara compreensão do papel da interação simbólica, no conjunto dos relacionamentos interpessoais;”

4. “A presente teoria da organização apóia-se numa visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem, e isso fica patente através de sua incapacidade de distinguir entre trabalho e ocupação.” (Op. cit.: 121).

O Autor chega ao ponto central de seu trabalho com a formulação da “teoria de delimitação dos sistemas sociais”. Sendo o modelo predominante nos campos da administração, da ciência política, da economia e da ciência social em geral unidimensional porque, em grande parte, considera o mercado como categoria principal para a ordenação dos negócios pessoais e sociais, Guerreiro propôs um modelo multidimensional para análise e formulação dos negócios sociais. O modelo, denominado paradigma paraeconômico (fig. 1), considera o mercado como um enclave legítimo e necessário, mas limitado e regulado. A noção de delimitação organizacional é o ponto central desse modelo. Envolve uma visão da sociedade constituída de enclaves – dos quais

o mercado é apenas um – onde o homem se empenha em tipos diferentes de atividades substantivas, embora verdadeiramente integrativos. Envolve, também, um sistema de governo que chama de “governo social”, capaz de fomentar e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção da otimização das transações entre os referidos enclaves.

Este segundo aspecto da noção de delimitação organizacional foi estudado em termos de planejamento e implementação. O planejamento ou desenho dos sistemas sociais envolve a consideração de dimensões dos sistemas sociais, às quais o Autor denominou de “lei dos requisitos adequados”. Embora os requisitos dos sistemas possam, em geral, ser generalizados, para o planejador de sistemas constituem um ponto de ordem prática, ou seja, “conseqüências de concreta e participante observação, que envolve o planejador e seus clientes.” (Op. cit.: 157). O significado dessa lei foi ilustrado com o exame da tecnologia, do tamanho, do espaço, da cognição e do tempo, “algumas dimensões principais dos enclaves sociais”.

A implementação do modelo foi estudada à luz do “modelo multicêntrico de alocação”. Assim como as economias, os enclaves das isonomias e das fenonomias “devem também ser consideradas agências legítimas, necessárias à viabilidade da sociedade em seu conjunto.” (Op. cit.: 178). A implementação de diretrizes e decisões alocativas se dá de duas maneiras: transferências bilaterais, característica da economia de mercado, e transferência em sentido único, próprio da economia de subvenções. “...a qualidade e o desenvolvimento de uma sociedade não resultam apenas das atividades desses sistemas centrados no mercado. Qualidade e desenvolvimento resultam também de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca. A avaliação da eficácia desses processos alternativos e de seus ambientes sociais envolve mais do que uma contabilidade direta de fatores de produção. Sua contribuição para a viabilidade do conjunto social não pode ser determinada numa estrutura convencional de custo/benefício. Esses sistemas, normalmente, não podem funcionar, a menos que sejam financiados por subvenções.” (Op. cit.: 179).

Os modelos alocativos predominantes consideram como recursos e produção apenas os insumos e produtos de natureza econômica. Guerreiro propunha, como paradigma, um modelo que considerava como fatores

contributivos da riqueza nacional, formalmente, tanto as atividades remuneradas como as não remuneradas, incluindo aquelas resultantes da iniciativa de membros da unidade doméstica (limpar, cozinhar, costurar, cultivar verduras, decorar a casa, cuidar de doentes, promover consertos e instalações, etc.). Do mesmo modo, são considerados recursos conjuntos artísticos e educacionais de vizinhança, o cidadão que participa das reuniões da igreja local sem ser pago para isso. “O indivíduo produtivo não é, necessariamente, um detentor de emprego.” (Op. cit.: 180).

O Autor apontava como outra ilusão do modelo de mercado a pressuposição de que o montante e a qualidade do consumo do cidadão são expressos naquilo que ele compra. O mercado produz apenas aquilo que pode vender. Dizia: “Presas entre essas ilusões e entre esses pontos-cegos, as políticas alocativas do governo têm sido incapazes de ultrapassar o círculo vicioso do sistema de mercado, para tirar vantagem das possibilidades existentes de construção de uma variedade de ambientes produtivos, que não dispõem de dinheiro, como parte de uma sociedade multicêntrica.” (Op. cit.: 180-1). Um sadio conceito de recursos transcende ao que o mercado define como tal, incluindo dimensões ecológicas e psíquicas. O paradigma paraeconômico leva em conta não apenas a termodinâmica da produção, mas seus aspectos ecológicos e sociais.

O paradigma paraeconômico, dando ênfase às alocações de recursos e de mão-de-obra nos sistemas sociais em dimensões micro e macro, parte dos seguintes pressupostos:

1. “O mercado deve ser politicamente regulado e delimitado, como um enclave entre outros enclaves que constituem o conjunto da tessitura social. Em outras palavras, o mercado tem critérios próprios, que não são os mesmos dos outros enclaves, nem da sociedade como um todo. Ainda, a qualidade da vida social de uma nação resulta das atividades produtivas que elevam o sentido de comunidade de seus cidadãos.” (Op. cit.: 184);
2. “A natureza do homem atualiza-se através de várias atividades, entre as quais estão aquelas requeridas pela sua condição incidental de detentor de emprego. A atualização humana é inversamente proporcional ao consumo individual de produtos e artigos do mercado e, mais particular-

mente, ao tempo exigido por esse tipo de consumo. Tal concepção significa que um indivíduo completamente socializado é, necessariamente, menos do que aquilo que uma pessoa deveria ser e pode ser.” (Op. cit.: 185);

3. “O desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do ponto-de-vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo. Isso conduz ao tipo multidimensional de teoria política e organizacional (e sua prática) conceptual e operacionalmente qualificada para o encorajamento, tanto das atividades produtivas dos cidadãos quanto de seu senso de significativa atualização pessoal e social.” (Op. cit.: 185).

A incorporação de populações inteiras ao mercado – propósito daqueles que criticam a economia dual como definição de subdesenvolvimento – tem conseqüências negativas tanto nos países periféricos como nos países cêtricos: exagerada concentração de população nas cidades, aumento da taxa de anomia, agravamento da síndrome comportamentalista, diluição da identidade cultural dos cidadãos e a destruição de sua competência artesanal, que os capacitava a garantir, de modo autônomo, a própria sobrevivência. Além do mais, tal interpretação da economia dual é um equívoco, uma vez que se trata de traço normal em todas as nações contemporâneas, inclusive os Estados Unidos.

Guerreiro Ramos concluiu o trabalho defendendo a tese da organização social resistente. A produção não é apenas questão técnica, mas também moral. “...a produção deveria ser empreendida não só para proporcionar a quantidade bastante dos bens de que o homem necessita para viver uma vida sadia, mas também para provê-lo das condições que lhe permitam atualizar sua natureza e apreciar o que faz para isso. Desse modo, a produção das mercadorias deve ser gerida eticamente, porque, como consumidor ilimitado, o homem não se torna resistente, mas exaure seu próprio ser. Mais ainda, a produção é igualmente uma questão moral, em razão de seu impacto sobre a natureza como um todo. Na realidade, a natureza não é um material inerte; é um sistema vivo, que só pode perdurar na medida em que não se violem os freios biofísicos impostos a seus processos de recuperação.” (Op. cit.: 199).

A perduração é, a um só tempo, uma categoria da existência física, humana e social. Uma teoria da organização perdurante seria concebida em ter-

mos de suas vinculações com a biofísica, sensível às limitações do equilíbrio termodinâmico, ao contrário da teoria de organização convencional e da ciência social praticada no ocidente.

Da difusão da administração, de considerações críticas à administração pública brasileira e de seu estudo a respeito da organização racional do trabalho, Guerreiro Ramos passou à teoria das organizações. Embora “Homem-Organização e Homem-Parentético” tenha sido sua primeira reflexão em termos organizacionais, é a partir de *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* que a teoria das organizações toma forma em sua obra e assume caráter permanente. Ao lado de questões administrativas, neste trabalho foram abordados temas organizacionais – como racionalidade, poder, alienação, ética, sistema social, tempo social – o que é explicável pelo fato de o livro ter como subtítulo “elementos de uma sociologia especial da administração”. Apesar de não merecer do Autor maior apreço diante das circunstâncias políticas em que foi elaborado, foi por intermédio dele que Guerreiro Ramos teve oportunidade de passar a lecionar nos Estados Unidos, fato determinante na trajetória de seu pensamento.

Embora a *Redução Sociológica* tenha sido seu trabalho maior no campo da teoria sociológica, inspirando vários outros – inclusive *A Nova Ciência* – a nosso ver foi no campo da teoria das organizações que o pensamento de Guerreiro Ramos atingiu seu ponto mais alto. Este trabalho, publicado em 1980, apesar de antevisto em artigos vários a partir de 1972, é a aplicação da redução sociológica em seu terceiro sentido: superação da ciência social nos moldes institucionais e universitários em que se encontra. A respeito dos sentidos da redução sociológica cabem algumas observações.

Tendo sido eles formulados na segunda edição da *Redução* (1965), em “Administração e Estratégia do Desenvolvimento” (1966) o Autor afirmou que o principal propósito do livro “consiste numa tentativa de formular as bases de uma ciência administrativa fundada no que tenho chamado de redução sociológica.” (AED, 1966: XI). Tratava-se, assim, da redução nos termos originais. No prefácio de *A Nova Ciência*, entretanto, Guerreiro, referindo-se ao livro de 1966, limitou-se a afirmar que “minhas análises do conceito de racionalidade e de outros tópicos da ciência social dominante já antecipavam muito do que o leitor encontrará neste livro.” (NCO, 1980: XVII). Omite,

assim, a afirmação contida no prefácio de *Administração e Estratégia do Desenvolvimento*, não lhe atribuindo nenhum dos sentidos da redução. Mais que as circunstâncias em que *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* foi elaborado, a evolução do pensamento do Autor parece explicar suas reservas em relação ao livro. O livro trata do desenvolvimento, credo religioso, símbolo deístico para o Guerreiro Ramos de 1980.

A nosso ver a racionalidade e outros tópicos da ciência social dominante antecipam a elaboração de *A Nova Ciência* apenas como tema. Além de negar o desenvolvimento – objeto do livro de 1966 – a modernização, que tanta atenção recebera naquele trabalho, também é negada na crítica à economia de mercado. A razão e a ética, tratados em *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* como elementos da ação administrativa, em *A Nova Ciência* são pontos de partida para a crítica da ciência social e da teoria das organizações da qual é originária. A tecnologia passa de variável estratégica do desenvolvimento à oportunidade de estabelecimento de uma nova ordem social orientada pelo respeito à ecologia.

Da administração dos problemas sociais Guerreiro Ramos passou à administração dos problemas nacionais e depois à administração da sociedade mundial. Os modelos de organização calcados na racionalidade funcional e concebidos em uma época de escassez – que mereceram inicialmente sua atenção – dão lugar à tese da necessidade de modelos adequados à época de abundância possibilitada pela tecnologia e voltados para a realização humana. Por fim, a teoria da organização, criticada em seus alicerces e desnudada em seus pontos-cegos, ao ser apoiada em uma ciência social substantiva, dá lugar à teoria de delimitação dos sistemas sociais e ao modelo multicêntrico de alocação de recursos. O pensamento de Guerreiro Ramos, em seus próprios termos, seguiu a previsão de Saint-Simon: a administração dos homens foi substituída pela administração das coisas.

NOTAS

1. A distinção é de Albert Schaeffe, citado por Karl Mannheim em *Ideologia y Utopia*. México, Fondo de Cultura.
2. Foi transcrito em nota o código de ética editado pela Associação Internacional de Administração de Municípios, publicado em “Formas de governo municipal nos Estados Unidos”. *Rev. do Serviço Público*. Rio de Janeiro, dez.1944.
3. A racionalização da administração pública brasileira foi inspirada na experiência dos Estados Unidos e teve início pela administração federal, ao contrário do que ocorreu naquele país.
4. Op. cit.: 183.
5. Op. cit.: 39.
6. Sociologia Industrial – Formação. Tendências Atuais. Rio de Janeiro. 1952.
7. Homem-organização e Homem-parentético. In: Guerreiro Ramos, A. *A Crise do Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
8. A expressão “entre parênteses” foi empregada na *Cartilha* (1953), dizendo Guerreiro ao referir-se aos estudos a respeito do negro no Brasil: “A tarefa que se impõe como necessária para conjurar esta mistificação do assunto – o negro no Brasil – é a de promover a purgação daqueles clichês conceituais, é a de tentar examiná-lo *pondo entre parênteses* as conotações de nossa ciência oficial, é a de tentar o entendimento do tema, a partir de uma situação vital, estando o investigador, nesta situação, aberto à realidade fática e, também, aberto interiormente para a originalidade.” Op. cit.: 156 – grifo nosso.
9. Ver *Revolução Direta e Socialismo, Uma Corruptela de Filosofia: o Marxismo-Leninismo, O Morto e o Vivo no Internacionalismo Proletário e Defesa do Revisionismo*. In: Guerreiro Ramos, A. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963. Capítulos 2, 3, 4 e 5.
10. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
11. Encontro Interamericano de Administração para o Desenvolvimento, 1. Rio de Janeiro, 1964. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Escola Interamericana de Administração Pública, 1964.
12. SIMON, Herbert. *Administrative Behavior*. New York, The MacMillan Co., 1961, p.67.

13. *Rev. Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 4 (2): 7-45, jul/dez/1970.
14. Consta do levantamento bibliográfico elaborado por Frederico Lustosa da Costa (*Rev. Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, 17 (2): 155-62, abr/jun/1983) um trabalho com o título *Models of man and administrative theory*, publicado em *Public Administration Review*. Washington, DC, 32 (3): 241-6, may/june 1972. Tendo sido publicado em português com o título *Modelos de homem e teoria administrativa* (*Rev. Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, 18 (2): 3-12, abr/jun/1984) e constando em nota ser o mesmo uma tradução, embora sem mencionar o título original, entendemos tratar-se do mesmo trabalho publicado em inglês.
15. *The decline of politics and ideology in a knowledgeable society*, *American Sociological Review*, p. 654, oct. 1966.
16. Os modelos de homem estudados por Guerreiro Ramos são: 1. o homem operacional, equivalente ao *homem economicus* da economia clássica e “considerado um recurso organizacional a ser maximizado em termos de produto físico mensurável; 2. o homem reativo, alternativa sugerida pela primeira vez nos estudos de Hawthorne e que, supondo ser o indivíduo mais complexo do que supunham os teóricos clássicos, davam ênfase ao ambiente social externo, à motivação, e percebiam o papel dos valores, sentimentos e atitudes no processo de produção; 3. o homem parentético.
17. Teoria administrativa e utilização inadequada de conceitos. *Rev. Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, 37(3):5-17, jul./set., 1973.
18. Além de *Modelos de homem e teoria administrativa* (1972) ver: *O “milagre” e a sociedade*. *Jornal do Brasil*, 13.5.79; *Limites da modernização* (*Jornal do Brasil*, 29.5.79); e *Um modelo corretivo do impasse econômico* (*Jornal do Brasil*, 8.7.79). Além de *A teoria administrativa e a utilização inadequada de conceitos*, republicada no cap. 4 de *A Nova Ciência*, diz o Autor no prefácio da edição brasileira que os assuntos tratados nos capítulos 5 (política cognitiva) e 6 (abordagem substantiva da organização) foram objeto de artigos publicados nas revistas *Public Administration Review* e *Administration and Society*, e no livro *Organization Theory and the New Public Administration* (Carl Bellone, org. Allyn & Bacon, 1980).

19. Para Guerreiro, os agentes da política cognitiva se diferenciam no grau de percepção de seus papéis. Os mais conscientes encontram-se nas atividades de comunicação e publicidade. “A imprensa, o rádio e a televisão estão, conjuntamente, engajados num processo contínuo de deliberada definição da realidade. Os instrumentos da mídia são utilizados como armas na competição para influenciar a interpretação que o povo dá à realidade. Tanto o cenário em que a informação é dada, quanto seu padrão lingüístico, é elaborado antes para enganar do que para esclarecer o público.” (NCO, 1980: 91). E diz mais logo adiante: “A bem-sucedida venda de um produto é, hoje em dia, não tanto o resultado da exata compreensão de suas verdadeiras propriedades, por parte dos consumidores, mas de preferência o desfecho de uma batalha política velada contra o bom senso.” (Idem, idem, idem)

4. Observações Finais

Ao longo de seus trinta e cinco anos o pensamento de Guerreiro Ramos percorreu uma trajetória que teve momentos distintos. Usando uma categoria tanto de seu agrado durante largo tempo, denominamos estes momentos de fase. Ao longo das fases de sua obra é possível verificar não só as linhas básicas de seu pensamento em termos de teoria e método, como também a presença dos temas e das categorias lógicas. O estabelecimento das fases na tentativa de compreensão da trajetória do pensamento de Guerreiro é um artifício. Elas simplesmente indicam as características predominantes em determinado período. As fases, entretanto, não são estanques. Em cada uma delas é perfeitamente possível verificar elementos da fase subsequente, como que numa superposição.

A primeira fase (1943-52) corresponde ao esboço de seu pensamento sociológico. Esta foi a fase de estudo dos problemas sociais, iniciada com seu curso de sociologia no Departamento Nacional da Criança. Nesta fase predominam trabalhos produzidos sob a forma de artigos, publicados na Revista do Serviço Público, do DASP – favorecido pela condição de diretor da seção de crítica, função para a qual foi convidado em 1946 – e na imprensa do Rio de Janeiro. A exceção foi sua tese para o concurso de técnico de administração do DASP, seu principal trabalho deste período. Nesta fase foram produzidos os trabalhos a respeito de saúde pública, infância e adolescência, padrão de vida e temas diversos, além de terem sido iniciados os estudos a respeito de relações raciais no Brasil.

O pensamento do Autor nesta fase encontra-se formulado em seus estudos sobre teoria sociológica, mortalidade infantil, administração e artigos referentes a temas como marxismo e psicanálise, nestes comentando Eric Fromm (*O Medo da Liberdade*). Criticou Freud por sua falta de cultura sociológica. A principal característica do Autor neste período foi sua preocupação em difundir o conhecimento sociológico, apresentando a sociologia como um novo método de pensar, “um novo modo de especular os fenômenos sociais, que se

caracteriza pela suposição de que todo equilíbrio social é precário ou pela negação de qualquer explicação providencialista da evolução social.” (NPS, 1946: 163). A sociologia era concebida como tecnologia social na medida em que manipulava fatos para solução de problemas, como instrumento de intervenção na realidade social.

A metodologia e as categorias que utilizou nesta fase revelam a forte influência de Marx Weber e Karl Mannheim, que marcariam seu pensamento ao longo de toda a sua obra. Weber está presente na concepção da realidade como processo (história) e na categoria de racionalidade. A influência de Mannheim, entretanto, permite identificar Guerreiro Ramos com a sociologia do conhecimento. É bom lembrar que sua tese para o concurso do DASP, onde estudou o processo histórico da racionalização do trabalho, possui como subtítulo *Ensaio de uma Sociologia do Conhecimento*.

Em seus trabalhos deste período observa-se já uma abordagem transdisciplinar, articulando na análise sociológica considerações de natureza antropológica, biológica, demográfica, psicológica, econômica e administrativa. Existe um posicionamento metodológico que tem como categorias básicas: estrutura, fase, classe, área (espaço), *principia media* e razão, tendo sido as cinco primeiras explicitadas nas *Notas Metodológicas*. Em seus estudos de saúde apontou o papel dos fatores sociais na formação das doenças, criticou a abordagem médica do problema social e desenvolveu considerações de natureza administrativa e econômica, referindo-se à pobreza e ao desenvolvimento. A puericultura era vista como tecnologia social na medida em que implicava conceitos, noções e princípios de disciplinas diversas. Os estudos de padrão de vida foram entendidos como peça fundamental de toda política social e em função dos quais os órgãos governamentais deveriam planejar seus serviços. Tratava-se, em seu entender, de uma concessão do capitalismo em sua fase imperialista. Os fundamentos sociais da administração foram estudados em sua tese para o concurso do DASP. Em suas observações administrativas criticou as transplantações e apontou a necessidade de adaptação. O trabalho, tema da tese, foi abordado na *Sociologia Industrial* sob outro ângulo. Novamente examinado ao longo da história, retomou o tema da racionalidade e estudou a origem industrial da sociologia e o trabalho industrial. Militante do movimento negro, enfatizou o aspecto psicológico e desenvolveu discurso

conciliador defendendo a democracia racial. Seus trabalhos de pesquisa não tiveram aproveitamento maior. Em seu depoimento ao CEPEDOC/FGV confessou haver recebido influência de Donald Pierson na aplicação de *surveys*, afirmando haver escrito “coisas americanizadas”. Refere-se, certamente, ao trabalho *A pesquisa e os surveys sociais* (1947).

Além de sua formação literária e filosófica o Autor era profundamente informado, como é possível observar pela bibliografia citada em seus trabalhos. Em boa parte este fato se deve às publicações que recebia na condição de responsável pela seção de crítica da Revista do Serviço Público. No final de seus artigos naquela revista, encontra-se uma espécie de subseção intitulada “recebemos e agradecemos”, onde estão listadas as publicações encaminhadas. Em *Ciências sociais em transição* (1947), analisa como mudanças no pensamento sociológico a emancipação do impressionismo pela adoção da objetividade – devida, em grande parte, ao reconhecimento da importância dos fatores emocionais – e adoção da causalidade, substituindo a teoria unilinear pela funcional, e comenta as novas teorias da geometria e da física. Vale ressaltar que neste artigo elogia *A Transformação da Lógica Conceitual da Sociologia* (1947), de Mário Lins, autor que mais tarde criticaria, incluindo-o na corrente consular, e defende a construção de unidades conceituais que não fossem incompatíveis com outras. Naquela oportunidade fez a primeira crítica à sociologia praticada no Brasil, afirmando ser de nível muito baixo. Esta fase termina em 1952 com seu ingresso na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas como professor e com a publicação de *Sociologia Industrial*.

Seus estudos e pesquisas e sua experiência no DASP, bem como na assessoria da Presidência da República ao lado de economistas de renome, levaram Guerreiro Ramos a aprofundar a crítica à sociologia praticada no Brasil. De 1953 a 1966 transcorre a segunda fase de sua obra, caracterizada pelo pensamento crítico e pela formulação do que denominou de sociologia nacional ou militante. Este período, o mais movimentado de sua obra, inicia-se com a publicação de *O Processo da Sociologia no Brasil* e termina com a mudança do Autor para os Estados Unidos.

A formulação da sociologia nacional, também chamada sociologia autêntica ou militante, fundamentou-se na análise histórica da teoria sociológi-

ca. A sociologia como forma independente de saber surgiu da crise gerada pelo advento da sociedade burguesa, momento em que esta assumiu o caráter de associação humana independente do estado. A formação da sociologia em sua acepção acadêmica (disciplina sistemático-formal desvinculada da economia e da história) ocorre em um período em que a burguesia ascende ao poder e arrefece seus ímpetus revolucionários, fragmentando-se em diversas disciplinas especializadas a teoria social que se vinha formando no século XVIII. Para ele esta sociologia é uma distorção da teoria social científica na forma em que vinha sendo desenvolvida pelos economistas clássicos ingleses e pelos filósofos escoceses, empenhada na compreensão do processo histórico-social. Trata-se de uma ideologia de dominação na medida em que seus enunciados dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo. A especialização “estimula a adoção de processos formais de conhecimento em detrimento dos práticos, que caracterizava os teóricos do século XVIII, ao mesmo tempo teóricos e militantes”. Apesar da diferença de orientação, possuíam como pontos comuns: a) a compreensão global do processo histórico-social; b) pensamento comprometido com a prática social, deliberadamente interferente, instrumento de uma ação social orientada pelo propósito de reconstrução da sociedade; c) utilização da razão como “instrumento de crítica do sistema social vigente, ao qual negaram o direito de persistir porque fundado em preconceitos ou em justificativas que lhes pareciam retrógrados.” (RED, 1965, Ap. 1: 186). Identificado com esta concepção, sugeria que a sociologia contemporânea procurasse articular-se com ela, como a que (naquela ocasião) se inspirava em Hegel, aproveitava as contribuições de Marx e do culturalismo.

A exemplo do que ocorreu no ocidente europeu no século XVIII e ocorria em outros países, a sociologia era concebida como instrumento de construção nacional e não “universal”, nacionalmente descomprometida. A tarefa do sociólogo era contribuir para a organização da sociedade, tarefa para a qual, mais que qualquer outro profissional, estava habilitado. Esta sociologia se orientava pelo plano dos valores, pela compreensão da realidade, pelo engajamento. “Inspira-se ela numa experiência comunitária vivida pelo sociólogo, em função da qual adquire sentido. Desvinculada de uma realidade humana efetiva é uma atividade lúdica da mesma natureza do pif-paf.” (CART., 1954: 19). Esta sociologia se

opunha ao adestramento para o conformismo, ao aprendizado para receber soluções prontas, à representação de correntes, à atitude apologética frente aos métodos e produtos do trabalho sociológico do exterior, traços característicos da “sociologia consular”. A sociologia nacional não nega os enunciados gerais da ciência. Assume tal caráter pelos temas que trata.

A este pensamento, apoiado na fenomenologia e sistematizado na Redução Sociológica, correspondem novas categorias básicas. À preocupação interferente corresponde a categoria da práxis, à visão global corresponde a categoria de totalidade. Os *principia media* cedem lugar aos fatores de consciência crítica produzida no processo de avaliação e compreensão dos fatos. Assumem maior relevo as categorias de fase e razão. Aprofundando as definições de Müller-Lyer e Karl Mannheim, afirmou: “A fase é uma categoria que vem atender à exigência de um princípio de coerência na análise dos acontecimentos históricos. Resulta da descoberta de que esses acontecimentos não são fortuitos ou arbitrários, mas ocorrem como se leis estruturais os governassem. E, portanto, induz a perceber que a interferência nos acontecimentos deve fundar-se no conhecimento das linhas diretrizes que lhe dão caráter sistemático. Porque os fatos tendem a compor relações de sistema ou de coerência uns com os outros, só é viável operar em determinada situação as transformações possibilitadas pelo seu âmbito de virtualidades.” (RED., 1958: 109).

A razão, antes vista como atitude do espírito humano frente à natureza e à sociedade, passa a ser concebida como compreensão dos fenômenos em função da realidade em que estão integrados, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento adquire exato sentido. A razão, fundamentada na totalidade, permanece funcional.

A noção de mundo surge em seu pensamento em termos epistemológicos, elemento da redução sociológica, operando como suporte das noções de nacionalismo, desenvolvimento e posteriormente modernização – novos temas. Dizia Guerreiro: “O essencial da idéia de mundo é a admissão de que a consciência e os objetos estão reciprocamente relacionados. Toda consciência é intencional porque estruturalmente se refere a objetos. Todo objeto, enquanto conhecido, necessariamente está referido à consciência. O mundo que conhecemos e em que agimos é o âmbito em que os indivíduos e os objetos se encontram numa infinita e complicada trama de referências.” (RED, 1958: 45).

É nova a temática de Guerreiro Ramos nesta fase. Os trabalhos sobre desenvolvimento, nacionalismo, poder e revolução brasileira, substituem os trabalhos sobre infância, adolescência e padrão de vida. O trabalho sobre mortalidade infantil publicado no México ampliou aquele publicado no Brasil e já se refere ao desenvolvimento. A ampla bibliografia, resultado de estudos há muito desenvolvidos, ensejou uma profunda crítica da ciência social praticada nos Estados Unidos.

Além de seus estudos críticos sobre marxismo, prosseguiu tratando de relações raciais e administração. A postura integracionista dá lugar à combatividade na linha do pensamento crítico da sociologia militante, à denúncia agressiva. As relações raciais, praticamente restrita à questão do negro, passaram a ser vistas como problema nacional. Ele próprio afirmou que “a nova teoria, que consegui fazer vitoriosa, representava a indução da práxis desenvolvida no Teatro Experimental do Negro.” Guerreiro redigiu a declaração de princípios da Semana de Estudos promovida pelo Teatro Experimental do Negro de 9 a 13 de maio de 1955, no Rio de Janeiro. Tratava-se da “patologia social do branco”, sintoma de escassa integração da sociedade brasileira. O “problema” do negro foi criado por uma minoria de brancos letrados orientados por critérios de trabalho intelectual desvinculado das circunstâncias do país.

Quanto à administração, paralelamente às referências foram realizados estudos específicos, destacando-se *Administração e Estratégia do Desenvolvimento*. Este trabalho, onde estabeleceu os fundamentos sociais da sociologia da administração, não possui o tom crítico e polêmico que caracterizou a produção do Autor no período, não só por sua natureza de compêndio mas também porque, com seus direitos políticos cassados, foi obrigado a conter-se. A crítica se limita ao plano teórico. Embora a variedade de assuntos de que trata seja grande em função da amplitude do tema, é um trabalho de grande importância. Abordando assuntos predominantemente novos em sua obra (ética, teoria de sistemas, informação, modernização), ao lado de antigos, e referindo-se à realidade brasileira (burocracia, formalismo, administração federal), este livro consolidou os trabalhos do autor sobre administração realizados até aquele momento, além de trazer inovações. Neste estudo observa-se a importância que assumem as categorias de totalidade e razão na compreen-

são do fato administrativo e da ação administrativa, determinantes na análise do fenômeno do ponto-de-vista histórico-sociológico e no estudo da mudança social. O desenvolvimento – mudança social intencional – foi visto como elaboração de soluções adequadas (estratégia). À luz da estratégia foram estudadas a burocracia e o formalismo.

Nos trabalhos desta fase Guerreiro era enfático, por vezes empregando linguagem virulenta. A *Cartilha* foi um exemplo, respondendo com um título provocante às reações às suas posições em defesa da sociologia nacional. Dirigindo-se também aos sociólogos em formação, este trabalho é, a um só tempo, indicativo de suas preocupações com o ensino e esboço de metodologia.

Outro aspecto importante na obra do Autor nesta fase foi a coerência. Sua teoria correspondia à prática. O pensador que produziu a *Redução Sociológica, Situação Atual da Sociologia, Crise do Poder*, e outros textos, foi pregador do nacionalismo, militante negro, autor de manifestos, deputado federal atuante. Em entrevista concedida ao jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, em 1957, inclinava-se a conceituar a nova ciência social como uma concepção resultante de relações dialéticas, entre teoria e prática. “Em toda prática há uma teoria imanente. Em toda teoria há uma prática imanente.” (ICSB, 1957: 210).

Diante da situação política vigente no Brasil, com seus direitos políticos cassados pelo movimento militar e em decorrência de seus contatos com a Fundação Ford, Guerreiro mudou-se para os Estados Unidos em 1966, iniciando-se a terceira e última fase de sua obra que vai até sua morte, naquele país, em 1982.

Após *Nova Ignorância*, os trabalhos do Autor concentram-se na área de administração e teoria das organizações, e revelam um novo pensamento cujo ponto central é a crítica da sociedade centrada no mercado. Embora a principal obra desta fase seja *A Nova Ciência* (1980), a leitura de *Modelos de homem e teoria administrativa* (1972) nos permite deduzir que ela estava pensada pelo menos a partir deste trabalho.

Com este novo posicionamento teórico foram abandonadas antigas concepções, reformulados uns e negados outros, ao mesmo tempo em que novos temas passam a ser tratados. Com exceção da administração, em relação à primeira fase, nenhum dos temas foram retomados. Relações raciais, tema ainda abordado na segunda fase, foi abandonado nesta. O nacionalismo foi

objeto de um trabalho nos Estados Unidos(1) enquanto o poder foi objeto tanto de um documento apresentado em um seminário sobre o Brasil(2) quanto de outro a respeito da inteligência brasileira na década de 1930(3). Embora prosseguisse estudando o desenvolvimento e principalmente a modernização, passou a criticá-los fortemente. O Autor não era mais socialista, continuando crítico do marxismo agora à luz da moderna teoria econômica. A tese da sociologia nacional foi também abandonada em função da nota crítica da teoria social e da negação do desenvolvimento. Quanto à revolução, além de não poder falar, nada mais havia a dizer, pois uma alternativa para o seu desfecho já havia sido antevista. O país carecia de liderança, de um diretório político, um conjunto de homens dotados da compreensão instrumental do poder, nos quais estivesse representado o projeto de empresa nacional, como tarefa transcendente às episódicas lutas sociais, dissera em 1963. Em sua opinião, havia um dilema na revolução brasileira: o “mito” – atitude dos falatrões e adeptos da internacionalização do país, ou a “verdade” – o entendimento que possibilitasse a realização das chamadas “reformas de base” necessárias ao desenvolvimento do país. Dizia ele: “Ocorre, entre nós, que os círculos conservadores não estão suficientemente minados em suas bases e destituídos de meios para não poderem repelir, com eficácia, ameaça grave aos seus interesses essenciais e, por outro lado, não existe liderança capacitada para fazer da revolução um fato nacional, manifestação coletiva do povo brasileiro, configuradora de novo poder. A revolução, no Brasil de hoje, é idéia-força, não é processo político orgânico. Por isso, os revolucionários podem ter êxito como personalidades isoladas, mas não como expressão de um comando da revolução, nacionalmente unificado.” (MVRB, 1963: 190-1). Não foi tolerado que “o negro metido a sociólogo” (como a ele se teriam referido os inquisidores de 31 de março), que estudava os problemas brasileiros, julgasse positiva a divisão das forças armadas em termos ideológicos e falasse em revolução. Embora os fatos viessem a demonstrar que estivesse correto em sua crítica aos que chamava de “otários” – os que falavam mais do que podiam, os aventureiros e literatos que se iam especializando na desmedida –, a “verdade” não se consumou.

Suas categorias principais nesta fase são a razão e a ética. Mannheim e Weber, em quem tanto se fundamentara, passaram a ser subsídios da crítica

da razão moderna. A Mannheim (que se apoiara em Weber) acusou de limitada sua visão de racionalidade, dizendo que não tirou inteiramente as consequências da distinção que fez entre racionalidade formal e substancial, não chegando, realmente, a um conjunto coerente de diretrizes teóricas. Isto de forma alguma significa um abandono do conhecimento como temática. Quanto à lei dos requisitos adequados ao desenho dos sistemas sociais, incluiu a cognição entre as suas dimensões, Weber, ponto de partida tanto na crítica da razão moderna como na formulação da teoria substantiva, tem claras preferências do autor. Na crítica da razão moderna, Guerreiro defende Weber da acusação de representante da racionalidade burguesa, uma vez que a encarava com evidente desinteresse pessoal. Para ele, Weber agiu como historiador. Viveu em um período em que a racionalidade formal substituía amplamente a racionalidade substantiva como principal critério para ordenação dos negócios públicos e tomou como certa esta substituição, recusando-se a erigir a ciência social sobre a racionalidade substantiva. Guerreiro especulou a respeito de uma teoria substantiva que poderia ser formulada com base naquilo que Weber não disse, “mas que provavelmente diria se tivesse vivido nas presentes circunstâncias históricas.” (NCO, 1980: 25). Apontou a contradição de Weber ao afirmar que apesar da neutralidade da ciência do ponto-de-vista do valor, os valores adotados por uma sociedade são critérios indicadores daqueles pontos que são importantes para aquela forma de vida humana associada durante certo período histórico. Assim, quando as premissas de valor de um certo tipo de vida associada se transformam em fatores de um mal coletivo, o cientista social não pode considerar tais premissas estranhas à sua disciplina.

Ao formular a teoria substantiva da vida humana associada – contrapondo-a ao que denominava teoria social formal – Guerreiro rompeu com toda a teoria social e com seu pensamento anterior, inclusive com as correntes que – como afirmara em *Situação Atual da Sociologia* (1958) – contribuiriam para a formação da nova teoria da realidade social. Juntamente com desenvolvimento e modernização, socialismo, mudança social, pós-industrialismo, a etapa (estágios sociais), até então pedra angular de seu pensamento, foi criticada por sua disposição serialista. Reformulando sua concepção de história, diz então que no entendimento segundo o qual ela revela seu significado através de estágios empírico-temporais está contido um conceito de tempo peculiar

ao Iluminismo. Segundo este conceito, a natureza humana muda sua estrutura através de distintos graus qualitativos de atualização que correspondem a diferentes degraus existentes numa espécie seriada de tempo. Afirmou que o significado da história, ao contrário, é apreendido por qualquer sociedade através de compactas experiências de tempo. Além do tempo serial, existem as categorias de tempo convivial, tempo de salto, tempo errante. Ao contrário das transformações históricas empreendidas na Antiguidade que ocorreram precedidas de um movimento horizontal no espaço ou simultaneamente a ele, se alguma ruptura tiver que ocorrer hoje, “terá que assumir o caráter sem precedente de um puro êxodo em compacto tempo vertical, isto é, através de uma mudança no íntimo das pessoas, em sua orientação relativamente à realidade e nos critérios de percepção e definição de suas necessidades e desejos.” (NCO, 1980: 42).

A evolução, importante na concepção do Autor até a segunda fase, teve seu primeiro questionamento em *Modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade* (1967). A noção de possibilidade já havia sido empregada em *Administração e Estratégia do Desenvolvimento* quando, partindo dos *principia media*, indicava a adoção do ponto-de-vista estratégico em sua crítica à categoria de pré-requisito da modernização. Em *Modernização em nova perspectiva* a noção foi tratada com especificidade, contrapondo a Teoria N à Teoria P. Recorrendo a Weber, disse: “As possibilidades objetivas são na verdade conjeturas, mas conjeturas cujo poder de convicção pode ser justificado por um conhecimento positivo e controlável dos acontecimentos; não refletem ‘nossa ignorância ou conhecimento incompleto’ dos fatos.” (MNP, 1967: 15). E prosseguiu: “Weber salienta que por intermédio dessa categoria torna-se possível julgar a adequação da relação entre a imaginação e a realidade. Utilizando essa categoria com base em suportes empíricos, ficamos em condições de compreender os eventos ocorridos, passados e presentes, libertos do princípio metafísico da necessidade histórica.” (Op. cit.: 16). Quando diz que “a ciência social não pode ser científica quando se equaciona o “ocorrido” como necessário, isto é, se não se reconhecer que existe na causação histórica ou social um lugar para a opção humana” (Op. cit.: 16), trata-se de uma antecipação da crítica que seria formulada na *Nova Ciência*.

A mesma acusação de serialismo foi feita ao funcionalismo estrutural (que tanto utilizara como subsídio em *Administração e Estratégia do Desenvolvimento*), à dialética hegeliana, ao marxismo e ao neomarxismo, “e como a diferentes combinações dessas tendências com fenomenologia e/ou existencialismo.” (NCO, 1980: 41). Assim, foram negados os conceitos de circunstâncias, existência, projeto, ser-em-situação e ser-no-mundo, empregados em diversos trabalhos e principalmente na Redução.

A noção de possibilidade, freqüentemente apresentada como limite, está presente na obra do Autor desde a primeira fase, quando foi empregada referindo-se à objetividade do conhecimento histórico-sociológico, e foi extraída do conceito de possibilidade objetiva, de Weber. Guerreiro empregou a noção de limite como contrário de possibilidade, estando ambas as noções associadas. Afirmava que ela se define em termos de perspectiva e que, portanto, dadas várias explicações de um mesmo fato, a mais objetiva é aquela que alcança maior número de aspectos, aquela em função da qual se torne perceptível “a infra-estrutura e caráter residual, tributário ou ideológico das outras; é aquela que traduz a variabilidade ou direção tônica, ou dominante, dos acontecimentos. A objetividade é, assim, algo que não se conquista de uma vez por todas no domínio da realidade histórico-social, e se atinge sempre dentro de limites.” (ICSB, 1957: 17). A noção de limite foi empregada na explicação da Lei das Fases (Redução) com o mesmo fundamento estrutural. Dizia: “A lei das fases, contribuindo para formar consciência de que as diferentes seções do acontecer histórico tem limites, define um modo sociológico de pensar.” (RED., 1958: 109). Em MVRB, ao estabelecer os “princípios da revolução”, Guerreiro incluiu o que denominou de “princípio dos limites”. Neste trabalho encontra-se a primeira associação de *limite* com *possibilidade*, sendo empregada pela primeira vez a expressão weberiana “possibilidades objetivas”. Em AED a possibilidade objetiva foi utilizada como um dos elementos componentes da estratégia, relacionada com limite.

A afirmação de que A Nova Ciência é resultado de pesquisas sobre o terceiro sentido da redução sociológica merece observações. Como é sabido, a Redução passou a ser formulada em três sentidos na 2ª edição (1963). O segundo sentido foi focalizado em “Homem Organização e Homem Parentético”, publicado no livro “Mito e Verdade da Revolução Brasileira”, no

mesmo ano (4). O terceiro sentido foi focalizado em “Situação Atual da Sociologia”, trabalho escrito em 1958. Ocorre que, como já vimos, enquanto na Redução a razão (sociológica) é uma “referência básica, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire o seu exato sentido”, definida em termos de compreensão dos fatos integrados ao mundo histórico, de fase e totalidade, na NCO a concepção é outra. Na NCO a razão é “força ativa da psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, ordenar sua vida pessoal e social”. A esta conceituação Guerreiro acrescentou: “...a vida da razão na psique humana era encarada como uma realidade que resistia à sua redução a um fenômeno histórico ou social.” (NCO. 1980.23). Ao criticar a conversão do bom ao funcional, do ético no não-ético – processo que denominou de transvaliação – Guerreiro adota uma concepção de nova razão. A razão da Redução corresponde a uma fase de pensamento do Autor, à fase da sociologia compreensiva, fundada em perspectiva, em valores, significados, história. A razão da *Nova Ciência* é atributo essencial do ser humano, ética, supra-histórica.

Os sentidos da Redução foram justificados com a alegação de que em 1958 o Autor estava obcecado pela fundamentação metodológica de uma sociologia nacional. Tomando-se o primeiro trecho da definição de redução – atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social – e abandonando-se o segundo trecho – referente à assimilação crítica da experiência estrangeira – encontramos os fundamentos dos três sentidos a que se refere o Autor. No prefácio da 2ª edição da Redução, ao penitenciar-se do aspecto limitado do primeiro sentido, diz que ela “não se destina tão só a habilitar a transposição de conhecimentos de um contexto social para outro, de modo crítico, mas também caracteriza modalidade superior da existência humana, a existência culta e transcendente.” Apesar da reconceituação, permanece a diferença de conceitos de razão.

Em decorrência da crítica da economia de mercado, Guerreiro assumiu novas posições diante de questões como produção, tecnologia, consumo, recursos e natureza, articulados na teoria substantiva. Anteriormente a produção era concebida em termos de industrialização, esta erigida em categoria

sociológica, variável estratégia do desenvolvimento. O consumo, cujo crescimento se vinha verificando em termos vegetativos e em termos de novos hábitos, graças ao aumento do poder aquisitivo da população nos decênios imediatamente anteriores à década de 1950, era fator de consciência crítica. A tecnologia era entendida como conjunto de utensílios, instrumentos, meios e objetos materiais mediante os quais o homem se assenhoreava das forças naturais e as utilizava como meio de manipulação da natureza e da sociedade. Guerreiro se referia a uma “forma de existência temporal” quando a produção se transformava em produtividade, mediatizada pela intensificação do trabalho social e pela diminuição das necessidades elementares da vida ordinária. Em termos de modelos heurísticos de administração, os modelos de evolução tecnológica serviam de ponto de referência e de avaliação do desenvolvimento.

Na teoria substantiva a produção possui caráter ético, além de técnico. As sociedades industriais de hoje (principalmente os Estados Unidos) foram apontadas como exemplos de práticas predatórias, nocivas à vida humana. Artificialmente promovidas pelo sistema econômico são produzidas comodidades redundantes de bens em escala ilimitada, além do bastante, induzindo ao consumo ilimitado. A produção de bens e serviços para exercício da vida cívica – o viver bem no sentido aristotélico – foi substituída pela noção materialista de viver afluentemente e pela obsolescência planejada, atentando contra os limites biofísicos de recursos impostos pela natureza. Ao contrário do modelo social centrado no mercado, na teoria substantiva a produção é constituída pelas atividades que contribuem para aumentar o gozo da vida e que, como tal, podem representar os resultados de atividades desenvolvidas no âmbito de sistemas sociais não orientados para o mercado.

Na última fase de sua obra, Guerreiro considerou a tecnologia como limitada pelos imperativos termodinâmicos da natureza. Ao invés de melhorar a qualidade de vida, a tecnologia, como força não controlada, está pondo em risco a viabilidade do homem como criatura racional. Este risco não é inerente a ela, mas decorre da estrutura política e institucional episódica dos sistemas sociais avançados. Guerreiro defendeu o ponto-de-vista do que chamou de organização social resistente, uma teoria macro-organizacional destituída de paroquialismo, ou seja, que não focaliza os temas sob o ponto-de-vista de critérios inerentes à sociedade de mercado, e que não se apóia na

ilusão da ignorância da interligação e interdependência das coisas do universo. Segundo esta concepção, a produção de mercadorias deve ser gerida eticamente porque o homem, como consumidor ilimitado, não se torna resistente, exaure o seu próprio ser. A produção é também uma questão moral em razão de seu impacto sobre a natureza. Esta, sistema vivo, só pode perdurar na medida em que não se atente contra o equilíbrio energético.

A questão dos recursos – um dos pilares de *A Nova Ciência* – foi uma constante preocupação do Autor. Das primeiras observações em seus trabalhos de mortalidade infantil, quando se referia à dilapidação de recursos pela administração brasileira, Guerreiro passou na segunda fase a tratá-los sob o prisma sociológico ao criticar os economistas “escolásticos” por adotarem uma concepção de capital limitada à forma física. Ele entendia o capital como *know-how*, tecnologia, ciência. Preocupou-se, também, com o caráter predatório das práticas políticas e administrativas, que levavam ao desvio de recursos de regiões e do país no trato fragmentário de problemas que somente poderiam, em seu entender, ser erradicados pelo que chamava de “transformações qualitativas das estruturas”. Em termos macrossociais, a distribuição de recursos foi vista como problema político, certamente referindo-se à decisão.

Em *Nova Ignorância* (1970), um dos primeiros trabalhos da terceira fase, ao abordar o mundo como categoria de análise, tratou da questão dos recursos com contornos que foram como que prenúncios da abordagem da teoria substantiva da vida humana associada. Afirmou que embora o mundo tenha sido unificado pela tecnologia, existem problemas que o afetam como um todo e que ficarão sem solução a menos que seja feito um esforço de institucionalização. Ao mesmo tempo, parece haver recursos disponíveis e em potencial para livrar da pobreza toda a humanidade. O conhecimento, sobretudo sob a forma tecnológica, estava em vias de assumir o papel que o capital teve para o desenvolvimento econômico. Por seu intermédio o progresso pode ser ilimitado. A riqueza ganha novo sentido; deixa de ser produzida pela natureza, tornando-se obra do homem. É possível criar riqueza por meio de uma administração adequada, ou seja, conhecimento aplicado. Já tomando Adam Smith como referência, dizia que um novo teórico poderia surgir para escrever a *Riqueza do Mundo*. Ainda admitindo o desenvolvimento, entendia que a missão da administração do desenvolvimento exigi-

ria, entre outras competências, “engenhosidade na formulação de estratégias adequadas para alocação de recursos”. Na teoria substantiva a alocação de recursos é de importância cardinal no paradigma paraeconômico. Nos modelos alocativos predominantes, os recursos e a produção são entendidos apenas como insumos e produtos de atividades de natureza econômica. Não se consideram formalmente como fatores contributivos da riqueza nacional atividades como as resultantes de iniciativas de membros de unidades domésticas, religiosas e outras que são ignoradas pelas estatísticas oficiais. A “riqueza da nação” não é apenas aquilo que é vendido ou comprado, e constitui um imenso reservatório de recursos e de capacidade produtiva negligenciado e inexplorado pelos modelos alocativos predominantes.

O que Guerreiro denomina alocação de recursos é o processo mediante o qual é promovido o tipo ótimo de transação entre os vários enclaves que constituem a sociedade multicêntrica. A formulação e implementação de políticas e decisões distributivas necessárias cabe ao governo, devendo serem considerados os requisitos adequados ao desenho dos sistemas sociais. Além da tecnologia e do tamanho, incluiu entre as dimensões preliminarmente estudadas o tempo e o espaço, mutuamente envolvidos. Na nova concepção há requisitos espaço-temporais específicos para cada convívio. Foram, assim, admitidas várias formas de existência.

Para ele a missão da administração é a alocação de recursos. Isto fica claro quando se refere à administração como ciência da produção, e quando diz que “o estudo científico das organizações econômicas trata de estruturas que conduzem à efetiva utilização de recursos físicos e de mão-de-obra”.

Do ponto-de-vista paraeconômico carece de sentido falar de limites de crescimento, uma vez que os recursos são infinitos.

Existe um vasto horizonte para a produção e o consumo, bastando, para tornar reais estas possibilidades, que indivíduos, instituições e governos se livrem dos antolhos conceituais inerentes aos modelos centrados no mercado. O desenvolvimento é negado com a admissão de que o bem-estar possa dar-se em novos termos.

O conhecimento hoje disponível, sobretudo sob a forma de tecnologia, possibilita a criação de riqueza por meio de uma administração adequada, ou seja, adequada alocação de recursos. Foi deste conhecimento disseminado

que se valeu Guerreiro Ramos para – apoiado em outros estudiosos e partindo da análise da crise do modelo de organização social vigente – formular a teoria substantiva da vida humana associada.

Questionando o que tem sido chamado de “teoria das organizações”, Guerreiro a refuta nos termos em que tem sido apresentada e formula o arcabouço de uma “ciência das organizações”. Dirigida a problemas de ordenação dos negócios sociais e pessoais numa micro e macroperspectiva, a “nova ciência” refere-se, basicamente, à organização econômica da sociedade. Embora estude temas pertinentes à filosofia, à ciência política e à ciência social em geral – além daqueles pertinentes à administração pública e à empresas – não se observa uma abordagem da organização social em termos sócio-antropológicos. A este respeito o Autor limitou-se a enfatizar a importância da interação simbólica nas relações interpessoais. Esta perspectiva reflete – a nosso ver – as reservas do autor em relação à antropologia.

A crítica feita à ciência política (*Um conceito impopular*, 1981) e à economia política (*Minha dívida a Lord Keynes*, 1982) como disciplinas foi um aprofundamento da crítica à fragmentação da ciência social formulada em SAS (1958). Embora freqüentemente se encontre nos trabalhos do Autor a expressão “disciplinas”, isto não deve ser entendido como aceitação. Trata-se de simples referências, pois possuía perfeita consciência de que as diferenciações do saber científico, longe do processo de especialização e de evolução, como é freqüente pensar, são decorrências de um período histórico e possuem caráter ideológico. Sua preocupação com a autenticidade na segunda fase levou-o a dedicar-se à universalidade do método. A historicidade da ciência social, e seu caráter de ideologia eram subsídios para a reação revisionista, para a formulação da sociologia nacional. Posteriormente, com a formulação da teoria substantiva, o foco da crítica à fragmentação concentrou-se nos aspectos epistemológico e ético.

Apesar das mudanças, seu estudo a respeito da inteligência brasileira na década de 30 mostra um elo entre seus trabalhos a respeito do que denomina “história das idéias” e seu pensamento da última fase, preocupado com a funcionalidade do conhecimento. Neste trabalho emprega o termo *funcional* (como o fizera na segunda fase) como sinônimo de pragmático. A substituição das expressões “autêntico” por “crítico-pragmático” e “consu-

lar” por “hipercorreto” em sua classificação do pensamento não tira da análise o caráter de síntese. A Redução Sociológica é continuidade do pragmatismo crítico.

Para compreender o pensamento sociológico de Guerreiro Ramos é indispensável considerar sua fundamentação filosófica. Foi o conhecimento filosófico que possibilitou a análise da teoria social do século XVIII, a formulação da redução sociológica e a teoria substantiva da vida humana associada. Sabendo-se do conhecimento que possuía antes de cursar ciências sociais, a fundamentação filosófica de seu pensamento ocorreu por releituras, estudos e pesquisas, revelando uma reflexão que se mostra com o existencialismo fenomenológico e que prossegue na terceira fase. Foi à luz da ética de Platão e de Aristóteles que formulou a teoria substantiva. Ela não pode ser compreendida acima do bem e do mal. Foi à luz dos pensadores clássicos que reexaminou Weber, a teoria social moderna e contemporânea e a teoria administrativa. As contribuições de Voegelin e principalmente de Polanyi – que citara na *Sociologia Industrial* (1952) – não podem ser entendidas em si, mas sim dentro de um arcabouço que se alicerça na ética.

A ignorância da validade da contribuição permanente de pensadores ao longo dos séculos, e a crença de que a ciência social é uma sucessão de paradigmas – manifestação da incompreensão do presente como história – foram críticas desenvolvidas sob o ângulo epistemológico. Guerreiro se negou a aceitar uma ciência social aprisionada à modernidade concebida como época das luzes, em oposição a um passado das trevas. Os físicos (Whitehead à frente) foram tomados como exemplos do diálogo de gerações na medida em que mostraram a influência de Aristóteles e Platão na ciência natural, particularmente no domínio da física teórica. Retomando a unidade da ciência, estes pensadores o levariam a afirmar que a teoria científica asilou-se na física.

Quando negou à ciência política a condição de ciência, quando responsabilizou as leis do mercado pela sua profissionalização transformando-a em mercadoria ao prescrevê-la como uma dentre outras disciplinas, fez crítica sob o aspecto ético. Referia-se não à ética moderna, mas à ética da “Política”, de Aristóteles.

Guerreiro foi um pensador de vanguarda. Formado nas primeiras turmas de sociólogos do Brasil, iniciou seus trabalhos com a sociologia do conhecimento e com a sociologia de Max Weber, paralelamente à sociologia norte-

americana. Concursado do DASP, foi dos primeiros administradores profissionais brasileiros e dos primeiros professores da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Incorporou a psicanálise, o existencialismo, o movimento anti-colonialista e o anti-imperialismo representado pelo movimento nacionalista. Seus últimos trabalhos foram uma alternativa às críticas à chamada sociedade pós-industrial, conceito que questionou estudando a modernização. Seus estudos a respeito do homem-parentético são formulações “pós-modernas” da teoria das organizações. Abordou temas recentes como comunicação, participação, pesquisa-ação, ecologia, estando à frente das formulações usuais como nas suas observações a respeito da termodinâmica. Profundo conhecedor do pensamento social dos séculos XVIII e XIX, de entusiasta da economia passou a seu crítico, atestando seu estado terminal. Ao reconceituar a riqueza das nações ofereceu uma alternativa à questão da pobreza. A teoria da delimitação dos sistemas sociais supera com larga folga a inconsistente dualidade do formal/informal.

Foi um pensador dedicado ao Brasil do início ao fim de sua carreira. O movimento modernista não lhe passou despercebido, estudando-o dentro do que denominou “história das idéias”. Do elogio de algumas figuras (PSB, 1953: 35-6) passou a designá-lo como “uma nova moda” (ICSB, 1957: 32), como consciência da terra e do homem do Brasil surgida de modo vago na literatura (PNB, 1960: 226). Por fim, o apontou como antecedente do estado de espírito de parte da inteligência brasileira, contraditório por nele haver um tratamento hipercorreto e crítico-pragmático das peculiaridades brasileiras (IBD 30, 1983: 534-5).

Mesmo no período em que esteve no exterior não deixou de preocupar-se com o país em que nasceu, atuando como professor visitante e tratando do Brasil em seus trabalhos. Sua atitude pode ser perfeitamente verificada em trabalhos típicos como os referentes à abertura política e “Curtição e reinvenção do Brasil”. Este, seu trabalho póstumo – que pela irreverência do título faz lembrar a *Cartilha* –, revela a um só tempo o pensador plenamente amadurecido, já como que desiludido, e crítico mordaz.

Seus últimos trabalhos são de atualidade indubitável. O desemprego, a criminalidade, o desabastecimento, todos estes temas foram abordados à luz da alocação de recursos, sendo criticada a ausência de uma política de

urbanização enquanto critério regulador dos movimentos de população. A política urbana, assim, é uma questão de política alocativa e não questão urbanística. A ética é tema atual tanto pela atenção dos filósofos promovendo concorridos seminários, quanto pela gritante corrupção já institucionalizada no país.

Foi um sociólogo da *ordem*. Sua obra se refere à organização da sociedade, à micro-organização e suas respectivas crises. Tratou do *problema* da sociedade como problema social inicialmente, depois como problema nacional e por fim como problema mundial, fiel, neste particular, à missão original da ciência da sociedade. Seu pensamento era imbuído de intuítos salvacionistas. Sua obra é impregnada de caráter messiânico, como bem diz Lúcia Lippi Oliveira. Para ele a vocação da sociologia era tornar-se um saber de salvação. Este propósito, perseguido desde a *Cartilha*, culmina na *Nova Ciência* quando se propõe a salvar na ciência social o que é correto. O salvacionismo significaria libertar a sociedade dos males, como propõem as religiões, e livrá-la dos *problemas*. Além do paralelo com as religiões de salvação de Weber, este propósito faz lembrar sua religiosidade da juventude. A salvação do Brasil, fundamentada no terceiro sentido da Redução, implica no abandono do padrão decadente do Ocidente e de sua ciência social, ou seja, um novo ordenamento social. Trata-se de uma façanha cultural e política. A expressão *vida humana associada* e as diversas dimensões de tempo são reveladoras do sentido antropofilosófico que sua obra tomou na última fase, transcendendo o caráter histórico da sociedade enquanto conceito moderno.

Apesar de seu radicalismo, Guerreiro Ramos foi um crítico bem comportado na medida em que colocou-se dentro dos limites filosóficos que se originaram na Grécia clássica, com Aristóteles e Platão. Embora tenha por uma vez mencionado o nome de Nietzsche, jamais se aproximou da razão trágica. Para Nietzsche, pré-socrático, Platão e Aristóteles significam a morte da filosofia. Como sociólogo da *ordem*, entendia o contrário dela como desordem e não como *outra ordem*. Socialista que foi em uma fase e militante profundamente estudioso, desconhecia o pensamento anarquista embora conhecesse Proudhon como pensador social. Referiu-se à anarquia como sinônimo de desordem, no sentido comum. Acreditava na liderança do saber na organização da sociedade. Na segunda fase foi intelectual de vanguarda engajado no

movimento revolucionário, portanto integrante da *intelligentzia*. Na terceira fase, depois de haver defendido a participação e a pesquisa-ação e de haver afirmado que o estado-nação era um obstáculo ao desenvolvimento do mundo, entendeu que o governo não se deveria isolar dos cientistas para informar-se diante da necessidade de reinventar o Brasil.

Apesar de reconhecer a importância dos significados, dos valores e das emoções, sua concepção aristotélica de razão e sua concepção de ordem desviou-o do estudo da cotidianidade, do homem comum, do estudo do prazer de viver. Sua teoria substantiva, entretanto, em muito se aproxima da tendência de conceber os fenômenos sociais muito menos pelo prisma institucional que pelo antropológico, privilegiando o simbólico. Embora não se tenha identificado com corrente metodológica alguma por julgar a vinculação atitude de subserviência intelectual, é possível dizer que Guerreiro fez uma sociologia dos valores, uma sociologia compreensiva, no sentido weberiano, na medida em que a consciência crítica, o engajamento e a ética são valores. A presença de Weber em sua obra é consciente, tendo afirmado em seu depoimento ao CEPEDOC que “fazia de Weber o que queria”, deixando mais do que claro o domínio que possuía do pensamento do sociólogo alemão.

No prefácio da segunda edição da *Redução* se refere a uma obra que pretendia elaborar, apresentando “de maneira mais analítica, o nosso conceito ampliado de redução sociológica, como tentativa inteligente do real em suas múltiplas expressões”. Ficamos por saber se esta obra era *A Nova Ciência*. A morte impediu Guerreiro de concluir *Teoria e Destino*, trabalho que, conforme seu depoimento ao CEPEDOC/FGV, trataria de “sua história intelectual sem narração dos fatos”.

Embora inconclusa, sua obra apresenta uma unidade em sua evolução. Guerreiro mudava de pensamento por que tinha pensamento para mudar, porque pesquisava, acreditava na verdade e a buscava. Por ironia do destino foi nos Estados Unidos, cuja sociologia tanto criticara, que produziu seus trabalhos mais elaborados.

A militância política, motivo da cassação de seus direitos, levou-o à atividade exclusivamente universitária. Florestan Fernandes, seu desafeto, então professor universitário e que também teve seus direitos políticos cassados por suas idéias marxistas, passaria a militante e chegaria, como Guerreiro o fizera,

a deputado federal. Por ironia do destino, inverteram-se as posições.

Guerreiro foi quase profético, como na análise da conjuntura política que antecedeu ao Golpe Militar de 1964. A queda de interesse pelos cursos de sociologia, chegando a levar alguns ao encerramento, é como que uma confirmação do que dizia no prefácio da segunda edição da *Redução Sociológica*: “A sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber.” (Op. cit.: 15).

Guerreiro Ramos foi intelectual brilhante, progrediu sempre. Com admirável lucidez, refletiu sobre a sociologia e a ciência social buscando determinar as condições que garantissem e limitassem a sua validade. Sua obra é uma valiosa contribuição à vida humana em sociedade e principalmente uma contribuição ao Brasil. Estudá-la, mais que enaltecê-la, é a nosso ver a melhor maneira de fazer justiça à sua privilegiada inteligência.

NOTAS

1. Guerreiro Ramos, A. *Typology of Nationalism in Brazil (A Case of Political Breakdown)*. Univ. do Sul da Califórnia, 1968, mimeo.
2. International prospects of the contemporary brasilian bonapartist regime. Paper delivered at the Conference on “Brasil’s International Role In the Seventies”. New York, University of New York, 1972, mimeo.
3. A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à Luz da Perspectiva de 1980. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CEPEDOC), FGV, Rio de Janeiro, set. 1980. Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1983. Págs. 527-48. Coleção Temas Brasileiros.
4. Embora o prefácio da 2ª edição da “Redução” e o trabalho “Homem organização e Homem Parentético” tenham a mesma data, o fato deste ter sido citado por Guerreiro, indica que este trabalho é anterior.

Anexos

PROJETOS E PRONUNCIAMENTOS FEITOS NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS (AGO 1963 / ABR 1964)*

*Relação publicada pela Revista de Administração Pública.
Rio de Janeiro. 17(2): 163-176. abr/jun 1983.

Apresentação de projeto que dispõe sobre o processamento e observação de licenças de patentes de invenção no Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Posição do PTB em face da EC nº 1/63 e sua decisão de corrigir a proposição se, das discussões de plenário, ficar evidente que alguma coisa de utópico nela existir. Necessidade de abandonar-se os discursos acadêmicos e estéreis, o emocionalismo e de iniciar-se o processo político da reforma agrária, prevalecendo o bom senso sobre o sectarismo.

Defesa do economista Jesus Soares Pereira da acusação de comunista que lhe foi feita. Estranheza pelo fato de um órgão como a Coplan (Comissão de Planejamento) ser custeado com verbas do governo norte-americano.

Apresentação de projeto que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico da administração.

Análise das principais objeções dos que combatem a EC nº 1/63 apresentada pelo PTB: que o Brasil de hoje não apresenta questão agrária e nem carece de reforma do campo: que o objetivo expresso na emenda é apenas um instrumento de provocação do presidente da República.

Disc. da EC nº1/63 (altera a forma de indenização nos casos de desapropriação por interesse social). Condicionamento de nossa evolução industrial ao fortalecimento de nosso mercado interno; papel que desempenhará a reformulação agrária, se feita nos moldes previstos pelo PTB. Defasagens entre a oferta e a procura de produtos agrícolas.

Apresentação de projeto que altera o Anexo I da Lei nº 3.780/60.

Considerações sobre a situação atual do Brasil que vive dois falsos dilemas: de um lado os que querem fazer deste país um país de ianques de segunda mão; e do outro lado, os que querem fazer um país de cubanos, de russos, de chineses de segunda mão; impossibilidade de continuar a vida brasileira subordinada a posições teleguiadas de direita ou de esquerda; necessidade de um movimento de saneamento ideológico do país.

Aplauso aos conceitos emitidos pelo superintendente do BNDE na palestra que proferiu na Federação das Indústrias, em que ressaltou a necessidade da majoração da taxa de juros sobre empréstimos concedidos às Indústrias num prazo de 15 anos.

Análise da atual situação brasileira, sintomática de uma fase de transição econômica, política e social.

Aspectos do ato que criou o Grupo Executivo da indústria Farmacêutica.

Comemoração de mais um aniversário de fundação da Organização das Nações Unidas. Referências às contribuições que o Brasil vem dando no encaminhamento das soluções para os problemas mundiais no âmbito das Nações Unidas.

Disc. do P. 46/63 (dispõe sobre o exercício, pelo Poder Legislativo, do direito de resposta nas emissoras de rádio ou de televisão). Contestação de notícia veiculada pelo DC-Brasília de que o Dep. Leonel Brizola está sendo induzido

a voltar à Câmara para evitar a ação política do orador, seu suplente parlamentar. Críticas, como homem de esquerda, à ação de certos grupos esquerdistas; defesa da linha política que denomina de esquerda nacional. Repulsa ao Partido Comunista Brasileiro, a quem classifica de burguês. Necessidade de que se vote repúdio aos dispositivos de direita, representados pelo Gov. Carlos Lacerda, e aos dispositivos do PCB. Apologia do socialismo.

SESSÃO: 28.10.63 • PUBLICAÇÃO: 29.10 • PÁG: 8.321

Desajustamento entre as condições subjetivas da organização político-partidária e as condições reais do país – síntese, do ponto-de-vista político, da crise brasileira. Júbilo pelos sintomas de que se está constituindo no país o Novo Diretório Político da Nação, que consiste no agrupamento de homens responsáveis, dispostos a tomar as providências necessárias para sairmos bem desta fase de transição. Considerações sobre o relato que o Min. da Fazenda Prof. Carvalho Pinto fez à Nação a respeito das suas atividades naquela pasta e do seu programa de Governo em que revela ter chegado a uma visão concatenada dos alvos do processo econômico brasileiro.

SESSÃO: 29.10.63 • PUBLICAÇÃO: 30.10 • PÁG: 8.376

Apelo ao Min. Carvalho Pinto e ao Sr. Diogo Gaspar para que esclareçam o país a respeito da grave alegação que está tendo curso entre nossos economistas de que existem no sistema de planejamento econômico alguns órgãos que estão sendo subsidiados por dinheiro do Governo norte-americano.

SESSÃO: 30.10.63 • PUBLICAÇÃO: 31.10 • PÁG: 8.420

Ante-projeto em estudo no Min. da Fazenda, que dispõe sobre a reclassificação das carreiras do serviço público; exemplos da anarquia que impera nesse setor da administração pública.

SESSÃO: 31.10.63 • PUBLICAÇÃO: 1.11 • PÁG: 8.461

Apelo ao Min. da Marinha no sentido de que assegure aos suboficiais que passam para a reserva remunerada o direito de receberem carta profissional, direito este que lhes foi retirado pelo Decreto nº 4.240/63.

Regozijo pela atuação de missão permanente do Brasil junto às Nações Unidas e da Delegação do Brasil à XVIII Assembléia-Geral das Nações Unidas em Nova Iorque.

Análise de dois aspectos da atual crise política do Brasil: debilidade na vontade de poder do diretório político na Nação e crise de cultura política; fato que ilustra o segundo aspecto: aceitação, nos meios intelectuais e estudantis brasileiros, do marxismo-leninismo, verdadeira chantagem filosófica.

Aplauso à medida que o Governo vem de adotar ao lançar letras do Tesouro e do Banco do Brasil a juros compensadores, a fim de captar recursos no mercado interno de capitais: editoriais do *Correio da Manhã* sobre o assunto.

Congratulações à TV-Rio pela abertura do Campeonato Sul-Americano dos Galos, no programa TV-Rio-Ring.

Consciência política da indispensabilidade da concretização das reformas de base; necessidade de que seja firmado o compromisso entre as várias correntes, no sentido de se formar aquilo que o Dep. Guilherme Machado denomina “as bases para as reformas”; análise histórica das magnas lutas brasileiras, em que se delinea, quando das soluções, uma força central de equilíbrio que se faz vitoriosa, em detrimento dos extremos que se digladiam no desenrolar do processo. Repúdio aos chamados “esquerdeiros” – homens que se dizem apologistas das causas esquerdistas, e apenas o fazem no enalço de benefícios pessoais.

Prevalecimento da desmedida na vida brasileira, seja a desmedida de direita, de um lado, seja, de outro lado, a desmedida da esquerda – armadilha para a

qual se encaminham os círculos políticos deste país; apresentação de alguns remédios que, em caráter exploratório, podem ser indicados.

SESSÃO: 25.11.63 • PUBLICAÇÃO: 26.11 • PÁG: 9.230

Apresentação de projeto que declara livres as convenções sobre juros compensatórios celebradas por instituições bancárias oficiais e fixar regras para contagem de juros de mora e a aplicação de penas convencionais.

SESSÃO: 27.11.63 • PUBLICAÇÃO: 28.11 • PÁG: 8.968S

Justificação de projeto apresentado em que declara livres as convenções de juros compensatórios, celebradas por instituições bancárias oficiais (revoga parcialmente dispositivos da Lei de Usura).

SESSÃO: 29.11.63 • PUBLICAÇÃO: 30.11 • PÁG: 12

Disc. do P. 1.470/51, que institui o aumento automático dos salários, de acordo com a elevação do custo de vida.

SESSÃO: 4.12.63 • PUBLICAÇÃO: 5.12 • PÁG: 5

Congratulações ao Governo pelo envio ao Congresso da mensagem que trata da instituição da escala-móvel de salários, e pelo decreto em elaboração que extingue a organização do Serviço Nacional de Investimentos e cria o Fundo Nacional de Investimentos.

SESSÃO: 9.12.63 • PUBLICAÇÃO: 10.12 • PÁG: 9.677

Perigo que correm os homens de esquerda no Brasil diante da atuação nefasta da área marxista-leninista. Considerações sobre indispensabilidade da constituição de um diretório político nacional transpartidário, que venha a se empenhar na solução dos graves problemas brasileiros.

SESSÃO: 13.12.63 • PUBLICAÇÃO: 14.12 • PÁG: 3

Sugestão ao Governo no sentido de que, nos seus estudos para elaboração do anteprojeto da escala-móvel de salários, aproveite as pesquisas que, com a mesma finalidade, foram feitas em 1952, por determinação do então Presidente Vargas, em mais de 100 cidades brasileiras.

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

SESSÃO: **14.1.64** • PUBLICAÇÃO: **15.12** • PÁG: **103**

Considerações sobre a controvérsia surgida entre o Panamá e os EUA; apoio à causa panamenha. Trecho de artigo do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, publicado em *O Semanário* sob o título *A crise das esquerdas*, em que é feita uma crítica às lideranças esquerdistas brasileiras pela ingenuidade política de que se revestiu sua participação no afastamento do Sr. Carvalho Pinto da Costa da Fazenda.

SESSÃO: **15.1.64** • PUBLICAÇÃO: **16.1** • PÁG: **128**

Aplausos à entrevista concedida pelo Primeiro Ministro Krutschev a três jornais africanos, expondo o ponto-de-vista da URSS sobre os movimentos de emancipação nacional, que se esboçam em vários países.

SESSÃO: **16.1.64** • PUBLICAÇÃO: **17.11** • PÁG: **152**

Apelo aos trabalhadores das empresas distribuidoras de gás para que, atendendo ao presidente da República, terminem com a greve e retornem ao trabalho, fazendo assim voltar a tranqüilidade ao Estado da Guanabara e impedir que o Governador Carlos Lacerda continue a tirar partido da situação; nota divulgada pelo presidente da República esclarecendo a posição do Governo Federal frente à greve.

SESSÃO: **16.1.64** • PUBLICAÇÃO: **17.11** • PÁG: **159**

Considerações sobre o P. 1.424/63, de sua autoria, que revoga parcialmente a lei da Usura, eliminando o teto de 12%, e visa a permitir a solvabilidade dos bancos oficiais. O estágio da economia brasileira: o surgimento do capitalismo financeiro.

SESSÃO: **17.1.63** • PUBLICAÇÃO: **18.11** • PÁG: **192**

Conferências entre Togliatti, Chefe do Partido Comunista Italiano, e o Marechal Tito, Presidente da Iugoslávia. Tendência do Partido da Itália de reconhecer que a existência da democracia coincide com o pluralismo partidário.

Assinatura do decreto que regulamenta a lei de Remessa de Lucros: elogio às qualidades invulgares do Sr. João Goulart, evidenciadas no discurso que S. Exa. proferiu no ato de assinatura do referido decreto, quando teve oportunidade de desmascarar aqueles que o acusam de pretender dar um golpe político.

Falecimento do escritor Aníbal Machado.

Apresentação de projeto de emendas constitucional que torna obrigatória a apresentação do Plano Quinquenal pelo Presidente da República até 180 dias após a posse.

Necessidade de se colocar o problema sucessório da Guanabara em termos de coexistência política. Inexistência no Brasil de condições sociais para que possa vingar golpe favorável aos interesses nacionais, porque, na atual conjuntura, redundaria na internacionalização do país. O perigo da candidatura do Sr. Carlos Lacerda, pregoeiro do regime de exceção, que representa no Brasil a força internacional do Pentágono.

Necessidade de o povo brasileiro estar alerta contra os inúmeros pronunciamentos que se vêm fazendo em nome da esquerda, pois nem sempre são legítimos e autênticos; afirmação de ser o PTB o único núcleo da esquerda genuinamente nacional.

Necessidade de poderes constituídos da República procederem a uma urgente apuração dos fatos a respeito da Petrobrás; artigo publicado em *Última Hora* sobre o assunto.

Relato sucinto das conclusões a que se chegou na reunião de peritos governamentais da América Latina em política comercial, promovida pela Cepal e levada a efeito em Brasília, à qual o orador compareceu como representante da Câmara dos Deputados; referências a teses que serão apresentadas na Conferência Internacional do Comércio, a realizar-se em Genebra, em março próximo. Congratulações aos diretores da Cepal pela inclusão na pauta da referida reunião de item que trata da revisão do estatuto jurídico internacional de patentes.

Apelo ao presidente da República no sentido de que determine ao Itamarati a retomada dos estudos para o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com a China continental, como para a admissão do grande país asiático nas Nações Unidas.

Disc. do P. 4.827/62 (altera o limite de emissões de letras e obrigações do Tesouro Nacional); equívoco temerário elaborado por agrupamento da esquerda, ao defender posições contrárias à do Sr. Carvalho Pinto (patrocinador do referido projeto), quando na Pasta da Fazenda; considerações para demonstrar que atitudes como essa estão fazendo com que o movimento nacionalista esteja em decomposição, como organização; afirmação de que a esquerda autêntica está onde estiver o PTB, cujo lema se resume em: trabalhismo e eficiência.

Notícia veiculada pela imprensa sobre os entendimentos mantidos pelo Presidente João Goulart com emissários do Governador Magalhães Pinto e com o Sr. Amaral Peixoto sobre o problema da sucessão presidencial, (ato que vem desmentir aqueles que atribuem ao presidente da República intenções golpistas).

O aparecimento de uma nova política no campo internacional – a política de solidariedade ativa – que se corporifica pela decisão do General De Gaulle de

reconhecer o Governo da China Continental e pelas declarações do *Observatore Romano* do Vaticano, favoráveis à admissão daquele país na ONU.

SESSÃO: 3.2.64 • PUBLICAÇÃO: 4.2 • PÁG: 625

Considerações sobre a candidatura do Sr. Carlos Lacerda à Presidência da República.

SESSÃO: 17.2.64 • PUBLICAÇÃO: 18.2 • PÁG: 788

Apoio irrestrito à legalização do Partido Comunista Brasileiro; considerações a respeito da função que têm tido os partidos comunistas em toda parte do mundo; vantagens que decorrerão daquela medida.

SESSÃO: 20.2.64 • PUBLICAÇÃO: 21.2 • PÁG: 904

Apelo ao Min. Expedito Machado no sentido de ser dada pronta solução a cerca de dois mil processos de pedidos de aposentadoria de ferroviários das estradas de ferro da União. Aplauso ao Deputado Rubens Berardo e ao Dr. Gilson Amado pelo programa pedagógico, realizado diariamente, na TV Continental.

SESSÃO: 21.2.64 • PUBLICAÇÃO: 22.2 • PÁG: 953

A revolução como uma questão de forma; considerações sobre a forma para a revolução brasileira. Afirmação de que as reformas de estrutura apenas poderão ter eficácia se concretizadas simultaneamente; caráter fundamental da reforma do poder. Análise da evolução do trabalhismo no Brasil; referências ao que o orador considera o decálogo do trabalhismo no momento atual: ponderações sobre alguns dos princípios do referido decálogo.

SESSÃO: 24.2.64 • PUBLICAÇÃO: 25.2 • PÁG: 990

Apelo ao presidente da República no sentido de que, ao enviar mensagem propondo aumento de vencimentos do funcionalismo público, não considere apenas a taxa de inflação, mas estabeleça o critério da relação de cada nível de salário com o salário mínimo, a fim de suavizar um pouco a anarquia salarial que se observa no serviço público.

Apelo ao Governo no sentido de que não adote nenhuma providência em definitivo a respeito da Convenção de Paris, sem um exaustivo estudo de que façam parte a Federação da Indústria de São Paulo e a Confederação Nacional da Indústria.

Questão do controle do câmbio; defesa da Instrução 263, da Sumoc.

Comentários sobre declarações do Sr. Thomas Mann, Secretário-Adjunto do Presidente Lyndon Johnson, a respeito da política externa dos EUA. Retrocesso da política internacional americana desde o falecimento do Presidente Kennedy. Elogios ao Gen. De Gaulle por sua decisão de procurar romper as barreiras existentes entre Ocidente e Oriente.

Considerações sobre a necessidade de que as forças políticas nacionais abandonem as posições radicais e procurem um denominador comum que as conduza à solução dos problemas nacionais; ponderações sobre a tese do Deputado Guilherme Machado, que preconiza a definição clara das posições políticas. Ação radicalizadora da UDN, sua posição quando da posse do Sr. João Goulart na Presidência da República.

Referências ao choque UDN – extrema esquerda. O caráter imaginário da revolução brasileira.

Apelo ao Presidente da República e ao Ministro da Educação para que não façam uma regulamentação unilateral do decreto de padronização do livro didático. Aplauso ao jornal *O Semanário* por estar promovendo campanha para que o Governo mande um representante oficial à próxima Conferência dos Países não-Aliados.

Sugestão ao DASP e ao Presidente da República no sentido de que, através da mensagem de aumento de vencimentos do funcionalismo, procurem restabelecer a paridade entre civis e militares, estabeleçam relações entre os vencimentos dos servidores públicos e o salário mínimo, e introduzam um princípio de classificação de carreiras.

Desmentida pela Embaixada Americana a afirmação do orador com relação a declarações desairosas do Sr. Thomas Mann a respeito dos países latino-americanos; esclarecimentos sobre o assunto.

Afirmção de que a atitude do Governador Carlos Lacerda, procurando promover a falência do Banco do Brasil, nada mais significa do que uma tentativa de atirar o país ao descrédito internacional, impedindo a consecução plena, pelo governo brasileiro, do reescalonamento de nossas dívidas externas.

Louvor à revista *Tempo Brasileiro*, magnífico empreendimento dirigido por Eduardo Portella.

Análise sociológica do “fenômeno Goulart”. Afirmção de que os decretos baixados pelo chefe do Executivo, quando do comício do dia 13 de março, caracterizam a gestação da forma do movimento revolucionário brasileiro; necessidade, agora, da reforma do poder, com a alteração radical de sua composição.

A reação amadorista da oposição no processo de evolução sócio-econômica do país; análise da posição do Presidente João Goulart nesse processo, mais claramente definida a partir do comício do dia 13, na Guanabara; paralelo entre Goulart e Vargas.

Considerações sobre a proclamação feita pelo Marechal Teixeira Lott, em que afirma continuar a legalidade com o Presidente João Goulart e apela às forças que se rebelaram contra os poderes constituídos para que examinem seus atos e ensarilhem as armas.

Considerações sobre o fato de a venda de seu livro *Mito e verdade da revolução brasileira* haver sido interdita. Afirmação de que, quando não mais for possível assumir-se uma posição de esquerda igual a do orador, estará instalado no Brasil o regime do terrorismo ideológico.

Defesa do Almirante Lúcio Meira, ex- presidente da Cia. Siderúrgica Nacional, da pecha de comunizante, que sutilmente lhe lançou o Deputado Álvaro Catão ao comunicar sua substituição naquele cargo.

Solicitação à mesa no sentido de que mandasse averiguar a veracidade da notícia que acabara de receber, de que o Comando Revolucionário teria baixado ato suspendendo os seus direitos políticos.

Considerações sobre a notícia, ainda não confirmada, de que seriam cassados os seus direitos políticos, o que traria como consequência a perda de seu mandato.

Questão da perda do mandato em consequência da suspensão dos direitos políticos; solicitação à mesa no sentido de que não seja publicado qualquer ato do Comando Supremo da Revolução suspendendo direitos políticos de parlamentares antes que a Comissão de Constituição e Justiça tenha dado seu parecer sobre o assunto. Documento assinado pelo advogado Heráclito Sobral Pinto comentando a situação jurídica resultante da promulgação, pelo Comando Revolucionário, do ato institucional de 9 de abril.

Questão de ordem sobre se a Presidência efetiva da Casa vai cumprir decisão de mandar publicar o Ato do Comando Revolucionário que suspende direitos políticos de seis deputados, ou vai aguardar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre se esse ato implica a perda de mandatos.

Justificação das seguintes proposições que apresenta:

- a) requerimento de informação à Casa Militar da Presidência da República sobre as razões que levaram o Comando Revolucionário a suspender os seus direitos políticos;
- b) requerimento de convocação do Ministro da Justiça, Sr. Milton Campos, para prestar esclarecimentos à Casa sobre aspectos jurídicos da nova situação governamental e sobre os motivos e as razões em que se fundamentou o Comando Supremo da Revolução para cassar mandatos e suspender direitos políticos de parlamentares.

Questão de ordem sobre se a Mesa considerará cassado o seu mandato a partir da leitura do Ato do Comando Revolucionário que suspende os seus direitos políticos, ou aguardará o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a questão, conforme decisão tomada quando do recebimento do recurso do Ex-Deputado Milton Dutra.

Solicitação à mesa no sentido de que aceite seu recurso contra decisão da Presidência de considerar automaticamente cassado o seu mandato em consequência do ato do Comando Revolucionário que suspende os seus direitos políticos, e o encaminhe à Comissão de Constituição e Justiça.

Bibliografia

GUERREIRO RAMOS. A., Aspectos sociológicos da puericultura. Rio de Janeiro, 1944.

—Administração e política à luz da sociologia. *Rev. do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 3 (1): 5-11, jul 1945.

—A sociologia de Max Weber. *Rev. do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 3 (2/3): 129-39, ago/set 1946.

—A divisão do trabalho social. *Rev. do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 4 (1/2): 161-8, out/nov 1946.

—Notas sobre planificação social. *Rev. do Serviço Público*. DASP, 4 (3): 163-6, dez/1946.

—Um inquérito sobre Quinhentos Menores. Rio de Janeiro, 1946.

—Sociologia da liberdade. *O Jornal*. Caderno Revista, Rio de Janeiro, 26 jan 1947, p. 3.

—A instituição da liberdade. *O Jornal*. Caderno Revista, Rio de Janeiro, 16fev. 1947, p. 3.

—O caminho da segurança. *O Jornal*. Caderno Revista, Rio de Janeiro, 2 mar. 1947, p. 1.

—A hipótese da demora cultural. *Rev. do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 1 (1/2): 152-4, jan/fev 1947.

—A Pesquisa e os *surveys* sociais. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 1 (3/4): 147-51, mar/abr 1947.

—Pequena bibliografia do estudo do padrão de vida. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 2 (1/2): 136-40, mai/jun 1947.

—As ciências sociais em transição. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 2 (3/4): 136-40, jul/ago 1947.

—Karl Mannheim (1893-1947) .*Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 3(1/2): 166-8, set/out 1947.

—Francisco Ayala – tratado de sociologia. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 1 (3/4): 112-4, mar/abr 1948.

- W.I. Thomas (1863-1947). *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 2 (1/2): 159-60, mai/jun 1948.
- Imigração e preconceito. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 4 jul 1948.
- Pequena bibliografia para o estudo da assimilação e aculturação. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 2 (3/4): 179-82, jul/ago 1948.
- Duas experiências. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 3 (1/2): 238-9, set/out 1948.
- Contatos raciais no Brasil. *Revista Quilombo*. Rio de Janeiro, I (I): 8-9, dez 1948.
- Condições de vida da população brasileira. *Revista do Serviço Público*. DASP, 1(1): 107-8, jan 1949.
- Instrumentalidades conceituais para o estudo das condições demográficas. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 3 (1): 22-7, jul 1949.
- Sociologia do orçamento familiar (normas de vida). *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 3 (3): 11-21, set 1949.
- As classes sociais e a saúde das massas (ensaio de sociologia e biometria diferencial). *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, DASP, 4 (1): 36-40, out 1949.
- Apresentação da negritude. *Revista Quilombo*. Rio de Janeiro, 2 (10): 11, jul 1950.
- Nascimento, Abdias. Relações de raça no Brasil. Rio de Janeiro, Quilombo, 1950.
- Uma Introdução ao Histórico da Organização Racional do Trabalho (Ensaio de Sociologia do Conhecimento). Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- O problema da mortalidade infantil no Brasil. Separata de *Sociologia*, São Paulo, 13(1): 1-43, 1951.
- Pauperismo e medicina popular. Separata de *Sociologia*, São Paulo, 13 (3): 252-73, 1951.
- Nota Metodológica. *Digesto Econômico* no. 85: 133-6, dez. 1951.
- A Sociologia Industrial. Formação. Tendências Atuais, Rio de Janeiro, Cândido Mendes Jr., 1952.
- O Processo da Sociologia no Brasil (Esquema de Uma História de Idéi-

- as). Rio de Janeiro, Cândido Mendes Jr., 1953.
- O Problema do Negro na Sociologia brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, 1 (2): 189-220, jan/jun 1954.
- Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo: Prefácio a Uma Sociologia Nacional. Rio de Janeiro, Andes, 1954.
- Sociologia de la Mortalidad Infantil. México. Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional, Biblioteca de Ensayos Sociologicos, 1955.
- Patologia Social do “Branco” Brasileiro. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1955.
- Historicismo e marxismo. *O Jornal*. Caderno Revista, Rio de Janeiro, 9 out 1955, p. 1.
- Epocologia e marxismo. *O Jornal*. Caderno Revista, Rio de Janeiro, 16 out 1955, p. 2.
- Fundamentos sociológicos da administração pública. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 4 nov 1956.
- A problemática da realidade nacional. In: *Introdução aos Problemas do Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB, 1956, p. 13-32.
- O inconsciente sociológico. *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, (5): 225-36, jan/mar 1956.
- Considerações sobre o ser nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 jan. 1957.
- Considerações sobre o ser histórico. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 jan. 1957.
- Condições sociais do poder nacional. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1957.
- Ideologias e segurança nacional. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1957.
- Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Andes, 1957.
- A Redução Sociológica (Introdução ao Estudo da Razão Sociológica). Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1958.
- O Problema Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, Andes, 1960.
- Análise do Relatório das Nações Unidas sobre a Situação Social do Mun-

- do. Discurso na VI Assembléia Geral das Nações Unidas na III Comissão. Nova Iorque, 20 nov 1961.
- O Papel das Patentes na Transferência de Tecnologia para os Países Subdesenvolvidos. Discurso na XVI Assembléia Geral das Nações Unidas (sem data). Nova Iorque, 1961.
- A Crise do Poder no Brasil (Problemas da Revolução Nacional Brasileira). Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- Mito e Verdade da Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- Pequeno Tratado Brasileiro da Revolução. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, no.3, p. 7-51, mar. 1963.
- A Redução Sociológica: Introdução ao Estudo da Razão Sociológica. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.
- Administração e Estratégia do Desenvolvimento: Elementos de Uma Sociologia Especial da Administração. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- A modernização em nova perspectiva: em busca de um modelo de possibilidades. *Rev. Adm. Púb.*. Rio de Janeiro, FGV, (2): 7-44, 2º.sem.,1967.
- A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Rev. Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, FGV, 4 (2): 7-45, jul/dez 1970.
- A teoria administrativa e a utilização inadequada de conceitos. *Rev. Adm. Pub.*, Rio de Janeiro, FGV, 7 (3): 5-17, jul/set 1973.
- O momento maquiavélico brasileiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22 out 1978.
- Abertura política. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 14 novo 1978.
- O “milagre” e a sociedade. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 mai 1979.
- Limites da modernização. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20 maio 1979 e 22 jun 1979.
- Modernização e declínio econômico do Brasil. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 17 jun 1979.
- Um modelo corretivo do impasse econômico brasileiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 jul 1979.
- Considerações sobre o modelo alocativo brasileiro. Florianópolis, Univ. Federal de Santa Catarina, 1980, mimeo.

- Um conceito impopular em ciência social. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 18 jan. 1981.
- Platão e a conversa das gerações. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 mar 1981.
- Aristóteles, Whitehead e a bifurcação da natureza. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 abr 1981.
- Notícia sobre a nova teoria econômica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26 jul 1981.
- Problemas alocativos da economia brasileira. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2 ago 1981.
- Economia política reconsiderada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 out 1981.
- Imagens da historiografia brasileira – As confusões em torno do industrialismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 dez 1981.
- A Nova Ciência das Organizações – Uma Reconceitualização da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- Minha dívida a Lorde Keynes. *Rev. Adm. Púb.* Rio de Janeiro, FGV, 16 (2):91-5, abr./jun. 1982.
- A Inteligência Brasileira na Década de 1930, à Luz da Perspectiva de 1980. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CEPEDOC). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, set 1980. Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1983, Coleção Temas Brasileiros, Págs. 527-48.
- Modelos de homem e teoria administrativa. *Rev. Adm. Púb.* Rio de Janeiro, FGV, 18 (2): 3-12, abr./jun. 1984.
- Curtição ou reinvenção do Brasil. *Rev. Adm. Púb.* Rio de Janeiro, FGV, 20 (1): 3-4, jan/mar 1986.
- SIMPÓSIO GUERREIRO RAMOS: RESGATANDO UMA OBRA. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 18 a 20.10.1982, *Rev. Adm. Púb.*, Rio de Janeiro, FGV, 17(2):3-176, abr/jun 1983.

*Participações (BNDESPAR)/
Núcleo de Apoio ao
Desenvolvimento das
Empresas (NADE). Foi sócio
e Diretor -Superintendente
da CLAP – Companhia
Latino Americana de
Planejamento (1972-77).
Lecionou Sociologia Urbana
e Planejamento Urbano e
Regional. Lecionou
Sociologia das Organizações
nas Faculdades Integradas
Bennett e na Fundação
Getúlio Vargas. Desenvolveu
Atividades de Consultoria.*

*É membro do Comitê de
Ética em Pesquisa no
Instituto Estadual de
Diabetes e Endocrinologia
Luis Capriglione – IEDE, do
Governo do Estado do Rio
de Janeiro/Secretaria
Estadual de Saúde, desde
Jun. 2002 até a presente data.*



85-99386-03-4

Os trabalhos mais recentes de Luiz Antônio Alves Soares:

- Guerreiro Ramos: Considerações críticas a respeito da sociedade centrada no mercado. Rio de Janeiro, Conselho Regional de Administração-RJ, 2005.
- Guerreiro Ramos: A trajetória de um pensamento. Revista Administração Pública, abr/jun 1995.
- A sociologia crítica de Guerreiro Ramos – Um estudo sobre um sociólogo polêmico. Ed. Copy & Arte, 1993.
- O desenvolvimento gerencial no BNDES Participações como processo de conflito organizacional. Revista Administração Pública, jul./set.1991.